

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

DOUGLAS SANTOS ALVES

MOVIMENTO LGBT, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E HEGEMONIA

Porto Alegre

2016

DOUGLAS SANTOS ALVES

MOVIMENTO LGBT, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E HEGEMONIA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial e final para obtenção do título de Doutor.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Jussara Reis Prá

Porto Alegre

2016

CIP - Catalogação na Publicação

Alves, Douglas Santos
Movimento LGBT, Participação Política e Hegemonia /
Douglas Santos Alves. -- 2016.
251 f.

Orientadora: Jussara Reis Prá.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política,
Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Movimento LGBT. 2. Hegemonia. 3. Participação
Política. 4. Teoria Queer. 5. Marxismo. I. Prá,
Jussara Reis, orient. II. Título.

DOUGLAS SANTOS ALVES

MOVIMENTO LGBT, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E HEGEMONIA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial e final para obtenção do título de Doutor.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Jussara Reis Prá

Aprovada em 16 de dezembro de 2016.

Banca Examinadora

Professora Doutora Jussara Reis Prá (Orientadora)

Professor Doutor Alfredo Gugliano (PPGPOL - UFRGS)

Professor Doutor Osvando Fernandez (UNEB)

Professor Doutor Fábio Feltrin de Souza (UFFS)

Dedico este trabalho a todas as vítimas do preconceito e da discriminação que, diariamente, sofrem e resistem em anonimato.

AGRADECIMENTOS

Embora os estudos sobre gênero, sexualidade e o movimento LGBT estejam crescendo no país, o meio acadêmico brasileiro ainda é refratário a estes temas. Nos ambientes onde tais estudos são desenvolvidos o referencial marxista é visto com fortes reservas. Deste modo, devo dizer que esta tese é o fruto de escolhas difíceis. Sua conclusão não seria possível sem o apoio direto ou indireto de algumas pessoas que colaboraram para fortalecer minha confiança e incentivaram a ousadia em realizar este trabalho ciente de “nadar contra a correnteza”.

Agradeço especialmente a minha orientadora, professora Jussara Reis Prá, a quem devo duas valiosas lições aprendidas ainda quando era seu aluno na graduação. A primeira decorre de seu exemplo, ao afirmar que optava por estar “com um pé no movimento feminista e outro na academia”. Isso me permitiu compreender que o rigor teórico e metodológico do fazer científico e o engajamento na crítica social e política não são excludentes, mas, antes, potencializam-se quando andam juntos. O tempo me permitiu perceber que o que há de melhor na tradição intelectual brasileira está visivelmente marcado por esta combinação de fatores. A segunda lição foi a de que o papel do professor e do orientador não é o de tutela sobre seus alunos e orientandos. Ao contrário, é preciso espaço para desenvolver a autonomia, cometer erros e aprender a corrigi-los. Disso, também, esta tese é resultado, o que me permite dividir com minha orientadora os méritos que porventura sejam dirigidos a este trabalho, e ao mesmo tempo me dá a maturidade para afirmar que as deficiências são de minha exclusiva responsabilidade.

Agradeço a toda a militância do movimento LGBT com quem tive contato, particularmente aqueles que concederam as entrevistas que subsidiaram este estudo. Registro também minha admiração por todos que têm se mantido firmes na construção do movimento LGBT apesar dos reveses políticos que o país tem enfrentado.

Agradeço à querida amiga e colega Camila de Vasconcelos que, com carinho e atenção, prestou apoio fraterno e competência técnica em diversos momentos ao longo da realização deste trabalho.

Agradeço aos amigos e colegas da Universidade Federal da Fronteira Sul pela paciência e incentivo constantes. Aos camaradas de dezessete anos militância, que ajudaram a identificar alguns dos problemas aqui trabalhados, lacunas não só teóricas, mas práticas, cuja necessidade de resposta serviu de motivação para realizar esta tese. Ao colega e amigo Cesar Figueiredo, que deu o incentivo final quando, no momento de redigir o projeto para a seleção de doutorado, convencendo-me a escolher o tema e o objeto deste estudo.

A Zoraia Aguiar Bittencourt, a quem devo muitas coisas... Aos amigos Leonardo Bragé e Leonardo Spanhol, que mesmo distantes estiveram sempre presentes em meus pensamentos. A inclassificável amiga, atriz, dramaturga e diretora teatral, Marília Carbonari.

A Cesar Valmor Machado Lopes, a quem devo o começo de tudo. A Daniê Regina Mikolaiczik, a quem devo pela paciência e companheirismo. A V. Silveira e a Wilson Honório da Silva. A querida amiga da “colônia” Eliziane Vanin. A cada um dos meus alunos que, com deliberada teimosia, não deixo de acreditar.

Por fim, deixo expressa a imensa gratidão à minha família, que em momento algum duvidou de minha capacidade, fornecendo sempre a motivação e o incentivo para a conclusão desta etapa de minha vida e de minha carreira.

Por todas as pessoas citadas e tantas outras ainda, posso dizer que em nenhum momento estive só.

[...] eu tinha de gritar em furor que a minha loucura era mais sábia que a sabedoria do pai, que a minha enfermidade me era mais conforme que a saúde da família, que os meus remédios não foram jamais inscritos nos compêndios, mas que existia uma outra medicina(a minha!), e que fora de mim eu não reconhecia qualquer ciência, e que era tudo só uma questão de perspectiva, e o que valia era o meu e só o meu ponto de vista, e que era um requinte de saciados testar a virtude da paciência com a fome de terceiros (Raduan Nassar, Lavoura Arcaica).

Resumo

A presente tese analisa a relação do movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) com o Governo Federal mediada pela estrutura de participação política centrada no Conselho Nacional de Combate à Discriminação de LGBTs (CNCD/LGBT) e nas Conferências Nacionais LGBT. A partir da abordagem teórica marxista o trabalho problematiza questões referentes aos estudos de gênero e sexualidade próprios do pós-estruturalismo e da teoria *queer*. Articulando alguns conceitos centrais destas correntes teóricas no interior da problemática da totalidade, própria ao marxismo, e ao conceito de Estado Integral ou Ampliado de Antônio Gramsci, o movimento LGBT é considerado como processo de constituição de sujeito “para si”. No curso de seu desenvolvimento este sujeito passa a atuar na arena da sociedade política sob a lógica da parceria e colaboração com o Estado. O objetivo do estudo é avaliar se a relação entre movimento e governo, por meio da participação em espaços institucionais que atuam como aparelhos hegemônicos, é caracterizada pelo consenso ativo de quadros e lideranças LGBTs junto ao bloco que governou o país entre 2003 e 2016, constituindo-se em relação de hegemonia. A metodologia utilizada abarcou análise quali-quantitativa, tomando como base publicações da ABGLT, em particular as que trabalham com o conceito de Advocacy, entrevistas em profundidade com atores chave que ocupam posições centrais na estrutura participativa em questão e a realização de censo com participantes do V Congresso Nacional da ABGLT, constituindo banco de dados para análise estatística. Os resultados do estudo indicam que o processo de institucionalização do movimento, aprofundado pela atuação nos espaços participativos, incide na sua relação com o governo de modo a afastar do campo de ação do grupo subalterno a lógica do conflito. Os espaços de participação atuam como meio de organização, mobilização e definição de pautas, canalizando para si e neutralizando insatisfações e críticas da população LGBT frente às ações do poder público. O trânsito de quadros entre espaços da sociedade civil e da sociedade política marca o transformismo de lideranças e intelectuais do movimento. Sob tais condições o governo exerceu sua hegemonia política sobre o movimento LGBT por meio dos espaços participativos criado no Estado.

Palavras-chave: movimento LGBT, hegemonia, participação política, teoria *Queer*, marxismo.

Abstract

This dissertation analyzes the connection between the LGBT movement (Lesbians, Gays, Bisexuals and Transgenders) and the Federal Government mediated by the structure of political participation focused on the National Council Against the Discrimination of LGBTs and on the LGBT National Conferences. Therefore, this text, based on the Marxist theoretical approach, analyzes issues concerning gender and sexuality studies typical of post-structuralism and of the queer theory. By articulating some essential concepts of these theoretical approaches within the issue of totality, typical of Marxism and of Antônio Gramsci's Integral or Extended State matters, the LGBT movement is considered a process of subject formation "for itself". Throughout the development of this subject, he or she starts to act in our society's political arena under the logic of partnership and cooperation along with the State. Thus, the aim of this study is to evaluate if this connection between the LGBT movement and the government, via the participation of the movement in institutional environments that act like hegemonic sets, is, in fact, characterized by the active consensus of LGBT leaderships that worked along with the group who ruled the country between 2003 and 2016, forming itself in a relationship of hegemony. The methodology adopted used qualitative analysis, taking as its base the publications of ABGLT, specially the ones that deal with the concept of Advocacy, interviews with artists who are in important positions regarding the participative structure analyzed in this dissertation, as well as the achievement of census with participants of the V ABGLT National Congress, which constituted a data bank for statistical analysis. The results of this study show that the process of the institutionalization of the movement, stronger due to its acting in participative environments, incise in its relationship to the government, thus alienating the logic of conflict from the group's acting field. These participative environments act like a means of organization, mobilization and definition of agendas, canalizing to themselves as well as neutralizing insatisfaction or criticism that might come from the LGBT population regarding the actions before the State. The transition between civil and political society environments mark the transformation of the movement's leaderships as well as its intellectuals. Under these conditions, the government carried out its political hegemony over the LGBT movement via the participative environments created within the State.

Key words: LGBT movement, hegemony, political participation, Queer Theory, Marxism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
PARTE I - DEBATE TEÓRICO	23
CAPÍTULO I - MARXISMO E POLÍTICA	23
Introdução	23
1.1 O PROBLEMA DA HEGEMONIA	26
1.1.1 Filosofia, ideologia e visão de mundo.....	27
1.1.2 A massa “para si” e os intelectuais.....	32
1.2 O ESTADO AMPLIADO	38
1.2.1 Guerra de posição e guerra de movimento	41
1.3 A HEGEMONIA.....	43
1.3.1 Análise das correlações de força	46
1.4 NOTA SOBRE OS GRUPOS SUBALTERNOS	49
CAPÍTULO II - DIÁLOGOS CRÍTICOS COM O PÓS-ESTRUTURALISMO E A TEORIA QUEER	53
2.1 FOUCAULT E A SEXUALIDADE: O SUJEITO ENTRE DUAS DIMENSÕES DO PODER.....	53
2.1.1 O sujeito e o poder	53
2.1.2 O poder sob dois eixos: totalização e individualização.....	56
2.1.3 A sexualidade como ponto de intersecção	61
2.2 O SUJEITO DE GÊNERO E A PERFORMATIVIDADE EM BUTLER	65
2.2.1 O problema do sujeito de gênero.....	65
2.2.2 Poder e regulação	67
2.2.3 Performatividade de gênero	69
2.3 PERFORMANCE E SUJEIÇÃO: A MATERIALIDADE DO PODER REGULADOR.....	71
CAPÍTULO III - TOTALIDADE E CRÍTICA MARXISTA	77
3.1 TOTALIDADE	78
3.1.1 Sexualidade e relações de classe	81
3.1.2 Família e relações de classe	84
3.1.3 Biopolítica, poder disciplinar e Estado Ampliado.....	86
3.2 CONSIDERAÇÕES: UM NOVO SUJEITO POLÍTICO, UM NOVO DESAFIO	91
PARTE II - O OBJETO	94
CAPÍTULO IV - A EMERGÊNCIA DE UM NOVO SUJEITO POLÍTICO	94
Introdução	94
4.1 O MOVIMENTO LGBT NO BRASIL.....	96
4.1.1 Lâmpião da Esquina: a primeira voz dos subalternos	98
4.1.2 SOMOS, o primeiro grupo organizado	101
4.2 O PRIMEIRO REVÉS: A EPIDEMIA DE AIDS.....	106
4.3 AS MUDANÇAS NO MOVIMENTO	109
4.3.1 O movimento a partir dos anos 1990	110

A TÍTULO DE CONCLUSÃO.....	116
CAPÍTULO V - PARTICIPAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E O MOVIMENTO LGBT	118
Introdução	118
5.1 PARTICIPAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA SOCIEDADE POLÍTICA	120
5.1.1 Contradições e limites da política de participação	124
5.2 O MOVIMENTO LGBT E AS POLÍTICAS PÚBLICAS	127
5.3 PARTICIPAÇÃO NOS ESPAÇOS INSTITUCIONAIS.....	131
A TÍTULO DE CONCLUSÃO.....	134
PARTE III - ANÁLISE DO MATERIAL EMPÍRICO	136
CAPÍTULO VI - METODOLOGIA	136
6.1 HEGEMONIA E DESORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS SUBALTERNOS: A APLICAÇÃO DO CONCEITO.....	142
CAPÍTULO VII - A DIMENSÃO IDEOLÓGICA NA RELAÇÃO DO MOVIMENTO LGBT COM O ESTADO	145
7.1 GUIA DE ADVOCACY NO LEGISLATIVO PARA LGBTs.....	148
7.1.1 Prefácio e introdução.....	148
7.1.2 Parte I – Advocacy na teoria	149
7.1.3 Os 5 Passos para estratégias de Advocacy	151
A TÍTULO DE CONCLUSÃO.....	163
CAPÍTULO VIII - PARTICIPAÇÃO E HEGEMONIA	165
8.1 A PERCEPÇÃO DE ATORES CHAVE NA ESTRUTURA PARTICIPATIVA	165
8.1.1 Visibilidade e participação: o ponto de mudança.....	166
8.1.2 Críticas e ponderações.....	171
8.2 ESTRUTURA DE PARTICIPAÇÃO: FUNÇÕES HEGEMÔNICAS.....	176
8.2.1 Função de contenção de conflitos	180
8.2.2 O poder efetivo do Conselho.....	182
8.3 O MOVIMENTO NOS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO	184
8.3.1 Função de amortecimento	186
8.4 O CONFLITO DE PAPÉIS.....	190
8.4.1 Transformismo no Conselho	193
A TÍTULO DE CONCLUSÃO.....	198
CAPÍTULO IX - A INSTITUCIONALIDADE E SEUS EFEITOS SOBRE O MOVIMENTO LGBT	201
9.1 ANÁLISE QUANTITATIVA.....	201
9.2 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO	203
9.3 ANÁLISE ESTATÍSTICA	206
9.3.1 Eixo 1 – Participação.....	207
9.3.2 Eixo 2 – Avaliação	209
9.3.3 Eixo 3 – Horizonte de ação do movimento LGBT.....	211
9.3.4 Descrição e análise dos Índices	213
9.3.5 Índices agregados	218
A TÍTULO DE CONCLUSÃO.....	228
CONSIDERAÇÕES FINAIS	230

REFERÊNCIAS	238
ANEXO	246

LISTA DE QUADROS, TABELAS E GRÁFICOS

QUADRO 1 - DESENVOLVENDO UMA ESTRATÉGIA DE ADVOCACY	151
QUADRO 2 - ADVOCACY: IDENTIFICANDO VANTAGENS E RISCOS	157
QUADRO 3 - ESTRUTURA DE PARTICIPAÇÃO E FUNÇÕES HEGEMÔNICAS.....	199
QUADRO 4 - ÍNDICES DE PARTICIPAÇÃO.....	208
QUADRO 5 - ÍNDICES DE AVALIAÇÃO	210
QUADRO 6 - ÍNDICES DE HORIZONTE DE AÇÃO (HA) DO MOVIMENTO LGBT	211
QUADRO 7 - DESCRIÇÃO DOS ÍNDICES	213
QUADRO 8 - CORRELAÇÕES DOS ÍNDICES	216
QUADRO 9 - ÍNDICE DE ATUAÇÃO INSTITUCIONAL	219
QUADRO 10 - ÍNDICE AVALIATIVO GERAL	219
QUADRO 11 - ÍNDICE DE AUTONOMIA DO MOVIMENTO	220
QUADRO 12 - ÍNDICE DE CONFLITO/PARceria COM O GOVERNO	220
QUADRO 13 - ÍNDICE AUTONOMIA PARCIAL DO MOVIMENTO	221
QUADRO 14 - DESCRIÇÃO DOS ÍNDICES AGREGADOS	221
TABELA 1 - ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO	203
TABELA 2 - ESCOLARIDADE	204
TABELA 3 - IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA	205
GRÁFICO 1 – COMPOSIÇÃO DE GÊNERO	204
GRÁFICO 2 - AVALIAÇÃO – INTERLOCUÇÃO COM GOVERNO	223
GRÁFICO 3 - APOIO SETOR PRIVADO – AVALIAÇÃO GERAL	224
GRÁFICO 4 - ATUAÇÃO INSTITUCIONAL – INTERLOCUÇÃO COM O GOVERNO	225
GRÁFICO 5 - ATUAÇÃO INSTITUCIONAL – AUTONOMIA PARCIAL DO MOVIMENTO	226
GRÁFICO 6 - PARceria COM O GOVERNO – PARTICIPAÇÃO CONFLITIVA.....	227

INTRODUÇÃO

O início do século XXI marca a emergência da agenda de direitos da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT. Mais de uma dezena de países passaram a reconhecer a união civil de pessoas do mesmo sexo enquanto outros tantos aprovaram leis que proíbem a discriminação baseada em orientação sexual e identidade de gênero¹. No Brasil a união civil de pessoas homoafetivas foi reconhecida pelo poder Judiciário em 2011² e o “casamento gay”, em 2013³. A crescente força e visibilidade do movimento LGBT no país convergiu com a criação de uma estrutura institucional voltada para a participação política da sociedade civil implementada pelo Governo Federal a partir de 2003. Isso significou a inserção daquele movimento numa nova arena política, alterando o padrão de relação com o Estado e o governo. A política participativa das gestões de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff sugere relevante ampliação no diálogo e parceria com os movimentos sociais, porém, o estreitamento dos laços com o aparato governamental implica em certos desafios e riscos para os sujeitos políticos que emergem da sociedade. Nesse sentido, esta tese pretende investigar se a relação do movimento LGBT com o Governo Federal, sob a mediação dos espaços institucionais participativos criados por este, caracteriza-se como uma relação de hegemonia política do grupo governante sobre o movimento.

A compreensão do movimento LGBT enquanto sujeito político demanda não só o resgate de sua recente trajetória, mas a análise dos elementos que determinam a condição subalterna da população que este representa. Assim, problemas teóricos e políticos ligados à sexualidade e ao gênero tornam-se importantes no estudo dos mecanismos e dispositivos que impõem a norma social e cultural que relega para certas pessoas o estatuto de inferioridade. De uma multidão inorgânica e atomizada, esta população passou a se organizar, elaborando uma visão de mundo própria, que deu sentido mais amplo aos seus problemas comuns, tornados reivindicação política. Isso significou a emergência dos LGBTs como grupo social destacado no interior da sociedade.

¹ Conforme o relatório Homofobia de Estado elaborado pela *International Lesbian and Gay Association – ILGA*, 2013. Disponível em: http://old.ilga.org/Statehomophobia/ILGA_Homofobia_do_Estado_2012.pdf.

² Conforme STF - ADI: 4277 DF, Relator: Min. AYRES BRITTO, Data de Julgamento: 05/05/2011, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJe-198 DIVULG 13-10-2011 PUBLIC 14-10-2011 EMENT VOL-02607-03.

³ Conforme Resolução Nº 175 de 14/05/2013 do CNJ, DJE/CNJ nº 89/2013, de 15/05/2013, p. 2.

O movimento LGBT no Brasil data de 1978, quando da fundação do SOMOS – Grupo de Afirmação Homossexual e do jornal Lampião da Esquina, ainda no contexto da ditadura militar, percorrendo várias fases em sua estruturação e atuação. No período referente ao seu surgimento até a segunda metade da década de 1980, os primeiros grupos tiveram uma forte orientação antiautoritária (GREEN, 2000). Em geral, dirigiam-se ao Estado numa postura combativa e conflitiva. Em consonância com isso, a estratégia permanente adotada foi a da visibilidade pública, em sintonia de ação com o movimento estadunidense.

Já na década seguinte a relação com o Estado começou a mudar. É interessante observar que, para o movimento feminista, por exemplo, a ampliação da interlocução com a esfera estatal foi o resultado de um longo processo de organização e mobilização (PRÁ, 2001; 2007). Parte da eficácia da ação feminista, inclusive, deve-se à sua capacidade de articulação internacional, com incidência sobre as Nações Unidas, que por sua vez incide sobre a legislação nacional (PRÁ, 2014). O movimento LGBT, contudo, aproxima-se do Estado por meio das políticas de saúde, sendo que sua articulação internacional é mais recente que a do feminismo.

Desde os anos 1990, foram aplicadas algumas políticas públicas, particularmente na área de tratamento e prevenção à DST/AIDS, voltadas para a população LGBT (ZUCHIWSCH, 2012). O elemento distintivo foi o surgimento e a atuação de ONGs, cujo resultado foi o início de uma aproximação do movimento com a institucionalidade estatal (FACCHINI, 2009). Outro elemento marcante da sua organização foi a criação da Associação Nacional de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais – ABGLT – em 1995, passando a articular os grupos locais existentes no país e, gradualmente, tornada a principal interlocutora destes com os governos.

É a partir de 2003, todavia, que surgem as primeiras iniciativas governamentais de grande magnitude voltadas para a conquista de direitos e promoção de igualdade para LGBTs, tendo como marco o lançamento do programa Brasil Sem Homofobia (2004). Desde então um conjunto complexo de programas e políticas públicas vem sendo discutido entre governo e movimento em espaços institucionais criados para articular sociedade civil e sociedade política no tratamento das demandas de LGBTs. Ao contrário do que fora a lógica de atuação dos primeiros grupos, agindo no final dos anos 1970 e meados da década seguinte, hoje parece prevalecer a lógica de parceria com o Estado.

A agenda do movimento incorpora um conjunto abrangente de demandas, entre elas: direito à livre expressão da orientação sexual e de gênero, direito à adoção de crianças, direito

a alteração do nome para travestis e transexuais, reconhecimento legal de relações homoafetivas, o acesso a políticas de saúde e à proteção do Estado contra a violência. Tais reivindicações originam-se num cenário complexo e adverso marcado por cerrada polarização entre o movimento e grupos conservadores e religiosos (CARRARA, 2007, p.137).

Com o estreitamento dos laços com o Estado e a recente ampliação da estrutura participativa, alguns estudos apontam para a crescente institucionalização do movimento (FACHINNI, 2009; ZUCHIWSCH, 2012). Tal como sugerido para outros casos (GOHN, 2010), o caráter reivindicativo e conflitivo do movimento social cedeu lugar para a integração. O protagonismo e a autonomia dos grupos atuantes perderam terreno para a mobilização estimulada por agências estatais via políticas públicas. Espaços institucionais de diálogo atuam definindo as agendas, desde o Estado, que passaram a ser adotadas pelos movimentos, incidindo sobre sua autonomia e determinando suas rotinas de funcionamento.

A organização interna dos grupos atuantes no movimento parece responder centralmente a demandas e prazos de projetos que satisfazem necessidades das políticas públicas. A mobilização de militantes, o diálogo com as bases e a produção mesma de identidades passou a ocorrer cada vez mais no sentido de constituir sujeitos políticos com legitimidade para enviar representações aos canais instituídos de diálogo entre movimentos e Estado (Audiências Públicas, Comissões, Secretarias etc.) (FACCHINI, 2009). Nesse sentido, Gohn (2010) menciona a “mobilização programada” da sociedade civil, estimulada pelo Estado, numa lógica perversa que ocorre de cima para baixo.

Seria equivocado ignorar as diversas tensões e contradições que permeiam a relação do movimento LGBT com o Governo Federal⁴. De fato, tais problemas sugerem os limites que esta relação particular possui. Ainda assim, parece prevalecer a lógica da adesão e colaboração. A participação nos espaços institucionalizados tende a se transformar em consenso. O conflito em parceria e as identidades políticas em políticas de identidades outorgadas. A ação coletiva subordina-se a regras e procedimentos sem os quais não é reconhecida e/ou legitimada. Em suma, constata-se a despolitização da relação entre sociedade civil e Estado (GOHN, 2010).

Diante deste quadro, chama a atenção o fato de que as demandas destes grupos estão longe de serem atendidas (MELLO et al., 2012). Além disso, uma reação conservadora

⁴ Dois exemplos emblemáticos são a polêmica gerada no interior dos grupos do movimento LGBT quando a presidente Dilma Rousseff vetou a distribuição do chamado Kit Escola Sem Homofobia para escolas públicas, em maio de 2011, e as vaias proferidas contra a presidente na abertura da segunda Conferência Nacional LGBT no final daquele mesmo ano.

emergiu na cena política de forma organizada e agressiva, capitaneada por alguns grupos religiosos com porta-vozes no Congresso Nacional. Trata-se, então, de um equilíbrio de compromisso estabelecido pelo campo governista para manter a coesão da base junto a si, cujo custo foi o de não comportar as demandas do movimento LGBT.

Neste cenário, as tensões entre militantes LGBTs e o governo têm acontecido sem gerar questionamentos mais profundos sobre a forma da relação do movimento com o Estado. Pelo contrário, a eficácia das iniciativas oriundas da sociedade política permite indagar sobre a naturalização desta forma de relação. A ascensão deste novo sujeito político às esferas estatais de participação, portanto, ocorre de maneira a reproduzir, ainda que de modos distintos, sua condição subalterna.

Do ponto de vista teórico, os estudos sobre gênero e sexualidade, impulsionados a partir dos anos 1970, deram origem a novas correntes de análise. O pós-estruturalismo e a teoria *queer*, preocupados com uma crítica radical à noção de sujeito de gênero, desafiam pressupostos epistemológicos consolidados nas ciências humanas e sociais. Sua contribuição principal reside na análise das relações e regimes de poder que instituem os padrões de normalidade e anormalidade como dados naturais. A sexualidade e o gênero conformam matrizes identitárias que permitem especificar cada indivíduo de acordo com a norma cultural hegemônica, dentro de papéis e lugares hierarquicamente definidos.

Fortes polêmicas estão se instaurando entre os intelectuais adeptos dos estudos pós-estruturalistas e *queer* e militantes do movimento LGBT acerca da sua organização política em torno de identidades sexuais e de gênero (COLLING, 2013; 2011). O centro da crítica está no questionamento das identidades tomadas como essencializadas, que serviriam de base para a mobilização e a representação política junto ao Estado. Isso reforçaria a fragmentação dos grupos a partir do reforço de certos marcadores de diferença dificultando a ação e reproduzindo a matriz de identidades sexuais e de gênero que gera a subalternidade (COLLING, 2013, p. 408-9). Esta polarização parece exprimir uma dicotomia entre demandas imediatas por políticas públicas e direitos, de um lado, e a necessidade de uma crítica cultural mais ampla, de outro lado (VALE de ALMEIDA, 2009).

No esforço de questionar tal dicotomia, este estudo entende que a superação da condição de subalternidade articula necessariamente ambas as dimensões da luta política. A construção do movimento LGBT como sujeito deve ser analisada nos marcos da passagem desta população de “massa em si” à condição de “massa para si”. É neste processo que as identidades são construídas e mobilizadas, sem que impliquem em essências estáticas e a-

históricas. Ao mesmo tempo, tal marco de análise permite abarcar diferentes instituições, práticas, ideologias e discursos que produzem e reproduzem as normas sexuais e de gênero sob o escopo do Estado em sentido ampliado. Isso permite interligar aquelas dimensões aparentemente dicotômicas e ao mesmo tempo situar o grupo subalterno no plano da ação política imediata, da tática e da estratégia, na arena das lutas e embates hegemônicos. Este é o terreno no qual o movimento LGBT passou a atuar nos últimos anos.

Desse modo, a constituição da população LGBT enquanto sujeito político “para si” encontra na relação com o Estado um problema central. Sua institucionalização e participação nos espaços estatais criados pelo governo encerram contradições que incidem diretamente sobre o movimento. Por um lado, tais espaços representam o ponto mais alto de sua trajetória de atuação e organização, expresso no seu reconhecimento enquanto interlocutor político legítimo, o que pode ser sintetizado na forma de aumento qualitativo da visibilidade da população LGBT. Por outro lado, o Estado passa a ser visto como espaço de organização, articulação e meio de legitimação para o próprio movimento, ou seja, a sua construção e ação passaram a ocorrer *no* e por meio *do* Estado.

A estrutura de participação é materializada na Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), na Coordenadoria para Promoção de Direitos de LGBT da SEDH, no Conselho Nacional de Combate à Discriminação de LGBTs (CNCD/LGBT) e nas Conferências Nacionais LGBTs (2008, 2011, 2013). Uma vez que a criação destes espaços é creditada ao governo, como o resultado direto de sua política participativa a partir de 2003, este se torna o fator ativo na relação do movimento com o Estado. É com base nesse cenário que este estudo pretende investigar se a relação do movimento LGBT com o governo, mediada pelas estruturas institucionais de participação, caracteriza-se como relação hegemonia política. O grupo subalterno, no processo de constituir-se como sujeito político, passa a ocupar espaços na sociedade política de modo a reproduzir sua subalternidade por outros meios. Não mais pela exclusão ou invisibilidade, mas ao contrário, pela participação, parceria e reconhecimento como interlocutor político. A estrutura participativa atua como espaço de organização do consenso da população LGBT junto ao governo. As reivindicações e demandas tendem a ser canalizadas de modo exclusivo para dentro destes espaços. Sua lógica de funcionamento, pautada pelo não conflito, passa a determinar o horizonte de ação do movimento. Lideranças e quadros transitam entre os papéis de militantes e de gestão no Estado. O atrito e a insatisfação de LGBTs com a falta de direitos e políticas públicas efetivos é amortecido e neutralizado no interior da estrutura participativa. Ainda que com crises e

turbulências, a relação se manteve mais ou menos a mesma até a reeleição da presidente Dilma Rousseff em 2014. A relação do movimento com o Estado, ao fim, aprofundou sua dependência deste.

Com base no contexto esboçado, a tese ora apresentada estrutura-se em três partes distintas, entrelaçadas em nove capítulos, além desta introdução e das considerações finais do trabalho. A primeira parte apresenta os aportes teóricos do estudo, distribuídos em três capítulos; a segunda expõe, em dois capítulos, a descrição e a análise do objeto de estudo a partir do marco teórico elaborado no segmento anterior e, a terceira parte, comporta quatro capítulos da tese à apresentação e a análise do material empírico coletado, como detalhado a seguir.

A primeira parte apresenta o debate teórico que serve de referencial para a análise empírica. Embora o problema geral trate da relação entre sociedade civil e sociedade política, a particularidade do movimento LGBT demandou adentrar nos debates sobre gênero e sexualidade. Considerando que estes estudos possuem deficiências no que toca aos processos políticos imediatos, às lutas que ocorrem na sociedade e desta com o e no Estado, foi necessário realizar a análise crítica de algumas obras clássicas e de teóricos canônicos. Afim de não reproduzir a distinção radical entre a instância política, social e cultural, bem como a dicotomia entre o micro e o macro social e político, o primeiro capítulo apresenta o debate teórico marxista, com especial relevo para a obra de Antônio Gramsci. Indo além de leituras vulgarizadas, o capítulo firma os elementos centrais para o diálogo crítico com o pós-estruturalismo e a teoria *queer*. Ao mesmo tempo, tenta articular e desenvolver a relação entre o grupo subalterno, sua visão de mundo, organização e ação prática, e sua passagem de “massa em si” à “massa para si”. Assim, pode-se conceber o movimento LGBT como sujeito capaz de atuar na arena das lutas hegemônicas. O segundo capítulo apresenta aspectos centrais da obra de Michel Foucault e Judith Butler. Procura evidenciar os mecanismos que produzem a matriz de gênero e sexualidade que determina as identidades dos indivíduos. Com isso é possível conceber a dimensão da sexualidade como ponto central na relação de subalternidade. Neste capítulo, são expostas algumas críticas teóricas de modo a traçar certas linhas de diálogo com o capítulo anterior. O terceiro capítulo finaliza o diálogo crítico proposto e insere os elementos apresentados no segundo capítulo nos marcos do conceito marxista de Totalidade. Com isso alguns dos conceitos próprios do pós-estruturalismo e da teoria *queer* podem ser inscritos na problemática maior da relação entre sociedade civil e sociedade política e dos embates hegemônicos.

A segunda parte trata da descrição e análise do objeto de estudo propriamente dito, sob o marco teórico construído na parte anterior. O quarto capítulo reconstitui a trajetória do movimento LGBT brasileiro desde a ditadura militar até o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Para além da revisão da bibliografia sobre o assunto, este capítulo trata do processo pelo qual o grupo subalterno se constitui enquanto sujeito político destacado, analisando sua relação com o Estado nos diferentes momentos de seu vir-a-ser. O quinto capítulo completa a segunda parte ao fazer uma minuciosa análise das políticas de participação implementadas pelo governo a partir de 2003. São analisados os mecanismos participativos que organizam a relação entre sociedade e Estado desde a Constituição de 1988 até o ano de 2010. A mudança ocorrida a partir da posse do presidente Lula é apresentada com densidade de dados empíricos e as políticas para a população LGBT são problematizadas em torno da questão de sua efetividade. Assim, não só o movimento e tampouco a política de governo, mas a relação mesma entre ambos é delineada de modo a mapear suas principais características e contradições.

A terceira parte desta tese refere-se à análise do material empírico coletado. Está organizada em quatro capítulos de acordo com a natureza dos dados coletados. O sexto capítulo apresenta a metodologia utilizada, de natureza quali-quantitativa, sendo complementado pelo debate sobre o conceito de hegemonia, focando em seus componentes constitutivos a fim de instrumentalizá-lo à análise empírica. O sétimo capítulo analisa a visão de mundo que organiza e padroniza a relação do movimento LGBT com a sociedade política. Tomando como base materiais impressos utilizados para formação e capacitação das lideranças do movimento busca-se identificar os elementos que constituem a dimensão ideológica que permeia esta relação centrada no uso corrente do conceito de *Advocacy*⁵ adotado pelo movimento LGBT. O oitavo capítulo analisa a estrutura de participação mesma a partir de entrevistas em profundidade realizadas com atores-chave que ocupam posições estratégicas nesta estrutura. Os discursos comuns, a percepção sobre a relação do movimento com o governo e o Estado e, particularmente, as funções de articulação do consenso desempenhadas por estas estruturas são objeto deste capítulo. O capítulo nono refere-se ao estudo de natureza quantitativa realizado nesta tese. Por meio de entrevistas feitas com lideranças e representantes das organizações afiliadas à ABGLT, constituiu-se um banco de dados que permitiu a realização de análises estatísticas sobre participação, avaliação do governo e da situação da população LGBT e perspectivas de ação para o movimento. Com

⁵ Optou-se pelo uso da palavra sem o *itálico* em função do modo como é utilizada nos materiais analisados.

isso, foi possível compreender os efeitos da participação institucionalizada sobre o movimento e analisar sua congruência com a visão de mundo que organiza sua relação com o Estado e o governo. No fechamento do estudo, as considerações finais sintetizam as três partes da tese e apontam para as conclusões extraídas do confronto entre o desenho teórico/conceitual produzido e os dados coletados.

PARTE I - DEBATE TEÓRICO

CAPÍTULO I - MARXISMO E POLÍTICA

Introdução

O objeto de estudo desta tese reúne elementos que têm sido apreendidos por diferentes abordagens teóricas. A relação do movimento LGBT com o grupo governante mediada pelos espaços institucionais de participação política engendra, a um só tempo, questões problematizadas por campos teóricos que pouco dialogam entre si. Com um desenvolvimento analítico e conceitual próprio, cada aspecto particular deste objeto seguiu um percurso distinto na tradição acadêmica ocidental. Isso colocou o desafio de produzir o diálogo crítico entre algumas teorias de modo a permitir aproximar abordagens e intercambiar certos conceitos.

O movimento LGBT delimita a constituição de um ator político cuja distinção está na própria população que organiza e representa. Ao buscar identificar quem é este movimento e em nome de quem ele fala é necessário localizar as relações de poder que constroem a população LGBT como subalterna face ao restante da sociedade. O campo teórico que melhor desenvolveu este debate são os estudos de gênero e sexualidade produzidos pelo pós-estruturalismo e pela teoria *queer*.

Ao problematizar a constituição mesma das identidades, os regimes e dispositivos políticos que determinam o lugar dos indivíduos no interior das relações sociais, seus papéis e hierarquias, este campo de saber tomou como ponto de partida o sujeito da modernidade. O mérito destes estudos está em questionar as premissas do pensamento político e social que tomou os indivíduos como dado natural, pronto e acabado. Ao fazer isso, revelaram uma complexa rede de mecanismos de poder que imputam a cada pessoa uma identidade baseada em papéis e práticas generificados e sexualizados conforme padrões hegemônicos de normalidade. Os sujeitos são construídos, de acordo com tais abordagens, por meio da sujeição a tais mecanismos. Estes, por sua vez, cumprem função de organizar e estruturar as relações sociais delimitando hierarquias e disciplinando a conduta das pessoas. Com isso, gênero e sexualidade ganham significado distinto, permitindo mapear a constituição mesma da opressão e da discriminação fora do terreno de premissas e fundamentos naturalizados.

O problema dessa perspectiva de análise está no foco demasiado micro-social e na autonomização da instância cultural tomada como ente em si e por si. Ao tomar a constituição do sujeito e de sua identidade pelas micro-relações de poder que operam no campo cultural deixam em aberto às lutas políticas que operam no terreno das relações macro-sociais, em especial a arena estatal. Isso coloca a necessidade de se responder a outro problema, o da constituição do movimento social como sujeito político capaz de intervir naquela arena.

A contribuição dos estudos de gênero e sexualidade demanda certa articulação com análises sobre o movimento LGBT como ator político. A compreensão da passagem da massa de indivíduos sujeitados para um grupo social orgânico, relativamente coeso e ideologicamente identificado, torna-se necessária se se deseja avançar para uma arena política maior. Ao constituir-se enquanto sujeito político, este ator passa a incidir na relação entre sociedade civil e Estado, o que engendra um conjunto de desafios próprios da atuação neste terreno.

As lutas e conflitos que definem as relações *na* e *da* sociedade com o Estado demandam o reposicionamento do problema da sujeição para além do âmbito de relações de poder difusas, operando desde a cultura. Isso implica em trazer para a esfera das decisões, das práticas objetivas, das reivindicações, das táticas e estratégicas próprias da luta política entre atores visivelmente identificados, particularmente o governo.

Este problema está ligado a outro, referente ao reconhecimento da possibilidade de emancipação do sujeito subalterno. Geralmente questionado pelas correntes pós-estruturalista e *queer*, o problema da emancipação passa por formas de resistência situadas onde o poder opera de modo imediato. Este lugar, segundo estas correntes, situa-se prioritariamente fora do Estado. Isso significa certa recusa na delimitação de projetos mais amplos de transformação, bem como a negação de embates frontais *no* e *com o* poder estatal, uma vez que este demanda tais projetos.

Para não romper com o acúmulo daqueles estudos nem ignorar certas questões que levantam, seria equivocado tomar por referencia teorias que autonomizam a política tratando-a como dimensão restrita ao Estado. Ao mesmo tempo, seria insuficiente adotar qualquer abordagem que identifique o Estado às suas instituições, o que implicaria em reduzi-lo ao seu aspecto meramente coercitivo ou, pelo contrário, a tomá-lo como ente neutro em face aos conflitos sociais.

A emancipação da opressão implica, portanto, na articulação daquela dimensão micro-social, onde se conformam as relações de poder que determinam a condição subalterna de certos grupos, com as lutas políticas travadas na interface entre sociedade e Estado. Isso, por sua vez, trás duas consequências. A conformação do sujeito político portador de programa e projeto de mudança, o que significa o reconhecimento de interesses, ainda que não baseados em identidades essencializadas; e uma análise que tome o Estado como algo maior do que suas instituições, sua função coercitiva ou o seu lugar como ente apartado das relações sociais.

Para solucionar tais problemas este estudo recorreu ao instrumental teórico do marxismo. O Estado é tomado como forma política necessária de relações mais amplas. Obrigatoriamente se apresenta como instância separada destas, neutra e bem delimitada, cuja aparência de relativa autonomia é parte de seu funcionamento e do funcionamento da própria sociedade. Isso permite inserir o movimento social na arena das lutas hegemônicas.

A contribuição do marxismo, porém, para a compreensão das questões relativas à população LGBT, é muito pequena. Articulando-o com o debate anterior, é possível tomar os sujeitos do pós-estruturalismo e da teoria *queer*, enquanto sujeitados, como mero momento de sua constituição em sujeitos políticos de fato. Desta maneira abre-se a possibilidade para a inserção do problema da emancipação da condição subalterna, bem como para a sua localização nas lutas políticas na sociedade civil e na sociedade política.

O diálogo crítico entre marxismo e alguns autores canônicos dos estudos de gênero e sexualidade permite ir além de ambos e aproximar teoricamente a conformação do movimento LGBT e sua relação com o governo e o Estado mediante a participação política. O objetivo do debate teórico que segue é o de articular a dimensão de gênero e sexualidade com a luta pela emancipação do sujeito subalterno que, por sua vez, inscreve-se no marco dos embates políticos maiores, no terreno das lutas hegemônicas.

1.1 O PROBLEMA DA HEGEMONIA

O campo de estudos políticos inscrito no marxismo é relativamente amplo e tem como característica mais ou menos comum abordagens que relacionam sociedade e Estado. Uma das mais destacadas contribuições nesta direção é a do italiano Antônio Gramsci. Ao tomar o referencial teórico deixado pela obra inacabada do autor é preciso retomar um de seus traços distintivos. Enquanto que boa parte de seus intérpretes, e dos críticos do marxismo como um todo, insistem em impor cisões e rupturas no interior dos esquemas conceituais, Gramsci, na esteira de Marx, trabalha sobre a ideia essencial de *totalidade*. O significado teórico e prático disso está em restaurar a unidade de conceitos vulgarmente tratados como opostos e separados. Partindo da concepção de que a realidade constitui-se como totalidade orgânica, pares como estrutura e superestrutura, economia e política, cultura e sociedade, teoria e ação, pensamento e atividade prática, sociedade civil e sociedade política, coerção e consenso, entre tantos outros, formam uma unidade. Isso não significa tratá-los como essencialmente idênticos, mas antes como distintos e dialeticamente articulados. Tal como alerta o pensador italiano, tais distinções são meramente analíticas e não orgânicas.

Para pensar a relação entre sociedade e Estado, o marxista sardo teve de formular uma pesada crítica a alguns importantes interlocutores. Neste processo, conceitos de Benedetto Croce, Antonio Labriola, Vincenzo Cuoco e outros, foram criticamente apropriados e serviram de moldura para uma elaboração teórica nova. Assim, na obra de Antonio Gramsci residem dois conceitos de hegemonia. A hegemonia restrita, que diz respeito às alianças de classe exercidas pelo proletariado. Esta noção, que é anterior aos Cadernos do Cárcere, está essencialmente ligada à obra de Lenin, e será posteriormente desenvolvida nos escritos carcerários. O segundo, de maior interesse, é o de hegemonia plena, que está ligado à direção política e cultural de um grupo dominante sobre grupos subalternos, dizendo respeito à organização global da sociedade. A construção deste conceito apoia-se fundamentalmente na ideia de filosofia e nos intelectuais, passando pelo conceito de Estado Integral, que permite a articulação de sociedade política e sociedade civil. Embora se possa pensar que possui um conteúdo idealista, é no marco do prefácio de 1859⁶ que Gramsci realiza sua elaboração, recuperando a materialidade como dimensão central de sua obra. Também é no diálogo travado com Maquiavel que o autor irá desenvolver noções marxistas como a de condições objetivas e sua articulação com condições subjetivas, com a realidade efetiva e a vontade

⁶ Trata-se do famoso prefácio da edição de 1859 da Crítica da Economia Política de Marx.

humana no dilema da transformação social. Disso decorre, ainda, a determinação de conceitos essenciais como guerra de posição e guerra de movimento, táticas determinadas pela análise das correlações de forças, que implicam nos distintos momentos e situações dos embates políticos.

O exame das ideias de Gramsci, portanto, deve ser feito nos marcos do resgate da unidade dos pares conceituais e da totalidade em que se inscrevem, calcada em seu materialismo antieconomicista e baseada em novas edições dos Cadernos do Cárcere⁷, de modo evitar a influência das interpretações distorcidas que se tornaram canônicas até a publicação da edição Gerratana, em 1976. Com isso criam-se as condições para o diálogo crítico com autores pós-estruturalistas e *queer*, responsáveis pelas elaborações mais recentes e canônicas acerca de sexualidade. Deste diálogo será produzido o marco teórico para esta tese.

1.1.1 Filosofia, ideologia e visão de mundo

Ainda que tenha sido acusado de ser um teórico idealista, Gramsci está profundamente apoiado nos pressupostos do materialismo histórico. De seu debate com Labriola ele se apropria da ideia de que a filosofia da práxis não deve receber influências estranhas, uma vez que é autônoma e suficiente. Este é o ponto de partida para sua forte polêmica com Bukharin. A crítica ao Tratado do Materialismo Histórico: Ensaio Popular sobre o Marxismo⁸ marca exatamente um combate às concepções mecanicistas e economicistas do marxismo que ganhavam terreno no interior da Terceira Internacional. Segundo Gramsci, a essência do pensamento de Marx teria perdido terreno no desenvolvimento da Segunda e Terceira Internacionais, a partir de influências científicistas e mecanicistas, que teriam gerado um empobrecimento da filosofia da práxis. Isso abre caminho para a formulação do problema que percorre diversos cadernos, o de como formular uma concepção de mundo orgânica dos grupos sociais subalternos, integrando-os e elevando-os intelectualmente. Em resumo, sua crítica começa pelo debate em torno do que seria a filosofia.

⁷ As edições popularizadas no Brasil têm origem na curadoria de Palmito Togliatti, que não foi fiel à redação original dos cadernos. Os textos aqui utilizados são a edição mais recente organizada por Carlos Nelson Coutinho (1999), que abarca os cadernos especiais e os textos de tipo B, excluindo os textos de tipo A. Como não existe uma tradução integral dos Cadernos do Cárcere no Brasil também se recorreu à edição crítica de Valentino Gerratana (1976), primeira publicação integral e fiel das notas que compõem os *Quaderni*.

⁸ A obra assinada por Bukharin é amplamente criticada por Gramsci e serve de base para o problema da elevação intelectual das massas.

Um dos pontos de partida para a discussão encontra-se no Caderno do Cárcere 11, especificamente no parágrafo 12⁹, onde Gramsci lança uma afirmação decisiva para a elaboração de seu pensamento: “É preciso, portanto, demonstrar preliminarmente que todos os homens são ‘filósofos’...” (CC11, §12, p. 93)¹⁰. Assim, é apresentada uma concepção de ser humano que servirá de base para toda a sua elaboração teórica.

Segundo o marxista sardo, a filosofia não é uma atividade específica de certas camadas sociais, de uma categoria de especialistas. Existe uma “filosofia espontânea” contida na linguagem, no senso-comum, na religião e nos sistemas populares de crenças. Em todos estes casos subjaz uma “concepção de mundo” que serve de base para a construção da hegemonia.

Esta definição ampliada de filosofia é chave para seu debate sobre o ser humano na sociedade. A “filosofia espontânea” encerra em si uma concepção de mundo, ou seja, um conjunto de ideias que, incoerentes e não sistematizadas, expressam certa racionalidade. Para além de uma construção individual, a concepção de mundo é compartilhada, e a participação dos indivíduos nela significa a participação no grupo social que a compartilha. Nesse sentido, “somos sempre homens-massa ou homens-coletivos.” (CC11, §12, p. 94).

Ainda que esse conceito possa ser criticado como idealista, uma leitura mais aprofundada permite revelar a materialidade de sua noção ampliada de filosofia, que se expressa na seguinte passagem: “A própria concepção do mundo responde a determinados problemas colocados pela realidade, que são bem determinados e ‘originais’ em sua atualidade.” (CC11, §12, p. 95). A partir disso é possível perceber que a filosofia lança suas raízes sobre uma realidade concreta, e isso determina a sua historicidade. Se os homens agem sob condições históricas, herdadas do passado, sua filosofia esta intrinsecamente relacionada com sua atividade prática, que por sua vez é condicionada pela realidade objetiva. Nesse sentido, o autor entra em profunda concordância com Marx, em sua primeira tese sobre Feuerbach¹¹ (MARX e ENGELS, 2007, p. 537). Essa relação fica mais bem expressa em uma outra passagem, no Caderno 10/II, na qual a filosofia se apresenta em relação direta com a

⁹ As referências dos Cadernos do Cárcere aqui utilizadas seguem o padrão atual dos estudos gramscianos, utilizando, no caso da referência brasileira, CC para Caderno do Cárcere, o número do caderno e § para o parágrafo utilizado, seguido pelo número da página na edição de brasileira de 1999. Também serão utilizadas referências à edição crítica organizada por Valentino Gerratana (1976), no original em italiano. Neste caso, Q para *Quaderni*, e na sequência o mesmo procedimento, número do caderno, parágrafo e página.

¹⁰ A primeira versão desta frase consta do Caderno 8 §204, caderno de tipo A.

¹¹ “O principal defeito de todo o materialismo existente até agora – o de Feuerbach incluído – é que o objeto [*Gegenstand*], a realidade, o sensível, só é apreendido sob a forma do *objeto* [*Objekt*] ou da *contemplação*; mas não da *atividade humana sensível*, como *prática*, não subjetivamente.[...]”.

vida prática: “a maior parte dos homens são filósofos, na medida em que atuam praticamente e nesta sua ação prática (nas linhas diretoras de sua conduta) está contida implicitamente uma concepção de mundo, uma filosofia.” (CC10/II, §17, p. 325). Ou seja, a atividade humana, a ação prática, encerra uma racionalidade, sendo parte de uma visão de mundo própria do grupo que a compartilha, o que lhe atribui sentido ao mesmo tempo que a conecta com as condições objetivas nas quais as pessoas atuam. Nesse ponto pode-se afirmar, portanto, que teoria e ação, ou ainda pensamento e prática, constituem uma unidade.

A filosofia, entretanto, não é um ente homogêneo que exista em si e por si. Ela possui distinção na realidade social, diferenciando-se em momentos particulares. A filosofia espontânea não é o mesmo que filosofia em sentido estrito ou filosofia “superior”. Nesse sentido, a religião popular e o senso-comum não são e nem podem ser filosofia, uma vez que não podem ter a unidade e a coerência daquela, nem na consciência individual e menos ainda na coletiva.

A construção da noção de filosofia passa pela apropriação crítica que Gramsci faz do conceito de religião utilizado por Benedetto Croce. Para além de um sentido confessional, religião, em Croce, é uma unidade de fé entre uma concepção de mundo mitológica e uma moral conforme. Assim, envolve mais que atividade teórica, remete a uma orientação de ação: “Aceita a definição que Benedetto Croce dá a religião – isto é, a de uma concepção de mundo que se transformou em norma de vida, já que norma de vida não se entende em sentido livresco, mas realizada na vida prática [...]” (CC10/II, §17, p. 325). Ou seja, há um elemento moral que organiza a relação entre concepção de mundo e comportamento, incidindo na direção de atribuir coerência a ambos. Nesse sentido, a religião é entendida por Gramsci como similar à ideologia e à política, uma vez que todas, ao orientarem a conduta e a ação, tendem a se tornar força material efetiva.

Segundo o autor, a filosofia significa a superação da religião e do senso comum, ainda que guarde certa relação de continuidade com eles (CC11, §12, p. 96). Isso decorre do fato de que a filosofia superior é a sua sistematização e a depuração dos elementos desagregados, contraditórios e anacrônicos do senso comum e da religião popular, adequando-se aos problemas práticos e atuais postos pela realidade. Para o autor, na sua dura polêmica com Bukharin, a elevação intelectual das pessoas, a constituição de uma filosofia orgânica das massas, toma como ponto de partida, portanto, a crítica e a superação do senso comum.

Uma vez que se estabelece a identidade entre filosofia e ideologia, e destas com religião e por fim com política, Gramsci afirma sua presença na vida social pelas mais

variadas formas. A ideologia, então, é uma visão de mundo que se expressa nas artes, no direito, na atividade econômica e nas manifestações da vida individual e coletiva. (CC11, §12, p. 98-99). Nesse sentido, Bianchi (2008) sustenta que existem ideologias historicamente necessárias, uma vez que dão forma para forças materiais presentes na sociedade. (p. 134). Enquanto parte da superestrutura, a ideologia também é realidade objetiva e operante, servindo como instrumento de domínio (p. 140-141).

Tal análise é importante para este estudo, pois afasta as concepções que sustentam que as ideologias são contingentes. Não que não possam existir visões de mundo e/ou filosofias arbitrárias, e elas existem, mas quando não são historicamente necessárias não incidem praticamente na realidade por intermédio da ação das pessoas. Portanto, as construções ideológicas que correspondem a um período histórico e real, complexo e orgânico, respondendo as suas exigências, tendem a prevalecer e se impor sobre construções arbitrárias. (GRAMSCI, CC11, §12, p. 111). As visões de mundo possuem historicidade e por isso se perpetuam, uma vez que possuem base social e, assim, materialidade. Do contrário, resumem-se ao idealismo e tendem a perecer ou não incidir na realidade.

Na sequência da discussão, o autor afirma que as pessoas pertencem simultaneamente a uma infinidade de homens-massa. Sua concepção de mundo é ocasional, desagregada, e incorpora elementos de diversas épocas históricas e preconceitos de diversos momentos anteriores. Desse modo, as pessoas carregam elementos de concepções de mundo de momentos passados, que dizem respeito a problemas histórica e politicamente já superados, constituindo uma contradição. Assim, as pessoas seriam, segundo Gramsci, seres “anacrônicos” ou “bizarramente ‘compósitos’” (CC11, §12, p. 95).

A existência de diversas visões de mundo pode se manifestar na escolha intelectual, na ordem das palavras, ou ainda nas ações e na conduta, que contém uma lógica e expressam uma concepção de mundo no agir. Desse modo, abre-se a possibilidade para que estas duas filosofias entrem em conflito. Um “contraste entre o pensar e o agir” (CC11, §12, p. 97), que pode se manifestar no indivíduo real imerso em relações sociais concretas. Segundo o autor:

É quase possível dizer que ele tem duas consciências teóricas (ou uma consciência contraditória): uma, implícita na sua ação, e que realmente o une com todos os seus colaboradores na transformação prática da realidade; e outra, superficialmente explícita ou verbal, que ele herdou do passado e acolheu sem crítica. Todavia, esta concepção “verbal” não é inconsequente: ela liga a um grupo social determinado, influi sobre a conduta moral, sobre a direção da vontade, de uma maneira mais ou menos intensa, que pode até

mesmo atingir um ponto no qual a contraditoriedade da consciência não permita nenhuma ação, nenhuma escolha e produza um estado de passividade moral e política (CC11, §12, p. 103).

A passagem citada afirma que a contradição posta entre estas duas formas de consciência, prática e verbal, pode incidir diretamente no comportamento dos indivíduos. Fica evidente a importância que Gramsci atribui à força do elemento moral. O problema suscita diretamente a questão da filosofia em sentido estrito. A relação dialética entre consciência ou filosofia espontânea e ação ou comportamento se estabelece a partir da política. Para compreender melhor a distinção entre esta filosofia espontânea ou o senso comum, e a “filosofia superior”, a seguinte passagem mostra-se essencial:

Talvez seja útil distinguir “praticamente” entre a filosofia e o senso comum, para melhor indicar a passagem de um momento para outro. Na filosofia, destacam-se notadamente as características de elaboração individual do pensamento; no senso comum, ao contrário, destacam-se as características difusas e dispersas de um pensamento genérico de uma certa época em um certo ambiente popular. Mas toda filosofia tende a se tornar senso comum de um certo ambiente, ainda que restrito (de todos os intelectuais). Trata-se, portanto, de elaborar uma filosofia que – tendo já uma difusão ou possibilidade de difusão, pois ligada à vida prática e implícita nela – se torne um senso comum renovado com a coerência e o vigor das filosofias individuais. E isto não pode ocorrer se não se sente, permanentemente, a exigência do contato cultural com os “simples” (CC11, §12, p. 100-1).

É interessante retomar que, para Gramsci, filosofia “superior” e senso comum são dois momentos de um processo. Esta ideia serve de base para compreender a existência da articulação dialética entre intelectuais e massa a partir da elaboração coerente e unitária dos problemas postos *pela e para* a vida prática. Assim, afirma o marxista sardo: “A relação entre filosofia ‘superior’ e senso comum é assegurada pela ‘política’...” (CC11, §12, p. 101). A “política”, portanto, torna-se o nexos necessário entre ambas, ao passo que é o ponto de articulação entre intelectuais e massa. Ao mesmo tempo, e como condição para se propagar, deve ocorrer em diálogo com as condições objetivas em que vivem as pessoas, fornecendo-lhes sentido e solução aos seus problemas, ou ainda, uma direção prática.

Destes nexos e relações se desdobra uma preocupação central para Gramsci. A partir da prática, ou da política, passando pela ética e pela moral, é possível elaborar uma concepção própria e autônoma do mundo, em conformidade e coerência com as questões objetivas impostas pela realidade. Num processo sempre social e coletivo, mediado por intelectuais

organicamente ligados a um dado grupo social, a construção teórico-prática da filosofia autônoma do grupo constitui-se como processo de luta.

1.1.2 A massa “para si” e os intelectuais

A ideologia, segundo Gramsci, assenta suas bases sob um determinado grupo social. Na realidade concreta, a relação de dominação de um grupo sobre outro, de uma classe ou fração de classe sobre outras, é também uma relação de difusão e naturalização de uma filosofia particular apresentada como universal. Assim, coloca-se o problema da luta entre ideologias. De acordo com Edmundo Dias,

Supor a destruição de uma ideologia por outra, no plano do discurso pura e simplesmente, é desconhecer, por um lado, a força e o peso material das ideologias e, por outro, reduzir a luta hegemônica ao jogo iluminista do “esclarecimento”. Em suma, é supor a eternidade do par verdade/erro. Nenhuma “ciência” destrói ideologia alguma. Enquanto a ideologia criticada tiver base social/material de sustentação ela permanece (1996, p. 19).

Para Gramsci, as ideologias possuem força material efetiva na medida em que possuem penetração de massas, noção que se encontra nos escritos de juventude de Marx¹². O problema da crítica filosófica, ou ainda, da luta pela destruição/superação da ideologia dominante se coloca a partir de outro terreno. Tal como apontado, esta não é uma tarefa restrita à esfera das superestruturas, uma vez que articulada diretamente com a realidade objetiva. Do mesmo modo, os grupos sociais em conflito operam também a partir dos diversos pontos onde as ideologias são elaboradas e difundidas, ou seja, os aparelhos hegemônicos privados e estatais.

Isso coloca o problema dos grupos sociais em questão, ou seja, da posição e da força de grupos dominantes e subalternos. A racionalização das atividades exercidas tanto nas instituições estatais quanto nas privadas produz uma interpretação particular do mundo, que se torna universal. Quando Gramsci analisa a Revolução Francesa (1789) ele está particularmente preocupado com este fato, a construção mesma da hegemonia. A tomada do Estado pelos revolucionários só foi possível uma vez que seus interesses e particularidades próprios foram apresentados de forma universal, o que permitiu representar, e assim

¹² Ver Crítica da Filosofia do Direto de Hegel, Introdução (MARX, 2010a).

incorporar sob sua direção, as demais classes e frações de classe. O projeto burguês naquele momento teve de se elevar ao *status* de projeto geral de sociedade, açambarcando camponeses e outros grupos sociais a partir da identificação ideológica. É certo que este processo não pode ser reduzido ao problema ideológico e diversas concessões materiais foram feitas, contudo, sem comprometer os interesses estratégicos do grupo dirigente.

Mas uma vez no Estado, as práticas das classes e grupos dominantes são racionalizadas e determinam o terreno dos discursos, definindo, assim, “não apenas o campo do praticável, mas também, e, sobretudo, o do pensável, como naturalidade, como eternidade.” (DIAS, 1996, p. 21). Nesse sentido, capturam para dentro de sua lógica a subjetividade dos demais grupos sociais apagando as particularidades e as contradições e determinando, tal como a religião, o campo do possível.

Para que os grupos subalternos façam frente a esta dominação precisam constituir sua própria filosofia, sua concepção de mundo unitária e coerente a partir dos problemas de ordem prática colocados pelas suas condições materiais de existência. Trata-se, então, da distinção de um determinado grupo, que pela filosofia pode ganhar, prática e teoricamente, unidade e homogeneidade, ou seja, tornar-se massa “para si”. Para uma concepção de mundo ou filosofia se transformar em movimento cultural, isto é, produzir uma atividade prática e uma vontade coletiva da qual ela seja premissa, emerge um problema específico: o de manter a unidade ideológica do bloco ou grupo social para o qual ela é cimento¹³.

O processo de formação da autoconsciência crítica, de uma massa capaz de se distinguir no interior das relações sociais, demanda a presença dos intelectuais. Isso significa a participação de determinadas pessoas com função específica no processo de elaboração da filosofia “superior”. Nesse ponto Gramsci lança algumas definições fundamentais:

[...] uma massa humana não se “distingue” e não se torna independente “para si” sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem

¹³ Ao tratar desta questão, Gramsci toma como exemplo a Igreja Católica, que soube estabelecer a unidade entre os de cima e os de baixo, entre o alto clero e o “simples”. Embora a base desta unidade tenha sido a manutenção da hierarquia entre intelectuais superiores e os “simples”, a força da Igreja se manifestou na base social afiliada a sua ideologia. Como exemplo do fracasso desta unidade ideológica, o autor cita o Renascimento. Este movimento foi caracterizado por um processo de alta elaboração intelectual e artística que, entretanto, não se alastrou pela sociedade. Ficando reduzido a um pequeno círculo social aristocrático, suas ideias não conseguiram exercer a força das normativas morais e tampouco se alastrar pela sociedade. Nesse caso, não se estabeleceu a unidade entre visão de mundo e norma de conduta conforme. O exemplo que o autor toma como referência de contraponto é o movimento da Reforma Protestante. Embora não tenha tido o grau de elaboração do Renascimento, conseguiu ter uma penetração de massas e produzir uma nova ética e moral articulando filosofia e práticas sociais. Este é um dos pontos de apoio para a sua elaboração da expressão reforma intelectual e moral.

intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, ou seja, sem que o aspecto teórico da ligação teoria-prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas “especializadas” na elaboração conceitual e filosófica (CC 11, §12, p. 104).

As pessoas tomadas individualmente, dispersas na sociedade, constituem uma massa amorfa e inorgânica. Marx, na sua *Crítica a Filosofia do Direito de Hegel* (2010a), falava de uma massa que, não se constituindo em massa “para si”, é uma “turba”, sobre a qual o Estado age no sentido de desorganizar. Isso ocorre na medida em que ele opera a separação entre o político, como interesse público, e o privado, como individual e não político. Ao separar a função pública do Estado, resguardando a este o monopólio dos assuntos políticos e universais, da sociedade civil, esta fica restrita aos interesses privados, particularistas e egoístas. Assim, as determinações sociais reais que constituem o indivíduo, os grupos sociais e os problemas que lhes são postos em sua vida prática, tornam-se questões não políticas. Impedidas de elevarem-se à condição de questões universais, não adentram o Estado como todo, consolidando a cisão entre público e privado. Ao fim, o Estado, enquanto esfera que monopoliza o político e o universal termina por ocupar-se do meramente formal, tornando-se, na prática, o resumo desta separação entre particular e universal, público e privado, real e formal (MARX, 2010a).

Na passagem citada, Gramsci fala do problema da distinção, e o coloca nos termos da constituição de uma massa “para si”. O cimento que permite ligar organicamente a multidão de indivíduos é a filosofia. Nesse sentido, ela dá homogeneidade e coerência à massa, o que significa a conformação de um bloco social organicamente coeso e ideológica e praticamente unificado. A constituição da “massa para si” é também a constituição da identidade do grupo subalterno.

Para se forjar um bloco cultural e social, intelectual e moral, os intelectuais devem estar em contato orgânico com os “simples”. Não somente no contato direto, mas, acima de tudo, devem tomar os problemas objetivos postos para esta massa e dar-lhes tratamento coerente e sistematizado. Nestes termos, fazer a crítica filosófica, ou a crítica do senso comum, significa constituir, desde os elementos objetivos que se impõem para a massa, uma concepção de mundo unitária, sistemática e coerente (CC 11, §12, p. 100). Este papel da filosofia e dos intelectuais é, portanto, o de identificar a particularidade comum dos problemas individuais de um lado, e o de elevar as questões particulares ao *status* de universais ou políticas, de outro lado.

Isso implica, por conseguinte, em constituir uma subjetividade própria aos subalternos, que escapa da subjetividade dominante. Para Souza da Silveira (2012), a desigualdade social gerada nesta sociedade constantemente produz códigos de vivência a ela ligados. Fundados na lógica da acumulação privada de riqueza, estes códigos reproduzem e reforçam hierarquias sociais baseadas em antagonismos e exclusão de indivíduos. Estas circunstâncias contribuem para a legitimação do ordenamento social posto.

Para Simionatto (2009), o problema da passagem do grupo subalterno à condição de “massa para si” está no fato de que a luta de hegemonias implica em batalhas que não se restringem ao campo econômico. Segundo a autora é necessário avançar para o campo da cultura, valores e ideias, abrindo espaço para a construção da vontade coletiva. (SIMIONATTO, 2009, p. 45). Assim, criam-se condições para que agregados de pessoas na mesma situação possam pensar e agir coletivamente na resolução dos problemas a que estão conjuntamente submetidos, superando a percepção individualizante que os dissocia uns dos outros. O problema da fragmentação dos grupos em massas atomizadas e inorgânicas é, portanto, o problema da sua identificação objetiva e subjetiva a partir do reconhecimento dos problemas a que estão conjuntamente sujeitos.

A concepção de subjetividade com a qual o marxismo vai romper, e que está presente no âmbito da hegemonia burguesa, é a que supõe o indivíduo na qualidade de ente abstrato e idealizado, por conseguinte, exterior às suas *efetivas* relações sociais. E nessa abstração, ele pode ser “modelado” (SOUZA da SILVEIRA, 2012, p. 109-110).

Os intelectuais não constituem uma “classe” ou um grupo distinto. Em verdade só podem ser pensados a partir do desenvolvimento das classes e grupos sociais e, como sugere Bianchi (2008), devem ser compreendidos a partir da localização de suas atividades no interior do sistema de relações sociais e políticas. Sua atuação, portanto, ocorre em dois planos superestruturais, a sociedade civil e a sociedade política. Estas duas esferas são, frequentemente, tomadas como organicamente distintas uma da outra. Nesse ponto é importante reafirmar que, para Gramsci, a distinção entre elas é meramente analítica, uma vez que não existe na realidade¹⁴. Mas, além disso, tal distinção orgânica é consequência de uma

¹⁴“si specula incoscientemente (per un errore teorico di cui non è difficile identificare il sofisma) sulla distinzione tra società politica e società civile e si afferma chel’attività economica è propria del la società civile e la società politica non deve intervenire nella sua regolamentazione. Ma in realtà questa distinzione è puramente metodica, nonorganica e nella concreta vitastorica società politica e società civile sono una stessa cosa.” (GRAMSCI, Q4, §38, p. 460).

leitura liberal e/ou economicista da sociedade. E esta foi uma das frentes da crítica de Gramsci aos seus interlocutores.

Para a sociedade civil correspondem, prioritária, mas não exclusivamente, os aparelhos privados de hegemonia. Trata-se do conjunto de instituições responsáveis pela articulação do consenso. Desse modo, servem de suporte material às ideologias, local de atuação privilegiada dos intelectuais e de legitimação destes e de suas elaborações. Essa materialidade intrínseca às ideologias é importante para que se compreenda que a luta de hegemonias não se resume ao choque de visões de mundo abstratas.

Já a sociedade política é constituída pelos aparelhos de coerção, sendo essencialmente o conjunto de instituições estatais, o chamado aparelho governativo. A constituição de cada uma não é exclusiva, uma vez que na sociedade política atuam instituições que abertamente cumprem função de organizar o consenso, como, por exemplo, o parlamento; e na sociedade civil impõem-se obrigações com força coercitiva sobre os indivíduos. Daí também o fato de esta distinção ser analítica.

Vale ainda mencionar que, na elaboração de Gramsci, a sociedade civil não é intrinsecamente positiva ou “boa”. Liguori (2006, p. 4) critica a retomada do conceito de Sociedade Civil a partir do avanço neoliberal, que demarca uma linha de separação e exclusão do Estado, afirmando o mercado sobre a programação estatal e o privado sobre o público (LIGUORI, 2006, p. 4). Ao contrário das recentes teorias econômicas, sociológicas e políticas que estabelecem um marcado antagonismo entre Estado e sociedade civil, no qual um é fonte de autoritarismo e a outra de liberdade e vitalidade social, Gramsci identifica a sociedade civil como local de luta. Isso implica em reconhecer em seu interior agentes que representam forças progressistas, mas também reacionárias e autoritárias, como foram – e ainda são – as organizações fascistas, nacionalistas, religiosas, entre outras.

Os intelectuais ocupam diferentes postos no interior destas esferas. Dadas as funções que cumprem e os espaços que ocupam, estabelece-se uma verdadeira gradação entre eles. Dias (1996, p. 28) observa que, para Gramsci, “todo aquele que exerça funções organizativas, no campo da produção como no campo administrativo-político, é um intelectual, embora nem todos atuem como intelectuais profissionais.” (DIAS, 1996, p.28). Nesse sentido, o intelectual é aquele que cumpre funções relativas à elaboração, organização e difusão da filosofia de um dado grupo social, não só na dimensão teórica, mas também e particularmente na prática. Daí sua importância para a constituição da chamada “massa para si”.

Uma vez que as ideologias estão organicamente ligadas aos problemas objetivos postos para os grupos sociais na realidade, e que oferecem respostas a tais problemas de acordo com os interesses dos grupos, os aparelhos de hegemonia e os intelectuais que atuam dentro deles (incluindo os que atuam na sociedade política) não podem ser pensados de forma indiferenciada. Tanto os aparelhos quanto os intelectuais devem ser analisados segundo interesses de classes ou frações de classes aos quais respondem. Os intelectuais das classes dominantes formam-se a partir das práticas dessas classes, como resposta à necessidade de racionalização, organização e administração de suas atividades. Sua ação emerge como racionalização de interesses que, dada a localização destas classes e a função que cumprem com relação ao todo social, aparecem como coletivos e universais. Do mesmo modo, a complexidade das instituições estatais e privadas impõe a necessidade da especialização desta racionalidade, o que faz com que a atuação destes intelectuais e a racionalidade que produzem emerge sob a aparência de técnica e não de política. É possível afirmar, a partir disso, que tal aparência não política, combinada com a estrutura dos aparelhos nos quais as ideologias são elaboradas, as reveste de legitimidade e as eleva à condição de naturais e universais, ou ainda, de verdade. Trata-se, portanto, da relação entre aparelhos de hegemonia, enquanto aparelhos de poder, e aquilo os intelectuais em seu interior, e legitimados por eles, produzem, o saber. Mas para além da aparência, o fato é que em essência “A racionalidade crescente obriga a formação e renovação, sem cessar, de intelectuais. As múltiplas interrelações entre institucionalidade e racionalidade econômica exigem que o novo intelectual seja essencialmente político.” (DIAS, 1996, p. 24). Neste sentido, o peso da burocracia é central, uma vez que atua junto à organização da atuação estatal em face à sociedade. Dada a imbricação dos espaços ocupados pelos intelectuais, bem como seu trânsito entre os espaços privados e públicos, Edmundo Dias afirma que “O Estado aparece então como forma superior de racionalidade capitalista.” (DIAS, 1996, p. 25), ou ainda como racionalidade universal e não particular. Por conta disso, assume a conotação de Estado Ampliado.

1.2 O ESTADO AMPLIADO

Para que se compreenda melhor o papel dos intelectuais e a construção da hegemonia é preciso problematizar o conceito de Estado Ampliado ou Integral em Gramsci. Se a sociedade política é compreendida como aparelho governativo em sentido restrito, e a sociedade civil como o conjunto de aparelhos privados de hegemonia¹⁵, tal distinção ocorre no interior de uma unidade maior. As leituras e interpretações popularizadas ignoram este fato e reproduzem a dicotomia entre ambos¹⁶. Em polêmica com teorias economicistas do Estado e suas influências sobre o marxismo de sua época, Gramsci é enfático ao afirmar que a atividade econômica não ocorre de modo indeterminado ou independente da regulação estatal.

A formulação do movimento do livre-câmbio baseia-se num erro teórico cuja origem prática não é difícil de identificar, ou seja, baseia-se na distinção entre sociedade política e sociedade civil, que de distinção metodológica é transformada e apresentada como distinção orgânica. Assim, afirma-se que a atividade econômica é própria da sociedade civil e que o Estado não deve intervir em sua regulamentação. Mas, dado que sociedade civil e Estado identificam-se na realidade dos fatos, deve-se estabelecer que também o liberalismo é uma “regulamentação” de caráter estatal, introduzida e mantida por via legislativa e coercitiva (§18, CC13, p; 47).

Ao afirmar que o liberalismo econômico – liberismo em italiano – é também uma forma de regulamentação estatal, a um só tempo o autor articula estrutura e superestrutura e demonstra a natureza político ideológica do liberalismo. Mas o que importa destacar é a identificação que se estabelece entre sociedade civil e sociedade política.

Cristine Buci-Glucksmann (1980) aprofunda a análise da divisão do Estado em dois momentos ou dois conceitos na obra do marxista sardo. O Estado em sentido restrito, como apontado, referente às instituições, ao governo, à burocracia e à coerção. Mesmo neste caso, segundo a autora, a função coercitiva não pode ser separada da função educativa, “que procura realizar uma adequação entre aparelho produtivo e moralidade das massas populares.” (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 128). Ou seja, ainda que tomada a definição mais simples

¹⁵ Em verdade Gramsci trabalha com duas noções de sociedade civil, a mais usual como aparelhos privados de hegemonia, referente à superestrutura, e outra menos usual, referente à esfera dos negócios, portanto à estrutura econômica. Mesmo com tal distinção, ambas as definições constituem momentos da sociedade civil mesma, e esta articula-se integralmente com a sociedade política.

¹⁶A este respeito, a leitura de Norberto Bobbio é identificada com canônica desta interpretação dicotômica. (BIANCHI, 2007a; LIGUORI, 2006).

e usual, não se encontra justificativa para análises que descolem por completo Estado e sociedade.

O segundo momento ou conceito é o de Estado Integral ou Ampliado, que é aquele onde a hegemonia passa a fazer parte da constituição estatal. Não há, neste ponto, distinção orgânica entre sociedade civil e sociedade política. Ditadura+Hegemonia, tal como a fórmula de Gramsci. Desse modo, o Estado Ampliado não se reduz ao aparelho de governo, não podendo ser identificado com este, ao contrário, alarga-se pela sociedade civil incorporando suas funções e atribuindo para ela funções estatais. Assim, Gramsci amplia a noção de Estado incorporando o aparelho privado de hegemonia (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 98; MEDICI, 2007, p. 33).

Segundo Bianchi (2008, 2007b), a formulação aparece pela primeira vez em referência à Revolução Francesa, no Caderno 6. Em polêmica com Croce e outros, Gramsci sustenta que o processo revolucionário na França decorre da capacidade da burguesia da época conseguir unificar as demais classes sob sua direção e seu programa, elevado ao *status* de projeto universal ou integral de sociedade. Isso permitiu arregimentar tais classes e frações de classes sob a forma de adesão e consenso ativo, e realizar a tomada do poder estatal:

Fino al la Rivoluzione francese quando Il raggruppamento sociale che dopo il Mille fu la forza motrice econômica dell'Europa, poté presentarsi come «Stato» integrale, com tutte le forze intellettuali e morali necessarie e sufficienti per organizzare una società completa e perfetta (Q6, §10, p. 691)¹⁷.

Este é o ponto em que a hegemonia se realiza de forma plena, onde uma nova ordem social e política é fundada. Assim, classes, frações de classes e grupos aliados são incorporados à vida estatal sob o programa e o projeto, ou ainda sob a direção intelectual e moral, da classe revolucionária, fornecendo as energias necessárias para conduzir a reorganização da ordem. Como afirma o autor, a burguesia “pode apresentar-se como Estado Integral”, unificando sociedade política e sociedade civil. Vale destacar que algumas interpretações sugerem que a fórmula do Estado Integral, Ditadura+Hegemonia, se realiza “sob a hegemonia do Estado” (LIGUORI, 2004, p. 208, apud. BIANCHI, 2007b, p. 39).

¹⁷ “Até a Revolução Francesa quando o agrupamento social que após o ano Mil foi a força motriz econômica da Europa, pode se apresentar como ‘Estado’ integral, com todas as forças intelectuais e morais necessárias e suficientes para organizar uma sociedade completa e perfeita.” Tradução livre.

O debate do marxista sardo a respeito da ascensão do fascismo também é relevante. Em análise sobre o exército, a polícia e a burocracia, Gramsci conclui que seus membros vão além do pessoal técnico formalmente constituído, estando presentes nas classes onde são recrutados. Esta é a base da organização das milícias fascistas. Assim, afirma Buci-Glucksmann (1980, p. 138): “a análise do aparelho de Estado não poderia *ser técnica*, separada das classes e forças sociais que o sustentam por interesse ou por posição de classe momentânea.”.

A franco-maçonaria italiana cumpriu o papel de articulação e unificação das frações da burguesia do país pós-unificação. Situada dentro do Estado como burocracia permitiu a burguesia garantir seus interesses. Como aparelho privado de hegemonia, cumpriu função de Estado, tal como a Igreja em momento histórico anterior. Sendo “Fator de unificação social e política, ela funciona como instrumento de hegemonia no aparelho de Estado e como unificação burocrática do bloco no poder.” (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 139). Assim, atuou como um “quase-partido”. (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 140-141). Tanto que entre as primeiras medidas do fascismo no poder estava a proibição do funcionamento da franco-maçonaria, como forma de desarticular a burguesia liberal italiana.

Também nas notas do Caderno 13, sobre Maquiavel, pode-se constatar essa relação que unifica Estado e sociedade civil. Sua discussão acerca do filósofo florentino centra-se na questão do Centauro, que é a representação de coerção e consenso ou ainda autoridade e hegemonia como unidade orgânica (GRAMSCI, CC13, §14, p. 34). Segundo o autor, não só em O Príncipe, mas também nos Discursos Sobre a Primeira Década Tito Lívio, Maquiavel desenvolve constantemente tal relação. Sem essa unidade não seria possível a função “civilizatória” do Estado.

Na mesma direção, Medici (2007) comenta as passagens em que o marxista sardo cita as funções do direito, particularmente do “indiferente jurídico”, no qual a compreensão recai sob o domínio da sociedade civil, na medida em que além da regulação e punição, ele “premia” indivíduos e grupos. Deve-se destacar a definição usada por Gramsci, Direito Ampliado. Desse modo: “São afirmações que parecem não apenas privilegiar as razões da sociedade com relação aos indivíduos, mas também, submeter as instâncias da sociedade civil com relação à esfera estatal” (MEDICI, 2007, p. 38). No §7 do mesmo caderno o autor fala sobre o problema de como o homem singular se incorpora no homem coletivo, indagando sobre “como ocorrerá a pressão educativa sobre cada um para obter seu consenso e sua colaboração, transformando em ‘liberdade’ a necessidade e a coerção” (GRAMSCI, CC13,

§7, p. 23). Novamente, o direito ampliado é mencionado, como função da sociedade civil na elaboração de costumes e de modos de pensar e atuar.

A força normativa e coercitiva da sociedade civil fica patente e permite afirmar que o poder de coerção não se restringe à sociedade política. A “função pedagógica do Estado” então, ou ainda sua função “civilizatória”, deve ser entendida no sentido de produção ou adequação de modos de vida. Isso implica não a repressão ou contenção dos grupos subalternos simplesmente, mas antes, sua incorporação à vida estatal e a dinâmica impressa pelo grupo hegemônico. Em uma forte expressão das implicações do Estado Ampliado, afirma o autor que “O Estado, também neste campo, é um instrumento de ‘racionalização’, de aceleração e de taylorização; atua segundo um plano, pressiona, incita, solicita e ‘pune’...” (CC13, §11, p. 28). Trata-se da reprodução social como um todo, na qual o papel dos subalternos, sob a hegemonia dos dominantes, é essencial à manutenção e reprodução da totalidade.

A unidade entre estrutura e superestrutura, portanto, passa pela articulação de distintos aparelhos que produzem, legitimam e difundem uma determinada visão de mundo. Esta, por sua vez, estrutura e organiza práticas sociais dando-lhes determinado sentido e direção, não só pelo papel de produção de consenso da sociedade civil, mas também por seu papel coercitivo e disciplinador, tal como no direito ampliado. Esta unidade, então, está na tendência do Estado otimizar produção e reprodução social como um todo, ampliando-se até os espaços e práticas situados no interior da sociedade civil. Ele serve à expansão de um grupo ou classe social, não como privado, mas a partir de interesses universais, incorporando os subalternos à sua lógica (BIANCHI, 2008, p. 175-176). O Estado Ampliado ou Integral, desse modo, constitui a arena de luta sob a qual os interesses particulares apresentam-se como universais e passam a organizar e representar grupos sociais sob a direção do grupo hegemônico. Ao debater o conceito de Estado Ampliado, contudo, é necessário retomar a discussão sobre os conceitos de Guerra de Posição e Guerra de Movimento, uma vez que são fundamentais para se localizar o papel da sociedade civil na luta de hegemonias.

1.2.1 Guerra de posição e guerra de movimento

Segundo Gramsci, o desenvolvimento da sociedade civil dá um salto na segunda metade do século XIX. A partir desse momento, a tomada direta da sociedade política ou do Estado teria

se tornado inviável. As instituições da sociedade civil passaram a se constituir como casamatas ou linhas de trincheiras que estariam erguidas entre os grupos subalternos e o Estado.

A tática da guerra de movimento, assim, corresponde à luta *contra* a sociedade política, à tomada direta do poder estatal. Já a guerra de posição corresponde à luta *na* sociedade civil, luta por hegemonia. Como alerta Bianchi (2008), as interpretações equivocadas da obra gramsciana levaram à compreensão de que as duas formas de luta seriam uma questão de livre escolha, na qual a guerra de posição seria a forma inevitável em lugares onde a sociedade civil se adensou. Gramsci é preciso em afirmar que não se trata de escolha e nem que uma forma prevalece necessariamente sobre a outra. O problema, conforme nos diz, está resumido à questão da correlação de forças: “A verdade é que não se pode escolher a forma de guerra que se quer...” (GRAMSCI, CC 13, §24, p. 72). Tomando como exemplo os Estados-Maiores que muito perderam na primeira grande guerra, ele atribui suas derrotas ao fato de “não quererem reconhecer que a guerra de posição era ‘imposta’ pela relação geral de forças em choque.” (GRAMSCI, CC 13, §24, p. 72-73).

O elemento mais importante a definir as táticas de luta e os momentos de sua utilização, portanto, é a compreensão da correlação de forças. Mas isso coloca outra questão relevante. Ao articular este debate com o conceito de Estado Ampliado, juntamente com intelectuais e ideologia, logo se percebe que o poder não atua de forma somente repressiva e tampouco está resumido ao aparato governativo do Estado. Reconhecer isso implica, portanto, em reconhecer que a simples tomada do Estado não significa a transformação social efetiva e tampouco a emancipação dos subalternos. É necessário atuar sobre o tecido social de conjunto, ou seja, a totalidade social articulada na unidade entre estrutura e superestrutura. Com isso adiantamos a polêmica com a corrente pós-estruturalista. Se as relações de poder e subordinação se estendem pela sociedade civil e suas instituições e aparelhos, articulando coerção e consenso, também é verdade que o Estado segue sendo o centro articulador do poder, não podendo ser descartado ou secundarizado tal como sugerem os teóricos daquela corrente. O problema da reforma intelectual e moral, de acordo com Gramsci, passa pela reforma econômica como forma de sua objetivação, se inicia antes da guerra de movimento e só se realiza plenamente muito após o apoderamento da máquina estatal pelos subalternos.

1.3 A HEGEMONIA

A problemática da hegemonia, agora, pode ser mais bem trabalhada. Segundo Buci-Glucksmann (1980), o conceito de Hegemonia em Gramsci sofre uma transformação ao longo do tempo. Em 1926 ele refere-se à estratégia do proletariado na busca por alianças de classe. Já no Caderno 1 é completado por aparelhos de hegemonia, dizendo respeito as práticas da classe dominante. A partir dos cadernos 7 e 8, irá englobar progressivamente as estruturas do Estado (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 69-70).

A definição clássica utilizada por Gramsci na análise do *Risorgimento* italiano é:

O critério metodológico sobre o qual se deva basear o próprio exame é este: a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como “domino” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a “liquidar” ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois quando exerce o poder e mesmo se o mantém nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também “dirigente” (CC19, §24, p. 62-3).

Assim, direção intelectual e moral ganha centralidade. A filosofia, tornada “religião”, ou seja, adequação entre conduta e visão de mundo, torna-se essencial. Dias (1996) concebe hegemonia a partir da determinação do campo do praticável e do pensável. A constituição de uma filosofia autônoma, concepção crítica de si e do mundo é, portanto, uma luta de hegemonias. É neste sentido que Gramsci introduz o conceito ao longo do parágrafo 12 do Caderno 11:

É por isso que se deve chamar a atenção para o fato de que o desenvolvimento do conceito de hegemonia representa, para além do progresso político-prático, um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos (p. 104).

A luta ideológica, portanto, é parte da luta de hegemonias. Não no sentido de ideias isoladas, mas, como dito antes, vinculadas diretamente à prática e mediada, portanto, pela política. E neste aspecto os aparelhos privados de hegemonia, as esferas da sociedade civil, ganham espaço, dando lugar aos intelectuais.

Na construção da hegemonia a ideologia dos grupos dominantes perpassa a sociedade política e os aparelhos privados de hegemonia tendo como fio condutor os intelectuais e se difundindo pelo conjunto da sociedade na forma de ideias universais e naturais. Com isso, organiza e define o terreno das práticas sociais de forma a neutralizar os elementos antagonistas e minimizar os efeitos das contradições sociais. Os diferentes grupos sociais se unificam sob a direção dos grupos dominantes na forma do consenso, que tem como limite a coerção. Nas palavras de Bianchi (2008), sua função é “organizar o consenso e a adesão à orientação impressa pelos grupos dominantes.” (p. 179).

Gramsci adota algumas referências distintas para se pensar a realização da hegemonia. Em sua polêmica com historiadores e intelectuais da época ele observa que a unificação italiana era alvo de uma disputa pela interpretação histórica. Croce e outros esforçaram-se por iniciar a explicação da unificação do país a partir do momento de refluxo do processo revolucionário francês. Isso tinha uma implicação clara para o dirigente comunista. Afastar o elemento jacobino. A Revolução Francesa fornecia a base para se pensar a hegemonia em sentido pleno. O chamado Jacobinismo de Conteúdo representava a hegemonia por meio da revolução, onde o Estado se identificou com a sociedade civil e toda a vida social foi, ditatorialmente, unificada naquele. (BIANCHI, 2008, p. 259). Nesse sentido, o conceito remete ao Estado Ampliado, à reforma intelectual e moral de que fala Gramsci e à elevação intelectual das massas.

O consenso, contudo, não se realiza *estricto sensu* no plano das ideias. Tal como demonstra Gramsci:

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica (CC13, §18, p. 49).

A noção de “equilíbrio de compromisso” torna-se essencial. As práticas sociais, estando ligadas a problemas postos pela realidade independente da vontade das pessoas, problemas objetivos, portanto, podem produzir uma filosofia espontânea. Entrando em

contradição com a consciência verbal, com a participação numa concepção de mundo externa e referente a um grupo social estranho, o problema da unidade do bloco ideológico se coloca. Os equilíbrios de compromisso podem cumprir papel decisivo para dar certo lastro material para a ideologia. Assim, o consenso e a direção podem ser garantidos e a coesão social em torno ao grupo dominante permanecer.

Este é o ponto em que a filosofia da práxis parece mais fecunda. Estrutura e superestrutura, ideologia e prática, intelectual e classe, sociedade civil e sociedade política revelam sua articulação dialética. As contradições reais existentes na sociedade impõem a necessidade de equilíbrios de compromisso que, por sua vez, podem ter limites precisos, a fronteira dos interesses essenciais do grupo hegemônico. Contudo, não podendo usar imediatamente a força “contra uma parte de si mesmo que se quer assimilar rapidamente e cuja ‘boa vontade’ e entusiasmo é preciso obter.” (CC13, §23, p. 71), a manutenção da hegemonia abre ainda outra possibilidade:

Entre o consenso e a força, situa-se a corrupção-fraude (que é característica de certas situações de difícil exercício da função hegemônica, apresentando o emprego da força excessivos perigos), isto é, o enfraquecimento e a paralisação do antagonista ou dos antagonistas através da absorção de seus dirigentes, seja veladamente, seja abertamente (em casos de perigo iminente), com o objetivo de lançar a confusão e a desordem nas fileiras adversárias (CC13, §37, p.96-7).

Em outra referência, e retomando a polêmica com os intelectuais de sua época, o caso do *Risorgimento* é analisado por Gramsci que tenta explicar porque a unificação italiana ocorreu sem o elemento jacobino, uma revolução sem revolução. O Partido da Ação não dava uma solução programática para problemas centrais da vida italiana, como a questão agrária. Além disso, dependia dos Moderados, que exerciam hegemonia sobre os intelectuais, cumprindo função de direção. Em razão das condições do desenvolvimento histórico da península, a burguesia tinha que repelir o povo ao invés de unificar-se a ele e dirigi-lo, o que impedia o alargamento das bases sociais do Estado.

O “transformismo”, expressão utilizada pelo autor para tratar da assimilação de lideranças do Partido da Ação, neutralizou resistências e permitiu aos Moderados dirigir o processo de unificação. Ou seja, trata-se da anulação do elemento antagonista a partir da absorção de alguns de seus intelectuais como forma de manter a unidade do bloco e conter o avanço da radicalidade e dos interesses que não faziam parte dos interesses dos moderados. É

com base nesta análise que Gramsci retoma a ideia lançada por Vincenzo Cuoco e consolida o conceito de Revolução Passiva. Uma intervenção pelo alto, constituída de ditadura sem hegemonia (BIANCHI, 2008, p. 270), na qual os Moderados exerceram função hegemônica num processo marcado pela passividade das massas, ao contrário do Jacobinismo de Conteúdo, onde se realizou a hegemonia plena, marcado pela atividade das massas. (BIANCHI, 2008, p. 266). Desta passagem é possível perceber que a hegemonia, para além da organização do bloco dominante, significa a desorganização dos grupos subalternos.

A definição de hegemonia apresentada por Dias, portanto, parece dar conta da articulação dos elementos expostos até aqui:

projeto que permite expressar o programa, o horizonte ideológico, no qual as demais classes se movem. Horizonte que, ao proceder à padronização, ao “conformismo”, desorganiza, inviabiliza, ou tenta, os projetos das demais classes. Desorganiza ativa e passivamente: ativamente ao sobrepor seu projeto aos outros projetos e assim descaracterizá-los; passivamente pela repressão pura e simples aos demais projetos. Horizonte que é estruturação do campo das lutas, das alianças, do permitido e do interdito. Racionalidade de classe que se faz história e que obriga às demais classes a pensar-se nessa história que não é a delas (1996, p. 34).

A partir do conceito de hegemonia pode-se apontar a realização, complexa e marcada por contradições e tensionamentos constantes, da identificação entre dominantes e dominados, dirigentes e dirigidos.

1.3.1 Análise das correlações de força

Para não dar margem a interpretações idealistas, deve-se compreender a hegemonia no terreno concreto dos embates políticos. É no parágrafo 17 do Caderno 13 que Gramsci sintetiza o problema em sua materialidade. Tomando como base analítica o prefácio de 1859 o autor extrai o que chama de dois cânones¹⁸ interpretativos essenciais para sua elaboração. A partir disso ele procede a análise das correlações de força, que se dividem nos momentos estrutural, político e militar.

¹⁸ No texto de Gramsci: “1) o de que nenhuma sociedade se põe tarefas para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes [...]; 2) e o de que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes que se tenham desenvolvido todas as formas de vida implícitas em suas relações.” (p. 36). Vale mencionar que o autor substitui “condições materiais” no texto original de Marx por “condições necessárias e suficientes”, e “forças produtivas” por “formas de vida”.

Ao momento estrutural corresponde a análise do desenvolvimento objetivo das relações econômicas. É o que o autor chama de “realidade rebelde” (CC13, §17, p. 41), uma vez que se refere à realidade dada. Ao momento militar corresponde o ato decisivo da insurreição das forças populares, para o qual a organização e a extensão numérica são fundamentais.

Mas é o segundo momento que interessa a este estudo. O momento das relações de força políticas refere-se ao grau de homogeneidade, organização e autoconsciência dos grupos sociais. Ele se divide em outros três momentos distintos. O primeiro e mais elementar é o que o autor denomina de “econômico-corporativo”. Nesse ponto um dado indivíduo se reconhece em outro a partir de uma identificação imediata. Segundo Gramsci, “um comerciante sente que *deve* ser solidário com outro comerciante [...] mas o comerciante não se sente ainda solidário com o fabricante” (CC13, §17, p. 41). Assim, o processo de identificação ocorre com o grupo homogêneo mais imediato e não com o grupo social mais amplo.

O segundo momento refere-se ao grupo social mais amplo, mas ainda limitado ao campo econômico. “Já se põe neste momento a questão do Estado, mas apenas no terreno da obtenção de uma igualdade político-jurídica com os grupos dominantes, já que se reivindica o direito de participar da legislação e da administração e mesmo de modificá-las” (CC13, §17, p. 41). Este momento, então, é o resultado de uma identificação maior, contudo, produzida e pensada nos marcos da ordem hegemônica e sem entrar em contradição com esta. Pode-se afirmar que a força e a legitimidade do ordenamento existente ainda estão intocadas a ponto de canalizar para si demandas e reivindicações do grupo social mais amplo, ou ainda, que este pensa sua própria condição a partir dos marcos políticos existentes.

O terceiro momento é o da passagem à hegemonia em sentido restrito. Refere-se a superação plena do momento econômico-corporativo tornando-se essencialmente político. É o que Gramsci chama da passagem das estruturas às superestruturas complexas, ou ainda, “é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em ‘partido’, entram em confrontação e lutam” (CC13, §17, p. 41-42), de modo a que uma delas se irradie pelo conjunto social tornando-se, além de unidade de fins econômico-corporativos, força e unidade intelectual e moral, “pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano ‘universal’, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de subordinados” (CC13, §17, p. 41-42).

O que se deve destacar destes três momentos, particularmente deste último, é o processo de constituição da massa “para si”. Gramsci é preciso em mostrar que a identificação

dos grupos passa do plano imediato, determinada por interesses particulares e não políticos, ao plano do universal, tornando-se políticos e apresentando-se como “partido” diante dos demais grupos e do próprio Estado. O embate, neste ponto, ocorre na sociedade civil e começa a direcionar-se para a sociedade política, dando expressão e vazão às contradições que estão presentes nas relações entre os grupos sociais. As relações de dominação e subordinação tendem a se revelar mais nitidamente e, assim, revelar a constituição e identidade dos próprios grupos em conflito.

1.4 NOTA SOBRE OS GRUPOS SUBALTERNOS

Ao longo das notas reunidas nos Cadernos do Cárcere é possível perceber que seu autor utiliza em diversos momentos o conceito de subalternos. De acordo com Buttigieg (2009), não há um conceito definido e acabado de subalternos em Gramsci. Entretanto, pondera o autor, os grupos sociais subalternos não se reduzem ao proletariado ou a classe operária, embora diversas vezes se confundam com estes (BUTTIGIEG, 2009, p. 827). Outros comentadores de sua obra irão sustentar que o conceito refere-se essencialmente às classes trabalhadoras. Numa breve passagem sobre o problema da dominação e dos povos coloniais na obra de Gramsci, Medici (2007) comenta que “Gramsci unificará depois sua concepção de domínio com a categoria compreensiva dos ‘subalternos’” (p. 37), o que abre uma linha de diálogo deste conceito com o problema das nacionalidades oprimidas¹⁹, reforçando a ideia de maior amplitude.

No Caderno 25 Gramsci apresenta algumas notas que ajudam a compreender o significado com que utiliza a noção de subalternidade. Numa rápida e instigante afirmação, é dito que “para uma elite social, os elementos dos grupos subalternos têm sempre algo de bárbaro ou patológico” (GRAMSCI, CC25, p. 131). Aqui se observa com bastante nitidez a estigmatização social destes grupos, ponto que pode servir de apoio para uma aproximação com a população LGBT. É interessante observar que se trata da imposição do sentido, quando não de uma identidade, que pode estar relacionada ao lugar que os subalternos ocupam no interior das relações de poder entre os grupos sociais. Este elemento “bárbaro ou patológico” imputado aqueles só faz sentido se compreendido como imposição externa, meio e produto da relação de subordinação.

Já no §2 do mesmo caderno é apontada como característica dos subalternos sua desagregação (GRAMSCI, CC25, §2, p. 135). Assim, mesmo que haja certa tendência à unificação, esta sofre a interferência dos grupos dominantes, o que leva Gramsci a fazer um alerta metodológico, falando sobre a importância de se analisar as iniciativas autônomas destes grupos, uma vez que raras e significativas. De acordo com Simionatto (2009):

No âmbito da sociedade civil, a classe dominante, através do uso do poder por meios não violentos, contribui para reforçar o conformismo, apostando na desestruturação

¹⁹ O conceito de subalterno deu origem a diversos estudos sobre sociedades que outrora foram colônias europeias. A este respeito destaca-se a análise sobre como o Sujeito Colonizador analisa o Outro da periferia do imperialismo na obra de Spivak (2010).

das lutas das classes subalternas, reduzindo-as a interesses meramente econômico-corporativos (p. 43).

Essa ideia é reforçada no §4 do caderno, onde é mencionado que o Estado moderno abole algumas iniciativas tradicionais de autonomia dos subalternos, que renascem sob outra forma, como partidos, sindicatos etc. Isso conduz a subordinação à hegemonia ativa do grupo dirigente e dominante. (GRAMSCI, CC25, §4, p. 139).

Mas é no §6 que se joga maior luz sobre o problema:

a unidade histórica fundamental, por seu caráter concreto, é o resultado das relações orgânicas entre Estado ou sociedade política e “sociedade civil”. As classes subalternas, por definição, não são unificadas e não podem se unificar enquanto não puderem se tornar “Estado”: sua história, portanto, está entrelaçada à da sociedade civil, é uma função “desagregada” e descontínua da história da sociedade civil (GRAMSCI, CC25, §6 p. 139-140).

De acordo com Simionato (2009), o processo de assimilação dos subalternos à vida estatal opera no sentido de equalizar jurídica e politicamente os grupos sociais. O que chama a atenção é a relação entre a equalização das diferenças a partir da igualdade jurídico-política, no Estado, e a produção de certa passividade, por meios não violentos, a partir da manutenção dos interesses dos subalternos em estado econômico-corporativo no âmbito da sociedade civil. Ou seja, o grupo hegemônico, tanto na sociedade civil quanto a partir do Estado, atua no sentido de “desorganizar a turba”, ou ainda, de impedir a elevação de seus interesses à dimensão política “para si”, o chamado “tornar-se Estado”. Trata-se, portanto, de inviabilizar a passagem do momento de constituição política dos grupos subalternos no interior das correlações de força concretas de que falava Gramsci.

A luta contra a subordinação, então, é a luta pela conquista da autonomia. Isso não reduz o conflito ao choque contra a coerção dos dominantes, mas o situa também no terreno da sociedade civil, da luta ideológica, ou ainda da tática da guerra de posição (BUTTIGIEG, 2009, p. 828). Como diz Gramsci, trata-se de se adquirir a “consciência da própria personalidade” (Q3, §49, p. 333). Isso passa, também, pelo problema de se construir uma identidade em oposição à identidade imposta. Não se trata, portanto, de identidade nos termos essencialistas, uma vez que isso seria antagônico ao marxismo, que entende o ser humano

como histórico. Passa, então, pela afirmação de uma identidade que revele a relação de poder que constrói a subordinação²⁰ e que possa se elevar ao plano político tornando-se “partido”.

É interessante observar que a subordinação é o resultado de uma configuração de poder que passa pela ideologia, tal como diz Buttigieg:

Para ser eficaz, então, a luta contra a configuração de poder que reforça a subalternidade deve ser direta contra o fronte ideológico – em seguida [*quindi*] a estratégia adequada não é um ataque frontal contra a sede do poder (cujo colapso não provoca sozinho uma mudança substancial), mas uma “guerra de posição” no terreno da sociedade civil (BUTTIGIEG, 2009, p. 828).

O processo de estigmatização que sofrem os subalternos, e que é imposto pela cultura dominante, implica no silenciamento ou mesmo na irracionalidade (diante da racionalidade hegemônica) de seu pensamento e suas ações. Isso coloca, por fim, a questão da nova hegemonia, da constituição do bloco que pretende a universalidade. Mas a luta contra a subalternidade, em Gramsci, é também uma questão de ordem político-prática e não meramente cultural.

Embora não haja acordo entre os estudiosos da obra de Gramsci acerca do alcance do conceito de subalternos, geralmente seu uso refere-se aos segmentos explorados e empobrecidos da sociedade, numa nítida referência a instância estrutural. Nesta tese o conceito será relativamente alargado para dar conta da população LGBT, cujas determinações que sofre pouco se vinculam aquela instância. Em verdade, esta população tem sua identidade determinada e imposta externamente por meio de variados mecanismos que operam no terreno das superestruturas políticas e ideológicas, incluindo-se aí a moral, a religiosidade, a ciência etc. Para todos os efeitos, trata-se nitidamente de um conjunto de indivíduos que é alvo de relações de poder e subordinação no âmbito político-cultural. O processo de estigmatização tem determinado seu silenciamento ao longo do tempo e, a não ser muito recentemente, sua existência se deu de modo atomizado, inorgânico e desagregado. É no período mais recente que tem se organizado enquanto sujeito político e social com força suficiente para incidir no jogo das relações de poder tanto na sociedade civil quanto na sociedade política. Isso está gerando implicações também no terreno ideológico, uma vez que

²⁰ Ainda no Caderno 25, Gramsci comenta a situação dos escravos na Roma antiga, num episódio no qual um senador se colocou contrário à identificação dos escravos no espaço público por meio do uso de roupas específicas “por temor de que eles se tornassem perigosos, ao se darem conta de seu grande número” (GRAMSCI, CC25, p. 142).

sua emergência como ator em busca de legitimidade incide sobre valores e hierarquias que organizam a visão de mundo hegemônica.

Antes de passarmos para a análise do movimento LGBT e da sua relação com o governo e o Estado é necessário intervir no recente debate sobre gênero e sexualidade. A realização de um diálogo crítico entre este debate e o marxismo permitirá articulá-lo com a instância macro-estrutural do Estado e problematizar sua relação com a sociedade civil e o movimento LGBT como sujeito político. Do mesmo modo, permitirá articular instrumentos analíticos e conceituais, e as problemáticas para as quais se aplicam, com o instrumental teórico até aqui apresentado. Com isso será possível completar a parte teórica desta tese e passar à análise dos dados empíricos.

CAPÍTULO II - DIÁLOGOS CRÍTICOS COM O PÓS- ESTRUTURALISMO E A TEORIA *QUEER*

2.1 FOUCAULT E A SEXUALIDADE: O SUJEITO ENTRE DUAS DIMENSÕES DO PODER

A discussão acerca do gênero e da sexualidade ganhou forte impulso a partir dos anos 1960, com o chamado feminismo de segunda onda. A contribuição da crítica feminista foi decisiva para alargar o campo das ciências sociais. Alguns anos depois, a terceira onda do feminismo se conformou a partir da influência dos estudos sobre gays e lésbicas e recebeu a contribuição da corrente pós-estruturalista francesa, com forte destaque para as elaborações de Michel Foucault. Novas e originais problemáticas foram inseridas e questões até então invisibilizadas ganharam destaque. A partir da recusa de teorias totalizantes, entendidas como autoritárias, fala-se mesmo em uma “epistemologia feminista”, que trouxe à luz o caráter marcadamente naturalizador de hierarquias do pensamento social instituído (RAGO, 1998). Uma das marcas deste processo foi o questionamento de pressupostos teóricos antes naturalizados, como a definição mesma de sujeito, de política e poder etc.

A análise da obra foucaultiana não pretende ter a extensão da parte anterior. Contudo, buscará abarcar alguns aspectos que se articulam com a problemática da relação entre Estado e sociedade civil e o problema dos subalternos como sujeitos políticos. Ao mesmo tempo, a exposição também irá apontar alguns aspectos que se aproximam e se distanciam da discussão anterior. Por fim, é de suma importância destacar que alguns conceitos e ideias centrais na obra de Foucault servem de base para a teoria *queer*. Ao expô-los e problematizá-los será possível percorrer alguns pontos de ligação entre ambas e dar maior sustentação teórica para este estudo.

2.1.1 O sujeito e o poder

O ponto de partida para a exposição de Foucault não é sua analítica do poder em si, tampouco sua relação com o saber ou o problema da sexualidade. Embora suas pesquisas estejam essencialmente associadas a tais questões, em um de seus últimos escritos o filósofo afirma

que: “Meu objetivo, ao contrário, foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos.” (FOUCAULT, 2010a, p. 273). Assim, a constituição do sujeito na modernidade é o elemento articulador de seus trabalhos e que dá organicidade ao conjunto dos temas que estuda. É interessante perceber que este é um dos principais pontos de convergência com a obra de Judith Butler ao problematizar o sujeito de gênero.

A partir da passagem citada, o autor aponta os três modos pelos quais as pessoas se objetivaram como sujeitos. O primeiro refere-se aos modos de investigação que pretendem atingir o estatuto de ciência: a linguística, com o sujeito do discurso; a economia, com o sujeito que trabalha; e a biologia, com o sujeito que está vivo. O segundo são as denominadas práticas divisoras, que dividem o sujeito em seu interior e em relação aos outros, como o doente e o sadio, o louco e o são, o criminoso e os “bons meninos”. O terceiro refere-se à sexualidade, modo pelo qual as pessoas tornam-se elas próprias sujeitos e se reconhecem como sujeitos de “sexualidade”. A partir disso, conclui o autor que: “Assim, não é o poder, mas o sujeito, que constitui o tema geral de minha pesquisa” (FOUCAULT, 2010a, p. 274).

É importante, então, precisar o significado da palavra “sujeito”, uma vez que tem gerado diversas interpretações. Nas palavras do autor:

Há dois significados para a palavra *sujeito*: sujeito ao outro através do controle e da dependência, e ligado à sua própria identidade através de uma consciência ou do autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e sujeita (FOUCAULT, 2010a, p. 278).

Com essas duas definições Foucault articula a problemática do sujeito à sua constituição pelo poder, tratando do tema como o processo de “submissão da subjetividade”. É interessante observar que o sujeito não é anterior ao poder, tampouco externo a ele. De acordo com Machado (1981) não se pode compreender o poder como força que incide desde fora e anula os sujeitos, ao contrário, é a própria força que os constitui enquanto tais. É neste sentido que a subjetividade é politicamente produzida e a identidade é constituída como a sujeição a tal subjetividade a partir da força da norma e da verdade. Deste conjunto se apreende o significado da expressão foucaultiana “sujeito como efeito de poder”.

Buscando maior precisão conceitual, é necessário avançar numa definição que sirva para a compreensão da constituição dos sujeitos. O poder, enquanto tal e num plano mais abstrato, é a “ação sobre as ações”. Foucault o resume ao governo, não no sentido do Estado,

mas no de dirigir a conduta ou o comportamento de pessoas e grupos: “O exercício do poder consiste em ‘conduzir condutas’ e em ordenar a probabilidade” (FOUCAULT, 2010b, p. 288). Ou seja, “estruturar o campo de ação” mediante formas mais ou menos calculadas e refletidas. É o governo das crianças, das almas, das pessoas etc. Nesse sentido, a violência e o consenso são seus instrumentos e/ou efeitos.

É importante destacar, ainda, que o poder só é exercido sobre sujeitos livres. Onde a liberdade foi completamente abstraída não há poder, mas pura violência. A liberdade, portanto, é condição do exercício do poder e seu suporte permanente (FOUCAULT, 2010b, p. 289). Isso remete diretamente ao problema de certa adesão dos sujeitos ao poder, ou ainda de certo grau de *consenso*, usando uma expressão de Gramsci. O fato é que, para o filósofo francês, o poder não pode ser concebido como forma puramente negativa, simples interdição e repressão.

Sobre o seu exercício, o autor diferencia três formas distintas: as capacidades objetivas ou atividades finalizadas; as relações ou sistemas de comunicação e signos; e as relações entre pessoas ou grupos de pessoas – o poder propriamente dito. Embora distintas, essas três formas de atividade são complementares e intercambiáveis. Quando perfeitamente articuladas (ainda que variando seu equilíbrio em cada caso) conformam blocos, constituindo o que ele chama de disciplinas, como a escola, o quartel etc. A disciplinarização da sociedade ocidental, desde o século XVIII, foi o ajuste cada vez mais racional e econômico destas três dimensões (FOUCAULT, 2010b, p. 286).

Por fim, e como marca própria de sua concepção, o poder não obedece a um princípio primordial nem tem um lócus definido, sendo múltiplo ele está em todos os lugares e sua organização não é homogênea nem obrigatoriamente coerente. Os poderes disciplinares, ao atuarem sobre a sociedade europeia em plena transformação, tiveram como resultado “aumentar a utilidade econômica e diminuir os inconvenientes, os perigos políticos; aumentar a força econômica e diminuir a força política (MACHADO, 1981, p. XVI). Ainda que isso possa sugerir certa racionalidade ou propósito anterior ao poder mesmo, Foucault deixa um importante alerta: “Estas táticas foram inventadas, organizadas a partir de condições locais e de urgências particulares. Elas se delinearão por partes antes que uma estratégia de classe as solidificasse em amplos conjuntos coerentes” (FOUCAULT, 2005, p. 222).

Deste modo, o autor recusa a ideia de uma configuração de poder necessária, abrindo espaço para força da contingência. Isso ajuda a explicar a noção de poder difuso, sem centro ou local de irradiação e sem um sujeito particular a exercê-lo.

É possível, contudo, fazer certa objeção a uma interpretação demasiado “antiteleológica” do poder. Embora o filósofo trace alguns comentários polêmicos com marxismo, percebe-se nitidamente uma crítica a leituras deterministas e economicistas muito populares no contexto da França de sua época²¹. Ao analisar o nascimento da medicina social, do hospital, da casa dos loucos, da prisão e as reformas urbanísticas das principais cidades europeias na transição à modernidade²², percebe-se que as chamadas “condições locais” e “urgências particulares” não são de todo aleatórias. Ao contrário, configuram e conectam-se aos processos mais gerais e respondem a problemas que emergem das transformações que ocorriam no momento. Não de modo mecânico ou linear, porém marcadas por descontinuidades, contradições e retrocessos. Não se trata de fazer a defesa, em Foucault, de mudanças de natureza teleológicas, contudo trata-se de contrabalançar o peso excessivo que se atribui à natureza contingente do poder.

2.1.2 O poder sob dois eixos: totalização e individualização

Uma vez compreendido o problema do poder num plano mais abstrato, pode-se passar a análise de seus efeitos mais concretos. Nesse terreno, o Estado ganha destaque. Deve-se lembrar que, para o autor, ele não é o *locus* central do poder e nem sua fonte de irradiação, ainda que, é necessário destacar, Foucault não despreze sua importância e força. Igualmente, seria errôneo compreendê-lo como ente que existe e atua externamente e por sobre os indivíduos.

Segundo o autor: “O poder do Estado (e esta é uma das razões de sua força) é uma forma de poder tanto individualizante quanto totalizadora.” (FOUCAULT, 2010a, p. 279). A partir desta passagem o autor estabelece dois eixos de análise que permitem compreender as articulações que moldam os sujeitos e o ligam ao Estado.

Em sua constituição, o Estado apoiou-se nas tecnologias de poder da pastoral cristã; a característica essencial do poder pastoral é a de orientar-se e orientar para a salvação (no outro mundo). Ele cuida da vida do rebanho e não só do poder do trono. Cuida da comunidade de conjunto, mas também e principalmente de cada indivíduo e por toda sua vida. É exercido por

²¹ As polêmicas com os posicionamentos do PCF, os debates com defensores do Maoísmo e suas críticas as interpretações oficiais da então URSS contidas na “Microfísica do Poder” (2005) embasam esta ressalva.

²² Cf. Microfísica do Poder (2005).

meio da confissão, conhecendo os segredos íntimos de cada um de modo a dirigir-lhes sua consciência.

Assim, o Estado moderno não se ergueu acima dos indivíduos nem ignorando-os, mas antes: “como uma estrutura muito sofisticada, na qual os indivíduos podem ser integrados sob uma condição: que essa individualidade fosse moldada em uma nova forma e submetida a um conjunto de modelos muito específicos” (FOUCAULT, 2010a, p. 281). O nexos de continuidade que o autor estabelece com as funções pastorais, que depois sofreram profundas mudanças, implica na incorporação das pessoas à vida estatal a partir da submissão da subjetividade. O indivíduo é, portanto, integrado ao poder estatal em sua constituição mesma.

Deste modo, o Estado é uma nova matriz de individualização ou um novo poder pastoral. Não mais com o objetivo de salvação num outro mundo, mas neste. É a garantia da saúde e proteção além de outros objetivos mundanos.

Também é afirmado um reforço da administração da pastoral a partir de instituições do Estado com caráter disciplinar, como a polícia e serviços públicos, hospitais etc. Mas deve-se incluir nesse reforço as instituições privadas, como empresas, empreendimentos e associações filantrópicas. Outro traço deste novo poder pastoral é a multiplicação de objetivos e de agentes do poder, que tem como alvo a produção de conhecimento sobre o ser humano, dando lugar ao saber. Estes conhecimentos são distribuídos em dois polos: um referente à população, quantitativo e globalizador; outro, referente ao indivíduo, de caráter analítico. (FOUCAULT, 2010a, p. 282). Com isso o poder pastoral, até então localizado na Igreja, foi ampliado e multiplicado por diversas instituições a partir de táticas individualizantes, como a família, a medicina etc.

É interessante notar que o autor articula instituições públicas e privadas associando-as aos efeitos individualizantes do poder estatal. Ao mesmo tempo, ele é enfático em afirmar que o Estado não existe como ente isolado e distante das pessoas, em si e por si, mas ao contrário, trata de incorporá-las ao seu poder, à sua constituição, incidindo em sua subjetividade e identidade. Isso permite traçar certo paralelo com o problema posto por Gramsci e Marx acerca da emergência do indivíduo como cidadão do Estado. Segundo Marx (2010a), o cidadão político, como figura central das sociedades após a modernização política dos Estados, só é possível mediante o esvaziamento de suas determinações sociais, o que se completa pela determinação, desde o Estado, do significado político dos indivíduos tomados

de modo atomizado²³. Não é outro o problema de Gramsci quando trata do Estado Ampliado, articulando aparelhos estatais e privados, que atuam de modo a manter os grupos sociais em sua forma e consciência econômico-corporativas. Ou seja, a integração à vida estatal ocorre mediante a imputação da liberdade e igualdade em âmbito jurídico-político, servindo de meio para o reconhecimento de si próprio de modo inorgânico e individualizado. A inteligibilidade de si é mediada pela função individualizante do Estado Integral.

O eixo do poder como totalizador, já no século XVII, segundo Foucault, ocorre na emergência da população como problema *de* e *para* o governo. Isso permitiu também a emergência da economia como nível da realidade, apoiando-se na população e em seus fenômenos particulares (natalidade, epidemias, força de trabalho, mortalidade etc.). Desse modo, o segundo eixo em que atua o poder opera no sentido de abarcar contingentes inteiros de pessoas.

O mecanismo fundamental utilizado pelo Estado como forma de acesso à população passa a ser a família, que “vai tornar-se instrumento, e instrumento privilegiado, para o governo da população” (FOUCAULT, 2005, p. 289). Essa forma de governo da população é marcada pela massificação ao invés da individualização, e tem como traço distintivo a gestão e maximização da vida. Sua saúde, suas capacidades produtivas, sua organização, o direcionamento de suas energias e atividades e principalmente sua longevidade tornam-se objeto de preocupação e atuação do poder totalizante. Em função dessas características ele também será chamado pelo autor de Biopoder.

É no século XVIII que a família apresenta-se plenamente como meio instrumental em relação à população. Isso consolida a população como objetivo final do governo:

A população aparece, portanto, mais como fim e instrumento do governo que como força do soberano; mas também como objeto nas mãos do governo; como consciente, frente ao governo, daquilo que ela quer e inconsciente em relação àquilo que se quer que ela faça. O interesse individual – como consciência de cada indivíduo constituinte da população – e o interesse geral – como interesse da população, quaisquer que sejam os interesses e as aspirações daqueles que a compõem – constituem o alvo e o instrumento fundamental do governo da população (FOUCAULT, 2005, p. 289).

²³ “Portanto, para se comportar como *cidadão real do Estado*, para obter significado e eficácia políticos, ele deve abandonar sua realidade social, abstrair-se dela, refugiar-se de toda essa organização em sua individualidade; pois a única existência que ele encontra para sua qualidade de cidadão do Estado é sua *individualidade* nua e crua, já que a existência do Estado como governo está completa sem ele e que a existência dele na sociedade civil está completa sem o Estado. Apenas em contradição com essas *únicas comunidades existentes*, apenas como *indivíduo*, ele pode ser *cidadão do Estado*.” (MARX, 2010a, p. 95).

O desenvolvimento da economia política não destituiu o problema da soberania, ao contrário, torna-o mais agudo. Com isso, as técnicas de disciplina da população figuram como essenciais, formando o tripé de soberania, disciplina e gestão governamental que tem a população como alvo principal (FOUCAULT, 2005, p. 291).

A abordagem do poder sob os dois eixos expostos traz uma consequência central para a compreensão do Estado. Foucault comenta que este, tomado em si mesmo, não chega a ser o problema político mais importante. Hoje mais do que antes, ele não tem sua individualidade, unidade e funcionalidade tão rigorosamente definidas tal como se acredita. O Estado é muito mais uma “realidade compósita e uma abstração mistificada” (FOUCAULT, 2005, p. 292). E mesmo suas dimensões e fronteiras, como definição de público e de privado, do que seja estatal ou não, dentre outras, são determinadas pelas táticas de governo. E deve-se incluir nestas táticas a atuação sob aqueles dois eixos de modo articulada, o governo das populações e dos indivíduos, a disciplina e o biopoder.

Ao fazer isso, Foucault desloca o problema do poder do terreno estrito do Estado. Isso implica em esvaziar o objetivo estratégico da tomada da máquina estatal e recolocar o problema para as formas flexíveis e o variado alcance das táticas de governo: “O que é importante para nossa modernidade, para nossa atualidade, não é tanto a estatização da sociedade, mas o que chamaria de governamentalização do Estado” (FOUCAULT, 2005, p. 292).

Ao fazer tal formulação, e deslocar o problema da revolução para as técnicas políticas de governo, o autor pode sugerir que o sucesso do Estado em sobreviver está na flexibilidade de tais técnicas de gerir a população, e isso persiste como problema mesmo na URSS ou China de sua época. A questão do poder, portanto, permanece mesmo onde o Estado foi tomado.

Diante dessa conclusão é interessante observar duas coisas. A primeira é que a questão do poder se amplia para além do Estado, alargando-se pela sociedade civil. Assim, diante da redução do problema político à tomada da máquina estatal Foucault faz a mesma crítica que Gramsci já havia feito aos que adotam a tática da guerra de movimento como forma exclusiva de ação. Se o poder amplia-se pela sociedade sob variadas formas, então a questão remete aos confrontos que ocorrem também e principalmente nela, sob a forma de guerra de posição. O teórico sardo é enfático ao afirmar que a hegemonia deve ocorrer antes do momento militar, que corresponde à insurreição frente ao Estado, e ela não se realiza com sua tomada. Ao contrário, a reforma intelectual e moral tem no poder estatal um momento. Sua realização

plena é posterior a este momento, quando da transformação das “formas de vida” como um todo. Isso deixa a possibilidade de aproximação da crítica que Foucault faz ao então campo soviético com a crítica que Gramsci faz à URSS dos anos 1930, particularmente o debate sobre centralismo e centralismo burocrático (GRAMSCI, CC13, §36) e ao que chama de *estatolatria* (GRAMSCI, CC8, §130, 142). O poder estaria organizado, segundo o sardo, de tal modo que não permitiria a superação da relação entre governantes e governados, mantendo e reproduzindo as relações de subordinação sob a forma do centralismo burocrático. O Estado identificado como “governo de funcionários”, ou ainda a burocracia, que nos cadernos é reconhecida como força conservadora e perigosa, torna-se fator que sufoca as iniciativas individuais e coletivas da sociedade civil. Representa elemento de controle e regulação desta, mantendo a sua subordinação.

Tal aproximação, contudo, não deve permitir pensar que entre ambos há acordo quanto à estratégia. O filósofo francês recusa, até onde se sabe, a possibilidade ou o objetivo do que Gramsci chama de reforma intelectual e moral. Sua proposta de resistência situa-se no nível imediato da relação de poder, enquanto lutas de negação de tal relação. Não são lutas contra um inimigo maior, grupo, governo ou classe:

São lutas que questionam o estatuto do indivíduo: por um lado, afirmam o direito de ser diferente e enfatizam tudo aquilo que torna os indivíduos verdadeiramente individuais; por outro, atacam tudo aquilo que separa o indivíduo, que quebra sua relação com os outros, fragmenta a vida comunitária, força o indivíduo a se voltar para si mesmo e o liga à sua própria identidade de modo coercitivo (FOUCAULT, 2010a, p. 277).

Para o autor, a resistência não é tanto contra um inimigo específico, mas contra uma forma de poder “que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm de reconhecer nele.” (FOUCAULT, 2010a, p. 278).

Ainda que isso implique em produção de novos equilíbrios e, por consequência, em transformação das microrrelações políticas, o teórico não parece sugerir o que para Gramsci é uma preocupação central, a elaboração da ideologia como partido, a elevação das vontades particulares ao plano do político e do universal – o programa.

Essa diferença essencial está associada ao modelo de poder “ascendente” que Foucault utiliza para compreender o Estado. No caso, a relação deste com os indivíduos dispersos na

sociedade decorre de capilaridades de poder que brotam desde “baixo”, retirando do poder um centro organizador, ainda que não se ignore a presença do polo de “cima”.

2.1.3 A sexualidade como ponto de intersecção

Ao longo dos séculos XVII e XVIII ocorre uma transição do poder soberano ao poder disciplinar. De acordo com Pogrebinschi (2004), não só na História da Sexualidade, como também em *Vigiar e Punir*, o filósofo francês desenvolve a ideia de que:

há séculos já havia sido instaurado um tipo de sociedade na qual o jurídico passou a perder progressivamente a sua capacidade de codificar e representar o poder. Alterando-se, portanto, a chave de interpretação histórica, olhando as sociedades modernas mais de perto, percebe-se que o direito cede lugar à técnica, bem como a lei à normalização (p. 187).

O processo se dá pela multiplicação de instituições de disciplina (oficinas, escolas, prisões etc.). O poder disciplinar não tem um centro visível, tal como é o soberano no poder soberano. Ao contrário ele é múltiplo e invisível, dispersando-se pela sociedade e atuando através dos corpos das pessoas por meio da disciplina. Esta tem por função aumentar a produtividade dos indivíduos mediante sua docilidade e utilidade, diminuir os custos econômicos e políticos do exercício do poder e estender ao máximo seu alcance e efeitos.

O biopoder, por sua vez, acopla-se à disciplina em vez de substituí-la. Como dito antes, é o poder exercido sobre populações e, ao invés de individualizar, ele massifica. Em seu exercício origina novas instituições estatais e privadas. O biopoder está ocupado com populações e cidades e todo tipo de fenômeno de massas em que possa aí incidir. Disso surgem os *mecanismos reguladores* que permitem otimizar a vida e operacionalizar o governo das populações e dos indivíduos.

É diante desta analítica, dividida em dois eixos centrais, o biopoder e o poder disciplinar, que a contribuição do filósofo acerca da sexualidade ganha todo seu significado e relevância:

De acordo com Foucault, a sexualidade se tornou um campo de importância estratégica no século XIX justamente porque dependia, simultaneamente, de processos disciplinares e biológicos, individualizantes e massificantes, controladores e regulamentadores... enfim, a sexualidade se situa exatamente entre os corpos dos

indivíduos singulares e a unidade múltipla da população (POGREBINSCHI, 2004, p. 197).

A sexualidade, portanto, atua como dispositivo político que está situado entre o poder totalizante e o individualizador, operando como ponto de articulação entre ambos. Nesse sentido, ela é altamente instrumental às relações de poder (FOUCAULT, 1988, p. 114).

Para operar tal articulação, ela se apoia em alguns elementos chave. A família, como apontado antes, serve de *locus* privilegiado (FOUCAULT, 1988, p. 121-122). Ela torna-se a primeira instância para a intervenção das práticas médicas sobre os indivíduos (Foucault, 2005, p. 200). Em seu interior se transpõem do Estado e das instituições reguladoras para seus membros os discursos que permitem codificar a sexualidade.

Antes de avançar, contudo, é preciso mencionar uma das mais importantes elaborações teóricas do autor acerca da sexualidade, a discussão sobre a Hipótese Repressiva. Na contramão do que se afirmou ao longo do último século, “Não se fala menos do sexo, pelo contrário. Fala-se dele de outra maneira; são outras pessoas que falam, a partir de outros pontos de vista e para obter outros efeitos” (FOUCAULT, 1988, p. 33). Segundo o autor, é um equívoco pensar que a sexualidade tenha sido alvo exclusivo de repressão e interdição. Porém, este equívoco é parte dos efeitos do poder que se exerce sobre a própria sexualidade, ou desta enquanto dispositivo sobre os indivíduos. O que marca o período recente da história ocidental é uma explosão de discursos sobre o sexo. E é esta explosão que revela os mecanismos políticos que operam sobre ele. Quem está autorizado a falar, quem deve escutar, que cuidados se deve ter, que desejos e práticas são aceitáveis ou não, que segredos o sexo, à revelia da pessoa, resguarda etc. Em torno destes problemas uma aparelhagem foi construída, desde discursos, passando por instituições até a organização arquitetônica dos espaços sociais obedeceram às preocupações com a regulação sexual. E, acima de tudo, como marca deste processo, um conjunto imenso de saberes foi produzido.

No final do século XIX, a medicina e a justiça penal, agindo em torno do sexo, atuaram:

tratando de proteger, separar e prevenir, assinalando perigos em toda parte, despertando as atenções, solicitando diagnósticos, acumulando relatórios, organizando terapêuticas; em torno do sexo eles irradiaram os discursos, intensificando a consciência de um perigo incessante que constitui, por sua vez, incitação a se falar dele. (Foucault, 1988, p. 37).

Inicia-se assim a medicalização e patologização do sexo. A intervenção da medicina teve peso decisivo na produção e imposição de um discurso sobre a sexualidade pautado pela necessidade de seu controle. Portador e transmissor de doenças, o sexo era objeto de preocupação: “daí o projeto médico, mas também político, de organizar uma gestão estatal dos casamentos, nascimentos e sobrevivências; o sexo e sua fecundidade devem ser administrados” (FOUCAULT, 1988, p. 129).

Além de sua gestão e mesmo para poder exercê-la, cujo objetivo era a segurança e a saúde do corpo da população, a medicalização do sexo demandou conhecê-lo. A saturação dos discursos em torno da sexualidade, ao invés de reprimi-la, produziu para seu controle toda uma catalogação de patologias e perversidades. Isso marca uma mudança qualitativa na relação com o sexo. Segundo o autor, antes deste momento, a regulação da sexualidade pautava-se essencialmente por um modelo de tipo jurídico e/ou religioso. A díade pecado-crime delimitava as condutas das pessoas e um pederasta seria preso por seu crime, sendo no máximo, um reincidente. Este modelo começou a ceder lugar ao modelo médico-científico, que então passou a localizar, a partir das patologias sexuais, algo de essencial nos indivíduos. A força destas catalogações é tamanha que, mesmo sem o saber, uma dada perversão sexual determina a essência de uma pessoa, está em sua substância mesma. Como exemplo e contraponto ao crime da pederastia, o autor cita a emergência de um novo espécime, o homossexual.

Listando perversões e disseminando medo, a medicalização da sexualidade aproximava e juntava coisas da velha ordem à nova. Os antigos medos da doença venérea à assepsia e higiene. O mito evolucionista às instituições de saúde pública e ao objetivo da saúde do corpo social (FOUCAULT, 1988, p. 62). Assim, a *Sientia Sexualis* se fez uma urgência biológica e histórica, respaldando e ordenando a atuação do poder sob aqueles eixos mencionados.

Como efeito dessa produção de discursos e ainda entre o poder disciplinar e o biopoder, emergiu e passou a operar a figura da norma:

Há, portanto um elemento em comum que transita entre o poder disciplinar e o biopoder, entre a disciplina e a regulamentação, e que possibilita a manutenção do equilíbrio entre a ordem disciplinar do corpo e a ordem aleatória da população. Esse elemento é a *norma* [...] A norma da disciplina e a norma da regulamentação dão origem ao que Foucault chama de *sociedade de normalização* (POGREBINSCHI, 2004, p. 197).

A norma, neste momento, não deve ser tomada em seu sentido jurídico, mas antes em sentido científico de normalidade. Isso em nada significa que ela não opere na direção do “dever ser”, ao contrário, seu conteúdo encerra sempre uma normatividade implícita ou não. O fato é que a ideia de normalidade é central para se delinear as patologias e catalogar as perversões sexuais. E na medida em que a organização dos discursos e práticas ocorrem sob esta base, a medicalização da sexualidade opera nem tanto no sentido de punir o erro, mas de tratar o doente. É esta preocupação que instaura os mecanismos de vigilância do corpo, que organiza a vida coletiva de modo a permitir a higiene social e o controle das condutas.

O poder, portanto, passa a atuar como força normalizadora, com base no discurso de patologização da sexualidade que produziu o normal e o anormal. Assim, o dispositivo da sexualidade, atuando entre o poder disciplinar e o biopoder, classifica indivíduos, atribui sentido às práticas e aos desejos e determina a verdade sobre as pessoas produzindo e submetendo suas subjetividades. Tal processo, é importante reforçar, está baseado na lógica da normalização e termina por criar e instaurar um discurso hegemônico acerca da sexualidade. Este é o ponto de partida para a análise da teoria *queer* elaborada por Judith Butler.

2.2 O SUJEITO DE GÊNERO E A PERFORMATIVIDADE EM BUTLER

Na passagem dos anos 1980 para 1990 uma nova corrente teórica emerge nos EUA. Identificando-se com uma expressão cujo significado pode ser entendido como “estranho”, “bizarro” e ao mesmo tempo como um marcado adjetivo pejorativo contra homossexuais, a palavra “*queer*” passou a definir tal corrente. Embora não seja homogênea, ao contrário, a teoria *queer* carrega alguns pressupostos importantes. Segundo Miskolci (2009), ela surge do encontro entre o pós-estruturalismo francês com os estudos culturais norte-americanos, problematizando concepções consolidadas acerca do sujeito, identidade, agência etc. (p. 152). Ainda segundo este autor, o elemento comum que marca a corrente é o questionamento dos pressupostos teóricos dos sujeitos, de modo a desnaturalizá-los como o resultado de processos políticos de normalização (MISKOLCI, 2009, p. 174). Sua recepção no Brasil ocorreu lentamente, ainda no início dos anos 1990 (SOUZA e BENETTI, 2016)²⁴. Contudo, é após algumas publicações de Judith Butler, e particularmente do livro Problemas de Gênero, que este campo ganha impulso significativo no país, na primeira década do novo século.

É importante ressaltar que, da obra de Michel Foucault, a ideia de mecanismos reguladores, associados aos poderes disciplinares e mesmo à biopolítica, exerceram forte influência sobre esta corrente teórica. Do mesmo modo, a noção de sujeito, subjetividade e poder, associadas ao dispositivo da sexualidade, são essenciais para sua compreensão. Com a problematização de tais noções em Foucault será possível, mais adiante, tecer as críticas ao sistema teórico de Butler e apresentar o modelo que servirá de base para este estudo.

2.2.1 O problema do sujeito de gênero

Ao longo de muito tempo os estudos de gênero tomaram como objeto natural as mulheres. Depois de determinado ponto, contudo, ganharam terreno abordagens de tipo relacional, uma vez que aqueles estudos, centrados de modo exclusivo na categoria mulher, ficaram demasiado estreitos (SCOTT, 1995, p. 72). Propondo-se a radicalizar o questionamento dos pressupostos teórico-epistemológicos que baseiam o gênero, a questão central que norteia a produção de Butler é “que configuração de poder constrói o sujeito e o Outro, essa relação

²⁴Embora alguns estudos apontem para 1999 ou 2001 os marcos da recepção da teoria *queer* no país, o estudo dos autores citados demonstra que ao menos desde 1992 suas influências já circulavam na produção acadêmica brasileira (SOUZA e BENETTI, 2016, p. 116-117).

binária entre “homens” e “mulheres”, e a estabilidade interna destes termos?” (BUTLER, 2013, p. 8).

Segundo a autora o fator decisivo por trás do debate é a cultura. Dentro dela reside a língua, como sistema aberto de significação. E é a partir das regras da língua, tomadas como formações históricas de sistemas de enunciados dentro da cultura, que surgem os discursos. Assim, articulado ao discurso e como resultado dele, emerge a norma de gênero como ponto de referência fundamental em sua análise.

A norma de gênero, portanto, produz pessoas generificadas, e produz, igualmente, os tipos desviantes que reforçam a própria norma. Com isso o gênero ganha inteligibilidade no interior da cultura. Para ajudar a elucidar este ponto a autora lança a seguinte definição: “Gêneros ‘inteligíveis’ são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo.” (BUTLER, 2013, p. 38). Assim, é na matriz cultural instituída que se dá sentido às identidades de gênero, não existindo espaço legítimo para construções que não cumpram com a coerência entre sexo, gênero e desejo. Esse processo, que demarca o que é legítimo e inteligível ou não, determina o caráter impositivo do gênero, tendo como centro as “relações de coerência e continuidade” entre os elementos que o constituem.

Para a autora, tal processo produz, como efeito mesmo desta imposição, o que ela chama de uma definição “metafísica” do que seja o gênero, ou ainda, uma *metafísica da substância*, que passa pelo modo de articulação destes três elementos. A necessidade de coerência e continuidade entre eles, como condição de sua legitimação e significado, gera como efeito a ilusão de uma materialidade que antecede e determina o gênero.

Uma das marcas de sua proposta é a recusa de uma materialidade anterior ao significado culturalmente construído. A metafísica da substância de gênero nada mais seria que a expressão deste a partir de um *ideal*²⁵. Ao atuar com força de norma, o gênero tal como é concebido, no sentido de ser inteligível, é um *ideal normativo*.

A inteligibilidade do gênero, então, consolida-se dentro de uma estrutura binária, na qual o masculino existe para o feminino e vice-versa. A estrutura binária, portanto, assume caráter heterossexual reprodutor, no qual a coerência exigida aos elementos que constituem o

²⁵A autora está dialogando com Irigaray, para quem “todos estes modos de ser ou de fazer são platônicos, segundo uma ideia masculina de verdade” (2002, p. 5).

gênero, ao ser organizada dentro desta estrutura binária, torna a heterossexualidade compulsória.

O gênero só pode denotar uma *unidade* de experiência, de sexo, gênero e desejo, quando se entende que o sexo, em algum sentido, exige um gênero – sendo o gênero uma designação psíquica e/ou cultural do eu – e um desejo – sendo o desejo heterossexual e, portanto, diferenciando-se mediante uma relação de oposição ao outro gênero que ele deseja (BUTLER, 2013, p. 45).

O efeito dessa metafísica da substância seria a produção do sujeito, dotado de uma essência interna baseada no gênero, a ideia do Eu coerente, estável e contínuo. Esta é a base do sujeito com essência de gênero que a autora critica.

O que Butler denuncia é essa construção com base em “camadas justapostas”: o desejo sobre o gênero e o gênero sobre o sexo, sendo este último sua “causa” anterior. A articulação de tais elementos se realizaria a partir do desejo heterossexual sobre o sexo/gênero oposto, e essa relação completaria o Eu na oposição ao Outro, de sexo, gênero e desejo opostos. A estrutura binária seria, portanto, condição necessária para a afirmação dessas identidades essencializadas. Segundo a autora, de acordo com o ideal normativo de gênero há uma relação causal entre sexo, gênero e desejo onde o desejo exprime ou reflete o gênero e vice-versa. Essa relação binária seria consolidada – e consolidaria – os seus termos a partir da diferenciação entre masculino e feminino, realizando-se por meio das práticas heterossexuais. (BUTLER, 2013, p. 45). Ou seja, é na relação de diferenciação que se dá a coerência entre os três elementos, e que se produz a ilusão do gênero como substância: Gênero = Substância.

2.2.2 Poder e regulação

Tomando como apoio a problemática do poder em Foucault, a autora afirma que a realização deste processo ocorre por sobre e através dos corpos das pessoas. Isso significa que o ideal normativo de gênero demanda o que ela chama de *práticas reguladoras*. Desse modo, os regimes de poder²⁶ que atuam na sociedade, incidem sobre os corpos de modo a regulá-los:

De hecho, la norma sólo persiste como norma hasta el punto en que se realiza en la práctica social y se re-idealiza y re-instituye en y por medio de

²⁶Butler não chega a especificar os conceitos de biopolítica e poder disciplinar, remetendo a uma noção de regimes de poder ou regimes políticos discursivos como referência mais geral para sua análise.

los rituales sociales diarios de la vida del cuerpo. La norma no tiene un estatus ontológico independiente, pero no se le puede reducir con facilidad a sus instancias; se (re)produce cuando toma forma, a través de los actos que buscan aproximarse a ella, a través de las idealizaciones reproducidas en y mediante esos actos (BUTLER, 2005, p. 22).

A passagem citada é bastante nítida ao apontar os meios e mecanismos pelos quais a norma opera. Esse é o ponto a partir do qual a autora desconstrói a ideia de essência de gênero. Ou seja, suas diferentes expressões, aquelas que as pessoas reconhecem em seu cotidiano, não teriam uma essência anterior a atestar sua autenticidade: “não há identidade de gênero por trás das expressões de gênero; essa identidade é *performativamente* constituída, pelas próprias “expressões” tidas como seus resultados.” (BUTLER, 2013, p. 48). Não há uma substância para a qual adjetivos ou qualidades de gênero se encaixem, derivem ou expressem. Radicalizando a expressão de Beauvoir, as pessoas tornam-se seus gêneros:

se o gênero é algo que a pessoa se torna – mas nunca pode ser –, então o próprio gênero é uma espécie de devir ou atividade, e não deve ser concebido como substantivo, como coisa substantiva ou marcador cultural estático, mas antes como ação incessante e repetida de algum tipo. (BUTLER, 2013, p. 163).

Sua consolidação ocorre pela afirmação de um Outro, que é o Abjeto, aquilo que escapa da norma, o não-heterossexual, a definir os limites da heterossexualidade. Dialogando com Foucault, a autora apoia-se na ideia de normalidade e anormalidade como categorias relacionais para tratar do novo binário que complementa a estruturação do gênero. Hierarquicamente organizado, este binário cumpre função de determinar os limites dos seus termos, o heterossexual e o homossexual. Desse modo, o anormal é requisito para a definição dos limites e fronteiras do normal, o Outro é condição para a identificação do Eu e o homossexual é a categoria logicamente necessária para a consolidação e estabilização do heterossexual²⁷. Numa clara construção de lógica formal, tem-se aquilo que É tomado pelo que Não É e vice-versa. Mas para que esta construção funcione é necessário preservar e reforçar constantemente a linha que separa a fronteira entre os termos. É por meio de mecanismos de regulação e de disciplina que as identidades baseadas nestes binarismos são fixadas sobre os corpos das pessoas (LOURO, 2013).

²⁷ Segundo Sedgwick (2007), o homossexual, como novo espécime é indispensável no século XX, ainda que a força de sua persistência se deva menos as pessoas que essa categoria define, “mas, em primeiro lugar, por causa de sua indispensabilidade para aqueles que se definem contra ela” (p. 43).

2.2.3 Performatividade de gênero

No processo de fixação de identidades de gênero o conceito de performatividade, ou ainda de ação performática, torna-se central na teoria de Butler. O corpo, segundo a autora, é tomado como uma constituição social/cultural de fronteiras por meio da qual uma ordem ideal hegemônica se afirma. A sexualidade passa a ser o local das práticas reguladoras que redesenham as fronteiras do corpo de acordo com linhas culturais. Sua preocupação é, então, “a investigação crítica que levanta as práticas reguladoras no âmbito das quais os contornos corporais são construídos” (BUTLER, 2013, p. 190) fazendo a “genealogia do corpo” a partir da radicalização de Foucault.

Desenvolvendo tal ideia, é afirmado que o próprio corpo é concebido a partir do ideal normativo de gênero. Cada uma das suas partes integram uma totalidade que só pode existir como legitimação deste ideal. A inteligibilidade e a significação do corpo são determinadas a partir da norma ideal e permitem sua existência para a cultura.

As normas regulatórias do “sexo” trabalham de uma forma performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar o sexo do corpo, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual (BUTLER, 2013b, p. 154).

Com isso, tem-se que o corpo sexuado é performativamente construído, ou seja, não é concebível enquanto tal senão pela significação que o discurso lhe atribui a partir da norma de gênero e das práticas reguladoras. Estas determinam suas ações, gestos e tantos outros marcadores de gênero que atuam na superfície dos corpos, tornando-os meios para a materialização e reafirmação constante do ideal que os anima:

Em outras palavras, atos, gestos e desejo produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem *na superfície* do corpo [...]esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são *performativos*, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são *fabricações* manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos (BUTLER, 2013, p. 194).

Com isso, a autora chega a uma conclusão decisiva. O processo que constitui os sujeitos de gênero é um processo político, que atua por meio de mecanismos que regulam a performance dos corpos e neles ganha materialidade. O efeito final é a ilusão de uma

identidade essencializada. É assim que o sujeito emerge como um dado natural e acabado, ou seja, sua aparição enquanto tal é o resultado de um processo que oculta o modo pelo qual ele é fabricado. Assim, e aproximando-se cada vez mais de Foucault, o sujeito é concebido como sujeitado. Não sendo mais aceito como ponto de partida, ele é o ponto de chegada de relações de poder que operam desde o âmbito da cultura e dos discursos e que conformam regimes de regulação que incidem sobre os corpos.

O resultado final deste processo é a afirmação e manutenção de uma hegemonia sexual, ou ainda, de uma matriz heteronormativa que se torna hegemônica. Isso marca o conteúdo político da construção sexual e de gênero que a autora trabalha.

Mas a performatividade também é a chave para subversão desta lógica, na medida em que pode revelar a artificialidade do sujeito generificado. Para assegurar a configuração de gênero hegemônica, as ações performativas precisam ser constantemente repetidas, a ponto de tornarem-se estruturas. A manutenção das fronteiras que demarcam o masculino e o feminino, o heterossexual e o homossexual recorrem à disciplina, à vigilância e à punição. Isso decorre do fato de que a repetição pode produzir variações, e é essa possibilidade de variação que carrega o potencial subversivo da performatividade. Uma vez que a normatividade que orienta a performance decorre de um ideal, este encontra dificuldades em sua realização, o que pode revelar sua fragilidade.

No lugar da lei da coerência heterossexual, vemos o sexo e o gênero desnaturalizados por meio de uma *performance* que confessa sua distinção e dramatiza o mecanismo cultural de sua unidade fabricada. [...] A noção de paródia de gênero aqui defendida não presume a existência de um original que essas identidades parodísticas imitam. Aliás, a paródia que se faz é da própria ideia de um original (BUTLER, 2013, p. 196-197).

A paródia, portanto, remete à ação performativa que descaracteriza o ideal normativo de gênero. Ela se expressa na ação de *drags*, de travestis e de figuras que existem nos guetos e comunidades LGBTs. Sua característica fundamental é a inversão, o deslocamento e o intercâmbio de papéis e de marcadores de gênero, constituindo mais propriamente o chamado *queer*. A paródia, então, abre a possibilidade de revelar o sujeito de gênero como construção artificial. Revelando também que não há um original a ser copiado, a não ser o ideal normativo. A performance parodística, portanto, é o elemento que subverte a ordem discursiva que constrói o sujeito generificado como essência imutável do indivíduo.

2.3 PERFORMANCE E SUJEIÇÃO: A MATERIALIDADE DO PODER REGULADOR

Toda a construção que a autora faz realiza-se a partir da cultura como condicionante da performance. Entre o ideal normativo, que reside na instância cultural, e a ação performática, que opera através dos corpos, articulam-se um conjunto de mecanismos de regulação como parte dos regimes de poder que asseguram a hegemonia sexual.

Em suas palavras: “o gênero é uma *performance* com consequências claramente punitivas. [...] de fato, habitualmente punimos os que não desempenham corretamente seu gênero” (BUTLER, 2013, p. 199). Isso ocorre em função de como o ideal normativo de gênero opera por meio das práticas reguladoras. Desse modo, as ideologias em torno da sexualidade e do gênero conectam-se com o conjunto de mecanismos de sujeição cuja existência é material.

Se a norma de gênero é ideal, contudo, isso significa a impossibilidade, ou no mínimo certa dificuldade, em adequar-se sempre e plenamente a ela. Em outras palavras, pode-se dizer que tal norma, e o sistema discursivo que atua por detrás dela, não dá conta da totalidade das práticas dos sujeitos. Este fato engendra, portanto, uma contradição, real ou potencial, entre a norma e os atos performativos. Mas tal conclusão implica no questionamento de alguns pressupostos teóricos da autora e abre espaço para uma aproximação com a elaboração de Gramsci.

O problema posto anteriormente pelo autor italiano, da passagem do indivíduo ao “homem coletivo”, ocorre por meio da imposição de uma dada visão de mundo que tende a orientar sua ação. Mais especificamente, participar de um grupo social implica em participar da visão de mundo deste grupo, ou seja, partilhar sua ideologia. Também é importante retomar o elemento moral que Gramsci atribui às ideologias. Ao orientar a conduta e o comportamento das pessoas, o elemento moral determina um caráter normativo à visão de mundo.

Embora seja possível identificar algum diálogo entre as duas concepções, Butler constrói sua explicação a partir de um enfoque idealista. Ainda que articule desde a cultura e o discurso aspectos e práticas materiais, a materialidade, inclusive a do corpo²⁸, é o resultado de um processo de significação cultural (SALIH, 2012, p. 113-114). Mesmo a performance

²⁸ Apropriando-se de Foucault e Wittig a autora afirma que “o sexo não *descreve* uma materialidade prévia, mas produz e regula a **inteligibilidade** da **materialidade** dos corpos.” (Cf. BUTLER, 1998, p. 26).

parodística, ainda que ocorra na dimensão da prática, produz efeitos subversivos na dimensão da cultura, e são estes efeitos que guardam sua natureza subversiva. Tanto o ideal hegemônico de gênero quanto as possibilidades de sua transformação ou multiplicação possuem, para a autora, um caráter contingente. Com efeito, sua crítica coloca em xeque a construção de um sujeito com capacidade de ação dada, uma vez que as teorias que o reivindicam partem, sem o revelar, de *fundamentos contingentes* (BUTLER, 1998). Uma vez que ela afirma que a cultura antecede o corpo e as práticas que o submetem e lhe dão sentido, supõe-se que exista certa autonomia desta esfera, ainda que relativa e articulada com a materialidade das práticas.

A construção gramsciana, ao contrário, é feita em aberto confronto com o idealismo de sua época, particularmente o de Croce. O traço distintivo de sua elaboração é o estabelecimento da unidade entre estrutura e superestrutura, recusando um materialismo mecanicista ou metafísico. A atividade prática em si é tomada como força material e, ao relacionar-se com o pensamento e as ideias, constitui com elas uma unidade igualmente material. Essa é também a natureza da historicidade das ideologias que o autor menciona. O elemento moral que a filosofia encerra é o que permite a Gramsci identificá-la com a política. A produção de ideias, discursos e outras formas culturais são, conseqüentemente, um modo de intervir ativamente na história. Essa foi a chave de análise do marxista ao estudar o pensamento de Croce e polemizar com ele. Mas a capacidade de intervenção ativa, seja ela consciente e deliberada ou não, relaciona-se com as condições em que os indivíduos e grupos existem. Uma vez que sua existência prática está condicionada pelas relações objetivas que constroem, e das quais são resultado, suas próprias práticas – e assim sua visão de mundo – também sofrem tal influência. Ao conectarem-se com a prática, então, as ideologias perdem sua contingência e devem ser compreendidas em sua historicidade e sob a perspectiva da necessidade.

Assim, a visão de mundo hegemônica, que passa pela atuação *nos* e *dos* aparelhos articulados no Estado Ampliado, pode entrar em contradição com as práticas sociais ou a ação concreta das pessoas. É isso que encerra a possibilidade da superação desta contradição, por meio da política, que por si mesma encerra alguma racionalidade necessária conforme aponta o autor.

Portanto, tem-se que “punição”, “imposição” e “coação” são elementos presentes na construção e reprodução da matriz de gênero e da sexualidade hegemônicas. Ou seja, as performances devem repetir-se regularmente, e para garantir sua repetição o fator coercitivo se faz presente. A sujeição do sujeito, como constructo ideal, torna-se real e material sob essa

coação, ou sob as ações que ela disciplina. O problema da performance ganha materialidade nas diversas formas jurídicas, políticas e sociais que operam na relação moral com a visão de mundo dominante e determinam o campo de ação das pessoas disciplinando-as.

A reprodução dos atos performativos fortalece e mantém a reprodução da norma ideal como hegemônica, dando a ela certa “substância” ou base social. Mas a própria autora trabalha com a possibilidade de que exista variação na repetição, o que pode levar a subversão da norma. Deve-se destacar que ela não aponta que fatores interferem nesta variação, o que possibilitaria uma articulação com elementos que constituem as condições de existência dos sujeitos, conforme será apontado adiante. Ao mesmo tempo, isso preserva certa autonomia da norma, que é tomada em si e por si. Uma vez identificada à artificialidade da construção do sujeito generificado, a preocupação de Butler é como revelar essa artificialidade. Conforme suas palavras: “Se esses estilos são impostos, e se produzem sujeitos e gêneros coerentes que figuram como seus originadores, que tipo de *performance* poderia revelar que essa ‘causa’ aparente é um ‘efeito’?” (BUTLER, 2013, p. 200).

A partir dos atos performativos está colocada a possibilidade da subversão, cujo objetivo seria a conclusão/revelação de que não existe uma “essência de gênero” = identidade.

É precisamente nas relações arbitrárias entre esses atos que se encontram as possibilidades de transformação do gênero, na possibilidade da incapacidade de repetir, numa deformidade, ou na repetição parodística que denuncie o efeito fantasístico da identidade permanente como construção politicamente tênue (BUTLER, 2013, p. 201).

Os atos performativos são subversivos quando reduzidos à paródia de gênero. A subversão está na revelação da própria autonomia do ideal normativo de gênero. O ato de denunciar sua artificialidade ou natureza ficcional não deixa de ser, portanto, o ato de reafirmar sua autonomização e anterioridade. Esse parece ser seu limite político e programático. Isso significa que uma vez que se consiga subverter o gênero como essência identitária, revelando o caráter fantasioso de sua naturalização, se estará subvertendo as relações de poder que o produzem como verdade natural. Algumas das críticas feitas à autora, contudo, não atingem o fundamento essencial de seu projeto de subversão, centrando-se nos aspectos mais aparentes.

O questionamento que López Penedo (2008) faz a teoria *queer* é muito interessante neste ponto. A autora afirma que, ao situar as práticas sexuais e performances de gênero como ações políticas, invariavelmente a ação coletiva, a organização política e a elaboração de projetos políticos ficam marcadamente debilitados, uma vez que as ações *queer* se esgotam no indivíduo e não pretendem produzir transformações estruturais na sociedade.

Em direção semelhante segue a leitura de Vale de Almeida (2009) sobre os dilemas postos para o movimento LGBT de Portugal. No país apresenta-se a oposição entre uma estratégia de crítica cultural, marcada por ações *queer* de subversão dos padrões identitários de gênero, contra uma estratégia liberal e integracionista, pautada por lutas frente o Estado e na defesa de direitos civis próprios a formações políticas liberais. Nesta última, o movimento estaria sendo acusado de buscar integrar-se à mesma ordem que o inferioriza, ao invés de mudar seus fundamentos mais gerais sediados na cultura.

A posição que será exposta aqui não conflui para nenhuma destas análises. Ao contrário, as oposições que os críticos citados apresentam não são necessárias, uma vez que a crítica cultural não exclui a estratégia de reformas legais de cunho liberal. Do mesmo modo as performances parodísticas não excluem necessariamente a ação coletiva e a conformação de estratégias políticas de transformação estrutural da sociedade. O ponto considerado polêmico deve ser deslocado destes antagonismos aparentes para um terreno mais profundo, o da autonomização da cultura e do ideal normativo.

O problema colocado pelo pós-estruturalismo e a teoria *queer* centra-se no sujeito como sujeitado, ou seja, no sujeito “em si”. O debate que o marxismo propõe permite que se transcenda esta condição, reconhecida somente como um momento do sujeito. Isso significa a possibilidade de outro momento, o sujeito “para si”. Seria forçoso afirmar que aquelas teorias negam o sujeito ou recusam qualquer possibilidade de liberdade, uma vez que isso implicaria em inevitável determinismo. Contudo, o caráter contingente afasta a possibilidade de superação da sujeição na forma do “para si”, que envolve certa necessidade²⁹.

Esta necessidade reside em dois pontos fundamentais. O primeiro é o reconhecimento da unidade entre os termos que compõem a realidade e a recusa da autonomização absoluta destes termos. O segundo decorre do reconhecimento da constituição política dos sujeitos de gênero, ou seja, tomá-los como o efeito ou resultado de relações de poder, ponto defendido

²⁹Para Gramsci existe uma relação entre necessidade e vontade expressa em seu debate sobre Maquiavel. Do mesmo modo, para a dialética marxista há uma relação direta entre liberdade e a consciência da necessidade histórica.

pelos teóricos criticados. Se tal premissa for aceita, a premissa da sujeição, então não é na variação aleatória das práticas performáticas que as relações de poder serão subvertidas. Ao contrário, é pela negação destes mecanismos de regulação, desde a prática, que reside a possibilidade de sua subversão. Uma vez que tais mecanismos são a negação mesma da possibilidade de liberdade, trata-se assim da negação desta negação. A consequência disso é reconhecer um elemento de necessidade à liberdade, recusando aleatoriedades de qualquer ordem na ação. O confronto torna-se momento necessário à sua realização.

Para sair do plano abstrato é preciso estabelecer a relação dos pontos descritos acima. Se os regimes de poder que disciplinam as ações performáticas dos indivíduos orientam-se desde a cultura, então o confronto contra estes regimes encerra a possibilidade da produção de outra cultura, ou seja, da crítica filosófica. Esse processo implica em “mundanizar” a norma ideal ou a visão de mundo hegemônica. Uma vez que ela se materializa nos variados aparelhos de hegemonia do Estado Ampliado e nos intelectuais, isso determina os sujeitos e objetos concretos *nos* quais e *contra* os quais se confrontar.

A contradição entre teoria e prática, ou entre visão de mundo hegemônica e a conduta de pessoas e grupos, encerra a possibilidade da crítica filosófica ou cultural, ou seja, a produção de uma subjetividade social particular, que se destaca da visão de mundo dominante no ato de sua negação, e que consegue, por meio da política, dar unidade, coesão, e identidade ao grupo subalterno, de modo a fazê-lo destacar-se como massa “para si”.

O processo de crítica filosófica reside em transformar os problemas práticos e imediatos decorrentes da subordinação, que geralmente aparecem como privados e particulares, na forma de problemas políticos e públicos. Isso gera o confronto com a visão de mundo dominante e revela as conexões entre esta e os aparelhos que as reproduzem e difundem e, destes, com os grupos que as elaboram e sustentam (incluindo seus intelectuais).

O confronto com o poder que impõe a norma cultural, portanto, tende a revelar a unidade entre as instâncias que até então se apresentaram como autônomas. A partir disso é possível reposicionar, desde a prática, o sentido da subversão do ideal normativo de gênero. Não se trata de denunciar sua artificialidade a partir da afirmação da sua autonomia e contingência em relação aos indivíduos. Ao contrário, deve-se percorrer o caminho oposto e revelar sua necessidade frente aos mecanismos materiais que anima e se realiza, ou ainda sua falsa autonomia. Isso significa a superação do estranhamento³⁰ do ideal normativo por meio

³⁰A palavra estranhamento aqui é usada no sentido atribuído por Marx, Cf. Marx (2010a).

do reconhecimento dele como efeito de práticas materiais politicamente reguladas. Ao localizar a norma ideal e a cultura em que se inscreve no quadro da totalidade, revelando sua unidade com a instância material e as práticas que aí ocorrem, pode-se concluir então que a luta contra os regimes de poder e regulação sobre os quais ela se assenta engendra a possibilidade de sua superação. O nexo entre instância cultural e relações materiais reside na crítica prática e por meio desta se realiza a crítica filosófica como negação da norma cultural hegemônica.

Embora a diferença pareça sutil, ela permite a apropriação de algumas ideias e conceitos da teoria *queer* e do pós-estruturalismo integrando-os ao pressuposto da totalidade e da materialidade. Com isso será possível passar a análise do movimento LGBT enquanto sujeito político efetivo em relação com a sociedade política. Ao mesmo tempo, torna-se possível conceber este movimento como dotado de visão de mundo própria, ou ainda, ideologia enquanto partido. Mas antes, é necessário discutir a relação de gênero e sexualidade a partir da totalidade.

CAPÍTULO III - TOTALIDADE E CRÍTICA MARXISTA

Um dos elementos marcantes das teorias criticadas é que a opressão de gênero e sexual, ou ainda a hegemonia da matriz heteronormativa da sexualidade, passa ao largo da formação social capitalista ou, no máximo, possui conexões ocasionais e contingentes com esta. Tais teorias, assim como diversas outras que analisam o problema de gênero e sexualidade, terminam por tomar a realidade de modo fragmentado, atribuindo, explicitamente ou não, demasiada autonomia às diferentes dimensões do real. Isso produz rupturas nos sistemas explicativos que terminam por trazer consequências políticas e práticas. A mais importante delas, sob o ponto de vista deste estudo, é a dificuldade de trabalhar o subalterno como sujeito político em processo de autoconstituição, o reconhecimento da possibilidade concreta de um sujeito “para si”. Na prática, trata-se da capacidade de incidir na realidade de modo a transformá-la a fim de combater a relação que impõe opressão. Essa capacidade significa articular o problema da constituição do sujeito subordinado à matriz de gênero e sexualidade hegemônica com o sujeito político que atua na luta de hegemonias concreta. Isso implica em outro problema para tais teorias.

Para realizar a crítica a tais concepções e apresentar um modelo teórico que dê conta dos problemas apontados é preciso inserir suas contribuições no bojo de uma base mais ampla. Isso, é claro, implica em alguma alteração de sentido dos conceitos e ideias dos quais se pretende apropriar. Assim, questões relativas à performance, ao sujeito, ao gênero e a sexualidade, a família e ao poder podem articular-se às ideologias e visões de mundo, aos intelectuais e aparelhos de coerção e consenso, ao Estado e à luta de hegemonias. O ponto de conexão é a crítica da autonomia aparente das instâncias que constituem a realidade. O marco geral em que se devem inserir os instrumentos teóricos mobilizados é o da totalidade das formações sociais capitalistas.

3.1 TOTALIDADE

O objetivo deste ponto é realizar uma análise que articule a unidade orgânica entre os sistemas de opressão de gênero e sexualidade e as relações de exploração capitalistas. Nessa direção, a contribuição de Arruzza (2015) parece ser de grande valia, uma vez que coloca como premissa para sua Teoria Unitária o problema das condições gerais de reprodução das relações sociais de produção.

De acordo com a autora, as teorias que terminam por dissociar a formação capitalista dos problemas imediatos da opressão de gênero e sexualidade tomam o capitalismo como sistema que funciona exclusivamente mediante leis econômicas, apartadas das outras formas de relação social. Tal concepção é economicista e mecanicista. Este é o ponto de partida para a crítica.

A especificidade da formação social capitalista é que a exploração de uma classe social por outra não ocorre através da violência direta (MASCARO, 2013, HIRSCH, 1977). A extração da mais-valia possui a particularidade histórica de se realizar por meio de mecanismos extra-políticos. Isso significa que dentro da esfera produtiva não ocorre coerção imediata e explícita, ao contrário de outras formações históricas (WOOD, 2003).

Para que a exploração se realize deste modo são necessárias certas condições. Assim, o trabalho assalariado livre, o contrato de trabalho e o sujeito de direito são elementos constitutivos das relações econômicas de exploração, determinando a liberdade como necessária ao funcionamento do sistema. Disso pode-se concluir que o modo com que se produz a riqueza determina, necessariamente, formas específicas de relações jurídicas e políticas para se realizar (HIRSCH, 2005). Estas formas delimitam, por sua vez, as esferas do público e do privado como autônomas. Mais ainda, implicam na emergência de um tipo particular de indivíduo necessário a tais relações, o sujeito da modernidade.

Tais condições, deste modo, demandam o surgimento de uma esfera que concentra poder ao mesmo tempo em que se distancia das classes sociais. Portanto, é como desdobramento necessário das relações de produção que emerge a figura do Estado em sentido restrito. Esse distanciamento permite a ele atuar como um terceiro em relação às classes sociais, como ente apartado da economia, criando a aparência de autonomia. O Estado é elemento central para a garantia das condições de reprodução do capitalismo (MASCARO, 2013, p. 17; HIRSCH, 1977). Ainda segundo Gramsci, ele é a forma concreta e política de um sistema de produção (CC 10/II, §61, p. 427). Mas sua autonomia aparente, ou seja, a forma

concreta na qual se apresenta, deve ser tomada como o *efeito* da particularidade das relações históricas em que se realiza.

Se o Estado possui um núcleo central, cuja forma se pode identificar pelas instituições que diretamente o compõem, ele não deve ser reduzido a tal núcleo. Tomado em sentido ampliado, envolve instituições que não são diretamente estatais, mas que são por ele reguladas e legalizadas, como a família, a escola, a imprensa etc. Seja na figura dos Aparelhos Ideológicos de Estado, proposta por Althusser, ou na forma de Aparelhos Privados de Hegemonia, proposta por Gramsci, a área de influência do Estado se estende ao interior das relações sociais num processo de interação conflituosa que as constitui ao mesmo tempo em que é por elas constituída.

Essa dimensão conflitiva que constitui a área de influência estatal ao longo do tecido social já foi apontada por diversos autores da tradição marxista. Gramsci afirma que os aparelhos da sociedade civil (e também os da sociedade política) são arenas de conflito. E pontua o autor que, mesmo na análise do Estado como forma concreta do mundo da produção, qualquer análise deve contemplar as correlações de força, não só internas, mas internacionais (CC 10/II, §61, p. 428). Poulantzas (1985) é bastante direto em dizer que as próprias instituições estatais, enquanto condensação de correlações de força social, são o resultado material de lutas e equilíbrios entre classes e frações de classe. E de acordo com os autores, é em função desta relação conflituosa e de sua existência como não diretamente vinculada ao aparato burocrático e repressivo estatal, que surge a aparência de uma relativa autonomia de tais instituições.

Neste ponto, é possível se distanciar da concepção de Estado criticada por Foucault, que o reduz a um conjunto de instituições meramente repressivas. Isso é importante pois tal concepção é central para toda a sua elaboração sobre o poder como algo difuso, capilar e sem um centro de irradiação específico. Do mesmo modo, com o conceito de Estado Ampliado pode-se reconhecer que as relações de poder se estendem ao longo da sociedade, ainda que guardem conexão com o núcleo Estatal propriamente dito. A forma Estado e seus desdobramentos, portanto, são a consequência necessária à reprodução das relações de produção.

Assim, e retomando o debate feito por Arruzza (2015), produção e reprodução constituem um todo articulado e indivisível. A produção não seria possível sem as condições de reprodução: educação, indústria cultural, igreja, discursos de gênero, hábitos de consumo,

polícia etc. Isso torna os elementos que constituem o Estado Ampliado essenciais à garantia e continuidade da exploração. Como ponto central de sua abordagem, afirma a autora que:

[...] a forma como a reprodução social opera dentro de uma formação social dada tem uma relação intrínseca com a forma em que a produção e reprodução de sociedades são organizadas em sua totalidade e, portanto com as relações de classe. *Mais uma vez, estas relações não podem ser concebidas como puramente intersecções acidentais e contingentes: vê-las pelas lentes da reprodução social nos permite identificar a lógica organizacional destas intersecções sem por isso excluir o papel desempenhado pela luta, ou desconsiderar a existência de fenômenos contingentes e práticas em geral* (ARRUZZA, 2015, p. 56. Grifo do original).

Convergindo com as afirmações anteriores, a forma do Estado, tomado em sentido ampliado, e da política, tomada como relações de poder e dominação, assumem caráter produtivo e não somente repressivo, o que mais uma vez afasta a crítica foucaultiana. Constituem, também, o sujeito de direito necessário para atuar nas relações sociais dadas, pautadas pela aparente liberdade e igualdade, o homem massa de que fala Gramsci, individualizado e atomizado. O próprio Estado Ampliado, que aparece como agente externo às relações de produção, é necessário para organizar e garantir sua continuidade. Mas, novamente, este processo precisa se desenvolver sob a aparência imediata de autonomia entre produção e reprodução, indivíduo e classe.

Assim, as relações sociais estruturadas sob o capitalismo produzem o Estado e as instituições, as formas jurídicas e políticas das relações sociais e o próprio indivíduo, como aparentemente desconectados da exploração direta de uma classe social sobre outra. No terreno do imediatamente visível, a política se descola da economia e o indivíduo das classes. A autonomização aparente das partes que constituem a totalidade é o efeito necessário de seu modo de articulação e funcionamento. Os conflitos em seu interior não se conectam diretamente e aparentam funcionar sob lógicas distintas e determinações imediatas. Isso os reduz à dimensão de lutas parciais ou particulares, ou ainda ao econômico-corporativo, dificultando a articulação e emergência dos conflitos no plano do político/universal.

É no quadro da totalidade que se apresenta na forma de partes autonomizadas, portanto, que são situados os elementos criticados de modo a inscrevê-los no marco mais amplo da luta por hegemonia. Ao fazer isso, pode-se atribuir significado político aos conflitos parciais e imediatos.

3.1.1 Sexualidade e relações de classe

A discussão feita antes sobre a sexualidade não procurou identificar sua relação com as classes sociais, tomando-a como dispositivo político somente. No entanto, é possível localizar, tanto em Foucault quanto em Gramsci, diversos nexos entre o modelo de sexualidade tornado hegemônico e sua historicidade, assentada sobre as relações de classe.

Nessa direção, Foucault (1988) fornece pistas muito interessantes sobre como o dispositivo da sexualidade foi elaborado e aplicado pela e para as classes dominantes e se alastrou por toda a sociedade. A família tornou-se alvo de aplicação e difusão deste dispositivo para as classes pobres num explícito processo de moralização destas. Entretanto, o autor trata deste processo como o resultado de estratégias aplicadas em resposta às urgências imediatas.

Pode-se, portanto, dizer que a estratégia de moralização da classe operária é a da burguesia. Pode-se mesmo dizer que é a estratégia que permite à classe burguesa ser a classe burguesa e exercer sua dominação. Mas não creio que se possa dizer que foi a classe burguesa, como um sujeito ao mesmo tempo real e fictício, que inventou e impôs à força, ao nível de sua ideologia ou de seu projeto econômico, esta estratégia à classe operária (FOUCAULT, 2005, p. 252-253).

A passagem mostra que não se tratou de algo de todo consciente. Contudo, a moralização das classes subalternas respondia a determinados problemas postos pela realidade em favor da classe dominante. Disso também decorreram processos de higiene social e mesmo preocupações de eugenia. (FOUCAULT, 1988, p. 133). Se, originalmente, na primeira metade do século XIX, a burguesia não se importava com a sexualidade do proletariado, a partir da indústria pesada e das reformas urbanas o dispositivo da sexualidade fora transportado com efeitos de sujeição e controle político e mediante resistências (FOUCAULT, 1988, p. 138). Assim, o autor chega a uma afirmação decisiva: “este processo estava ligado ao movimento pelo qual ela [a burguesia] afirmava sua diferença e sua hegemonia” (p. 138).

Podem-se notar dois elementos que se desdobram destas passagens. O primeiro é a afirmação, como modelo universal, de um determinado tipo de sexualidade particular (oriunda de um determinado grupo social, ainda que generalizada com efeitos de classe diferenciados segundo o próprio autor). O segundo é uma relação entre a emergência desta sexualidade com o momento histórico em que emerge e com a hegemonia daquela classe. Foucault interliga um

modelo sexual hegemônico ao processo histórico mais geral e à classe social que passa a ocupar posição central nas relações de dominação e exploração. Contudo, em função disso ser a decorrência das “urgências particulares”, pode-se dizer que o resultado final é um efeito contingente.

Tratando do século XX, a análise que Gramsci faz sobre o americanismo e o fordismo parece apontar em direção semelhante. Ao investigar a nova forma de organização do trabalho que surgia nos EUA, particularmente sua versão mais acabada de Organização Científica do Trabalho – OCT – sob a influência de Taylor e Ford, conclui o autor que “Na América, a racionalização [da produção] determinou a necessidade de elaborar um novo tipo humano, adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo” (CC22, §2, p. 248).

O marxista fala de necessidade de “adaptação psicofísica à nova estrutura industrial” (CC22, §2, p. 248), na qual é demandado forte controle disciplinar dos trabalhadores, não só de seus corpos, mas também de suas mentes. O “novo tipo humano” coloca ainda o problema da adaptação de toda sociedade, da cidade, do urbanismo, dos serviços etc.

Em comparação com a situação da força de trabalho na Europa e na Itália, é apresentado o problema das aposentadorias das proporções entre jovens e velhos e a função econômica da reprodução, tratando de temas como população produtiva e dependente. Isso remete diretamente aos temas que Foucault se ocupa quando discute à biopolítica, entretanto, estes são analisados por Gramsci sob o ângulo de como formar de garantir bases para a “nova indústria”.

Ao tratar destes temas, Gramsci insere o problema da sexualidade e relaciona-o com a esfera das superestruturas:

Os progressos da higiene, que elevaram a vida humana média, colocam cada vez mais a questão sexual como um aspecto fundamental e específico da questão econômica, aspecto capaz de colocar, por seu turno, complexos problemas de tipo “superestrutural” [...] (CC22, p. 250-251).

Sua análise ocupa-se, então, das mudanças de cunho moral que começavam a se difundir pela sociedade norte-americana. É interessante destacar que a elaboração do novo tipo humano demandou uma forte regulação de sua sexualidade: “a verdade é que não se pode desenvolver o novo tipo de homem exigido pela racionalização da produção e do trabalho

enquanto o instinto sexual não for adequadamente regulamentado, não for também ele racionalizado” (CC22, §2, p. 252).

Para poder ser realizada, tal regulação não poderia apoiar-se exclusivamente na coerção, demandando uma política de “equilíbrio de compromisso” que foi concretizada na forma dos altos salários adotada por Ford. O *five dollars day*, então, esteve acompanhado de um conjunto de orientações de tipo moral sobre como gastar o dinheiro. Para merecer o contrato de alto salário foi feita apologia de certa “virtude”, ou seja, certo modelo de comportamento e valores a ser seguido. Não sendo coerção em sentido estrito – embora Ford contasse com a atuação de seu Departamento de Sociologia, incumbido de vigiar a vida dos operários da sua indústria fora da jornada de trabalho – a nova moral incluiu o fortalecimento da família, de condutas moderadas, restrição ao álcool e as práticas sexuais incontidas (CC22, §10). Gramsci chega a afirmar claramente que “o novo industrialismo quer a monogamia, quer que o homem-trabalhador não desperdice suas energias nervosas na busca desordenada e excitante da satisfação sexual ocasional” (CC22, §11, p. 269).

As questões do puritanismo e do proibicionismo tornarem-se, então, funções de Estado. O exemplo mais forte é o da instituição da Lei Seca. Mas afora este exemplo, o fato é que naquela sociedade passa a ganhar terreno um modelo moral bastante ajustado às novas demandas que surgem do fordismo. Isso fora decisivo para produzir os “ajustes” do novo trabalhador dentro e fora da fábrica, para viabilizar as mudanças nas cidades e nos serviços e para a hegemonia do capital industrial.

Embora Foucault recuse a ideia de estratégias de classe previamente elaboradas para a moralização das classes trabalhadoras, pode-se perceber que, em Gramsci, a regulação da sexualidade resultou de algo semelhante ao que Foucault trata por “urgências particulares”. O teórico marxista é enfático em estabelecer certa funcionalidade ao controle sexual e as demandas postas pela nova indústria. O modelo moral que passa a vigorar abarca a sexualidade, a família, a bebida e os modos de vida fora do trabalho como expressão de necessidades inerentes ao novo padrão de exploração. E ainda agrega o elemento dos altos salários como parte da sua instituição e consolidação. Deste modo, a “adaptação psicofísica” de que fala mobiliza elementos disciplinares da fábrica, fatores coercitivos diretos (como a Lei Seca), mas também a produção do consenso e da adesão dos trabalhadores ao novo padrão produtivo. Isso permite que o fenômeno do fordismo deixe de ser meramente econômico e alastre-se pela sociedade norte-americana. Incidindo em relações de gênero, sexualidade e na

família, o processo geral chamado de americanismo remodelou costumes e práticas abarcando a totalidade das relações sociais.

3.1.2 Família e relações de classe

No processo descrito acima a família é ponto de apoio central. Sendo alvo de investidas do Estado em sentido restrito, do Estado Ampliado, da moral dominante etc., ela é também o objeto de exercício do poder disciplinar, ao estabelecer hierarquias e estruturar as relações e definir os papéis em seu interior. Tais clivagens operam sob a lógica de gênero, da sexualidade com função reprodutiva e da divisão do trabalho. Isso torna a instituição família chave no debate sobre a articulação entre sexualidade e reprodução social, abrindo espaço para a retomada das conexões aqui propostas.

Numa interessante polêmica com Fraser (2000), Butler (1999)³¹ resgata o debate das feministas marxistas da década de 1970, e também de Rubin (1986), articulando a família patriarcal ao capitalismo. A discussão centrou-se em como a esquerda contemporânea deve articular as lutas “meramente culturais” (onde residiria o papel dos movimentos feminista, racial e LGBT e *queer*, entre outros) e a luta de classes contra a exploração capitalista.

A família, então, cumpre função essencial ao auxiliar o processo de acumulação do capital em dois sentidos: no primeiro, como família heterossexual reprodutora, garantindo a ampliação da força de trabalho. No segundo, e mais importante, o papel do trabalho doméstico, que mesmo não produzindo valor diretamente, é essencial à reprodução e recomposição da força de trabalho. Assim, o trabalho doméstico permitiria maior e melhor exploração da força de trabalho sendo decisivo na extração de mais-valia. Butler (1999) afirma que, para o marxismo, a família heterossexual monogâmica e reprodutora é condição para a acumulação capitalista. Isso forneceria as bases para a valoração normativa desse tipo de família e a discriminação de sexualidades e configurações de gênero dissonantes. Desse modo estaria estabelecido o vínculo direto entre a regulação heteronormativa da sexualidade e a exploração capitalista.

Fraser (2000) interveio no debate afirmando que a resolução do problema da opressão sexual e de gênero prescinde da emancipação da exploração. A desigualdade distributiva não

³¹Neste texto, Butler afirma que a posição teórica para a qual argumenta não é a sua, uma vez que se coloca próxima ao pós-estruturalismo e a teoria *queer*.

estaria associada diretamente à desigualdade de reconhecimento, o que afasta entre si os dois problemas. A família e a sexualidade não são diretamente reguladas pelas leis econômicas da mesma forma que a exploração da força de trabalho não é estruturada pela regulação heteronormativa da sexualidade. Em essência, Fraser adota uma postura um tanto voluntarista para enfrentar o problema. A opressão sexual e de gênero não seria uma questão menor frente à exploração, mas não estaria diretamente conectada a esta última. Ao fim, sua posição se aproxima da “tese do capitalismo indiferente” proposta por Arruzza³² (2015).

Numa direção um pouco diferente, a própria noção de reprodução social, incorpora o trabalho doméstico, mas vai além deste, revelando “as paredes porosas” que o distinguem da sexualidade, da mercantilização, da divisão sexual no mercado de trabalho e das políticas do Estado de Bem-Estar Social (ARRUZZA, 2015, p. 56). Assim, a autora italiana afirma que as “formas de dominação” que estão no interior do mercado de trabalho estão vinculadas com o trabalho doméstico. Mesmo que este seja jogado para fora daquele, pela separação do público e do privado, bem como do trabalho produtivo e não-produtivo³³, segue por ele influenciado (ARRUZZA, 2015, p. 55). O trabalho dos cuidados de crianças, idosos e pessoas com deficiências (o *care* como tem sido chamado em estudos recentes), vem sendo exercido por imigrantes na Europa, sob forte estigma social e com baixa remuneração, revelando a articulação entre formas de preconceito e exploração além das dimensões de produção e reprodução social (HIRATA, 2014). O trabalho doméstico, que é essencialmente exercido por mulheres, ainda perpetua a velha estrutura patriarcal de divisão do público e do privado³⁴ ao mesmo tempo em que é essencial à extração de mais-valia. Mesmo os trabalhos mais precarizados executados por negros e LGBTs, dentre outros, são exemplos de como exploração e estigmatização social e cultural se interligam praticamente³⁵. Esses exemplos, portanto, revelam como relações de poder e dominação, baseadas em gênero, sexualidade e raça, vinculam produção e reprodução social como “momentos concretos da totalidade

³² Segundo a autora, o patriarcado e a opressão de gênero seriam anteriores ao capitalismo e este seria indiferente às relações de gênero, podendo superar a opressão patriarcal em países avançados com a reestruturação radical da família. Esta tese defende ainda que o capitalismo seria “oportunista” com a desigualdade de gênero, mantendo certas formas de opressão quando úteis ao capital e eliminando outras quando consideradas obstáculos.

³³ A referência de produtivo neste ponto não trata da produção direta de riqueza, mas do trabalho assalariado formal.

³⁴ Sobre a divisão entre público e privado, Okin (2008) faz uma interessante crítica à concepção liberal de defesa da privacidade. Para a autora o privado identifica-se com o doméstico e é lugar de reprodução da hierarquia e opressão patriarcal, estando protegido da interferência externa e regulação do Estado (p. 308). Assim a mulher estaria mais vulnerável sob a privacidade do lar uma vez que este espaço não é tomado como público ou político.

³⁵ A teoria da Interseccionalidade (HIRATA, 2014; KERGOAT, 2010) afirma as zonas de intersecção entre sistemas de opressão e exploração que estão praticamente articulados. Arruzza critica esta teoria ao afirmar que ela não demonstra a articulação necessária entre tais sistemas, reduzindo o fenômeno à sua dimensão aparente.

capitalista” (ARRUZZA, 2015, p. 57). A separação radical entre o público e o econômico de um lado e o privado e extra-econômico de outro lado, novamente, é uma aparência necessária à reprodução social, reforçando a ideia de autonomia das instâncias. Também aqui se trata de uma separação aparente entre o “meramente cultural” e as relações mais gerais de exploração.

Assim, o modelo familiar hegemônico, e que é ponto de articulação de diversos poderes e diversas investidas, micro e macro políticas, culturais e econômicas, é também central para a normalização social e individual. Serve de base para o exercício da patologização da sexualidade e para a afirmação da heteronormatividade. Estrutura e determina papéis sociais em seu interior, marcados hierarquicamente pelo gênero e pela função reprodutiva. Associa-se ao universo da produção de modo indireto, porém é garantia fundamental à sua reprodução. Reforça a aparência de cisão radical entre o público e o privado e entre o econômico e o “meramente cultural”. E atua de maneira decisiva no processo de produção de sujeitos. Deve-se concluir, portanto, que é parte essencial da totalidade social e sofre, ainda que de modo não imediatamente visível, suas influências.

3.1.3 Biopolítica, poder disciplinar e Estado Ampliado

O processo de construção da matriz sexual e de gênero hegemônica, segundo as teorias criticadas, passa pela materialização da norma cultural e discursiva sobre os corpos. O debate proposto por Butler está centrado essencialmente na denúncia dos regimes de poder que constituem o sujeito de gênero como essência natural e imutável. Estes regimes, como já discutido, realizar-se-iam a partir das práticas e mecanismos de regulação que condicionam as ações performáticas por meio da disciplina. Mas a autora não chega a desenvolver a fundo o problema dos mecanismos de regulação, uma vez que está apoiada nas elaborações de Foucault. Assim, podemos remeter os regimes de poder e as práticas reguladoras ao debate sobre o poder disciplinar e a biopolítica.

Sua analítica do poder divide-se em dois eixos, como apontado. O poder disciplinar, que opera nas relações imediatas a partir das pequenas hierarquias, da vigilância, da organização dos espaços, adotando como modelo o *panopticon*, assenta-se sobre os corpos e se realiza em seus gestos e movimentos. É o poder individualizante, que especifica e isola os indivíduos dentro de dispositivos de economia de poder, gerando sua docilidade e aumentando sua produtividade. E o biopoder, que incide sobre as populações, controla e

regula os fenômenos de massa. Expressa táticas de governo e gestão populacionais e tem como objetivo a maximização da vida e sua otimização. Ainda segundo o autor, é a sexualidade como dispositivo que permite a articulação entre ambos os eixos de poder.

Mas a análise de Foucault realiza uma separação entre o poder do Estado e os poderes que operam na sociedade. Desse modo, sua crítica pode ser realizada, e ele pode afirmar que a simples tomada da máquina estatal não é o suficiente para alterar as relações de poder dispersas na sociedade. Embora sua elaboração sobre o Estado seja relativamente conhecida, a passagem que segue é interessante, pois abre espaço para tecer articulações do poder estatal com os micro-poderes:

É certo que o Estado, nas sociedades contemporâneas, não é simplesmente uma das formas ou um dos lugares – ainda que seja o mais importante – de exercício do poder, mas que, de certo modo, todos os outros tipos de relações de poder a ele se referem. Porém, não porque cada um dele derive. Mas, antes, porque se produziu uma estatização contínua das relações de poder (apesar de não ter tomado a mesma forma na ordem pedagógica, judiciária, econômica, familiar). Ao nos referirmos ao sentido estrito da palavra “governo”, poderíamos dizer que as relações de poder foram progressivamente governamentalizadas, ou seja, elaboradas, racionalizadas e centralizadas na forma ou sob a caução das instituições do Estado (FOUCAULT, 2010b, p. 292-293).

O autor trabalha o Estado e suas instituições como o ponto de chegada das relações de poder difusas na sociedade e não como seu ponto de partida. Contudo, nesta passagem vemos que ele reconhece alguma articulação com o poder estatal, ou o que chama de “estatização das relações de poder”. Na mesma direção, em *A História da Sexualidade Vol. 1*, o poder congrega inúmeras correlações de força no interior da sociedade, das quais as instituições onde se cristalizam são o fim e não o início. (FOUCAULT, 1988, p. 102-103). Assim, o poder é imanente às relações desiguais e assimétricas:

Deve-se, ao contrário, supor que as correlações de força múltiplas que se formam e atuam nos aparelhos de produção, nas famílias, nos grupos restritos e instituições, servem de suporte a amplos efeitos de clivagem que atravessam o conjunto do corpo social (FOUCAULT, 1988, p. 104).

Fica nítida a preocupação do autor em estabelecer uma relação de causalidade e de direção, na qual o poder flui de modo ascendente entre sociedade, instituições e o Estado. Em

outra passagem pode-se observar que o filósofo francês abre margem para certa articulação entre o conceito de Biopoder e as relações de produção e reprodução da ordem social:

O ajustamento da acumulação dos homens à do capital, a articulação do crescimento dos grupos humanos à expansão das forças produtivas e a repartição diferencial do lucro, foram, em parte, tornadas possíveis pelo exercício do biopoder com suas formas e procedimentos múltiplos (FOUCAULT, 1988, p. 154).

A citação é interessante e mostra que de fato há diálogo entre relações de produção e Biopolítica. Contudo, o autor recusa um centro articulador de poder e sua funcionalidade necessária, ainda que nem sempre consciente e deliberada, a um determinado grupo ou classe social.

O ponto essencial da crítica que se pretende fazer é que os elementos que estão desarticulados entre si na teoria foucaultiana podem ser rearticulados a partir da teoria gramsciana. Ao mesmo tempo, pode-se retomar o problema da performance de gênero em Butler e os regimes de poder e mecanismos de regulação e inscrevê-los no marco de uma teoria mais ampla. Ao incorporar estes elementos à totalidade, por fim, abre-se espaço para o sujeito “para si” e a superação das relações de subordinação.

Ao reconhecer que, para além do Estado, as relações de poder estão espalhadas pela sociedade, o autor reproduz exatamente aquilo que Gramsci criticou em outros teóricos. Como já mencionado, a guerra de movimento por si não é o suficiente para se realizar alguma transformação política substancial. Do mesmo modo, é o problema das correlações de força múltiplas e das clivagens gerais que estão presentes na sociedade que determina as táticas a serem utilizadas. Assim, o debate feito por Gramsci sobre guerra de posição e guerra de movimento responde o problema levantado por Foucault da tomada do Estado, ao mesmo tempo em que recoloca a questão do que fazer diante dos poderes que operam no interior da sociedade. Isso define de modo concreto que aparelhos e instituições agem sobre os indivíduos, determinando uma nova arena de conflito, a sociedade civil.

Ainda assim, persiste o problema da concepção geral do poder do Estado para Foucault. Conforme apontado, suas instituições respondem a correlações de forças que ocorrem na sociedade. Numa relação ascendente, portanto, os múltiplos equilíbrios políticos existentes no meio social antecedem e ajudam a conformar a máquina estatal. Embora exista alguma ligação entre Estado, instituições e sociedade, ela possui causa e direção definidas,

articulando as partes num fluxo particular. De toda forma, reproduz-se aqui certa autonomização das partes.

Sua abordagem, portanto, afasta a possibilidade de uma relação dialética entre os termos que apresenta, na qual um não pode ser concebido sem o outro. É na relação entre as partes que se configura o poder, como modo de articulação delas. Se determinadas correlações de força permitem sua cristalização em instituições – tese bastante desenvolvida por Poulantzas (1985) – estas por sua vez, são organizadas, articuladas e legalizadas pelo Estado. Ao mesmo tempo, é necessário reconhecer que tais instituições interagem com as correlações de força em que se apoiam, geralmente no sentido de sua preservação. Isso permite dizer que tem força inercial, de estabilização e fixação, tendo por fim, efeito de naturalização das relações sociais dadas. Mesmo que atuem em outra direção, o fato é que podem ser tomadas como fator de intervenção ativa sobre as correlações de força estabelecidas, não só como resultado de seus equilíbrios, mas também como produtoras de novos equilíbrios. Em todo caso, trata-se da capacidade de a sociedade política incidir sobre a sociedade civil e não somente a relação contrária.

O conceito de Estado Ampliado tem como centro a unidade entre Estrutura e Superestrutura e Sociedade Civil e Sociedade Política. Ele expressa o alargamento das funções estatais para as instituições que residem na sociedade civil, mas também a incorporação pelo Estado de funções típicas daquela. Para além dos aparelhos que compõem ambas as instâncias, contudo, o conceito alcança o indivíduo, como construção necessária à formação social existente. De acordo com Gramsci (CC13, §11), o Estado auxilia a criar e manter um tipo de civilização (e de cidadão), atuando também no sentido de fazer desaparecer certos costumes e difundir outros: “O Estado, também neste campo, é um instrumento de ‘racionalização’, de aceleração e de taylorização; atua segundo um plano, pressiona, incita, solicita e ‘pune’...” (p. 28). Embora o acaso da semelhança com a linguagem foucaultiana, o significado deste fragmento remete ao caráter produtivo, ao mesmo tempo regulador e disciplinador, do Estado em sentido Integral. A discussão sobre o “direito ampliado” e as “sanções e obrigações”, que articulam as ideologias sob a força de norma e que operam no interior da sociedade civil, também reforça o alcance do conceito de Estado Ampliado.

Deve-se observar, ainda, que Gramsci trabalha com uma noção de Norma próxima da que Foucault e Butler utilizam e que se associa ao poder disciplinar. Para os últimos, a norma atua sobre os corpos, reproduzindo-se na ação destes. Do mesmo modo, o poder atua na estruturação do campo de ação dos indivíduos, o que permite que a norma se materialize a

partir do regime de poder posto. Em Gramsci, a norma está ligada a orientação para ação. Nesse sentido, é possível falar de “normatividade”, na medida em que as ideologias atuam na direção de organizar a conduta das pessoas. Também a partir deste debate, deve-se lembrar que as ideologias não existem em si e por si, mas ligadas a grupos específicos e materializadas nos aparelhos de hegemonia que se localizam principalmente na sociedade civil. Desse modo, pode-se articular todos estes elementos sob o conceito de Estado Ampliado, que “pressiona, incita, solicita e pune”, elaborando costumes e impondo “sanções e obrigações” ao indivíduo.

A diferença fundamental entre Gramsci e os teóricos com quem se está dialogando, reside na clara articulação que o marxista pretende fazer com a totalidade da formação social capitalista. O conceito de Estado Ampliado, portanto, nos permite retomar a ligação entre diferentes poderes que operam em níveis diversos da totalidade social, incluindo as instituições e aparelhos em que se materializam e que incidem sobre as performances individuais, com a própria necessidade de reprodução das relações capitalistas de produção.

3.2 CONSIDERAÇÕES: UM NOVO SUJEITO POLÍTICO, UM NOVO DESAFIO

A partir da noção de totalidade é possível, então, estabelecer os nexos entre os elementos problematizados até este ponto. Com isso, o problema da subordinação dos indivíduos a uma matriz sexual e de gênero dominante pode ser inserido no marco das lutas por hegemonia. Uma vez desfeita a aparente autonomia das instâncias da formação social capitalista, os pequenos pontos de resistência e conflito podem, agora, articularem-se de modo a apresentar-se como partido.

A constituição histórica da sexualidade hegemônica implicou em formas de organização social e política que também responderam às necessidades da reprodução do capital. A moralização social apoiou-se largamente em saberes oriundos de aparelhos de hegemonia. Dos saberes médico-científicos aos valores religiosos, passando pelas campanhas de higiene e saúde pública implementadas pelo Estado, o gênero e a sexualidade foram alvos permanentes de atenção e controle. A família nuclear moderna passou a ser modelo de virtude para os trabalhadores. O proibicionismo e o puritanismo articularam-se às mudanças produtivas e reduziram ainda mais o espaço para sexualidades e gêneros dissidentes.

Diante desse cenário as práticas sexuais ganharam inteligibilidade e sentido nos moldes de uma escala hierárquica de valores. Organizados em esquemas classificatórios normativos, tal escala aponta as formas mais desejáveis e exemplares de conduta até as mais odiosas, com respectivas maneiras de premiação e punição sociais (RUBIN, 1984).

O modelo predominante foi constantemente reforçado e difundido pelos aparelhos presentes tanto na sociedade política quanto na sociedade civil. Assim, os binarismos que estruturam e organizam práticas sexuais e de gênero percorrem um conjunto de relações e instituições sociais até encontrarem no Estado seu ponto de legitimação e consolidação máximo. Da família à escola, passando pela fábrica, o consultório médico, os quartéis, as prisões, a imprensa etc., todos estes espaços demandam a chancela estatal para instituírem-se. Ao mesmo tempo, é desde o Estado que estes espaços são mobilizados em torno de campanhas de saúde pública, reorganização dos espaços urbanos etc. O conjunto de poderes que agem sobre os indivíduos impondo disciplina e regulando suas práticas encontra-se, assim, no Estado Ampliado.

A cisão entre o público e o privado permite que diversos problemas vivenciados pelos dissidentes sexuais, pessoas abjetas ou *queers* sejam relegados à esfera do particular e

individual e, portanto, do não-político. Mas uma vez que o modelo hegemônico é imposto por meio da regulação e da disciplina de práticas, gestos, movimentos e atuações, é possível identificar a estrutura de relações e dispositivos de poder que submetem os indivíduos. Se a experiência da subordinação tem num primeiro momento a aparência de ser individualizada, desagregada e assistemática, num segundo momento ela é coletiva e está organizada segundo uma dada visão de mundo ou norma cultural.

A relação de poder e subordinação que determina as performances, portanto, resguarda o conflito em estado potencial. Ao se identificar as formas imediatas em que opera, e seu *locus*, tem-se, então, os objetos contra os quais lutar. De um lado, o conjunto de aparelhos que estruturam, organizam e impõem, sob a égide da coerção e do consenso, as práticas sociais e sexuais. De outro lado, a visão de mundo que lhes dá certa coerência e para a qual se objetiva ajustá-las. A crítica a esta visão de mundo normativa, portanto, é tanto teórica quanto prática.

Na medida em que a relação de sujeição submete grupos inteiros ao seu poder, os indivíduos que compartilham da mesma situação podem constituir certa identidade. Esta é reforçada pela situação de subalternidade comum, pelos mesmos poderes que se impõem, pelo discurso que o legitima e, portanto, pelo Outro que exerce a subordinação. A variação da performance de gênero, então, só ganha sentido quando em conflito com o poder que a determina, ou seja, quando assume a forma necessária de luta contra sujeição.

Se o conflito estiver reduzido ao âmbito do imediato ele coincide com o que é chamado de econômico-corporativo. Mas na medida em que a ideologia que normatiza as práticas é produzida e difundida pelo conjunto de aparelhos que constituem o Estado Ampliado, e que são em boa medida os mesmos que regulam e disciplinam as práticas sociais e sexuais, então o conflito guarda a possibilidade de transcender o imediato. O processo de ruptura com a subordinação implica na passagem do sujeito “em si” ao sujeito “para si”. Isso é traduzido no movimento de crítica cultural tanto prática quanto filosófica. E passa pela elaboração de uma visão de mundo própria aos subalternos, que responde aos dilemas objetivos postos pela própria subordinação, e que guarda potencial de elevar-se ao universal e tornar-se luta político-ideológica. Em última instância, trata-se da intervenção política do sujeito subalterno nos equilíbrios de força dados.

Do ponto de vista histórico, a forma de organização dos sexualmente dissidentes foi à conformação do movimento LGBT. Sua emergência recente no mundo ocidental é datada de

1969, nos Estados Unidos, com o episódio do levante do bar *Stonewall*³⁶. O evento marca a passagem da multidão de pessoas dispersas e atomizadas a grupos identificados pela mesma condição de abjetos, anormais, doentes, pecadores e criminosos. Em certo sentido, o poder que os subjogou foi o mesmo que os “criou”, ao colocar tais indivíduos na mesma posição hierarquicamente subalterna e negar-lhes certos direitos.

O confronto com este poder demandou a agregação destas pessoas a partir da identificação da condição compartilhada. Reconhecendo-se uns nos outros, reconheceram não só alguns de seus adversários, mas também alguns de seus objetivos. Organizaram-se na forma de movimento social e apresentaram-se coletivamente no espaço público³⁷. De modo nem tanto harmônico ou planejado, travaram sua guerra de posição. Produziram manifestos, panfletos, jornais e símbolos que fortaleceram sua identificação e sua distinção³⁸. Destacaram-se do todo e obtiveram visibilidade³⁹. Ocuparam os espaços que os negavam, ruas, comércios, gabinetes e parlamentos. Iniciaram a elaboração e sistematização de suas demandas e esboçaram, ainda de modo rudimentar, um programa. Dirigiram suas reivindicações à sociedade civil e ao Estado, cobrando leis, direitos e políticas públicas. Iniciaram, enfim, o processo de auto-constituição como sujeito político “para si”.

A emergência do movimento LGBT na cena política é recente. Isso implica em certa instabilidade no equilíbrio de forças posto na sociedade civil e na sociedade política. Uma vez demonstrada sua capacidade de organização e poder de mobilização, passaram a relacionar-se com os demais grupos e forças políticas que ocupam estas instâncias. A partir deste momento, um novo desafio foi posto, o de atuar em novos espaços, até então negados, disputando com velhos atores que os ignoravam. No momento atual, o movimento LGBT está inserido e legitimado, ainda que mediante lutas e conflitos permanentes, no processo político maior das lutas hegemônicas. A próxima parte desta tese vai analisar brevemente sua trajetória no Brasil, desde a formação da primeira organização ainda na década de 1970 até sua participação nas instâncias do Estado sob o governo de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

³⁶ Em 28 de junho, os frequentadores do bar, um típico gueto gay em Nova York, iniciaram uma batalha campal contra a violência da polícia. O episódio gerou grande repercussão e impulsionou a organização da Gay Liberation Front. O evento é considerado marco fundacional do moderno movimento LGBT.

³⁷ Um ano após o levante de *Stonewall*, a GLF impulsionou uma passeata em homenagem ao episódio, marcando o início das paradas do orgulho LGBT.

³⁸ A Gay Liberation Front lançou o primeiro número de seu jornal, o *Come Out* em novembro de 1969, autointitulado “um jornal por e para a comunidade gay”.

³⁹ A visibilidade foi a estratégia que marcou o movimento deste então. O primeiro parágrafo do primeiro número do *Come Out* convoca os homossexuais a saírem do armário e lutar pela liberdade e pelo *gay power*. Cf. <http://paganpressbooks.com/jpl/CO-COVER.HTM>.

PARTE II - O OBJETO

CAPÍTULO IV - A EMERGÊNCIA DE UM NOVO SUJEITO POLÍTICO

Introdução

O que se conhece hoje por movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais possui uma história bastante recente no Brasil. Adotando diferentes nomenclaturas e atravessando fazes distintas a população LGBT emergiu da condição de massa inorgânica e desagregada até constituir-se como sujeito político reconhecido e capaz de intervir na realidade. Sua trajetória foi marcada pelas mudanças políticas ocorridas no país, pela epidemia de HIV/AIDS, pelas mudanças processadas no interior da sociedade civil e pelos sucessivos governos na fase pós-constituente. A cada momento, o desafio de conformar uma massa “para si” teve de responder a problemas objetivos, impostos pela realidade e pela relação do movimento com o Estado e com outros atores políticos e sociais. Ao longo do percurso, marcado por contradições e discontinuidades, questões políticas práticas surgiram na medida em que este novo ator foi obtendo a capacidade de fazer-se ouvir. O ponto alto do processo é a ascensão dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

De doentes, devassos, pecadores e criminosos, os LGBTs tornaram-se interlocutores do governo e do Estado na busca por direitos civis, políticas públicas, reconhecimento e visibilidade. A luta contra a condição subalterna permitiu a ocupação do espaço público e a inserção na sociedade política. Mas a conquista de novos espaços e os dilemas postos pela atuação em seu interior implicaram na passagem a uma nova arena política, a das disputas hegemônicas. Isso significou um conjunto novo de problemas postos ao movimento. Como posicionar-se dentro do arranjo de forças estabelecido, com quem se aliar, contra quem lutar, que táticas adotar etc. Todas estas questões incidem diretamente no objetivo de combater a relação de subalternidade e aprofundar o desenvolvimento do grupo subalterno enquanto massa “para si”.

Os capítulos que seguem traçam um resumo do percurso do movimento LGBT no Brasil, apontando alguns momentos decisivos em sua constituição e elencando alguns aspectos que incidiram em sua relação com a sociedade civil e o Estado. O objetivo é

contextualizar sua emergência política até o momento em que a relação com a institucionalidade estatal sofre uma virada, a partir do governo petista em 2003. Com isso será possível, à frente, analisar detalhadamente o tipo de relação estabelecida com o governo sob a mediação da participação em espaços institucionais.

4.1 O MOVIMENTO LGBT NO BRASIL

Quando se fala da população LGBT, é importante recordar que se trata de um conjunto de pessoas cuja experiência de vida objetiva está marcada pela subordinação e pelo preconceito. (GREEN, 2000). As vivências concretas, que ajudam a moldar a subjetividade, podem ser processadas de diferentes modos, a depender de como estão estruturadas as relações de poder que constituem a subordinação e como essas relações são política e praticamente enfrentadas. O contexto que marca a sujeição, portanto, é decisivo na constituição do sujeito político.

No Brasil, ao longo do século XX, a compreensão acerca da homossexualidade esteve marcada pelas elaborações as quais Foucault se refere. Mas além do processo de medicalização da sexualidade e patologização das “perversões” fez-se presente preconceitos religiosos, políticos e morais. Papéis de gênero rigidamente definidos foram incentivados pelo Estado Novo na busca de uma nação sadia e forte. Contudo, tal como relata Green (2000), até fins dos anos 1970, não surgiu nenhum grupo homossexual politicamente organizado. A opressão fora vivenciada geralmente de modo individual, dentro da esfera do privado, como problema de cada um. Uma forte atomização dos LGBTs perdurou, ao menos, durante a primeira metade do século XX, com exceção de alguns poucos e tradicionais guetos em São Paulo e no Rio de Janeiro.

O crescimento econômico que marcou os anos dourados na década de 1950 e início dos anos 1960, e a subsequente urbanização do país, promoveu certa migração de jovens de diferentes regiões para os grandes centros urbanos, em busca de anonimato e de redes de sociabilidade homossexual (GREEN, 2000, p. 252). Isso permitiu tímidas e despolitizadas iniciativas de organização, como o jornal *O Snob*, e alguns poucos encontros entre homossexuais, geralmente realizados nas casas de pessoas que mobilizavam seus amigos. Tais atividades não tinham teor político e nem se propunham mais do que promover a aproximação e a socialização dentro de redes bastante pessoais. Deste modo, pode-se dizer que prevalecera até então uma forte desagregação e pouca identificação entre estas pessoas, que em geral estavam relegadas às sombras e aos espaços privados. Sob o peso da ditadura militar foram criadas as duas primeiras iniciativas políticas que marcam o início do movimento LGBT brasileiro. O jornal *Lampião da Esquina* e o grupo SOMOS – Grupo de Afirmação Homossexual – representam o momento de fundação dos LGBTs como grupo social destacado, auto-organizado e politizado. Saindo da esfera privada e transcendendo o estigma

imposto, os subalternos iniciaram sua construção como massa “para si” marcada pelo enfrentamento à ditadura.

É interessante destacar que o “perigo” da homossexualidade, a partir da Guerra Fria, fora fortemente associado à ameaça comunista nos EUA (RUBIN, 1984). Como destaca Cowan (2014), mesmo antes da segunda guerra mundial, no Brasil, ideólogos e dirigentes do movimento integralista já sustentavam posições que vinculavam a homossexualidade masculina e a liberação sexual com a revolução comunista e a dissolução social, e reivindicavam a virilidade masculina (p. 30-31).

A partir do regime autoritário iniciado em 1964 este processo é aprofundado sobremaneira, e a homossexualidade é diretamente vinculada com a subversão política e os inimigos nacionais:

Enquanto o regime militar se endurecia nos anos 1960, as polícias estatais continuavam a aderir a um esquema no qual sexo entre homens pertencia a um submundo obviamente estigmatizado e degenerado, povoado por “pederastas”, alcoólatras, prostitutas, deficientes mentais e vários desviantes e inconformados. No contexto da Guerra Fria e do anticomunismo esmagador, pertencer a esta comunidade de delinquentes parecia uma ameaça à segurança nacional. (COWAN, 2014, p. 32).

Chama atenção o fato de que a preocupação com a subversão homossexual tenha chegado à Escola Superior de Guerra – ESG – através de palestras e conferências com “especialistas” no assunto. Um dos focos de preocupação era o risco de degeneração de jovens e crianças representado pelo “homossexualismo” (sic.), que era entendido como parte da estratégia do Movimento Comunista Internacional – MCI. (COWAN, 2014, p.35).

O regime autoritário passou a intervir diretamente sobre a questão. Diversos diplomatas foram afastados do Itamaraty sob a acusação de “homossexualismo”, bem como tantos outros funcionários públicos de seus postos. Também o Serviço Nacional de Informação – SNI – passou a fazer forte vigilância sobre a conduta sexual de pessoas, dentro e fora do Estado. O autor mostra, ainda, a marcada preocupação do regime com a homossexualidade nos meios de comunicação e nas atividades culturais. Assim, a censura agiu sobre a imprensa e o entretenimento de modo a coibir “inconformidades de gênero” e o incentivo à aceitação da homossexualidade (p. 37).

Uma constante até o final do período autoritário foi o apelo à família, tradição, religião etc. cada um desses elementos associados à ordem e a disciplina social e política. As ações autoritárias do regime revestiam-se de certa legitimidade moral e se recorria à “polícia dos costumes” (LIMA LOPES, 2014).

O regime conseguiu inviabilizar a ação das esquerdas organizadas num primeiro momento e em seguida desarticular as ações armadas. O controle político e social, contudo, deixou importantes brechas no terreno artístico e cultural. Nesse sentido, a influência do tropicalismo foi muito importante. Primeiro com Caetano Veloso e Gilberto Gil, e depois com a chegada das ideias de 1968, os padrões culturais e estéticos começaram a ser fortemente questionados (SCHWARZ, 2009). Aos poucos, grupos como Secos & Molhados e os Dzi Croquettes deram continuidade às expressões contestatórias no terreno da estética, marcadamente andróginas, que colocavam em cheque os papéis tradicionais de gênero. A geração que se formava sob estas influências criticava a direita autoritária e conservadora e desconfiava da esquerda tradicional. Este foi o contexto da emergência da imprensa gay no país (RODRIGUES, 2014, p. 88) e do primeiro grupo político de homossexuais.

4.1.1 Lampião da Esquina: a primeira voz dos subalternos

Na década de 1970, após o começo da abertura, as mudanças culturais e de costumes abriram espaço para colunas sociais gays na grande imprensa nacional, com destaque para a Coluna do Meio, de Celso Cury, publicada no jornal *A Última Hora* em São Paulo. Também a chamada “imprensa nanica” ganhava certo peso e incomodava o regime, como o jornal *O Pasquim*. Contudo, o *Lampião da Esquina* foi decisivo para alavancar a construção do movimento LGBT, formar uma “comunidade” gay e lançar as bases para que esta população começasse a se constituir num grupo social próprio.

O jornal foi o primeiro da imprensa gay a ser editado de modo profissional, com uma equipe de jornalistas, escritores e intelectuais de certo peso na vida cultural brasileira (SIMÕES e FACCHINI, 2009, p. 84). O primeiro número teve uma tiragem de 10.000 exemplares e a partir do segundo 15.000 exemplares. O jornal circulou durante três anos, de abril de 1978 até julho de 1981.

A bandeira do jornal, expressa em seu editorial do número zero, era “sair do gueto”, ou seja, das sombras e dos estereótipos impostos. (RODRIGUES, 2014, p. 96). Contudo, o

Lampião não sustentava uma identidade única e monolítica. Tentava expressar a diversidade dentro do meio homossexual, servindo de espelho para pessoas que não se identificavam com o que viam e liam na grande imprensa. (RODRIGUES, 2014, p. 97). Era um veículo inconformado, crítico e defensor das diversas “minorias”. Falava de arte, literatura, poesia, denunciava a repressão e a perseguição e tratava abertamente da sexualidade, com uma linguagem diversas vezes irreverente, usando gírias típicas do meio gay. Assim, produzia identificação com seus leitores.

Esteve fortemente engajado em campanhas contra a repressão policial aos homossexuais e travestis, contra a censura e a perseguição a jornalistas como Celso Cury e na defesa da liberdade de imprensa. Atuou no apoio ao grupo SOMOS que estava surgindo, e inclusive ajudou a divulgar os primeiros encontros nacionais de grupos de militantes homossexuais. Tratou também de questões muito caras à esquerda da época, como a situação dos homossexuais em Cuba, o novo sindicalismo e, inclusive, a figura do então emergente líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva esteve na capa de uma de suas edições (LAMPIÃO, ano 2, nº 14, julho, 1979).

É necessário destacar que o *Lampião* cumpriu um papel importante na afirmação da identidade homossexual como negação do estigma socialmente imposto. Como destacam alguns autores (RODRIGUES, 2014; SIMÕES e FACCHINI, 2009; GREEN, 2000; LIMA LOPES, 2014), o jornal foi o primeiro a levantar como bandeira política a questão da homossexualidade, o combate à violência e ao preconceito e defender a saída do gueto. Isso significou retirar da esfera das sombras, dos becos e da vida privada os problemas cotidianos vividos por LGBTs e estampá-los nas bancas de jornal das principais cidades do país. Ao mesmo tempo, implicou na forte politização dos problemas enfrentados pelo seu público leitor. Como exemplo, as campanhas que o jornal levou a cabo contra o autoritarismo do regime, a censura e a violência policial. Mas ao fazer o debate e a divulgação de peças de teatro, exposições de arte, cinema e diversas atividades culturais, todas com temáticas ou análises que dialogavam com o público homossexual, o jornal também exercia a função de produzir certa identificação para além da política e dos problemas imediatos vividos por seus leitores. Inclusive temas teóricos foram objeto de discussão em suas páginas, como a publicação da História da Sexualidade, de Michel Foucault, dentre outras obras teóricas de interesse. Entrevistas com artistas como Ney Matogrosso e outras ícones do meio gay também ajudavam a criar uma atmosfera culturalmente identificada para este público. Assim, o jornal combinou a resposta aos problemas colocados pela conjuntura da época com diversos

elementos próprios ao cotidiano dos LGBTs, todos orientados por uma abordagem particularmente identificada à linguagem do leitor.

Também deve ser mencionado o fato de que o *Lampião* apoiou ativamente outras “minorias”, como o movimento negro, feminista, indígena e ecológico. Tal fato deixou os agentes do regime militar muito preocupados, como destaca Cowan (2014). Segundo o autor, após a derrota dos focos de luta armada, a ditadura voltou-se para os “movimentos de minorias”, na segunda metade dos anos 1970, temendo “que estas minorias fossem componentes de um todo, culturalmente subversivo, que tendia a promover os interesses dos comunistas” (p. 42). Chama a atenção que, nos documentos do SNI citados por Cowan (2014), uma das maiores preocupações do regime após a inicial emergência do movimento gay organizado era a afirmação e politização da identidade homossexual, que seria apresentada, para o pânico do regime, como normal e aceitável socialmente.

Mas a trajetória do periódico também esteve marcada por crises e contradições. Organizado em torno de dois núcleos, um no Rio de Janeiro e outro em São Paulo, diversos atritos internos foram tomando espaço em torno da linha editorial do jornal (SIMÕES e FACCHINI, 2009). Uma das polêmicas centrais era a relação da publicação com a esquerda e com o próprio movimento gay que estava nascendo. Ainda que no início a relação com o SOMOS tenha sido de muita colaboração, em pouco tempo começou o distanciamento. Na mesma direção, os conflitos no conselho editorial também tiveram como causa o debate polêmico entre a “luta específica” e a “luta maior”. O jornal deveria estar engajado na defesa dos interesses dos homossexuais? Na sua afirmação na sociedade? Deveria ser um veículo de luta? Em contraposição a estas questões colocavam-se outras. O jornal deveria estar engajado no projeto das esquerdas? Na defesa das bandeiras da classe trabalhadora? Na luta direta contra o regime militar? Deveria atuar junto com outros grupos, movimentos e organizações, incluindo partidos políticos? Assim, o *Lampião* questionava a centralidade da luta de classes em detrimento da luta das “minorias”, muito embora existissem em seu conselho editorial defensores da conciliação destas posições (SIMÕES e FACCHINI, 2009, p. 95-96). A disjuntiva entre a luta por questões “específicas” e a luta “maior” marcou boa parte da história do movimento e ainda gera polêmicas. Para além de uma dicotomia, ela pode ser interpretada como o conflito entre o momento econômico-corporativo, marcado pela identificação mais imediata e as demandas que daí decorrem, e o momento propriamente político, que marca a passagem à esfera do universal, colocando novos dilemas para a organização e ação. Este tema será analisado mais à frente.

O conflito no conselho do jornal chegou a tal ponto que nas últimas edições o periódico já não tinha mais sua coluna editorial. Tentando agradar um público cada vez mais heterogêneo, e aderindo a certo sensacionalismo de viés comercial, a publicação foi perdendo leitores sem ganhar anunciantes, até tornar-se inviável e fechar (RODRIGUES, 2014).

As crises internas em seu conselho editorial nada tinham de particular. As polêmicas que dividiam os criadores do jornal eram as mesmas que atravessaram o SOMOS e os primeiros grupos políticos do movimento gay. Contudo, é importante destacar o papel cumprido pelo *Lampião*. Pelos elementos apresentados, é possível dizer que ele foi determinante no momento inicial de produção e difusão de uma visão de mundo conectada com o grupo social ao qual se dirigia. Foi um porta-voz e um elaborador do grupo subalterno, auxiliando-o a apresentar-se publicamente como grupo socialmente destacado, como comunidade gay. Adotou a estratégia do movimento estadunidense de “sair do armário” e conquistar visibilidade. Nesse sentido, tomou problemas imediatos e lhes deu coloração mais política. Utilizou da linguagem corrente dos guetos como forma de identificação. Confrontou as relações de poder políticas e ideológicas que impunham os estigmas e a condição de subalternidade aos homossexuais e permitiu que eles falassem por si.

4.1.2 SOMOS, o primeiro grupo organizado

Surgido em 1978, o SOMOS – Grupo de Afirmação Homossexual – é considerado o primeiro grupo politicamente organizado para a defesa das bandeiras dos homossexuais. Sua primeira ação foi uma carta enviada ao Sindicato dos Jornalistas de São Paulo protestando contra a forma de tratamento dada aos homossexuais pela grande imprensa. (SIMÕES e FACCHINI, 2009, p. 96). Porém, foi num debate realizado pelo Centro Acadêmico do curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo – USP – que o grupo ganhou visibilidade, assumindo então seu nome efetivo.

O grupo organizou uma campanha em defesa do *Lampião da Esquina*, que sofria inquérito do regime contra seu conselho editorial. Também teve participação formal na comemoração do dia de Zumbi dos Palmares, organizado pelo Movimento Negro Unificado – MNU.

Em abril de 1980 o *Lampião* organizou o primeiro Encontro de Grupos Homossexuais Organizados – EGHO –, restrito aos grupos de homossexuais e seus convidados e contando

com cerca de duzentas pessoas. Na sequência da atividade foi realizado o primeiro Encontro Brasileiro de Homossexuais – EBHO –, que contou com cerca de 600 participantes. Tratava-se, com efeito, de um mesmo evento com uma parte fechada – o EGHO – e uma parte aberta – o EBHO. Diversos militantes de partidos legais e ilegais (PT, CS-PT, PCB e PCdoB) estiveram presentes e o encontro teve cobertura na edição de nº 24 do jornal *Lampião*, de maio do mesmo ano. Este foi o primeiro evento de organização entre grupos de militantes homossexuais do país.

Embora o funcionamento interno do SOMOS fosse pelo método do consenso, uma forte polarização interna logo ganhou espaço: “entre a prioridade das lutas específicas de mulheres, negros e homossexuais e a prioridade da chamada luta maior contra a ditadura e pela transformação social.” (SIMÕES e FACCHINI, 2009, p. 105). Dentre seus membros havia alguns militantes trotskistas da Convergência Socialista, corrente interna do PT, que sustentavam a necessidade da articulação entre as chamadas lutas específicas e a luta maior.

Na medida em que essa polarização, que também ocorria no conselho editorial do *Lampião*, aumentava, a coesão interna do grupo comprometeu-se. Em 1980 ocorreram duas importantes cisões. A conformação do GALF – Grupo de Ação Lésbica e Feminista (cuja justificativa foi publicada na edição nº 15 do *Lampião*); e a participação no ato do 1º de maio dos trabalhadores do Estádio da Vila Euclides.

Este último episódio é muito emblemático das polêmicas no interior do movimento não só na época, mas até os dias de hoje. O Estádio da Vila Euclides, em São Bernardo do Campo, era um dos símbolos do movimento operário que originou o novo sindicalismo, a Central Única dos Trabalhadores – CUT – e o Partido dos Trabalhadores – PT. Naquele momento os metalúrgicos eram vanguarda no enfrentamento a ditadura militar e protagonizavam importantes greves e confrontos com o regime. Os militantes do SOMOS liderados por James Green, membro orgânico da Fração Homossexual da Convergência Socialista – FHCS – defendiam que o grupo deveria participar do ato do 1º de maio em apoio aos trabalhadores, com faixas que lhes garantissem a visibilidade. No outro polo, os militantes do SOMOS defendiam que o grupo fosse fazer um piquenique no parque Ibirapuera.

O grupo rachou e uma parte foi para o Estádio da Vila Euclides. Os cerca de 50 militantes entraram no local da atividade com duas faixas dizendo: “Contra a intervenção nos sindicatos” e “Contra a discriminação do(a) trabalhador(a) homossexual”. Embora temendo uma reação preconceituosa, foram imediatamente aplaudidos pelos cerca de 100 mil operários presentes no Estádio (OKITA, 2015, p. 79).

Essa crise levou ao “racha” definitivo do SOMOS, e o grupo que se recusou a participar do 1º de Maio conformou o Grupo de Ação Homossexualista, que depois se tornou o grupo Outra Coisa. A ruptura evidenciou o problema de como responder estrategicamente aos desafios postos pela conjuntura política da época.

Ainda assim, por imposição da realidade imediata, os grupos se reencontraram episodicamente. Poucas semanas depois da divisão, uma escalada da violência e perseguição policial contra homossexuais e principalmente travestis em São Paulo demandou uma resposta política. As ações autoritárias realizadas a mando do delegado Wilson Richetti, que se destinavam a “limpar” a região central da cidade, fizeram com que cerca de 500 pessoas portando faixas e cartazes tomassem as escadarias do Teatro Municipal de São Paulo. Após algumas falas em assembleia exigindo a demissão do delegado, a multidão saiu em passeata contra as prisões arbitrárias de gays, prostitutas e travestis realizadas por Richetti, entoando a palavra de ordem “Abaixo a repressão, mais amor e mais tesão” (GREEN, 2000, p. 436). Esta ação é considerada o primeiro protesto de rua e o ponto de nascimento de fato de um movimento LGBT no país. O que chama a atenção é que, mesmo com acirradas polêmicas internas e rupturas, a ação autoritária contra a população LGBT determinou momentos de unidade.

O breve período de existência do SOMOS, tal como do *Lampião*, foi marcado por diversas tensões como explicitado. Destaca-se o fato de o grupo reunir homossexuais que debatiam sua condição pessoal, seus problemas cotidianos e dramas individuais num primeiro momento. A atuação junto a outros movimentos sociais, como o MNU, e a ação de apoio ao conselho editorial do *Lampião* também são emblemáticas de uma organização que tinha caráter marcadamente político. A polêmica em torno ao ato do 1º de Maio expressa um debate muito mais profundo, acerca da estratégia do movimento, de suas alianças e de sua forma de ação. A discussão sobre a “luta específica” ou a “luta maior”, ainda que tenha tido um desfecho negativo, marca a força do “momento econômico corporativo”. Sem dúvida é um momento necessário no processo de auto-organização e autoafirmação de qualquer grupo. Contudo, expressa o limite de uma percepção das relações de poder onde não se reconhece a possibilidade e a necessidade de articulação com demais segmentos igualmente subordinados. Tampouco, a possibilidade e a necessidade de construir pautas programáticas capazes de articular os elementos “específicos” com os “gerais” no intuito de conformar um bloco social organicamente articulado. Este seria o momento propriamente político em Gramsci.

Independentemente disso, a força do contexto no qual o SOMOS e o *Lampião* surgiram e atuaram incidu diretamente em sua ação e nas polêmicas internas. Como destaca Lima Lopes (2014):

Dada a vinculação entre o regime político e a polícia de costumes, entre autoritarismo e tradicionalismo familista, era preciso iniciar a luta combatendo também a ditadura ou, melhor dizendo, qualquer reivindicação de liberdade dos homossexuais parecia ser ao mesmo tempo contestação do regime. Começar por uma era acabar na outra (p. 281).

Assim, a simples politização dos problemas privados de homossexuais e travestis da época esbarrava num regime político autoritário, no predomínio de valores altamente conservadores e na pesada hegemonia de uma concepção de sexualidade e de gênero adjacente. De outro lado, o impulso promovido pelas lutas dos metalúrgicos, dos movimentos sociais que emergiam e da contracultura que finalmente chegava ao país fomentava ações de protesto e a possibilidade de unidade.

Deboches e gírias típicas dos guetos, manifestações artísticas, androginia, performances, resistências, transgressões de normas e padrões aos poucos se combinaram com protestos, cartas de repúdio, ações junto a sindicatos e outros movimentos sociais, atos de trabalhadores metalúrgicos, faixas por direitos e passeata de rua. Em tais circunstâncias não era possível que o específico ficasse reduzido a sua especificidade. A luta pela liberdade de publicar um jornal gay, de organizar um grupo de homossexuais, de participar do ato do 1º de maio, de protestar contra a repressão policial, entre outras atividades realizadas, tornava-se também a luta contra o regime político. Do mesmo modo, este processo impunha aos militantes problemas de ordem tática e de ordem estratégica sobre os quais era preciso debater e decidir. Que bandeiras levantar? Com quem? Contra quem? Que métodos de ação utilizar? Que aliados buscar? Que direitos reivindicar? O esforço por movimentar-se com mais liberdade implicava necessariamente em confrontar-se com instituições, pessoas e discursos que coagiam essa mesma liberdade.

Tais questões, ainda que de maneira tortuosa, obrigavam os militantes a refletir sobre si mesmos como grupo político, como segmento social a ser organizado, como população subalterna, como “massa para si”. Não se está sustentando aqui a posição de que se tenha conformado um grupo social plenamente destacado neste momento da história. O que se defende é que o processo foi iniciado, sob determinações próprias do momento, com base no

improviso e na criatividade, e que um novo sujeito político começou a emergir na sociedade brasileira.

4.2 O PRIMEIRO REVÉS: A EPIDEMIA DE AIDS

Apesar da ruptura do SOMOS e mesmo do fechamento do *Lampião*, começavam a surgir grupos de militantes homossexuais em São Paulo e em outros estados. Um novo fenômeno, contudo, alterou o curso do emergente movimento. Pode-se dizer que a epidemia de AIDS mudou os rumos da militância homossexual na década de 1980.

Já em 1982 dois rapazes que tinham viajado para os EUA foram identificados com o sarcoma de Kaposi. No ano seguinte morreu o estilista Marcus Vinicius Resende Gonçalves, dando visibilidade à doença.

Na segunda metade dos anos 1980 verificou-se uma escalada de matérias sensacionalistas na imprensa, que ecoam declarações abertamente preconceituosas de algumas autoridades médicas e de políticos ligados a grupos religiosos, assim como aumenta a repercussão a crimes violentos contra gays e travestis (SIMÕES e FACCHINI, 2009, p. 129).

De acordo com os mesmos autores o efeito da epidemia foi o de provocar um retrocesso na “revolução sexual” que os homossexuais estavam produzindo. O ataque da grande mídia foi duro, nomeando a AIDS como “peste gay” e afirmando ser “castigo de Deus”⁴⁰. A partir deste momento um novo estigma era imposto aos homossexuais. A crença de que a contaminação se restringia a esta população era chancelada pela medicina a partir da sua classificação como “grupo de risco”, que perdurou por vários anos no país⁴¹. Isso seguramente incrementou o preconceito e a discriminação.

A epidemia, contudo, também teve um impacto contraditório na constituição das identidades. Para além do estigma da “peste gay”, o fato é que a doença escancarou a presença de homossexuais nos mais variados espaços da sociedade. Assim, o homossexual deixava de ser o “outro” distante e nebuloso, para estar em diversas esferas, inclusive de prestígio social. Isso se deu pelo fato de que, com a propagação da epidemia, padres, juízes, delegados e muitas figuras em posições de “credibilidade” foram contaminados, revelando a presença dos homossexuais ao longo do tecido social. (LIMA LOPES, 2014, p. 289).

⁴⁰ O Jornal Notícias Populares fez diversas referências, inclusive na capa, como por exemplo: “Peste gay é a epidemia do século” (30/08/83); “Peste gay matou 80% das vítimas” (22/09/83). Fonte: <http://f5.folha.uol.com.br/saiunonp/2014/10/1524834-aids-muda-habito-sexual-em-sp-e-alavanca-masturbacao-e-filme-porno.shtml>. Outra referência interessante é o título “A doença é um castigo de Deus”, em matéria de capa da revista *Veja* de 10/08/88.

⁴¹ Cf. Ministério da Saúde. <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/links-de-interesse/286-aids/9048-atualmente-ainda-ha-a-distincao-entre-grupo-de-risco-e-grupo-de-nao-risco>.

Do ponto de vista da organização dos grupos do movimento a doença também trouxe fortes efeitos. Os “anos heroicos”, de 1985 a 1989, foram marcados por ações de natureza muito mais pessoal do que institucional. (SIMÕES e FACCHINI, 2009, p. 131). De fato, as pessoas eram forçadas a se ajudarem, a cuidarem dos que estavam morrendo, montando redes de solidariedade e apoio por imposição da necessidade.

Ainda assim, neste período algumas iniciativas institucionais são realizadas. A ação militante dos novos grupos do movimento passaram a se distanciar daquelas do primeiro momento. Em paralelo ao combate da “peste gay”, e associado a este, uma fase de transição pode ser identificada, cuja consolidação ocorrerá na década seguinte.

Em 1985 surge o Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS – GAPA – , sendo a primeira ONG-AIDS do país. Em 1988 surge o Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST/AIDS) dentro da estrutura do Ministério da Saúde. Muitas destas ações apoiaram-se na militância homossexual para sua realização. Em 1991, pela primeira vez, o presidente da república fez um pronunciamento à nação sobre a epidemia.

Mas foi em 1993 que uma mudança ocorreu. O Projeto de Controle da AIDS e DST, o AIDS 1, fora financiado mediante empréstimo firmado entre o Brasil e o Banco Mundial, o que significou incluir, pela primeira vez, a “sociedade civil” na implementação das atividades.

tem início, assim, um período marcado por diversas formas de cooperação entre ONGs e o Programa Nacional de AIDS, que alteraram substancialmente não só o perfil do programa, mas também o campo de trabalho das organizações da sociedade civil (SIMÕES e FACCHINI, 2009, p. 132).

Se o momento anterior fora marcado pelo refluxo da ação política das organizações de gays, agora uma nova fase é inaugurada. “A importância dos recursos vindos dos projetos relacionados ao combate ao HIV-AIDS foi muito significativa para o reflorescimento do movimento homossexual brasileiro.” (SIMÕES e FACCHINI, 2009, p. 133). Embora os autores não façam sua análise a partir da chave que é aqui adotada, é reconhecido que uma mudança se inicia. Não é um dado menor o fato de que a partir deste ponto os grupos do movimento cada vez mais passam a adotar o formato de ONG. Mas mais importante é o seu “reflorescimento” alavancado por recursos vindos de financiamento do Banco Mundial, que na década de 1990, juntamente com o Fundo Monetário Internacional, passa a adotar como critério para determinados tipos de empréstimos a realização de políticas públicas com base

na descentralização, democratização e participação (BOITO, 1999), dando ênfase para a participação da “sociedade civil”, notadamente identificada com as ONGs. A partir deste momento a doutrina Neoliberal passa a incidir sobre o movimento LGBT e sua relação com o Estado⁴².

⁴² De 1994 até 1998, o AIDS I, com financiamento do Banco Mundial, incentiva a participação de ONGs. De 1998 até 2002 o AIDS II centra-se nos eixos de descentralização e sustentabilidade, sendo que a partir de 2001 surge a figura jurídica da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP – aparecendo nos documentos do Ministério da Saúde, como marco legal para o “setor sem fins lucrativos”. É dada ênfase ao trabalho voluntário e à liberação de obrigações trabalhistas e previdenciárias (SIMÕES e FACCHINI, 2009).

4.3 AS MUDANÇAS NO MOVIMENTO

Ainda na década de 1980 e em paralelo à epidemia de AIDS uma nova geração de militantes surge com um perfil já distinto da geração que teve como referência o SOMOS. Figuras como Luiz Mott e João Antônio Mascarenhas foram lideranças de destaque: “demonstraram um menor envolvimento com projetos de transformação social, num sentido mais amplo, e uma ação mais pragmática, voltada para a garantia dos direitos civis e contra a discriminação e a violência que atingem os homossexuais.” (SIMÕES e FACCHINI, 2009, p.120).

O Grupo Gay da Bahia – GGB – o mais antigo grupo ainda em atuação no país, o Triângulo Rosa (1985-1988) e o Atobá (1986) foram os primeiros grupos reconhecidos pelo Estado como sociedades civis declaradamente homossexuais. O GGB foi pioneiro ao colocar em prática a campanha pela retirada da homossexualidade do Código de Classificação de Doenças – CID – e do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social – INAMPS. Mascarenhas, pelo Triângulo Rosa, foi o primeiro ativista gay a entrar, enquanto tal, no Congresso Nacional. Sua visita ocorreu no processo da Constituinte para defender a proibição de discriminação por “opção” sexual. Embora a proposta tenha sido derrotada, ele falou em duas subcomissões e atuou na revisão da proposta de constituição. Tais fatos mostram que o movimento começava a direcionar suas ações para a esfera estatal, buscando espaços e interlocução⁴³.

A ação destes grupos expressava outra concepção de militância, como dito, diferente daquela que norteou o SOMOS e o jornal *Lampião*. É interessante notar que, dado o perfil de atuação destes grupos, focados nos poderes legislativo e judiciário e na própria Constituinte, outros problemas foram colocados. Nos anos 1970 os “entendidos”⁴⁴ usavam a expressão “opção sexual” como forma de assumir sua sexualidade em oposição à ideia de anormalidade e às palavras depreciativas como “bicha” e “veado”. “Opção” ora significava opção, ora essência. Foi na atuação junto a Constituinte que os militantes consultaram acadêmicos e profissionais de várias áreas até chegarem ao consenso em torno de “orientação sexual”. (SIMÕES e FACCHINI, 2009, p. 126). Isso demonstra que a atuação mais próxima das instituições colocou problemas de ordem da definição a ser usada em torno da sexualidade,

⁴³ É interessante observar que não só o movimento LGBT, mas também o movimento feminista começaram a mudar sua relação com o Estado ainda na década de 1980. Contudo, a partir de sua articulação internacional, o feminismo pode contar com a pressão exercida pelas Nações Unidas sobre o Estado brasileiro a partir das Conferências Mundiais sobre a Mulher realizadas pela ONU. Para mais informações sobre o assunto, ver Prá (2014).

⁴⁴ Entendidos foi uma das formas que homossexuais usaram como autorreferência antes da chegada da expressão “gay”, que estava associada à militância dos EUA da mesma época.

respondendo a demandas de outra natureza. Com caráter mais jurídico e restrito ao ordenamento institucional e legal que estava surgindo, esses problemas diferiam em alguma medida daqueles que nortearam a ação no momento anterior.

4.3.1 O movimento a partir dos anos 1990

Se a epidemia do HIV-AIDS marcou um refluxo no movimento, principalmente nos seus primeiros anos, ela também definiu o terreno de sua reorganização, combinando-se com outros elementos que incidiram diretamente em sua relação com o Estado. De um lado, a necessidade imediata de dar respostas ao problema da AIDS fez com que a maioria dos grupos pautasse suas ações e seu programa a partir das demandas de prevenção e tratamento da epidemia. De outro lado, as mudanças provocadas pelo neoliberalismo favoreceram sobremaneira o formato organizativo dos grupos, a partir do modelo de ONG. Assim, o Estado passa a ser alvo de demandas vinculadas à saúde, ao passo que as políticas públicas nesta área e destinadas a esta população passam a ser realizadas sob a égide da doutrina neoliberal, de participação, descentralização e democratização.

A nova relação que começava a se desenvolver impunha certas demandas. De acordo com Facchini e França (2009):

A valorização de relações com o movimento no âmbito internacional e a presença de preocupações como ter uma sede, registrar oficialmente o grupo e estabelecer uma diretoria com cargos e funções claramente definidos podem ser interpretados no sentido de denotar uma menor resistência à institucionalidade (p. 60).

Em 1995, no VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas é fundada a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais – ABGLT. Este foi o primeiro encontro financiado pelo Ministério da Saúde, obtendo recorde de participação com 84 entidades. No mesmo ano ocorreu a 17ª conferência da *International Lesbian and Gay Association* – ILGA.

Como já apontado, nesta década ocorre uma inovação muito importante para a organização do movimento. As políticas públicas, inicialmente na área de saúde, passam a contar com a participação das ONGs LGBT, e logo depois, com financiamento para projetos e

ações realizados por tais organizações. Assim, o Estado passa a ser fonte de recursos para as entidades de gays e lésbicas.

Os efeitos do processo de “onguização” do movimento vêm sendo comentados por diversos autores (RAMOS e CARRARA, 2006; FACCHINI e FRANÇA, 2009; MACHADO, 2013; SIMÕES e FACCHINI, 2009; FONSECA, NASCIMENTO e MACHADO, 2007). Em geral o que se observa é que existe uma marcada transformação no formato organizativo, com sensíveis efeitos políticos sobre o movimento.

No âmbito interno dos grupos, podemos identificar a crescente aproximação do modelo ideal das ONGs esboçado por Rubem César Fernandes (1985) e suas implicações em termos de redução do número de membros efetivos; criação de estruturas formais de organização interna; elaboração de projetos de trabalho em busca de financiamentos; necessidade de apresentação de resultados; necessidade de expressar claramente objetivos e objetos de intervenção ou de reivindicação de direitos; profissionalização de militantes; maior capacidade e necessidade de comunicação e dependência de estruturas como sede, telefone, endereço eletrônico, computador; necessidade de integrar os militantes em um discurso pragmático; adoção de técnicas de dinâmica de grupo em reuniões e atividades; preocupação e ter quadros preparados para estabelecerem relações com a mídia, parlamentares, técnicos de agências governamentais e associações internacionais (FACCHINI e FRANÇA, 2009, p. 62).

Não se trata, portanto, do simples desenvolvimento e complexificação no processo organizativo dos grupos do movimento, mas de mudanças que obedecem a uma determinada concepção de movimento social, ou mais especificamente, uma transição de movimento social (cuja construção encerrou diversas atritos, polêmicas e disputas) para o que se denomina de “sociedade civil organizada”⁴⁵. Os grupos passaram a encontrar no Estado seu ponto de apoio, buscando recursos materiais e simbólicos para suas ações. Cada vez mais editais foram sendo lançados oferecendo financiamento para realização de projetos voltados para a população LGBT. Mas para disputar tais editais era preciso cumprir certos requisitos como os descritos na passagem acima.

Se este processo teve início com as políticas de prevenção e tratamento a DST-AIDS, ao longo do tempo ele se estendeu para outros campos de ação, como as Paradas do Orgulho LGBT, políticas de capacitação de lideranças e, sobretudo, as políticas participativas

⁴⁵ O conceito de “sociedade civil organizada” aqui utilizado faz referência à denominação que se tornou senso comum nos anos 1990 a partir da doutrina neoliberal, sendo utilizado em documentos e ações políticas tanto pelo Estado quanto por agências multilaterais como FMI e Banco Mundial, e refere-se essencialmente às ONGs, concebidas como organizações que atuam em parceria com o Estado e com as empresas.

implementadas a partir de 2003. Isso gerou o alargamento de seus efeitos sobre o movimento até tornar-se a concepção predominante de formato organizativo e de ação.

Talvez o próprio formato de ONGs predisponha práticas sociais que confundem as lógicas da política e do mercado. Se nas organizações que emergem da sociedade civil a dicotomia entre o público e o privado se atenua (ou se refaz em outros termos), o mesmo se pode observar nas tentativas de institucionalização e formulação de políticas públicas que atendem GLBTs, tais como os centros de referência que atualmente são financiados pela SEDH (Secretaria Especial de Direitos Humanos) no âmbito do PBSH⁴⁶ (FONSECA, NASCIMENTO e MACHADO, 2007, p. 11).

É interessante observar que os efeitos disso se estendem, também, para a relação entre os grupos do movimento.

No que se refere à relação entre grupos, a busca pelos escassos financiamentos estatais ou internacionais passou a produzir um ambiente bastante competitivo. Nesse contexto, os processos de formação de alianças e as tensões, que já haviam sido descritos por McRae (1990) como característicos do movimento, criaram situações de conflito aberto (FACCHINI e FRANÇA, 2009, p. 62).

O impulso decisivo dado à participação das ONGs nas políticas públicas de saúde, tal como destaca Simões e Facchini (2009), começa com o programa AIDS I, sob impacto do financiamento do Banco Mundial. De acordo com balanço realizado pela Coordenação Nacional de DST e AIDS, em 2002:

No período de 1994-1998 (AIDS I) o total de projetos de ONG direcionados aos HSH, apoiados pela CN-DST/AIDS, foi de apenas 5% (28 projetos de 559 implantados no período), tendo sido executados por dezessete instituições. [...] A partir da implementação do AIDS II (1999-2002), observa-se significativa alteração desse quadro, com aumento expressivo do número de projetos encaminhados para as concorrências públicas e pelo aprimoramento da qualidade técnica das propostas recebidas. Um dos elementos que propiciou tal alteração foi a implantação, em 1999/2000, do Projeto Somos, direcionado para a formação e capacitação de lideranças e grupos homossexuais em três regiões brasileiras (Sul, Sudeste e Nordeste). No período de 1999 a outubro de 2001, identifica-se a execução de 91 projetos de ONGs, apoiados pela CN-DST/AIDS e direcionados aos HSH, podendo também ser registrado significativo aumento da participação das ONGs no que se refere ao envio de propostas para ações junto aos HSH nas

⁴⁶ Programa Brasil Sem Homofobia. Também será apresentado como BSH.

concorrências públicas realizadas no período de março e novembro de 2000 e agosto de 2001, com 31, 23 e 94 propostas, respectivamente (CN-DST/AIDS 2002, *apud*, SIMÕES e FACCHINI, 2009, p. 141).

Contudo, os avanços obtidos com as políticas de saúde⁴⁷ permitiram que o eixo de atuação da militância começasse a se deslocar para os direitos humanos, direitos civis e o combate à violência (LIMA LOPEZ, 2014; RAMOS e CARRARA, 2006; SIMÕES e FACCHINI, 2009; FONSECA, NASCIMENTO e MACHADO, 2007). A relação do movimento com partidos políticos, até metade dos anos 1990, se restringia a setoriais e secretarias de gays e lésbicas no PT e no PSTU. É de 1995 o primeiro projeto com fins de reconhecer a união de casais do mesmo sexo, o Projeto de Parceria Civil Registrada, da então deputada Marta Suplicy, a ser apresentado no Congresso Nacional.

Outro fator importante a incidir sobre o movimento LGBT na década de 1990 é a emergência do mercado voltado para este público, conhecido como *pinkmarket*. Inicialmente fora criada a sigla GLS, referindo-se a gays, lésbicas e simpatizantes, como uma espécie de marca, pelo jornalista André Fischer. Ele fora um dos idealizadores de eventos como Mercado Mundo MIX, feira para expositores e público GLS, o Festival de Cinema Mix Brasil e o primeiro portal GLS do país, o Mix Brasil.

Constituído inicialmente por bares, boates e saunas, esse circuito comercial passa a também agregar *sites*, festivais de cinema, revistas especializadas, editoras, hotéis, empresas de turismo, grifes de moda etc. De forma não homogênea e apresentando características próprias de região para região, a proliferação dessas experiências comerciais contribuiu, em alguns locais, para o aparecimento de uma combinação entre militância e mercado, rara na tradição da esquerda brasileira (RAMOS e CARRARA, 2006, p. 189).

Assim, os antigos guetos, espaços geralmente marginais na sociedade onde as relações entre homossexuais podiam ocorrer às sombras, passa a ser incorporado a um circuito comercial voltado para este público. Mas além deste processo, o fato é que o mercado GLS passa a atuar de modo político junto ao movimento. Nas grandes cidades os espaços de consumo e sociabilidade começaram a incorporar em algum grau elementos do discurso ativista, como a bandeira do arco-íris, o orgulho e a visibilidade. (FACCHINI e FRANÇA, 2009, p. 67). Ao mesmo tempo, os empresários do mercado GLS passaram a se ver como

⁴⁷Gomes da Costa (2007) menciona que, embora a relação demasiado estreita entre o movimento e o Estado neste momento possa ter incidido sobre a capacidade reivindicatória das organizações LGBT, ainda assim ela foi fundamental para o avanço nas políticas de tratamento e prevenção às DST/AIDS.

articuladores de ação política na medida em que estimulam a autoestima e a identidade positiva dos homossexuais. Assim, a identidade de uma “comunidade LGBT” transita entre o movimento social e o *pinkmarket*, inclusive pelo fato de o mercado apresentar espaços de concentração desta população, o local onde se reúnem “as bases” do movimento. (FACCHINI e FRANÇA, 2009).

Tal como observa França (2006), o mercado GLS encerra algumas contradições importantes. Se de um lado atua promovendo a visibilidade positiva e oferecendo oportunidades de encontro e socialização ao público LGBT, por outro lado ele termina por reproduzir certas hierarquias e diferenciações dentro deste mesmo público. Locais destinados ao público gay, como algumas saunas de São Paulo, frequentemente fecham suas portas ou cobram valor acima do preço para travestis e transexuais, como forma de evitar uma clientela que não faria parte de seu “público alvo”. De acordo com essa autora, se o movimento LGBT trabalha com a ideia de unidade, o mercado GLS opera na lógica da segmentação das identidades. Em outro trabalho a ideia é apresentada de modo mais detalhado:

É importante notar que o “mercado GLS” que se segmenta e se espalha para diferentes regiões da cidade absorve os espaços de sociabilidade homossexual sem diluir suas diferenciações internas, fixando-as em determinados lugares. O seu desenvolvimento é, desse modo, atravessado por relações de poder que empurram “mais gordos”, “mais velhos”, pobres, negros, travestis, michês e “efeminados”/“masculinizadas” para os espaços marcados por um menor prestígio social e menor integração nos circuitos globais (FACCHINI e FRANÇA, 2009, p. 68).

As identidades que se estabelecem no circuito de mercado GLS frequentemente entram em conflito com a identidade política do movimento, uma vez que aquela não considera bissexuais, travestis e transexuais como integrantes da “comunidade” à qual o serviço vendido é oferecido. (FACCHINI e FRANÇA, 2009, p. 68). Em última instância, a lógica de mercado atua no sentido de reproduzir as hierarquias e preconceitos no interior da “comunidade” LGBT.

As autoras também observam que o próprio consumo tornou-se alvo de certa “politização”. Não só a discriminação no acesso a direitos deve ser enfrentada, como também a discriminação no acesso ao mercado. Deste modo, o consumo também seria uma porta de acesso à cidadania. (FACCHINI e FRANÇA, 2009, p. 69).

Embora a discriminação neste ponto seja algo problemático, o mercado invariavelmente é excludente. Se não opera a discriminação por identidade de gênero e orientação sexual, opera pela lógica de classe social. Assim, uma pessoa que não pode pagar pela segurança e qualidade de serviços oferecidos pelas mais caras boates GLS precisa recorrer aos guetos escuros, banheiros públicos, praças e parques para encontros e “pegação”. E é geralmente nestes lugares que ocorrem os piores casos de violência homofóbica⁴⁸. Desse modo, esta análise discorda da posição das autoras em virtude de considerar a esfera do consumo como uma forma de cidadania altamente excludente das camadas mais pobres de LGBTs. Além disso, ainda que a restrição por motivo de preconceito atribua certa politização ao consumo, este pertence, por si, a esfera do privado, do individual e do não político. É na esfera da política que são postas as pretensões de universalidade dos direitos e acesso à igualdade, ainda que hoje cada vez mais seja cobrada igualdade no marco do reconhecimento à diferença⁴⁹.

⁴⁸ O exemplo do caso de Edson Neri é emblemático. O homossexual foi morto a pancadas na Praça da República no centro de São Paulo em 2000. O local fica ao lado da Avenida Vieira de Carvalho que conecta a praça ao Largo do Arouche, tradicional gueto gay da cidade desde a primeira metade do Século XX e hoje um gueto decadente.

⁴⁹ Sobre a questão da igualdade e da diferença na conquista de direitos para LGBTs no Brasil ver Fernandez (2011).

A TÍTULO DE CONCLUSÃO

No percurso de poucas décadas a população LGBT saiu de uma condição de grupo social estigmatizado, inorgânico e pulverizado para um movimento social politicamente organizado e capaz de incidir tanto na sociedade civil quanto na sociedade política. Deve-se dizer que não uma, mas múltiplas identidades foram constituídas ao longo de seu desenvolvimento, e que só recentemente foram agrupadas na sigla LGBT⁵⁰. A trajetória do movimento esteve marcada por tensões internas acerca da disputa em torno a “luta específica” ou a “luta maior”. Porém a epidemia de HIV/AIDS deslocou o problema e impôs novas tarefas. Ao mesmo tempo, o próprio Estado teve de dar respostas ao avanço da doença, porém num contexto marcado pela pesada influência das políticas neoliberais. Aos poucos, a luta específica enquadrou-se na forma organizativa de ONG e passou a contar com o apoio e financiamento tanto público quanto privado. Numa lógica crescentemente marcada pela parceria com o Estado e o mercado surgiram novas tensões, porém o movimento seguiu obtendo avanços em termos de visibilidade e organização e também em políticas de saúde e prevenção à DST/AIDS (GOMES da COSTA, 2007).

Se o eixo de ação esteve concentrado na saúde ao longo daquela década, a partir dos anos 2000 o foco é deslocado para os Direitos Humanos. A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, marca uma nova mudança na relação do movimento LGBT com o Estado. A partir de políticas de caráter participativo, o novo sujeito político é chamado a dialogar desde dentro da institucionalidade estatal. O surgimento de uma nova arena política como mediação entre o movimento e o governo recém-eleito irá determinar a forma desta relação, trazendo novas implicações e desafios. Constituído como sujeito político capaz de mobilizar milhões de pessoas nas paradas do orgulho LGBT⁵¹, com organização, identidade e reivindicações constituídas, o movimento agora passa a interagir com a sociedade política desde outro patamar. Isso faz dele um ator político e social a ser considerado nas disputas hegemônicas. A emergência do novo governo, portanto, marca a passagem do movimento LGBT ao terreno das hegemonias. Porém não como grupo que disputa a direção de um bloco social, mas como potencial aliado ou opositor dos grupos que disputam, ou seja, como parte dos confrontos mais gerais que norteiam a chamada “grande política”. Nesse processo, persiste o problema da luta contra a subalternidade. O próximo capítulo pretende analisar a política participativa dos

⁵⁰O formato da sigla atualmente utilizado (LGBT) foi aprovado na Conferência Nacional de 2008.

⁵¹Tomando como exemplo o ano de 2006, a parada do orgulho LGBT de São Paulo contou com a participação de cerca de 3 milhões de pessoas segundo os organizadores e 2,5 milhões segundo a Polícia Militar.

governos Lula e Dilma, as políticas públicas para a população LGBT e sua atuação nos espaços institucionais participativos.

CAPÍTULO V - PARTICIPAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E O MOVIMENTO LGBT

Introdução

A ascensão da coalizão liderada pelo Partido dos Trabalhadores ao governo federal em 2003 marca uma mudança na relação entre sociedade civil e sociedade política. Estudos sobre o chamado Lulismo (Singer, 2009; Rennó e Cabello, 2010) trazem um interessante debate sobre as mudanças econômicas na vida das camadas de mais baixa renda da população, retomada do clientelismo e do personalismo político e possíveis realinhamentos ideológicos no cenário nacional. Mas o que chama a atenção é o apoio obtido junto a grupos específicos e atores políticos estratégicos, como associações empresariais e, com destaque, os movimentos sociais. Dada a trajetória histórica do PT, uma ampla expectativa de mudanças permeou a relação da sociedade civil (as organizações de trabalhadores e movimentos sociais de cunho progressista) com o governo. Tal relação foi o que permitiu Oliveira (2010) afirmar que “Já no primeiro mandato, Lula havia sequestrado os movimentos sociais e a organização da sociedade civil.” (p. 25).

O debate que Gramsci realiza sobre a “grande política” e a “pequena política” baseia-se no argumento de que a “grande política” centra-se em projetos estratégicos e ideologias orgânicas. Representa os projetos de sociedade e expressa as diferentes visões de mundo das classes, frações de classes e grupos sociais. Trata-se da luta de hegemonias, portanto. Já a “pequena política” é aquela dos corredores, dos interesses imediatos e das intrigas palacianas. Sem tocar nas questões estratégicas, ela transforma as questões políticas em meramente técnicas ou administrativas, esvaziando seu conteúdo. Ainda segundo o autor, reduzir a “grande política” à “pequena política” é parte da “grande política”.

Coutinho (2010) sustenta que sob a gestão do presidente Lula prevaleceu a hegemonia da pequena política. Segundo o autor: “a hegemonia da pequena política baseia-se precisamente no consenso passivo.” (p. 31). Isso significa a ausência ou substancial enfraquecimento da participação ativa das massas e do papel protagônico de suas organizações (sociedade civil), deixando espaço para a “aceitação resignada do existente como algo ‘natural’”. (p. 31). Desse modo a grande política, tal como afirmara Gramsci, também é feita quando é reduzida à pequena política. Nas palavras de Coutinho: “É por meio

desse tipo de redução, que se desvaloriza a política enquanto tal, que se afirma hoje a quase incontestada hegemonia das classes dominantes.” (p. 32). Um dos efeitos disso é o da manutenção e reforço do momento econômico-corporativo dos grupos subalternos, o que permite manter as contradições em estado latente e pouco visível.

O processo de “sequestro” dos movimentos sociais, ou de exercício da direção política sobre estes, exigiu um conjunto de iniciativas tanto políticas quanto, e principalmente, institucionais. A chamada “pequena política” demandou certo equilíbrio de compromisso para ser viabilizada, e isso ocorreu a partir dos mecanismos de participação social que marcaram a gestão do PT no governo federal. As expectativas geradas pela eleição de Lula e depois de Dilma foram canalizadas para espaços participativos criados pelo governo. Com isso, o papel ativo e protagônico da sociedade civil não foi neutralizado, ao contrário, foi submetido à esferas da sociedade política e mobilizado pelas iniciativas do próprio governo, produzindo adesão e consenso a este. A própria lógica de funcionamento destes espaços, como partes de um todo maior, auxiliou a reduzir a participação à pequena política, ainda que recoberta e legitimada por um discurso de ampliação da democracia. Para compreender o alcance deste processo e seus efeitos sobre o movimento LGBT é necessário analisar a amplitude da política de participação iniciada em 2003 e seus resultados efetivos.

5.1 PARTICIPAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA SOCIEDADE POLÍTICA

A Constituição Federal de 1988 representa um marco na institucionalização de mecanismos de participação social na condução das políticas de governo. Desde sua promulgação até o ano de 2010 o país realizou 92 conferências nacionais⁵² além da criação de dezenas de conselhos nacionais para elaboração, avaliação e monitoramento de políticas públicas. O período de 2003 a 2010, sob a gestão do presidente Lula, é considerado por alguns autores o momento de maior aprofundamento das políticas de participação social (AVRITZER, 2012; POGREBINSCH, 2012; POGREBINSCH e SANTOS, 2011; MACHADO, 2013). Somente neste período foram realizadas 74 destas conferências, o que levou Avritzer a caracterizar que “de fato, existe hoje uma política participativa no nível federal de governo centrada nas conferências nacionais” (2012, p. 8). Isso permite afirmar que há, de fato, uma relação diferenciada entre Estado e sociedade civil, expressa no significativo alargamento institucional das estruturas de participação.

Embora existam muitas leituras explicitamente otimistas, é preciso problematizar até que ponto o estreitamento da relação do Estado com a sociedade civil, em especial com os movimentos sociais e o movimento LGBT, significam efetivos avanços para estes últimos. Uma série de estudos realizados pelo IPEA⁵³ apresenta um conjunto interessante de dados empíricos sobre as conferências nacionais e os conselhos de políticas públicas que permitem uma análise empiricamente mais embasada. Além disso, outros estudos permitirão apontar elementos contraditórios deste processo, sobretudo para a compreensão da relação que a sociedade civil estabelece com o Estado e o governo, o que permitirá problematizar a constituição do movimento LGBT como sujeito político autônomo a partir do novo momento iniciado em 2003.

A política de participação levada a cabo pelo governo Lula conseguiu atingir um número significativo de pessoas. Segundo Avritzer as conferências nacionais conseguiram alcançar um percentual de 6,5% da população brasileira (2012, p. 12), sendo que cerca de 42% da população já ouviu falar dos eventos, o que sugere que este seja um procedimento conhecido das pessoas. (AVRITZER, 2012, p. 16).

Das 80 conferências nacionais analisadas por Pogrebinsch (2012) entre 1988 e 2009, 13,8% foram referentes aos Direitos Humanos; 16,3% à Educação, Cultura, Assistência Social

⁵² Conforme dados da Secretaria Geral da Presidência da República.

⁵³ Ver Participação em Foco em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/>.

e Esporte; 16,3% ao Estado, Economia e Desenvolvimento; 3,8% ao Meio Ambiente; 25% ligadas a Saúde e 25% às Minorias (p. 11). De 2003 até 2009 as conferências de minorias constituem quase um terço das conferências nacionais, 31% contra 69%. (POGREBINSCH, 2012, p. 13). Conforme a autora a própria compreensão de “minorias” é alargada durante o governo Lula, abrangendo um conjunto cada vez mais amplo e heterogêneo de grupos sociais.

A convocatória destes eventos é capitaneada pelo poder executivo, por meio de decreto presidencial, portaria ministerial ou, em menor número, resolução dos conselhos (SOUZA, et al., 2013). Em geral, as comissões organizadoras das conferências têm uma composição média de 33% de representantes não governamentais, 34,6% de representantes governamentais e 32,41% de representantes dos conselhos, o que aponta para uma discreta predominância do poder governamental (SOUZA, et al., 2013, p. 33). No mesmo estudo a média de participação de delegados é de 2.472, para 63 eventos analisados. Das conferências consideradas típicas pelas suas características⁵⁴ 63% das vagas para delegados foram ocupadas por representantes não governamentais e 37% por representantes ligados ao governo. A forma de participação dos delegados se dividiu em convidados, natos e eleitos, sendo que 83% previu a participação de delegados natos, geralmente os conselheiros dos conselhos nacionais, representantes de órgãos públicos, gestores das áreas políticas específicas ligadas ao tema da conferência e também representantes indicados de entidades nacionais da sociedade civil (SOUZA, et al., 2013, p. 51).

Em estudo realizado pelo IPEA, especificamente sobre as conferências com temáticas de minorias (POGREBINSCHI, 2012), constatou-se a realização de 20 conferências nacionais voltadas para a temática. Os nove temas que organizaram os eventos foram: “direitos da pessoa idosa”, “direitos da pessoa com deficiência”, “gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais”, “povos indígenas”, “políticas públicas para as mulheres”, “direitos da criança e do adolescente”, “juventude”, “promoção da igualdade racial” e “comunidades brasileiras no exterior”. Destas nove áreas de políticas para minorias sociais e culturais, oito passaram a ser objeto de conferência nacional apenas a partir de 2003, com o início do governo Lula (POGREBINSCHI, 2012, p. 11-12), sendo que a exceção são as conferências de direitos da criança e do adolescente, temática que é das mais institucionalizadas e que iniciou em 1997.

⁵⁴ Os critérios para a definição de conferências típicas foram: Organização de responsabilidade de um órgão do Executivo ou de um conselho gestor; realização de etapas preparatórias; processos seletivos para escolha de representantes governamentais e não governamentais para a etapa nacional (SOUZA et al., p. 56).

De acordo com este estudo, 77, 2% das deliberações realizadas nas plenárias finais dos eventos ocorridos a partir de 2003 direcionam-se ao poder executivo e o restante ao legislativo. No caso da conferência LGBT de 2008, foram encaminhadas segundo a autora 96 (62,7%) de diretrizes administrativas (para o executivo) contra 57 (37,3%) de diretrizes legislativas (para o legislativo), totalizando 153⁵⁵ (100%).

A predominância de diretrizes administrativas, além de fatores apontados pela autora, como tempo para buscar consensos e a construção coalizões em busca de maioria parlamentar, deve-se a que “as diretrizes de caráter administrativo dos grupos minoritários demandam a concretização de direitos já assegurados em lei ou a implementação de políticas já existentes.” (POGREBINSCHI, 2012, p. 25).

Um estudo anterior (POGREBINSCHI e SANTOS, 2011) sugere que a realização das conferências nacionais desde 1988 produziu forte efeito sobre a atividade legislativa no Congresso Nacional. Contudo, das proposições e diretrizes das conferências (80 conferências desde 1988), somente 1,2% virou efetivamente lei⁵⁶. As áreas temáticas predominantes na produção legislativa “inspirada” pelas conferências nacionais concentram-se em direitos humanos, saúde, meio ambiente e minorias.

Segundo os dados apresentados, é a partir do governo Lula que há uma explosão de atividade legislativa com temática vinculada às proposições das conferências nacionais, embora o processo se inicie sob o governo de FHC. Isso decorre do fato de que é no governo Lula que ocorre a qualitativa expansão das conferências nacionais. Os dados sugerem:

haver uma afinidade entre o quadro político emergente com a vitória do PT nas eleições presidenciais e o crescimento da produção legislativa “acionada” pelas diretrizes das conferências (POGREBINSCHI e SANTOS, 2011, p. 292).

Em outro estudo (IPEA, 2012) foram mapeados 60 conselhos (p. 17). Eles também são considerados peças chave na arquitetura de participação social durante o governo Lula. Segundo o estudo:

⁵⁵ A Conferência em questão aprovou mais de 500 resoluções, sendo que as 153 mencionadas são somente uma parte deste total.

⁵⁶ O critério metodológico foi a pertinência temática entre a atividade legislativa (leis e emendas constitucionais) e as diretrizes aprovadas nas conferências, sendo que é possível não haver relação direta entre a lei específica e a diretriz definida na conferência.

Conselhos são espaços participativos, que podem ser tanto consultivos como deliberativos, nos quais é prevista certa permanência no tempo. São compostos por representantes do poder público e da sociedade civil, esta sendo dividida em diferentes segmentos. Os conselhos têm como finalidade incidir nas políticas públicas de determinado tema, e suas atribuições variam nos diversos contextos (IPEA, 2012, 14-15).

A participação em seu interior não é aberta a qualquer pessoa, tal como as conferências. Participam dos conselhos membros eleitos ou indicados, sendo que é necessário que os conselheiros tenham certa qualificação e identificação com a área de atuação do conselho. Chama a atenção o fato de que o governo é quem escolhe os representantes dos conselhos, seja diretamente indicando a pessoa, seja indicando a instituição, que por sua vez definirá a pessoa a representá-la:

Os conselhos são constituídos como espaços permanentes em que a representação se dá, em 30,6% dos casos, por organizações mencionadas nos próprios atos normativos do conselho e em 29% dos conselhos por indicação feita pelo ministro ou por uma comissão referendada pelo dirigente do órgão ao qual o colegiado se vincula. Nessas duas formas de escolha de participantes, há um chamado oficial à representação, ou seja, por mais que o governo tenha sido incitado pela sociedade civil a criar espaços de diálogo, é ele que escolhe os representantes (IPEA, 2012, p 23-24).

Os conselhos também estiveram envolvidos de diferentes formas na organização de 43,5% das conferências nacionais (SOUZA, et al., 2013, p. 16). Isso, combinado com a representação dos conselheiros como delegados natos em parcela importante dos eventos, evidencia a relação mais ou menos orgânica entre conselhos e conferências. Além deste fato, os estudos mencionados também apontam para a atuação dos conselhos como complementar as conferências, particularmente durante o interregno de realização destas.

O que se pode reter destas informações é que de fato existe uma ampliação da estrutura institucional de participação e que isso atinge efetivamente a sociedade civil, estreitando sobremaneira os laços desta com a sociedade política. Deste modo:

A ideia de democratização social através da participação constitui um fundamento importante de caracterização do projeto governista em curso, assumindo um lugar de destaque na configuração do discurso estatal (MACHADO, 2013, p.185).

Conforme o autor citado, a participação é apresentada como o elemento de “novidade” no discurso governamental, com conteúdo de “ruptura histórica” com a lógica política até então dominante. O discurso da participação dá qualidade ao lugar ocupado pelo movimento social, produzindo identidade (MACHADO, 2013, p. 187). Nesse sentido, o papel do governo Lula é decisivo.

5.1.1 Contradições e limites da política de participação

Embora a maioria dos estudos apresentados expresse forte otimismo com a política de participação realizada ao longo do governo Lula e também do governo Dilma, algumas contradições podem ser apontadas. Dentre elas devem ser citadas a fragmentação institucional do arranjo participativo:

Este arranjo institucional pode ter dificultado o fortalecimento das iniciativas de gestão participativa quando separou a articulação com a sociedade civil – responsabilidade da Secretaria Geral – da integração das ações governamentais – responsabilidade da Casa Civil. Isso fez com que as articulações com a sociedade ficassem à parte das ações de integração intergovernamental, possivelmente dificultando a implementação de decisões cuja responsabilidade ultrapassava a competência do órgão responsável pelo espaço participativo (TEIXEIRA, et al., 2012, p. 13).

Ao mesmo tempo, isso possibilitou ao governo exercer maior controle direto sobre a participação da sociedade civil, de modo a isolar certos conflitos e colocar os movimentos diretamente diante de presidência:

Esta estratégia organizacional permitiu ao governo alguma margem de manobra para dotações orçamentárias e desenvolvimento de ações sobre temas polêmicos, evitando conflitos com outros âmbitos estatais, como por exemplo, o poder legislativo ou ministérios geridos por partidos da base aliada que não compactuassem integralmente com algum posicionamento assumido pelo governo (MACHADO, 2013, p. 163).

Sobre o problema da representação deve-se destacar a carência de mecanismos de controle pelos representados, dependendo essencialmente da boa vontade dos representantes: “os mecanismos que permitem que os representados desautorizem o representante caso desaprovem sua atuação não foram criados ainda. O vínculo entre representante e

representado ainda depende da boa vontade do primeiro” (TEIXEIRA, et al., 2012, p. 23). Além disso, o próprio papel do governo como decisivo na definição dos representantes no caso dos conselhos reforça o problema. Mas mesmo quando ocorre eleição de representantes, isso não significa maior autonomia da sociedade civil na participação, uma vez que não há garantia de participação dos representados no processo de escolha:

As eleições nos conselhos são um processo em que somente potenciais representantes, que preenchem determinados requisitos, podem participar. Assim, uma organização só passa a fazer parte do conselho quando é reconhecida por outros representantes ou pelo governo como legítima vocalizadora de interesses de públicos a serem representados no órgão. (TEIXEIRA, et al., 2012, p. 25)

Coloca-se, portanto, o problema da determinação da legitimidade dos representantes, o que sugere que o governo tenha papel decisivo na definição de quem pode exercer a representação. Este ponto não é menor, uma vez que diz respeito a autonomia dos movimentos que participam.

Outra questão de suma importância é o papel do governo nas conferências e conselhos. Uma vez que atuam como delegados e representantes com direito a voz e voto e que seu peso é geralmente grande (maior que um terço), concorda-se com a observação dos autores de que:

Cairia por terra a percepção de que as conferências são processos de escuta de demandas sociais e ganharia força a visão do espaço como arena de interlocução e disputa entre governo e sociedade. Afinal, os representantes governamentais não estariam incumbidos apenas de promover e organizar as conferências, ou mesmo de mediar conflitos de posições, seriam eles também agentes no embate de ideias (TEIXEIRA, et al., 2012, p. 34)

Tais elementos levam os autores a uma conclusão contrária a maior parte das avaliações apresentadas:

O que se observa é que a força de autorização para a representação nos espaços participativos nacionais estudados não emana dos representados e sim do órgão que institui o espaço ou do reconhecimento por organizações que já estão legitimadas para atuação naquela instância (TEIXEIRA, et al., 2012, p. 41).

Deste modo, tem-se um cenário de ampliação significativa dos espaços institucionais reservados para a participação da sociedade civil ao longo do governo Lula, porém, observações mais detalhadas sugerem contradições importantes nessa ampliação. Ao analisar a relação do movimento LGBT com o Estado a partir de tais espaços participativos é possível levantar um conjunto de problemas que sugerem não o fortalecimento do movimento em questão, mas sua perda de autonomia. Isso é agravado quando confrontada tal situação com a falta de efetividade das políticas públicas para esta população.

5.2 O MOVIMENTO LGBT E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Ao longo dos anos 1990, após o efeito devastador da epidemia de HIV-AIDS, inicia-se o chamado “reflorescimento” das organizações LGBTs. A marca predominante, conforme já apontado, é a sua reorganização a partir do formato das ONGs. Sua relação com o Estado é mais estreita e menos conflitiva, mediada pelas políticas de saúde e prevenção às DST/AIDS. Durante esse período a principal frente de atuação do movimento é o poder legislativo.

Contudo, a partir de 2003, inicia-se uma mudança na atuação do movimento. Seu foco passa a ser o poder executivo e sua lógica de ação passa a ser a participação nos espaços criados pelo governo e a colaboração ativa com as políticas elaboradas por este. Das iniciativas do governo voltadas para a população LGBT destacam-se o programa Brasil Sem Homofobia – BSH – (2004); a primeira Conferência Nacional LGBT (2008); a criação do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBTs – PNPCDH-LGBT – (2009), o chamado Plano Nacional LGBT; a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação de LGBT – CNCD/LGBT – (2001-2010)⁵⁷ e do terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 – (2009). Há ainda a segunda Conferência Nacional LGBT realizada no governo de Dilma Rousseff (2011) e a terceira, conjunta com outras temáticas, realizada em 2016. Estas ações podem ser consideradas como os principais momentos das políticas públicas do governo para a população LGBT e da atuação do movimento junto ao Estado (MELLO, AVELAR e MAROJA, 2012).

Tanto o BSH quando o PNDH-3 contaram com a importante colaboração das entidades do movimento LGBT, ao passo que a primeira conferência nacional contou com a participação de 10.000 mil pessoas em suas três etapas de realização, e suas propostas foram a base para o Plano Nacional LGBT. Do mesmo modo, o Conselho LGBT conta com 30 membros, sendo metade composta por representantes governamentais e a outra metade por representantes não governamentais, dentre os quais membros da comunidade científica, da sociedade civil e das organizações do movimento LGBT⁵⁸.

Desse modo, pode-se afirmar que a política de participação implementada pelo governo Lula incorporou o movimento LGBT desde os espaços participativos criados e

⁵⁷ A criação do CNCD/LGBT percorreu várias fases, iniciando em 2001 ligado ao combate à discriminação racial. Em 2005 passa a incorporar explicitamente LGBTs e em 2010 é constituído como tal, por meio do decreto nº 7.388/2010.

⁵⁸ Para um estudo detalhado do conselho, ver IPEA, 2012, relatório de pesquisa O Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBTs na visão de seus conselheiros.

também a partir dos programas elaborados. Com isso, é possível analisar a relação do movimento com o Estado e o governo sob o prisma das contradições que tal política encerra.

Num estudo aprofundado, Machado (2013) afirma que a política nacional de participação do governo tratou a participação da sociedade civil como um fim em si mesma. Disso desdobra-se que os espaços criados foram preenchidos em boa medida por lideranças oriundas do movimento LGBT, produzindo uma zona de intersecção entre Estado e sociedade civil cujas fronteiras ficaram relativamente borradas. A característica geral da política de participação, segundo o autor, foi marcada pela mobilização de identidades cada vez mais fragmentadas, sendo definidas pelo próprio governo⁵⁹.

Outro elemento importante é o fato de que estes espaços de participação não contam com poder efetivo de decisão, seja por falta de orçamento ou por serem essencialmente consultivos, o que reforça a característica da participação como fim em si mesma. O autor conclui que os espaços de participação atuam como forma de domesticação dos conflitos, absorvendo demandas oriundas do movimento LGBT sem conseguir avançar na sua efetivação em políticas públicas. Os conflitos que por ventura surgem entre movimento e governo terminam por ser neutralizados. Isso sugere que tais espaços institucionais atuam como fator de mediação de conflitos e de demandas entre o movimento e o Estado/governo em detrimento do movimento.

A partir das propostas do BSH foram criados 45 Centros de Referência em Direitos Humanos e Cidadania Homossexual – CRDHCH – e mais 8 Núcleos de Referência em Direitos Humanos e Cidadania Homossexual em universidades públicas entre 2005 e 2006. Contudo, em atividade de avaliação da SDH em 2008 concluiu-se que predominava uma descontinuidade dos trabalhos em virtude da falta de recursos, levando ao fechamento de muitos dos centros (MELLO, AVELAR e MAROJA, 2012, p. 297).

O Plano Nacional LGBT também seguiu uma trajetória problemática. Tendo sido aguardado como principal resultado da primeira conferência nacional LGBT, o documento sequer foi publicado na página de *web* da SDH. Além disso, não foi instituído pelo governo na forma de decreto ou portaria, não ganhando existência formal (MELLO, AVELAR e MAROJA, 2012, p. 301).

Já o PNDH-3 previa apenas uma ação que dependia do Poder legislativo, enquanto que o PNDH-2 previa cinco ações com anuência do Congresso Nacional. Assim, “essa mudança

⁵⁹Este ponto é objeto de críticas pelos teóricos identificados com o pós-estruturalismo e a teoria *queer*.

de estratégia sinaliza a renúncia formal do Poder Executivo de atuar na esfera do Congresso Nacional com vistas à aprovação de proposições legislativas fundamentais para a população LGBT no Brasil” (MELLO, AVELAR e MAROJA, 2012, p. 305). Sobre a relação entre os três Poderes, deve-se recordar que a principal conquista do movimento LGBT em âmbito nacional, o reconhecimento da união civil de pessoas do mesmo sexo (2011), e posteriormente o reconhecimento do casamento homoafetivo (2013), veio do poder judiciário. Também serve de exemplo o caso do Projeto Escola sem Homofobia, que previa a distribuição de 6.000 kits anti-homofobia para escolas públicas do país, e que por uma forte mobilização de parlamentares da bancada evangélica no Congresso Nacional fizeram a presidente Dilma Rousseff recuar de sua implementação, anunciando pessoalmente o cancelamento do projeto. Isso demonstra uma estratégia de não levar as demandas concretas e específicas do movimento para o poder legislativo em virtude dos possíveis confrontos que gerariam com a base aliada do governo federal. Nesse sentido, restringir a relação do movimento com o governo aos espaços criados parece ser de fato eficiente para conter conflitos que possam emergir com outros segmentos e poderes que sustentam o governo.

Sob um ponto de vista mais jurídico do que político, os planos e programas de ação que o Estado elaborou não conseguem se materializar em ações efetivas. “o grande culpado’ pela falta de efetividade dos planos e programas é justamente o caráter meramente programático dos dispositivos que os compõem” (MELLO, AVELAR e MAROJA, 2012, p. 292). Ou seja, não podem ser traduzidos em direitos, “mas apenas em expectativas de direitos, pois explicita os fins, sem indicação de meios para alcançá-los” (MELLO, AVELAR e MAROJA, 2012, p. 292). Isso remete diretamente ao problema da ausência de arcabouço jurídico que garanta a materialização das políticas delineadas nos planos e programas, o que, por sua vez, recoloca o problema da relação com o legislativo e o debate da “grande política” e os conflitos que tais demandas podem gerar.

Em outro estudo de balanço das políticas públicas para a população LGBT a avaliação geral que se faz é de que as iniciativas esbarram nos seguintes problemas: a) a falta efetiva de leis que garantam que as políticas se tornem políticas de Estado para além das oscilações conjunturais enfrentadas pelos governos de turno; b) os documentos que preveem ações, quando comparados com leis, tem força normativa secundária (decretos, portarias, resoluções, recomendações e instruções, à exemplo do BSH e do Plano Nacional LGBT); c) a falta definição específica de recursos na Lei de Diretrizes Orçamentária, no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária Anual, e; d) a fragilidade institucional que dificulta a realização de ações

conjuntas, transversais e intersetoriais entre órgãos do governo e instâncias de poder municipal, estadual e federal. (MELLO, BRITO e MAROJA, 2012).

Desse modo, constata-se a imensa dificuldade em materializar as políticas públicas elaboradas com a participação do movimento LGBT, que ficam limitadas a condição de fins sem os meios adequados para sua realização⁶⁰. O que resta como política efetiva, portanto, é a participação em si mesma.

⁶⁰ Uma notável exceção são as políticas na área de saúde, particularmente os planos ligados à prevenção e tratamento de DST/AIDS. Estes, contudo, iniciaram ainda na década de 1990. Tais políticas poderiam ser consideradas como o marco de referência para as demais políticas cobradas pelo movimento exatamente por não sofrerem de boa parte das limitações e deficiências institucionais, jurídicas e orçamentárias apresentadas.

5.3 PARTICIPAÇÃO NOS ESPAÇOS INSTITUCIONAIS

A constituição do movimento LGBT brasileiro como sujeito político parece sofrer os efeitos de seu processo de institucionalização. Este processo se inicia ainda nos anos 1990 quando o formato organizativo de ONG passa a predominar. Contudo, a política de participação social, ancorada no alargamento dos espaços institucionais criados a partir de 2003, parece ter produzido um forte impacto.

Num estudo realizado sobre os grupos LGBTs de Belo Horizonte é destacada a trajetória e os efeitos sofridos pela aproximação e articulação com a institucionalidade:

os grupos organizados foram sendo assimilados e diminuíram sua capacidade de interpelação, já que estes espaços são controlados por regras, procedimentos institucionais e mecanismos burocráticos que limitam as possibilidades de enfrentamento, sobretudo das lideranças que se envolveram diretamente com órgãos governamentais [...] Ressalta-se que isto se dá em um momento no qual a relação dos movimentos sociais com o Estado é marcada pela ampliação da assimilação, em grande medida motivada por ações do governo federal, dos discursos militantes para a adesão a um discurso popular hegemônico que tende a neutralizar divergências (PRADO e MACHADO, 2014, p. 160).

Os fatores apontados para isso remetem a uma crescente relação financeira entre movimentos e poder público, com editais para projetos e o financiamento público das paradas do orgulho LGBT. Outro fator é a incorporação de lideranças dos movimentos em funções e cargos públicos como secretarias de direitos humanos, nos Centros de Referência, além dos espaços nacionais como o Conselho Nacional LGBT⁶¹.

Em sua tese de doutoramento, a partir de entrevistas em profundidade colhidas entre lideranças do movimento, algumas das quais que circularam pelo Conselho Nacional LGBT, Machado (2013) afirma de modo enfático que a zona de intersecção entre sociedade civil e Estado, cujas fronteiras ficam borradas, encerra a contradição na qual, geralmente, “perder o poder equivale a perder o emprego”. Isso remete diretamente à questão do transformismo apresentada por Gramsci.

⁶¹ Numa reflexão interessante sobre o tema, Abers e Bülow (2011) afirmam que: “No contexto de um crescente interesse na democracia e na participação em processos decisórios, os ativistas, frequentemente, cruzam a fronteira entre o Estado e a sociedade, trabalhando em alguns momentos em organizações da sociedade civil e em outros momentos em órgãos estatais. Essa tem sido uma tendência em uma variedade de tipos de movimentos sociais, e tem sido notada e analisada na literatura latino-americana” (p. 66).

O fato é que, a despeito da falta de efetividade das políticas públicas para LGBTs, a política de participação implementada a partir de 2003 implica numa distribuição de recursos materiais e simbólicos para lideranças de organizações do movimento produzindo seu consenso ativo. Ao mesmo tempo, tal política pauta-se pela mobilização de identidades fixas, previamente definidas pelo governo, que são a base da estruturação da participação. A característica predominante, segundo Machado (2013), é a fragmentação das identidades, dentro de uma lógica competitiva entre segmentos identitários que se mobilizam por tais recursos. Chega-se, portanto, a situações onde mulheres lésbicas negras entram em atrito com jovens gays estudantes que por sua vez se confrontam com travestis e transexuais, fator que dificulta a articulação e elaboração de pautas conjuntas entre os segmentos. O efeito geral deste processo é a tendência ao movimento manter-se sob a condição do que Gramsci chama de econômico-corporativo.

Diversos estudos qualitativos têm constatado que militantes e lideranças consideram de grande importância a participação nos espaços institucionais, particularmente nos espaços criados pelo Governo Federal, por significarem maior visibilidade política e institucional (MACHADO e PRADO, 2014; MACHADO, 2013; FONSECA, NASCIMENTO e MACHADO, 2007). Isso coloca uma questão fundamental acerca da constituição do movimento LGBT como sujeito capaz de colocar-se na cena social e política do país em defesa de seus direitos: o problema da sua legitimação *por meio do* Estado. Nesse ponto, ganham importância as características político-institucionais da ampliação dos espaços participativos.

Embora com uma linha de análise oposta a que é apresentada neste texto, a passagem a seguir é elucidativa:

Tendo como ponto de partida o Poder Executivo, que as convoca por meio de decretos presidenciais e atos normativos de seus ministérios e secretarias, as conferências nacionais o têm também como seu natural ponto de chegada. Se é o Executivo o poder do Estado responsável por formular e implementar políticas públicas, e se ele convoca e organiza as conferências nacionais justamente com essa finalidade, parece ser natural que as diretrizes aprovadas tendam a demandar mais a ação do Executivo a fim de serem cumpridas (POGREBINSCHI, 2012, p. 28).

A passagem evidencia o papel do governo como fator principal na organização e mobilização *das e para as* conferências nacionais. Além de ponto de partida ele se torna o

ponto de chegada, o que contradiz a falta de arcabouço jurídico próprio para garantia dos direitos de LGBTs, que por sua vez demandaria maior pressão sobre o Poder Legislativo.

O caso de definição da composição dos conselhos também é um exemplo da influência do governo na determinação da legitimidade de quem, dentro da sociedade civil, está apto a representá-la. Ainda que metade dos conselheiros seja de representantes eleitos isso não significa maior autonomia da sociedade civil na participação. Assim, o controle imposto na definição de escolha do representante de uma organização é, na verdade, um mecanismo de conferência de legitimidade, por parte do governo, de quem são os autênticos porta-vozes da sociedade civil.

Desta forma, a eleição de uma organização para um conselho é mais do que a legitimação do papel de porta-voz pelos próprios representados – é, em realidade, o reconhecimento, por parte de outros possíveis representantes, da aptidão da instituição para dar voz a determinados interesses (TEIXEIRA, et al., 2012, p. 25).

Ao mesmo tempo, isso também representa, para tais organizações, a possibilidade de obterem sua legitimação frente as demais organizações da sociedade civil com as quais disputam. Assim, o governo atua praticamente como árbitro sobre conflitos e disputas de organizações e movimentos sociais.

A TÍTULO DE CONCLUSÃO

O alargamento da estrutura de participação social implementado durando o governo Lula e continuado pelo governo de Dilma Rousseff constitui-se como marca destes governos e de fato representa um relevante aprofundamento da participação. Contudo, existem problemas e contradições que impedem leituras demasiado otimistas. Fatores como fragmentação institucional, caráter consultivo de tais espaços mais do que deliberativo, o próprio peso e o papel do poder executivo, os mecanismos de definição dos representantes entre outros afetam sobremaneira seu funcionamento.

Em contrapartida, as políticas propostas, particularmente para a população LGBT, não conseguem obter a efetividade desejada. A falta de recursos financeiros, de arranjos institucionais mais eficientes e particularmente a ausência de um arcabouço jurídico que garanta força normativa suficiente para sua aplicação, reforçam seu caráter de políticas de cunho programático.

Além disso, a política de participação do governo pautou-se pela mobilização de identidades fixas para participar dos espaços criados, o que no caso dos LGBTs pode ser considerado problemático. Também a absorção de lideranças e quadros do movimento para dentro de tais espaços, inclusive por meio da lógica da fragmentação identitária, parece criar um terreno favorável a maior competitividade e disputa por legitimidade e por recursos entre os grupos que constituem o movimento. Tal como sugeriu Coutinho (2010), um traço bastante característico do governo Lula, embora já presente no governo Cardoso, é o transformismo, na forma da cooptação das principais lideranças da oposição pelo bloco no poder (p. 42).

Tais fatores, combinados com o papel do governo em auferir legitimidade aos sujeitos políticos da sociedade civil, levam a desenvolver a hipótese de que, no processo de constituição do movimento LGBT como sujeito político no interior da sociedade civil, o Estado, por meio do governo, é utilizado como fator mediador. Isso implica na dependência do reconhecimento e de determinados e escassos recursos materiais e simbólicos oriundos do poder executivo para o movimento constituir-se e reconhecer-se como tal. Ou seja, o movimento passa a constituir-se *no* Estado sob a tutela do governo. Isso coloca o problema do enfraquecimento da participação ativa e protagônica da sociedade civil, que passa a ser determinada pelo governo por meio dos espaços participativos estatais. Assim, o problema da subordinação mantém-se, porém sob outra forma, a da presença e atuação do movimento junto ao Estado sob modos por este determinado. A partir das relações estabelecidas entre

sociedade civil e sociedade política, por meio da ampliação da última, tal hipótese nos remete ao problema da hegemonia, em sentido gramsciano, exercida pelo governo sobre os movimentos sociais e o movimento LGBT em particular.

PARTE III - ANÁLISE DO MATERIAL EMPÍRICO

CAPÍTULO VI - METODOLOGIA

A metodologia empregada nesta pesquisa é de natureza quali-quantitativa. Uma vez que o objeto de estudo é a relação entre o movimento LGBT e o governo a partir dos mecanismos participativos, foi necessário desdobrar o fenômeno estudado em três momentos distintos, cada qual com material empírico próprio e analisado em capítulos distintos.

Com vistas a compreender a dimensão ideológica que organiza e padroniza a relação do movimento com a sociedade política, utilizou-se da análise de conteúdo (SEVERINO, 2007) a partir de materiais impressos do movimento LGBT. A fonte selecionada foi o Guia de Advocacy no Legislativo para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT). Teoria e Ações Práticas nos Níveis Municipal, Estadual e Federal (2007).

A escolha desta cartilha deve-se a alguns fatores importantes. O primeiro refere-se ao conceito de Advocacy, que se tornou de uso corrente entre militantes e lideranças do movimento LGBT. É importante destacar que o conceito não é tratado sob o ponto de vista teórico, mas sim sob como é incorporado pelas organizações LGBT e que funções cumpre. Tomando-se por base o debate acerca de filosofia, senso comum e ideologia em Gramsci, o material selecionado serve de indicador para a visão de mundo que organiza as ações e sistematiza uma matriz de valores que estrutura o campo de ação do movimento e sua relação com governo e Estado.

A seleção desta cartilha também obedeceu ao critério de sua importância entre as publicações da ABGLT e do Grupo Dignidade, então sede da entidade no período de tempo analisado. O material é o resultado de um importante projeto realizado em parceria entre ABGLT, o Ministério da Saúde e das ONGs internacionais, *Aliance* e *Pethfinder* do Brasil, no ano de 2004, o projeto ALIADAS. Contando com um orçamento de R\$280.725,53, o objetivo do projeto foi o estudo e a sistematização do conceito de Advocacy com fins de instrumentalizar a ação do movimento. O Guia de Advocacy selecionado para análise foi a primeira publicação, que permitiu a realização de atividades de formação política nas bases e entre lideranças da ABGLT. Outros materiais foram impressos reproduzindo quase que integralmente o texto do Guia, a exemplo da cartilha Agentes da Cidadania LGBT –

conceitos, contextos, direitos humanos, políticas públicas, advocacy e participação social, publicada em 2015 como parte do Projeto Agentes da Cidadania LGBT.

O material escolhido é a base para diversas ações formativas e orientação para outras publicações, expressando um dado perfil ideológico. É interessante observar que isso ocorre no momento em que o movimento LGBT brasileiro desloca seu eixo de ação das questões relativas à saúde e prevenção a DST/AIDS para os Direitos Humanos. Assim, o Guia de Advocacy acompanha este deslocamento. O material, portanto, serve como referência para a análise da visão de mundo que estrutura e organiza as ações e a relação com a sociedade política.

O segundo momento abarcou entrevistas semi-estruturadas com atores-chave (QUIVY e CAMPENHOUDT, 2008) da relação entre movimento LGBT e Governo, localizados em sua maioria na estrutura participativa estudada. Como critério de escolha buscou-se lideranças do movimento LGBT, particularmente da ABGLT, que teve papel fundamental de representação do movimento junto ao governo. Para tanto foi entrevistado o fundador e presidente da ABGLT durante as gestões do Presidente Lula, Toni Reis. Além dele, foi entrevistada Juliana Souza, coordenadora da Regional Sul da ABGLT a partir de 2012.

Como parte do Conselho Nacional LGBT foi entrevistada a ativista transexual Marina Reidel, que fora conselheira suplente e atualmente é titular na vaga da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura – ABEH – entidade científica que ocupa uma das 15 vagas destinadas à representação da sociedade civil. Ainda pelo Conselho foi entrevistada Roselaine Dias, representante da Liga Brasileira de Lésbicas – LBL – e atual vice-presidente do órgão.

O CNCD/LGBT esteve ligado à Coordenadoria LGBT da SDH, assim foi entrevistado Gustavo Bernardes, que foi seu coordenador no período de 2011-2014. Bernardes também presidiu o Conselho na gestão de 2013 representando o governo. Seguindo os postos centrais dentro desta estrutura, entrevistou-se a ex-ministra dos Direitos Humanos, deputada federal Maria do Rosário Nunes (PT-RS), que esteve à frente da SDH entre 2011 e 2014.

Por fim, e como parte dos atores-chave neste processo, entrevistou-se a coordenadora da Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT no Congresso Nacional, deputada federal Manuela D'Ávila (PCdoB-RS), que esteve na liderança da Frente até 2011, quando o posto foi assumido pelo deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ).

Vale destacar que uma das pessoas entrevistadas solicitou sigilo em algumas partes de sua entrevista em virtude do caráter das informações fornecidas. Neste caso as passagens citadas foram creditadas ao nome fictício de João⁶².

As entrevistas, portanto, abrangem pessoas que ocuparam postos centrais dentro da estrutura política que delinea os espaços de intersecção entre sociedade civil e Estado. A ABGLT, o Conselho Nacional LGBT, a Coodernadoria para Promoção de Direitos de LGBT, a Secretaria dos Direitos Humanos (inicialmente vinculada à Presidência da República e depois tornada Ministério) e a Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT.

O período de realização foi de maio até meados de julho de 2016. As entrevistas foram realizadas com base em avaliações sobre alguns aspectos da relação entre o movimento LGBT e o governo a partir dos espaços participativos. A análise foi feita a partir de pontos temáticos. O roteiro base para a realização das entrevistas foi organizado em três eixos principais e desdobrado em alguns pontos específicos, conforme segue:

- 1- Avaliação do governo:
 - a- Avanços e retrocessos (programas, projetos, leis, conquistas etc.)
 - b- Relação com a sociedade civil e os espaços de participação criados pelo governo
 - c- Avaliação destes espaços, conquistas e problemas (funcionamento, composição, poder efetivo)
- 2- Avaliação do movimento:
 - a- Avaliação do movimento dentro dos espaços participativos (o que se ganha? como fica a relação com o governo? Requisitos para ocupação dos espaços – o movimento teve de se adaptar, qualificar e preparar para adentrar tais espaços?)
 - b- Avaliação do movimento fora dos espaços participativos (paradas, mobilizações contra a homofobia, atividades de base etc.)
 - c- Métodos de ação e horizonte de possibilidades postos para o movimento LGBT
- 3- Estado e movimento LGBT: (foco na ABGLT e nos representantes da sociedade civil no CNCD/LGBT)
 - a- Participação nos espaços participativos, institucionalização e legitimidade do movimento
 - b- Como o movimento se organiza para participar? (Reuniões, lideranças selecionadas etc. Há uma mudança no funcionamento das organizações para poder participar dos espaços criados? Isso entra em conflito com a atuação anterior?)

⁶² Todas as pessoas que concederam entrevistas autorizaram o uso de seus nomes nesse estudo salvo essa exceção.

- c- Recursos financeiros: de onde vêm? Qual o peso da verba pública? Como se obtém tal verba? Isso gera competição com outras organizações?

É importante destacar que a realização das entrevistas ocorreu durante o processo de afastamento da presidenta Dilma Rousseff, questão que permeou as falas de todos os entrevistados. Nas últimas semanas de realização do campo, o então presidente interino Michel Temer anunciava o início do desmonte desta estrutura. Diversas tentativas de contato telefônico com a SDH, a Coordenadoria LGBT e o CNCD/LGBT para o agendamento de entrevistas não obtiveram resultados. Quando se obteve algum retorno das ligações as informações sobre agenda de reuniões e realização de atividades, particularmente do Conselho LGBT, foram de que tudo estava temporariamente suspenso e sem perspectiva definida. A própria continuidade do Conselho estava comprometida segundo a secretária que respondeu pela Coordenadoria LGBT.

O terceiro momento refere-se a pesquisa quantitativa. A coleta de dados foi realizada no ano de 2014, quando do V Congresso Nacional da ABGLT, realizado entre os dias 22 a 25 de maio na cidade de Niterói, no Rio de Janeiro. O evento reuniu delegados eleitos e observadores das entidades afiliadas de todo o país. Dos cerca de 250 participantes foram entrevistados 116 pessoas, todos os presentes na plenária final do congresso. O evento pode ser tratado como conglomerado (BABIE, 1999), por reunir lideranças representativas das entidades de base da ABGLT.

A realização da coleta de dados no ano de 2014 foi feita em virtude da realização do V Congresso da entidade. A opção resultou da oportunidade aberta pelo evento, que não possui periodicidade certa e, portanto, poderia não se repetir no período de realização desta tese.

Para a coleta de dados foi elaborado um questionário de 38 perguntas contendo 136 variáveis de análise (ANEXO). As questões foram selecionadas a partir de variáveis utilizadas pelo *World Values Survey* no ano de 2005 e pela pesquisa sobre Homofobia no Brasil, de responsabilidade da Fundação Perseu Abramo em parceria com Fundação Rosa Luxemburgo, no ano de 2008. Também foram elaboradas algumas questões de autoria própria para ajustar o instrumento aos objetivos desta pesquisa.

A análise dos dados foi realizada no software SPSS⁶³. Diversos procedimentos estatísticos foram realizados, entre eles destacam-se correlações e análises fatoriais

⁶³ O *Statistical Package for the Social Sciences* – SPSS – é um software largamente utilizado em análises quantitativas nas ciências sociais.

(FIGUEIREDO FILHO e SILVA JÚNIOR, 2010) que permitiram a criação de índices sobre participação, avaliação e horizonte de ação do movimento LGBT.

O uso de técnicas de análise estatísticas mais sofisticadas não foi possível devido ao baixo número de casos. Contudo, pode-se ir além de análise meramente descritiva, mapeando tendências de causalidade entre as dimensões de análise expressas pelos índices criados.

O objetivo desta divisão em três momentos (análise documental, entrevistas em profundidade e estudo quantitativo) foi o de captar o fenômeno estudado em suas distintas dimensões: a) o aspecto ideológico, que atribui sentido, homogeneidade e coerência ao grupo subalterno, organizando e padronizando a relação de suas lideranças com a sociedade política; b) o papel de certos atores-chave e os discursos que elaboram desde as posições estratégicas que ocupam na estrutura participativa analisada, e; c) o estudo quantitativo com representantes das entidades afiliadas da ABGLT, que expressa a percepção da camada de militantes mais dinâmicos da entidade, quadros e lideranças reunidos na máxima instância decisória da entidade. Com isso foi possível percorrer a totalidade do objeto estudado, particularmente o grupo subalterno representado pela ABGLT e sua base.

Além destes momentos mais sistematizados da pesquisa empírica, também foram utilizados algumas outras informações e fontes exploratórias (QUIVY e CAMPENHOUDT, 2008). Dados oficiais sobre o projeto ALIADAS e informações referentes a recursos financeiros disponibilizados pela SDH para a ABGLT e o Grupo Dignidade foram obtidos através do Portal da Transparência do Governo Federal⁶⁴. Informações sobre a SDH, a Coordenadoria para Promoção de Direitos de LGBT e sobre o CNCD/LGBT foram obtidas junto ao sítio da SDH⁶⁵. Também foram obtidas diversas informações sobre a ABGLT em seu sítio⁶⁶, dentre elas atas dos congressos da entidade, informações sobre o projeto ALIADAS e algumas publicações referentes ao conceito de Advocacy. O Grupo Dignidade sedia um arquivo sobre materiais, documentos, publicações e estudos referentes ao movimento LGBT no país. Além da realização de pesquisa de campo em sua sede, na cidade de Curitiba, onde foi possível reunir diversas publicações de cartilhas, folders e outros informativos, quando da entrevista com Toni Reis também foi consultado o arquivo do jornal Lampião da Esquina, disponível em repositório virtual junto ao seu sítio⁶⁷.

⁶⁴ Cf. < <http://www.portaldatransparencia.gov.br/>>.

⁶⁵ Cf. <<http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgb>>.

⁶⁶ Cf. < <http://www.abglt.org.br/port/index.php>>.

⁶⁷ Cf. < <http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>>.

O momento da coleta de dados para a pesquisa quantitativa também serviu de oportunidade para observação de campo exploratória. Embora as entrevistas tenham sido realizadas na plenária final do V Congresso Nacional da ABGLT, foi feita observação durante todos os dias do evento. Assim, teve-se oportunidade de conversar com lideranças, entre elas a do atual presidente Carlos Magno, o ex-presidente Toni Reis, além de outros militantes e quadros. A participação no evento propiciou perceber diversos elementos que subsidiaram indiretamente as análises desta tese.

6.1 HEGEMONIA E DESORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS SUBALTERNOS: A APLICAÇÃO DO CONCEITO

A parte anterior deste trabalho tratou de refazer a trajetória do movimento LGBT, dos momentos iniciais até o período referente aos governos dos presidentes Lula e Dilma Rousseff. Estes governos têm como marca o alargamento dos espaços da sociedade política como forma de mediação de sua relação com a sociedade civil, a partir da política participativa. Assim, o processo de constituição do movimento LGBT como sujeito político é marcado pela sua inserção em uma nova configuração institucional aberta à sua participação. Nesse cenário, determinado pela política dos governos em questão, reside o problema da relação do grupo subalterno com o bloco dirigente. O modo de inserção nos espaços criados, as formas de relação com os atores da sociedade política, a relação do movimento com suas bases e a visão de mundo, produzida e difundida neste processo, devem ser analisadas sob o problema da hegemonia e da manutenção da condição subalterna.

A relação de hegemonia política compreende o exercício da direção intelectual e moral de um grupo sobre seus aliados, bem como a coerção sobre os adversários. O enfoque desta análise centra-se essencialmente nesta primeira dimensão da hegemonia.

Identificados os grupos sociais que se deseja analisar, as contradições entre eles e seu papel na totalidade das relações sociais, assim como os problemas particulares que lhes são postos objetivamente, pode-se compreender seus interesses imediatos e mediados. Com isso o componente ideológico elaborado por Gramsci ganha relevância. Ao mesmo tempo, a complexa trama de instituições e aparelhos que operam no marco do Estado Ampliado pode ser concebida como articulada a este componente e aos equilíbrios instáveis de força.

Como já apontado, os elementos associados à hegemonia não tratam de uma dimensão meramente subjetiva e/ou cultural, restrita ao universo das chamadas superestruturas. Ao contrário, devem abarcar a relação intrínseca entre pensamento e ação, teoria e prática, concebidas como unidade. É sob este enfoque que o componente “moral” ganha sentido, uma vez que corresponde ao nexos que ele próprio estabelece entre visão de mundo e conduta de pessoas e grupos sociais. Tal relação não é direta e linear, e contradições podem operar em seu interior. Este é o marco das disputas por hegemonia na passagem do momento econômico-corporativo ao momento propriamente político.

Assim, um dado grupo social, para obter a adesão dos demais grupos, necessita estabelecer com eles um tipo de relação que lhe permita dirigir, desde o terreno das visões de

mundo, sua conduta. Na busca por situá-los em seu campo de influência, procura-se incidir sobre as correlações de forças que atravessam e estruturam o ordenamento da totalidade social.

Este processo engloba outros elementos. A capacidade de representar os grupos a quem se busca a adesão, desde a incorporação de alguns de seus interesses, sejam secundários ou prioritários. Operam aí fatores como grau de desenvolvimento dos grupos, classes e frações de classe, que podem encontrar-se restritos à dimensão mais imediata de seus interesses e identificação, ou mais universal e política. A adesão ativa ou passiva a um determinado grupo demanda certa materialidade, na forma de equilíbrios de compromisso, para os quais o fator anterior é decisivo.

Também ganha importância, nos embates de projetos hegemônicos, o que Gramsci chama de transformismo, ou seja, a capacidade de assimilar intelectuais dos grupos antagonicos de modo a enfraquecer sua direção. Elementos como a corrupção, oferta de vantagens e a sedução com determinadas benesses, sejam materiais ou simbólicas, constituem parte dos recursos disponíveis para o transformismo.

Por fim, a busca por hegemonia deve realizar-se sob um determinado terreno, que para fins analíticos, Gramsci distingue entre sociedade civil e sociedade política. Construir, formar e preparar intelectuais para elaborar e difundir a visão de mundo que organiza as práticas de um dado grupo social e seus aliados é um processo que só pode ser entendido desde a posição que tais intelectuais ocupam. Assim, é nos distintos aparelhos que constituem a sociedade civil e a sociedade política que eles podem ser localizados e sua função identificada.

É também sob esta perspectiva que os conceitos de guerra de posição e guerra de movimento, bem como ocidente e oriente, ganham sentido. Sociedades capitalistas complexas são marcadas por Estados com sofisticados arranjos institucionais e uma sociedade civil permeada por ampla gama de organizações e instituições, tal como é o Brasil nas últimas décadas⁶⁸. Assim, a práxis política de determinado grupo deve valer-se desta complexidade, avançando na conquista de posições que lhe permitam expandir sua influência social,

⁶⁸ Segundo Coutinho (2010) o Brasil, desde o final dos anos 1970, tornou-se uma sociedade de tipo “ocidental”. O autor diferencia as sociedades ocidentais em dois tipos básicos: o norte-americano, cujo modelo político é centrado na pequena política (partidos frouxos e sem uma forte identidade programática, sociedade civil forte mas agrupando grupos profissionais estritamente corporativos); e o modelo europeu, que foi centrado na grande política (partidos com projetos de sociedade diferentes entre si, sindicatos classistas, politizados e com objetivos de agregar o conjunto da classe trabalhadora). Assim, o Brasil viveu por alguns anos uma disputa entre o modelo político europeu e o norte-americano. Mas a vitória de Lula em 2003 consolidou o modelo norte-americano.

fortalecendo a visão de mundo que lhe é particular e aumentando a coesão e capacidade de ação do grupo que representa.

É neste processo, que abarca e articula dimensões estruturais e superestruturais da realidade, tanto objetivas quanto subjetivas, que se pode compreender a passagem entre os momentos de “massa em si” ao de “massa para si”. A luta de um grupo para sair do campo de influência cultural e ideológica, ao mesmo tempo em que política e prática, torna-se assim, a luta por destacar-se e deixar a condição de turba ou massa inorgânica. É o esforço para emergir da condição indiferenciada e passar à condição de bloco social identificado, coeso e orgânico. Trata-se, como dito ao longo desta tese, da passagem de sujeição a dadas relações de poder hegemônicas à condição de sujeito político de fato. A realização plena deste processo, culminando na transformação da totalidade das relações sociais, é o que Gramsci chama de reforma intelectual e moral.

O foco da análise aqui empreendida não está centrado nas condições, estratégias e possibilidades a realização da reforma intelectual e moral. Antes, busca compreender como a população LGBT, enquanto grupo subalterno que se constitui como sujeito político destacado e atuante na formação social brasileira, insere-se neste novo momento que marca a relação entre sociedade civil e sociedade política. É necessário reconhecer que o movimento LGBT, a partir dos anos 2000, tornou-se um ator político constituído, e desde 2003 passa a atuar em uma arena distinta, interagindo com atores e grupos que são parte dos embates hegemônicos. Por esse caminho, objetiva-se explicar como a inserção nos espaços institucionais participativos criados pelo governo incide na condição de subalternidade do movimento e influenciam na relação de hegemonia estabelecida pelo bloco que chegou ao poder. Este é, essencialmente, o modo sob o qual se busca interpretar a relação do movimento LGBT com o governo sob a mediação dos espaços participativos criados no interior do Estado.

CAPÍTULO VII - A DIMENSÃO IDEOLÓGICA NA RELAÇÃO DO MOVIMENTO LGBT COM O ESTADO

A análise de uma dada organização da sociedade civil demanda incorporar sua dimensão ideológica, dando conta da filosofia e da visão de mundo que toma por base, uma vez que está ligada diretamente com sua ação prática. Dentre outros elementos, a compreensão de suas elaborações teóricas e programáticas, a partir de documentos, depoimentos e materiais publicados, serve como indicador que expressa tal visão de mundo. Neste sentido, foram selecionados alguns materiais elaborados ou difundidos pela ABGLT e pelo Grupo Dignidade de Curitiba, PR, que na maior parte do período de tempo analisado, foi a organização que sediou a ABGLT, sendo responsável por parte das publicações da entidade.

Em entrevista com Toni Reis, o presidente da ABGLT durante os mandatos do Presidente Lula, foi ressaltada a centralidade de um conceito de ação política incorporado pela entidade e tomado como referência para sua atuação frente ao Estado e ao Governo Federal. Trata-se do conceito de Advocacy.

Assimilado pela ABGLT e suas organizações afiliadas, o termo tornou-se senso comum, em sentido gramsciano, no vocabulário das lideranças. Muito mais do que uma palavra, este conceito remete a uma determinada visão de mundo, uma vez que engendra todo um discurso de ação política em face do Estado e dos principais atores políticos capazes de decidir sobre políticas públicas. Além disso, o conteúdo ideológico que encerra contempla uma concepção adjacente sobre o que é e como deve ser o movimento. Assim, ele articula uma concepção de si com uma concepção de prática política, estabelecendo a unidade entre teoria e ação a partir de uma moral conforme. A filosofia que comporta possui uma racionalidade própria, fornecendo uma matriz de significado e valor para o movimento LGBT. Isso opera como modelo de compreensão de ações, práticas, relações com outros grupos e atores políticos, instituições, formas de organização do movimento etc., de modo a definir o que é desejável e o que é indesejável. Cumpre, então, a função de estruturar e organizar não só o campo do possível, mas também o do pensável, na relação entre sociedade civil, sociedade política e o governo.

O conceito de Advocacy percorre um determinado itinerário, tanto geográfico quanto institucional. Segundo Toni Reis, é nos EUA que ele conhece de perto as formas de

organização e atuação do movimento LGBT daquele país, onde trava o primeiro contato com o conceito. A ABGLT toma conhecimento da proposta de advocacy em 2001, pelo movimento feminista, a partir da boliviana Sandra Aliaga, e pela parceria com a ASICAL – Associação para a Saúde Integral e Cidadania na América Latina e no Caribe. Mas será em 2004 que, por meio de um seminário realizado com a entidade e mais duas ONGs internacionais, com o apoio do Ministério da Saúde brasileiro, que advocacy será incorporado e consolidado junto à ABGLT:

Este processo se consolidou com a realização do Seminário de Advocacy do Projeto Somos (maio de 2004), realizado em parceria com o Programa Nacional de DST e Aids do Ministério da Saúde e com as ONGs *International HIV/AIDS Alliance* e a Pathfinder do Brasil. Um dos produtos do Seminário foi o Projeto Aliadas, o qual tem a satisfação de apresentar este Guia de Advocacy no Legislativo para LGBT (GRUPO DIGNIDADE, 2007, p. 6).

Nota-se que a ABGLT toma contato com o conceito ainda antes do governo Lula (2003) assumir a presidência. Contudo, é em 2004 que há a consolidação de seu uso pela entidade por meio de seminário realizado com apoio do Ministério da Saúde e de ONGs internacionais⁶⁹. A partir deste ponto, e com o apoio do Governo Federal, estabelece-se o projeto ALIADAS, com o objetivo de promover ações de capacitação em Advocacy⁷⁰. É deste momento em diante, e como parte do projeto, que será desenvolvida uma política de sistematização e difusão do conceito de advocacy junto à militância da ABGLT, suas entidades afiliadas, bem como uma forma de organização de novos grupos e aproximação de grupos já existentes da ABGLT. Assim, a noção de advocacy passa ser instrumento de formação e de aproximação de outras organizações como parte do projeto ALIADAS.

Para compreender a filosofia contida neste conceito e o papel por ele desempenhado, será tomada como referência de análise a cartilha utilizada pela ABGLT e suas afiliadas, o Guia de Advocacy no Legislativo para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) - Teoria e Ações Práticas nos Níveis Municipal, Estadual e Federal. Este material foi

⁶⁹ A Pathfinder do Brasil é a ONG responsável pela elaboração do Kit Escola Sem Homofobia vetado pela presidente Dilma Rousseff em 2012.

⁷⁰ O projeto Aliadas é resultado do convênio 106/2006 entre a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e o Grupo Dignidade. O montante de recursos liberados para a realização do projeto foi de R\$280.725,53 (com contrapartida da ONG no valor de R\$9.206,52). O convênio teve vigência entre 23/11/2006 e 23/11/2007. Estas informações foram obtidas no Portal da Transparência. Cf. <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/convenios/DetalhaConvenio.asp?TipoConsulta=5&CodConvenio=573226&pagina=1#>>>.

publicado em 2007 e teve tiragem de 7.000 exemplares para distribuição gratuita. Um segundo material foi elaborado posteriormente, com qualidade bastante superior e com tiragem de 3.000 exemplares, o Guia de Advocacy e Prevenção em HIV/AIDS, publicado em 2009. O primeiro tem como foco de atuação o poder legislativo. O segundo, além deste, também incorpora o poder executivo, além de conter uma parte específica com informações sobre saúde e prevenção em DST/AIDS, nos moldes de materiais comuns elaborados por ONGs LGBT em parceria com o Ministério da Saúde. A primeira parte do segundo material reproduz quase que integralmente o primeiro, salvo prefácio e apresentação e uma parte menor referente à atuação junto ao executivo.

Em verdade, outros materiais da ou utilizados pela ABGLT e de algumas afiliadas também apresentam o conceito de advocacy, reproduzindo partes do primeiro Guia acima mencionado⁷¹.

Dado que o Guia de Advocacy no Legislativo para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), a partir daqui simplesmente chamado de Guia ou Guia de Advocacy, foi o primeiro material sobre advocacy elaborado, sendo um dos produtos do seminário de 2004 e servindo como referência para publicações posteriores bem como de ferramenta para discussão, formação e aproximação de grupos e organizações da ABGLT, a análise tomará este material como dado empírico.

A análise da cartilha será feita a partir da forma como ela está organizada, procedendo-se na sequência de suas partes, tomando como base o referencial teórico discutido na primeira parte desta tese.

⁷¹ Como exemplo citamos a cartilha Agentes da Cidadania LGBT – conceitos, contextos, direitos humanos, políticas públicas, advocacy e participação social, publicada em 2015 como parte do Projeto Agente da Cidadania LGBT, implementado pelo Centro Paranaense da Cidadania, em convênio com a Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República. A tiragem foi de 5.000 exemplares e o material foi e ainda é utilizado pelo Grupo Dignidade e pela ABGLT.

7.1 GUIA DE ADVOCACY NO LEGISLATIVO PARA LGBTs

7.1.1 Prefácio e introdução

O prefácio do guia é assinado pela senadora Fátima Cleide (PT-RO), e chama a atenção que já neste momento é apontado qual o papel do movimento: “é de crucial importância que o movimento social organizado exerça seu papel de controle social e de reivindicador de demandas junto ao Poder Público” (p. 4). A senadora também aponta as conquistas obtidas pelas ações da ABGLT, reivindicando as estratégias utilizadas junto ao executivo e legislativo, como o Programa Brasil Sem Homofobia e a criação da Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT.

O texto afirma que, a partir do debate em torno ao PLC 122/2006, citando a autoria da Deputada Federal Iara Bernardi (PT-SP), “o Senado Federal incorporou definitivamente o combate à homofobia e a promoção da cidadania LGBT.” (p. 4), numa enfática referência à visibilidade que a pauta teria ganhado junto a casa.

Por fim, o texto afirma, já apontando a orientação e função que o guia apresenta:

Para além dos avanços, muito ainda tem que ser feito. Este guia é crucial para replicar a experiência do projeto Aliadas no âmbito federal, potencializar as ações já existentes e ajudar na construção de novas iniciativas nos estados e municípios (p. 4).

E conclui afirmando aos envolvidos na luta LGBT que: “Esse movimento traz a mensagem de paz, justiça e dignidade que buscamos para a nossa sociedade” (p. 4).

O prefácio, redigido por uma Senadora da república, encerra de antemão certas definições normativas sobre o movimento e a luta LGBT, como portadores da “mensagem de paz, justiça e dignidade”, cuja função é de “controle social e de reivindicador de demandas junto ao Poder Público”. O texto também aponta algumas conquistas expressamente creditadas à ABGLT, marcadas pela obtenção de visibilidade, e apresenta o guia como caminho e referência para novas iniciativas.

A introdução da publicação inicia com um excerto do discurso de posse do Presidente Lula em 2007, no qual é afirmado que: “este país combaterá de maneira decidida e

permanente todas as formas de discriminação de gênero, raça, orientação sexual e faixa etária” (p. 6).

Assim, o texto de introdução, assinado por Toni Reis, então presidente da ABGLT e coordenador do projeto Aliadas, inicia reivindicando a fala do presidente Lula:

É significativa a citação pelo Presidente da República da expressão “orientação sexual” no seu discurso [...] Demonstra que o governo federal está sensibilizado com as reivindicações dos diversos segmentos que compõe o Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) no Brasil (p. 6).

E prossegue logo adiante: “Esta sensibilização não aconteceu por acaso. Representa um fruto de esforços de muitas pessoas durante muitos anos. [...] ações de advocacy voltadas para LGBT iniciadas ainda nos anos 1980” (p. 6).

Chama a atenção o fato de o texto reivindicar o uso da expressão “orientação sexual” na fala da posse presidencial, apontando para a visibilidade que a pauta ganha, afirmando textualmente que o governo está sensibilizado com a população LGBT e suas reivindicações, e creditando isso às ações de advocacy realizadas desde os anos 1980⁷².

Nesse marco, o discurso é construído de forma a traçar uma linha de causalidade entre o advocacy, desde os anos 1980, a sensibilização do presidente da Nação e o resultado efetivo disso, manifesto na visibilidade obtida pelo uso da expressão “orientação sexual” no discurso de posse. A um só tempo, a trajetória quase que total do movimento LGBT, portanto sua história, é vinculada a um tipo específico de ação prática, o advocacy, e culmina no reconhecimento de que existe discriminação por orientação sexual pelo presidente Lula.

7.1.2 Parte I – Advocacy na teoria

Ao longo do Guia é repetida exaustivamente a ideia de que Advocacy consiste em estratégias planejadas com o objetivo de incidir sobre pessoas, grupos e instituições com influência política. Já na primeira página da apresentação do conceito é mencionada a lógica do não confronto que norteia as ações de advocacy. De acordo com o Guia:

⁷²Ainda que o texto diga que naquele momento as ações realizadas não tivessem este nome.

“Advocacy é um processo que visa promover **mudanças** nas políticas, na legislação e nas práticas realizadas por indivíduos, grupos e instituições **influentes**.” (p. 15 – grifo do original).

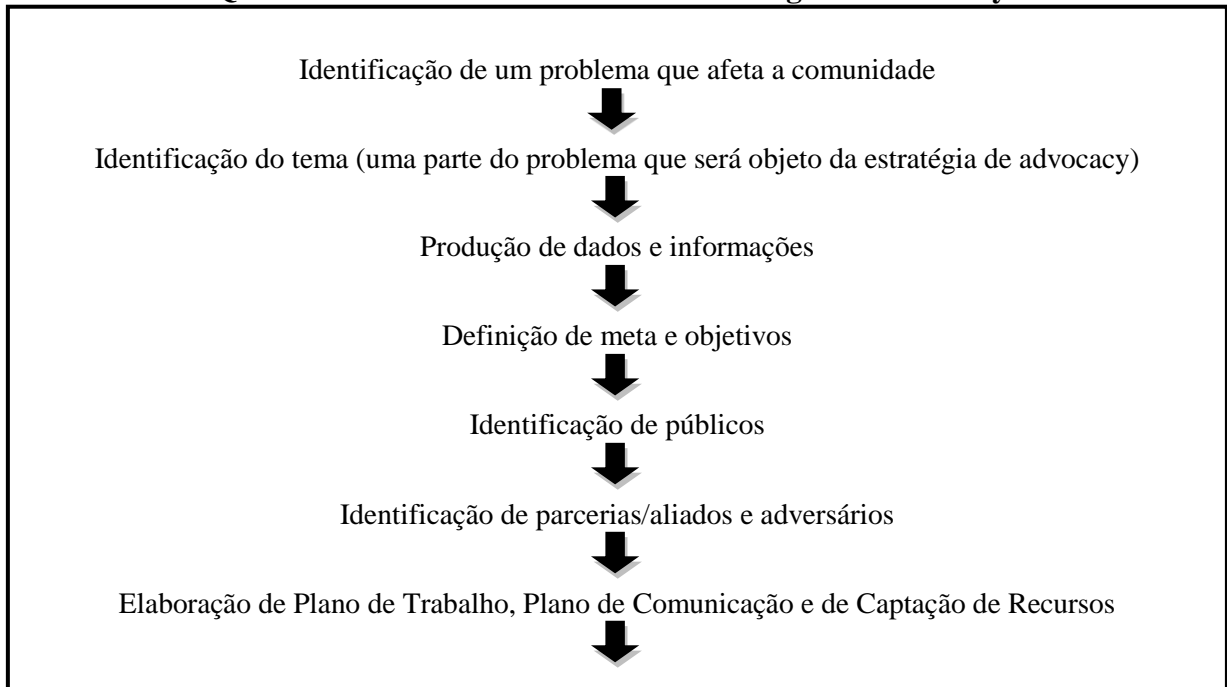
“Advocacy **não** parte de uma lógica de **confrontação**” (p. 15 – grifo do original)⁷³.

Embora o próprio Guia diga que advocacy, ainda que com outros nomes, venha sendo praticada pelo movimento desde os anos 1980, a estratégia do não confronto parece ser uma ruptura nas práticas do movimento que data do início dos anos 2000. Isso ficou presente na fala de Toni Reis quando afirma que a militância LGBT agia essencialmente em torno das exigências, das críticas, das denúncias, mas não sabia construir diálogos, abrir caminhos para buscar aliados e parecerias junto aos atores políticos (Entrevista com Toni Reis, 2016).

Sua fala aponta para uma valoração negativa das práticas centradas no confronto, como pouco eficazes, ao passo que as estratégias de advocacy são apontadas como algo novo, mais “maduro” e eficiente. Toni chega a mencionar que “não simpatiza com os americanos, mas eles sabem fazer política junto ao Estado”, ou seja, o acúmulo de aprendizados e formas de ação do movimento LGBT nos EUA é visto como algo a ser aprendido pelo movimento no Brasil. E parte importante disso é a lógica do não confronto com os atores políticos estatais. A publicação está repleta de conceitos sistematizados na forma de fluxogramas de modo a esquematizar seu conteúdo. Já na página 18 é apresentada a estrutura básica da estratégia de advocacy conforme o Quadro 1:

⁷³ As citações acima são retiradas de Alliance, 2002, conforme consta na página.

QUADRO 1 - Desenvolvendo uma Estratégia de Advocacy



Fonte: Grupo Dignidade, Guia de Advocacy, 2007, p. 18.

O Guia de Advocacy, portanto, está estruturado de modo a servir como um manual para a realização das estratégias de ação. Assim, seu conteúdo está exposto de modo sistemático dividido em tópicos e subtópicos estabelecendo um “passo a passo” para a elaboração das estratégias de ação.

7.1.3 Os 5 Passos para estratégias de Advocacy

O Passo 1 apresentado no Guia compreende os três primeiros tópicos do quadro acima, “identificando o problema”, “definindo o tema” e “produzindo dados e informações” (p. 20), organizados na forma de etapas subsequentes.

Já na primeira etapa (identificação do problema), o Guia propõe que se busque o principal problema que afeta a comunidade LGBT e que possa ser resolvido pelas estratégias de advocacy. Um conjunto de sete procedimentos é apresentado para se identificar o problema, contendo orientações sobre como se tomar conhecimento do problema (denúncia ou *clipping* da mídia); documentação do problema, por meio de registros realizados pelo grupo ou ONG (ficha ou *clipping*); mapeamento do serviço público ou privado que está associado ao problema. A partir disso, as etapas seguintes propõem “descrever de forma

resumida o processo da elaboração e/ou criação dos programas e serviços por parte do governo, do estado ou município” (p. 20); mapeamento das “leis, regulamentos, normas e portarias que regulam os serviços que beneficiam e/ou afetam a comunidade” (p. 20), com base na Constituição Federal; e “descrever de forma resumida como as políticas públicas foram elaboradas e formuladas, e o trâmite que cada uma delas teve que seguir para ser aprovada e implementada” (p. 20).

Logo chama a atenção que a determinação do problema que atinge a comunidade LGBT deve ser concebida a partir dos serviços públicos, das políticas, normas, portarias e regulamentos, e essencialmente compreendidas nos marcos da Constituição Federal. Nesses termos, os problemas que afligem a população LGBT se inscrevem no horizonte associado aos limites da ordem institucional vigente, ou seja, nos marcos do imediato, sem indicar qualquer mediação com relações de poder mais amplas na sociedade e na cultura conforme propõe Butler e Foucault.

A etapa 2 refere-se ao Tema, como “parte específica do problema geral identificado acima” (p. 21). Para a definição do tema é apresentado um conjunto de 12 critérios na forma de perguntas objetivas a serem marcadas com “X”, tal como requisitos a serem considerados para mensurar a validade de uma ação do grupo ou ONG.

Dentre os critérios ou requisitos apresentados pode-se constatar a presença implícita de certos problemas que remetem a uma dada concepção de ação política. Mais especificamente, a uma dada forma de dar sentido ou não a ação política, dentro de um marco de valor que indica se vale a pena ou não levar adiante o problema e passar às próximas etapas na elaboração da estratégia de advocacy.

Assim, pode-se listar e comentar algumas das perguntas presentes no Guia, que foram agrupadas em blocos por aproximação temática para facilitar a exposição. Antes de serem apresentadas no Guia, as perguntas são precedidas pela questão “A escolha do tema:”, ao que seguem as alternativas de resposta:

“() Reflete as necessidades da comunidade afetada?”

“() Contribuirá para a melhoria da qualidade de vida da comunidade afetada?”

“() Atenderá as necessidades expressadas pela comunidade afetada?”

Este primeiro bloco de questões aponta para as demandas mais sensíveis à população LGBT. Embora pareçam óbvias e se possa até mesmo questionar o porquê de sua presença no Guia, elas permitem que se estabeleçam os parâmetros para se pensar os “problemas práticos”

postos pela realidade para um grupo subalterno, o que é essencial para se iniciar a elaboração da visão de mundo ou filosofia própria do grupo. Isso se completa com outra questão presente nesta lista:

“() Incentivará a comunidade afetada a se organizar e a participar ativamente do processo?”

Assim, coloca-se o problema da ação prática, da política, na forma de organização e participação ativa na resolução das próprias demandas. Este é, também, o ponto que permite identificar as particularidades e contradições que marcam a relação dos subalternos com os demais grupos sociais, particularmente os dominantes. Contudo, este ponto central se perde nos blocos a seguir, dando lugar para uma lógica que evita as possibilidades de contradição:

“() Conta como apoio de outras organizações, instituições ou pessoas interessadas na comunidade afetada?”

“() Será facilmente aceito, tanto pela comunidade afetada como pelas organizações, instituições que poderiam apoiar a iniciativa de advocacy?”

“() Ajudará a formar parcerias com outros grupos/organizações/redes/coalizões etc.?”

Este segundo bloco de questões condiciona a definição do tema a sua aceitação e capacidade de aglutinação de apoios para além da população LGBT afetada. Isso remete, implicitamente, à sujeição dos temas de interesse imediato da população LGBT a “instituições”, “organizações”, “redes” e “coalizões” com quem se possa estabelecer “parcerias” ou que se busque o “apoio a iniciativa de advocacy”.

Outro elemento importante diz respeito a “atenção” que o tema pode obter, conforme o terceiro bloco:

“() Chamará a atenção dos tomadores de decisão, meios de comunicação, ou pessoas formadores de opinião pública?”

“() Chamará a atenção dos setores que poderiam se opor ao tema por estar relacionado com a comunidade afetada?”

Se tomada em consideração a análise do primeiro bloco de questões, pode-se perceber que este bloco faz a ponderação dos temas que afetam a população LGBT e que podem gerar organização e participação ativa, pela sua capacidade de atrair a atenção dos segmentos influentes na produção de políticas e dos potenciais opositores. Em outras palavras, pode-se dizer que, no mínimo, é proposto como critério a capacidade de um dado tema obter

legitimidade e aceitação junto a atores, organizações, formadores de opinião e pessoas chave na sociedade política (tomadores de decisão).

Isso encerra uma contradição, uma vez que se busca inserir temas próprios de interesse do grupo subalterno junto à racionalidade hegemônica que produz sua subalternidade sem, em nenhum momento do Guia, se questionar essa racionalidade mesma. Assim, ela passa como dado natural da realidade, e resta ao movimento inserir-se em seus quadros ajustando-se às suas exigências de legitimação.

Isso ganha maior sentido quando confrontado com outra questão, que remete diretamente a lógica do possível dentro do marco dado:

“() Será fácil alcançar o que se propõe?”

Os comentários expostos acima poderiam ser criticados como análise demasiado normativa do objeto. Contudo, na sequência das questões do Guia há uma passagem que parece conter a preocupação geral que norteia os critérios para definição do tema: “Se o tema atende a poucos destes critérios, dificilmente a ação de advocacy terá sucesso. Neste caso, seria melhor identificar outro tema e repetir a avaliação acima, aplicando-a ao novo tema” (p. 21).

A definição dos temas que afligem a população LGBT e, conseqüentemente, que merecem ações políticas para sua resolução, parece estar inscrita dentro de uma concepção de ação determinada pelo possível, sendo que o possível, como será visto ao longo da análise, é definido em função da racionalidade hegemônica. O primeiro bloco de questões fica subordinado aos demais, determinando em função destes o que é pertinente ao movimento. De acordo com Gramsci, as ações e comportamentos práticos das pessoas, sejam conscientes ou não, encerram uma dada visão de mundo, ou seja, ocorrem de acordo com certa lógica. Assim, a lógica que delimita o campo do possível e, portanto, das ações que merecem ser desenvolvidas, considera certos elementos que muito dizem sobre a visão de mundo ou filosofia adjacente ao Guia. Ou seja, a não contradição, a possibilidade de apoio de outros grupos e instituições e a capacidade de “chamar a atenção” de segmentos influentes.

A etapa 3 diz respeito a produção de dados e informações. Considerando que este Guia se dirige a grupos e ONGs ligadas ao movimento LGBT que estão na base das afiliadas da ABGLT, que se aproximaram dela ou para os quais esta buscou de algum modo ter incidência, é importante mencionar sua função de “capacitação de lideranças”. Assim, deve-se destacar seu objetivo de preparar intelectuais do movimento, capazes de elaborar e difundir a visão de mundo da população LGBT e de representá-la. É neste sentido, de elaboração da

visão de mundo ou da filosofia do grupo subalterno, que a produção de dados desempenha algumas de suas funções principais.

No Guia, entretanto, esta função está associada a outra, a de apresentar-se diante dos demais atores políticos e sociais que se busca influenciar. Na mesma página analisada consta em destaque um quadro sombreado no qual se responde a questão “Por que é importante produzir dados?”, ao que segue como resposta: “Porque a comunidade afetada precisa saber que a organização tem capacidade de coletar, analisar e difundir as informações sobre suas necessidades” (p. 21). Isso remete ao problema da relação da “organização” com a população LGBT e da formação de seus intelectuais, como representantes capazes de elaborar e expressar os interesses do grupo subalterno.

Contudo, no mesmo quadro segue outra resposta que coloca o problema das informações e dados como subordinado ao gestor público: “Porque a boa gestão de informações aumenta a credibilidade da organização perante os tomadores de decisões.” (p. 21). Não se trata de questionar a validade de tal afirmação, mas antes, de apontar que a orientação dada pelo texto condiciona a produção de dados e informações sobre a população LGBT à preocupação de se obter credibilidade junto aos tomadores de decisões. Assim, a elaboração de saberes e conhecimentos próprios e particulares desta população deve ocorrer também em função dos tomadores de decisão, subordinada ao objetivo de chamar-lhes a atenção e ganhar seu reconhecimento. Com isso é colocado o problema de quais critérios são tomados para legitimar a voz do subalterno.

Para reforçar a importância do problema, destaca-se outra passagem na qual a “produção de dados” é apresentada como parte essencial da atividade de advocacy: “para ajudar a desenvolver nossas ideias e também para fundamentar nossas opiniões para que estas sejam levadas a sério por aqueles que ocupam posições de influência” (p. 22).

Em suma, a atividade de “desenvolver nossas ideias” está diretamente vinculada a ser “levado a sério” pelas pessoas que “ocupam posições influentes”. A produção de uma imagem de si mesmo, de uma racionalidade própria e particular do grupo subalterno e, particularmente a elaboração de temas e problemas que determinam a subordinação mesma do grupo, devem pautar-se pelos critérios de reconhecimento e credibilidade dos segmentos politicamente influentes, particularmente os atores estatais.

O problema da constituição do grupo subalterno como organicamente coeso, politicamente autônomo e ideologicamente identificado no interior das relações políticas e

sociais, para o qual a ideologia cumpre função essencial, parece, novamente, subordinar-se ao problema de seu reconhecimento nos quadros da racionalidade dominante. Isso implica na recusa da particularidade enquanto contradição, e por consequência torna o confronto algo irracional dentro da lógica que organiza o Guia.

No Passo 2 – Definição da meta e dos objetivos – a meta corresponde a uma afirmação geral, ideal de longo prazo, já o objetivo descreve avanços de curto prazo, mensurável e baseado no tema. (p. 23). Trata-se, portanto, dos cálculos de estratégia e tática para ação.

Tal como no passo anterior, há um conjunto de perguntas que servem como requisitos para a definição do objetivo. O conteúdo das perguntas abarca problemas como a existência de dados para mostrar que o objetivo melhorará a situação; se ele é alcançável mesmo com oposição; se contará com o apoio de muitas pessoas; se a organização contará com recursos financeiros para sua realização; quem são os tomadores de decisão ligados ao objetivo (nomes e cargos ocupados); se há parcerias e se a realização do objetivo possibilitará novas parcerias, entre outras.

Novamente a preocupação com a legitimidade é apresentada: “com que legitimidade contamos em relação ao tema e à área em questão? Como garantimos nossa legitimidade?” (p. 24).

Para além destes pontos, que expressam certa continuidade com o anterior, há um quadro na página 24 intitulado “Advocacy: identificando vantagens e riscos” que parece elucidar um pouco melhor o passo 2, conforme segue:

QUADRO 2 -Advocacy: identificando vantagens e riscos

Vantagens para a nossa organização, devido à realização de ações de advocacy	Riscos para a nossa organização, devido à realização de ações de advocacy	Estratégias para reduzir o impacto dos riscos
<ul style="list-style-type: none"> • Nos ajuda a alcançar nossa missão global • Crescimento pessoal e da organização • Fortalecimento e empoderamento de LGBT • Participação proativa de LGBT • Saber como o legislativo e o governo funcionam pode nos ajudar no nosso campo de atuação • Aumenta a visibilidade do trabalho do Movimento • Vínculos com outras organizações locais, nacionais e internacionais • Ter uma voz • Cria climas e ambientes mais favoráveis para trabalhar questões LGBT • Estabelece possibilidades locais para colaboração multi-setorial • Economiza, sistematiza e dissemina experiência • Mudanças de políticas levam a programas melhores e a circunstâncias melhores para LGBT, e para outras organizações e pessoas 	<ul style="list-style-type: none"> • Carga de trabalho adicional e não planejada • Gera demandas e/ou expectativas que talvez estejam além da nossa capacidade • Causa conflitos/críticas • Incerteza quanto ao impacto • Desvia tempo e recursos humanos do trabalho interno da ONG • Risco de ataques contra integrantes da ONG e contra a sede de ONG • Ter que agir diante de situações imprevistas • Atrito com o Estado e outros atores • Perda do enfoque da organização • Afastamento de apoio existente por ter se tornado altamente político • Criação de uma elite interna dos que fazem advocacy 	<ul style="list-style-type: none"> • Dedicar recursos humanos e financeiros a ações de advocacy • Identificar claramente as ações que temos a capacidade de realizar, e reconhecer nossas limitações • Capacitação para avaliar e pesquisar o impacto • Coordenação conjunta • Escolher e priorizar questões, alianças e parcerias a fim de otimizar tempo, recursos e consultas • Obter financiamento que permitirá o estabelecimento de sistemas de segurança • Clarificar a missão da organização e chegar a um acordo sobre como o advocacy poderá ajudar a alcançá-la • Considerar o efeito que o trabalho de advocacy poderá ter sobre outros aspectos da organização, como por exemplo, captação de fundos, recursos humanos etc. • Não se envolver com toda e qualquer oportunidade que surgir – manter o foco e avaliar de acordo com o impacto esperado • Ter acesso a capacitação em advocacy e garantir que tempo seja dedicado para um planejamento bem feito, a fim de garantir que as ações de advocacy tenham êxito

Fonte: Grupo Dignidade, Guia de Advocacy, 2007, p. 25. (grifos do autor)

Das vantagens oriundas das ações de advocacy, destaca-se o tópico “saber como o legislativo e o governo funcionam pode nos ajudar no nosso campo de atuação”. Esta passagem, dentre outras que reproduzem a mesma preocupação, aponta para a necessidade e a

vantagem em se conhecer o funcionamento da instituição estatal, das regras, procedimentos, hierarquias, pessoas chave etc. Assim, a atuação da organização do movimento LGBT, de acordo com o texto, necessita conhecer o campo das regras (formais e informais) do jogo institucional para poder movimentar-se. O que num primeiro momento pode parecer sensato e mesmo inevitável traz consigo implicações, sendo que a principal é a determinação do horizonte de ação do movimento em função da racionalidade e regramento do Estado e dos atores que compõem a sociedade política.

Isso fica mais evidente na coluna seguinte do quadro analisado, cujo eixo é “Riscos para a nossa organização, devido à realização de ações de advocacy”, onde um conjunto de elementos é apresentado como negativo e, portanto, sugerem ser evitados. Dentre os riscos da ação de advocacy, destacam-se: “causa conflitos/críticas”; “atrito com o Estado e outros”; “afastamento de apoio existente por ter se tornado altamente político”; e “criação de uma elite interna dos que fazem advocacy” (p. 25).

Tais pontos sugerem que “conflitos” e “críticas” podem ser gerados pela alta “politização” da atividade, além do alerta para possíveis “atritos” com o Estado e outros atores. Assim, a ação de advocacy é concebida de modo a evitar e mesmo negar contradições e conflitos com o Estado e outros atores, recusando identificar-se como “altamente político”, nos moldes de uma valoração negativa, de modo a não perder apoio.

Estes elementos permitem indagar sobre a particularidade do grupo subalterno, de seus problemas, temas e objetivos. Pelo que é sugerido no Guia, a particularidade que distingue a população LGBT não gera, ou não deve gerar, politização demasiada, conflitos etc., ou seja, é concebida como não contraditória e, portanto, passível de ser integrada na lógica política sem maiores problemas. A questão da “alta politização” também não deve passar despercebida, uma vez que a lógica da racionalidade burocrática do Estado tende a apresentar-se como técnica e não política. Assim, uma racionalidade particular, ao torna-se hegemônica, apresenta-se como universal e, portanto, como não política. Ou ainda, apresenta-se como verdade, ocultando os mecanismos políticos dos quais é efeito. A preocupação em não parecer demasiado política decorre da preocupação em enquadrar-se dentro da lógica hegemônica. Isso significa manifestar-se sob aparência técnica, integrando-se à racionalidade da sociedade política como *parte* de um *todo* previamente dado e aceito.

Na página 26, com destaque num quadro sombreado, mais duas passagens devem ser mencionadas:

Precisamos construir credibilidade. Isto significa que outras pessoas, tanto os gestores de políticas como a comunidade afetada pela demanda em questão, confiem e valorizem o que temos a dizer. Para isso, é imprescindível fortalecer a organização e a legitimidade do grupo de pressão (p. 26).

Novamente aparece a preocupação com a credibilidade frente aos gestores e, agora, também a comunidade. Chama a atenção, não só nesta como em outras citações, que a “comunidade afetada” figura no discurso com semelhante distanciamento que “gestores” ou “pessoas influentes”. Isso aponta para um tipo de relação, por parte da organização que toma o Guia como referência, que não é orgânica com a população LGBT, ou seja, toma como dado natural certo afastamento da base ou da relação entre representante e representado. Assim, a forma com que o texto faz referência à população LGBT sugere uma relação externa a ela, inorgânica e relativamente afastada.

No Passo 3 – identificando públicos, adversários, não mobilizados e aliados – o Guia estabelece uma classificação dos públicos a quem as organizações do movimento devem se dirigir. O público primário “são as pessoas que tomam decisões” (p. 27), dentre elas é mencionado o Presidente da República, cuja citação do discurso de posse abre a apresentação da publicação. O público secundário são as pessoas que podem influenciar o público primário. Antes de apresentar a definição dos demais públicos, um pequeno quadro sombreado faz um importante e elucidativo alerta:

É necessário pesquisar e entender a estrutura da instância que toma decisões e seu funcionamento: hierarquias, programas, trâmites internos, planos, mecanismos, procedimentos, cronogramas... Este conhecimento nos permitirá identificar com precisão aonde pressionar na estrutura institucional, como intervir no processo de tomada de decisões, que tipo de pressão serve para que tipo de personagem em determinado momento (p. 27).

Note-se que a necessidade de entender a estrutura de poder, procedimentos, normas, etc., está associada ao “como intervir”. Assim, o discurso sugere que o modo de ação em face dos “tomadores de decisão” seja definido em função das “hierarquias, programas, trâmites internos” etc. A conexão, portanto, determina que a ação do movimento e seus representantes seja disciplinada pelos trâmites próprios que organizam a sociedade política. Isso significa legitimar e assimilar desde a prática o *modus operandi* estatal, ou ainda, sua reprodução no interior do movimento.

Por fim, ainda neste ponto, é apresentada para reflexão, nos moldes de critérios para identificar o público, a questão sobre “quais são as vantagens potenciais para esses públicos em apoiar a causa” (p. 27). A relação com os públicos primário e secundário deve ser balizada pelos interesses destes.

Prosseguindo na identificação dos demais públicos, a definição sobre os adversários é bastante interessante para a análise. Identificados como aqueles que têm uma visão ou posição diferente ou mesmo oposta à causa defendida, o texto imediatamente passa a apontar quem é o adversário e alerta sobre como se relacionar com ele nos moldes da visão de mundo subjacente à proposta de ação que oferece:

No caso específico de LGBT, a maior oposição vem sem dúvida de fundamentalismos religiosos. Como foi afirmado logo no início deste guia, advocacy não parte de uma lógica de confrontação, e em nada adiantará a causa “bater de frente” com adversários religiosos (p. 28).

Embora o texto proponha em seguida o isolamento dos adversários como tática de ação, o alerta feito para o não confronto reforça a concepção que deve organizar a ação do movimento. Além disso, a passagem citada é enfática em limitar o arco de possíveis opositores aos “fundamentalismos religiosos”, o que exclui de antemão outros adversários reais ou potenciais. Ainda que os maiores confrontos ao longo do período analisado tenham sido com os segmentos religiosos que atuam no Congresso Nacional, o fato de o texto apontar e delimitar este grupo como o adversário é intrigante. Isso ignora *a priori* atores com quem este segmento faz alianças, busca apoio, estabelece negociações, serve de sustentação etc. A limitação dos adversários de LGBTs aos “fundamentalismos religiosos” parece, portanto, demasiado simplista e reducionista.

Já o último segmento, chamado de “não mobilizados”, refere-se aos formadores de opinião ou pessoas capazes de influenciar nas tomadas de decisão que não possuem posição fechada, podendo ser disputados como apoiadores.

Ao fim do tópico, um novo alerta é feito: “O principal desafio das redes ou alianças é buscar transformar o sistema por dentro, a fim de garantir mudanças de maior impacto e mais duradouras.” (p. 29). Tal passagem, como parte de um todo, vincula as “mudanças de maior impacto” a um campo de ação definido como “o sistema por dentro”. Isso sugere a naturalização de um horizonte de práticas no qual as ações políticas do movimento estão definidas e estruturadas desde a lógica política hegemônica.

O discurso presente no Guia, portanto, atua no sentido de estruturar o campo de ação do movimento LGBT, inclusive apontando de pronto certos adversário. Os critérios para balizar os públicos e potenciais apoiadores, ou ainda o campo de alianças, passam a ser uma função da racionalidade hegemônica, na qual o horizonte de possibilidades do movimento fica subordinado e inscrito.

O Passo 4 – Plano de Trabalho, Plano de Comunicação e Captação de Recursos – elenca um conjunto amplo de possíveis ações como sugestão ao leitor. Sem adentrar profundamente em cada uma delas, podem-se destacar algumas que parecem definir que tipo de relação o movimento LGBT deve estabelecer com o Estado e as pessoas influentes:

“Participação de líderes LGBT em comissões, conselhos e outras instâncias de controle social” (p. 32).

“Conhecer a estrutura do poder público e do processo de tomada de decisão” (p. 32)

“Valorizar, através de reconhecimentos públicos, pessoas e instituições que tenham contribuído para a promoção dos direitos humanos, entre elas, ações governamentais de relevância positiva para os direitos humanos da população LGBT” (p. 33)

“Colaboração com organismos do Estado” (p. 33)

Entre as demais ações propostas, também contam visitar gabinetes de parlamentares regularmente e aproximar-se de lideranças de partidos. (p. 33). Com efeito, o leitor do Guia é orientado a atuar nos espaços estatais, colaborar com o Estado e dar reconhecimento público a ações governamentais em favor da população LGBT. Além disso, constata-se a preocupação em construir cotidianamente a aproximação com partidos e parlamentares. A lógica que rege este tipo de ação, portanto, é a de uma relação colaborativa com o Estado e seus atores, tecendo a aproximação do movimento e da população LGBT com eles, contudo, evitando confrontos. Isso fica evidenciado num quadro apresentado na página 34, onde são listados os pontos fortes e os pontos fracos para alguns métodos de ação sugeridos. Logo na primeira linha do quadro, na coluna referente aos pontos fracos para o método de “Análise de legislação e políticas, ou sua implementação” é dito que: “Críticas políticas pode contrariar gestores públicos”, afirmação que se repete mais adiante no quadro quanto a outros métodos de ação.

Assim, a liderança de uma organização do movimento LGBT que toma o Guia como referência é orientada a evitar qualquer iniciativa que possa contrariar gestores públicos,

devendo antes, adotar uma postura de colaboração, participação e reconhecimento das iniciativas positivas para a população LGBT.

É importante salientar que os sucessivos quadros e tabelas que o Guia apresenta são de fácil compreensão e estão organizados na lógica de matriz de valoração para se interpretar e avaliar situações, atores e possibilidades de ação, sob a forma de “pontos fortes” e “pontos fracos”, “vantagens” e “riscos” etc. Na prática, o discurso contido no material é essencialmente normativo, estrutura e organiza a visão de mundo do movimento LGBT dentro de limites precisos no que toca a sua relação com a sociedade política, de modo a orientar e disciplinar suas práticas com base na matriz de valores que propõe.

Ao fim da primeira parte, o Passo 5 discute a importância e os métodos de se fazer o monitoramento e a avaliação das ações de advocacy durante e ao fim do processo. O restante do Guia traz exemplos de ações, reivindicadas como exemplos de advocacy, realizadas pela ABGLT junto ao Congresso Nacional. Dentre elas é destacada a conformação da Frente Parlamentar Pela Cidadania LGBT. Neste ponto do material é discutido detalhadamente o procedimento de formação de frentes parlamentares, com sugestões de como atuar nos estados e municípios. Além disso, e como exemplo, é mostrada a carta de princípios desta frente e é explicada a importância e função de tal documento. No final da publicação, consta um modelo de ficha de adesão para formação de tais frentes.

Além deste ponto, há uma parte onde consta um conjunto de imagens de fotografias históricas, reportagens de jornais, recortes de ofícios e documentos enviados a lideranças partidárias e parlamentares. Os recortes de jornais destacam reportagens dos anos 1980 referentes às ações do movimento junto a Constituinte. Nos demais documentos constam cartas e ofícios enviados a políticos e lideranças partidárias solicitando posicionamento no processo constituinte em favor da incorporação de “orientação sexual” como parte dos direitos constitucionais que estavam sendo redigidos quando da elaboração da Constituição Federal de 1988. Todos estes materiais aparecem como exemplos de advocacy realizados pelo movimento LGBT em seus primeiros anos de história. No seu conjunto, o Guia é apresentado de modo a legitimar e respaldar essa concepção de ação, identificando-a com a trajetória mesma do movimento.

A TÍTULO DE CONCLUSÃO

Esta análise funda-se no suposto de que o Guia de *Advocacy* no Legislativo, como base para outros materiais que circularam entre os grupos e organizações filiados ou sob a influência da ABGLT, cumpre algumas funções ideológicas específicas. O material sistematiza uma visão de mundo que fornece uma matriz de sentido e de valor para o movimento conceber a si mesmo e, principalmente, sua relação com a sociedade política.

As particularidades que fazem da população LGBT um grupo subalterno são tratadas como não contraditórias com o ordenamento social, político e cultural. Isso é possível mediante sua apresentação como inscrita nos limites de tal ordenamento. O Guia atua no sentido de conceber problemas e temas pertinentes aos LGBTs de modo imediato, num processo de elaboração que ocorre, ou deve ocorrer, como função dos marcos jurídicos e constitucionais postos, sem problematizá-los.

A própria elaboração dos problemas e temas que remetem às particularidades da população LGBT deve ser feita com base em critérios externos, atribuindo-se sentido e valor em função das possibilidades de legitimação e inserção na racionalidade hegemônica, sem questioná-la. Isso remete ao problema do pensar-se a si próprio em função do outro e na perspectiva do outro, o que, por sua vez, é chamado por Dias (1996) de captura da subjetividade do subalterno pelo dominante, o que define os contornos não só do possível, mas também do pensável.

Embora pareça tratar-se de algo essencialmente subjetivo, este problema ganha materialidade quando organiza e estrutura o horizonte de ação do movimento. Assim, a análise debruçou-se, por vezes de modo exaustivo, na exposição dos marcos em que a elaboração de estratégias e táticas de ação devem ser pensadas e construídas. Dentro de uma matriz de valoração do desejável e do indesejável, as possibilidades de ação foram apresentadas a partir do *modus operandi* da sociedade política. Ou seja, a estruturação do horizonte de ação do movimento, expressa no Guia, ocorre como função de necessidades e problemas postos *na* e a partir *da* racionalidade hegemônica.

Como tal racionalidade apresenta-se diante da totalidade social como universal, a concepção de ação que essa visão de mundo encerra ganha coerência e sentido junto à visão de mundo hegemônica. Ela se adequa às suas demandas, inserindo-se de modo não

contraditório em seu regramento e subordinando-se as suas práticas. É isso que dá sentido e relevo, no interior do texto, aos repetidos alertas sobre o não confronto, à importância em evitar críticas e atritos e o não apresentar-se como altamente político.

O objetivo expresso do Guia é definir e disciplinar, a partir da visão de mundo que comporta, um padrão de relação do grupo subalterno, o movimento LGBT, com a sociedade política e demais segmentos da sociedade civil. Este padrão de relação, contudo, não se propõe, nem na teoria e nem na prática, a questionar a relação que produz a subalternidade. Ao contrário, legitima as estruturas políticas e ideológicas que mantém o ordenamento social e, do mesmo modo, aponta para a reprodução da totalidade das relações políticas e ideológicas desde as práticas que orienta o movimento a adotar.

Isso pode ser mais bem compreendido à luz do conceito de Estado Ampliado, como relação de unidade entre sociedade civil e sociedade política. Mesmo que o Guia se proponha a orientar ações, inclusive tomando o exemplo de ações já realizadas pelo movimento e suas respectivas conquistas políticas, que vão no sentido da obtenção de leis e políticas públicas em favor dos interesses dos LGBTs, ainda aí reside um problema fundamental. A hegemonia não é uma relação de subordinação exercida pela coerção, mas sim pelo consenso. E, para que este seja viável, equilíbrios de compromisso devem ser estabelecidos. Assim, a visão de mundo organizada e difundida pelo Guia concebe as ações do movimento em função de demandas de natureza econômico corporativas. Isso implica, na prática, em limitar as particularidades dos LGBTs a uma condição que pode ser suportada pelo ordenamento político e ideológico sem expor contradições mais de fundo nem alterar radicalmente os equilíbrios políticos e as relações sociais. Com isso, é possível inserir-se nos quadros da sociedade civil e atuar junto, quando não dentro, da sociedade política, de modo a não perturbar em demasia os arranjos políticos dados. Não se trata, portanto, de romper com a subalternidade para emergir no cenário das superestruturas jurídico-políticas e ideológicas e aí atuar, mas antes, de atuar politicamente inserindo-se neste cenário enquanto subalterno e reproduzir sua lógica de funcionamento. Sob tal condição a hegemonia não é questionada, mas sim reforçada.

CAPÍTULO VIII - PARTICIPAÇÃO E HEGEMONIA

8.1 A PERCEPÇÃO DE ATORES CHAVE NA ESTRUTURA PARTICIPATIVA

Os dados analisados nesta parte da tese correspondem a entrevistas em profundidade realizadas com atores que representam a ABGLT, conselheiros do CNCD/LGBT, Coordenadoria na Promoção de Direitos LGBT e SDH. Deste modo os sujeitos entrevistados compreendem uma zona de intersecção entre sociedade civil e sociedade política. Além disso, a posição das pessoas nos diferentes postos desta estrutura esteve marcada, ao longo do período estudado, por um trânsito entre quadros ligados ao movimento e governo. Tal como afirma Machado (2013), construiu-se um espaço com fronteiras borradas entre funções de sociedade civil e de governo, no qual os mesmos indivíduos assumem diferentes papéis.

A partir disso foi possível perceber a existência de um discurso comum sendo elaborado desde os espaços participativos. Tal discurso atua como pano de fundo geral e mais amplo na interpretação da relação que se está analisando. Dentro dele, contudo, inserem-se elementos de nuances, matizes e mesmo algumas contradições importantes, que expressam determinadas tensões próprias da relação estabelecida entre o movimento LGBT e o governo.

É importante destacar que a ocupação dos espaços institucionais de participação está marcada pela influência da dimensão ideológica analisada no capítulo anterior. O discurso de fundo mencionado acima, então, resulta de uma interpretação geral feita a partir dos elementos normativos que compõem a visão de mundo adjacente ao conceito de Advocacy. Os pontos destoantes e mesmo contraditórios inserem-se, como parte, dentro de um todo determinado pela concepção de relação com o Estado que foi tornada senso comum.

A população LGBT carregou e ainda carrega a marca de estigmas que significaram uma posição subalterna na sociedade. Desde o levante de *Stonewall* nos EUA ou da organização do grupo Somos e do jornal Lampião da Esquina no Brasil, o movimento que se constituiu buscou como estratégia a visibilidade e a afirmação. De um lado, a mudança na estrutura de valores (na dimensão cultural) que determinaram o seu lugar de inferioridade nas relações sociais, de outro, o embate por direitos civis e políticas públicas que materializem, desde a norma legal e institucional, garantias objetivas para se superar este mesmo lugar.

A segunda metade da década de 1990 e o início dos anos 2000 marcam a explosão das paradas do orgulho LGBT, como momento de intervenção ativa de massas tomando a rua enquanto espaço público. Ao lado disso, a relação de parceria com o Estado vinha sendo construída com base no novo formato organizativo de ONG, pautada pelas políticas de saúde e prevenção ao HIV/AIDS junto ao Ministério da Saúde.

Contudo, é após a eleição do presidente Lula em 2003 que ocorre um deslocamento do eixo político do movimento, das questões ligadas à prevenção e tratamento das DST/AIDS para os direitos humanos. Isso coincide com a política do Governo Federal de ampliação da estrutura institucional de participação da sociedade civil na elaboração e avaliação de políticas públicas. Tal como apontado, as gestões do presidente Lula e da presidenta Dilma Rousseff têm como traço distintivo a ampliação qualitativa e quantitativa dos espaços participativos. Esta é a base do alargamento da sociedade política, cujo efeito evidencia-se numa zona de intersecção com a sociedade civil.

Para a população LGBT este processo vem acompanhado de um conjunto de políticas de cunho programático, apontando os fins sem definir ou oferecer os meios para sua efetivação. Tem-se, então, a combinação de uma estrutura participativa, materializada na Coordenadoria LGBT, que atua no interior da SDH, na criação do Conselho Nacional LGBT e na realização das Conferências Nacionais LGBT, juntamente com a elaboração de programas como Brasil Sem Homofobia, o Plano Nacional LGBT e os Planos Nacionais de Direitos Humanos.

A combinação de arranjos institucionais e programas de combate à discriminação teve como marca essencial a participação ativa das lideranças das principais organizações do movimento LGBT. Isso se combinou com uma orientação, pautada pela visão de mundo que o movimento incorporou expressa no Guia de Advocacy, encaixada neste novo formato de relação, consolidando-se como padrão natural e universal de relação entre sociedade civil e sociedade política. Este capítulo irá analisar os efeitos desta relação e as funções desempenhadas por esta estrutura a partir da percepção dos atores chave entrevistados.

8.1.1 Visibilidade e participação: o ponto de mudança

O elemento comum que ordena a percepção nas diferentes entrevistas é o da visibilidade. Este é o marco geral no qual estão inscritos os demais pontos de interpretação da relação entre

movimento LGBT, governo e Estado. A avaliação predominante é a de que após a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva o movimento, por meio de suas organizações e representantes, passa a ser visto e reconhecido como interlocutor legítimo.

Este dado não é menor, uma vez que o elemento característico da relação de subordinação é o silenciamento do subalterno. O processo de constituição desta população como sujeito político encontra seu ponto mais alto no momento em que obtém reconhecimento *da* e *na* sociedade política. A fala de Toni Reis é bastante enfática nesse sentido:

Reconhecimento e visibilidade. Depois do governo Lula o movimento passou a ser visto, a existir. Nós transitamos nos ministérios, no governo, conversamos e somos ouvidos pelo governo. O diálogo foi uma importante conquista. Agora eles sabem que nós existimos. Somos reconhecidos como interlocutores do governo (Entrevista com Toni Reis, 2016).

Este fragmento da entrevista, portanto, sintetiza a percepção dos intelectuais do movimento LGBT. A visibilidade ganha conteúdo no fato de se obter reconhecimento como interlocutor, transitar pelos ministérios, ser visto e assim, existir. O mesmo discurso pode ser identificado na fala de uma das dirigentes da ABGLT para a regional sul:

a experiência que eu tenho é muito mais do sentimento de esperança que se tinha com o governo chegando, um governo popular então a esperança que tinha dos movimentos sociais que até então não eram contempladas. Existiam pequenas possibilidades de tentar contemplar, dos governos anteriores, muito ligadas à questão da saúde, até o Serra chegou a tentar produzir algo, mas era sempre muito complicado o debate da questão LGBT, então quando vem o governo Lula, existe essa esperança de que isto vá ser tematizado. No começo realmente isso foi dado encaminhamento, o movimento social se sente um pouco mais contemplado, primeiro por ser recebido, teve a possibilidade de fala, de conversa, existiu, e até o momento não existia (Entrevista com Juliana Souza, 2016).

A comparação com o momento anterior fica visível e o “governo popular” é identificado como o fator de mudança na relação com o Estado e na visibilidade do movimento LGBT. Inclusive, a mudança na relação que antes estava limitada às políticas de saúde. Chama a atenção os simbolismos utilizados desde a campanha eleitoral de 2002 como a “esperança” e a identidade deste como um “governo popular”.

A fala de outra entrevistada, ainda que fazendo ponderações importantes, aponta na mesma direção: “teve alguns avanços e teve alguns retrocessos, para a nossa pauta específica teve toda esta questão de trazer o movimento para dentro dos espaços, dar visibilidade, mas por outro lado ficou nisso não avançou.” (Entrevista com Marina Reidel, 2016). O que se destaca nesta fala é a atenção ao fato de o governo “trazer o movimento para dentro dos espaços”, e o fato disso ser identificado como ponto positivo e marca de “visibilidade”.

A visibilidade, ponto dos mais importantes para a população LGBT, ganha materialidade quando o movimento é chamado a ocupar espaços participativos dentro da estrutura institucional da sociedade política. Uma vez que tal estrutura é criada pelos governos em questão, as falas apontam para o papel de Lula, e com menor destaque Dilma, como determinantes na obtenção da visibilidade. Isso também é evidenciado na forma do “diálogo” estabelecido entre movimento e governos, tal como observa a atual vice-presidente do Conselho: “Então, eu tenho o Governo Dilma e o Governo Lula como referencial histórico na construção de marcos de diálogo entre a população LGBT e o Governo.” (Entrevista com Roselaine Dias, 2016).

Esta percepção é corroborada na fala dos atores mais diretamente ligados ao governo. E o elemento que se destaca é, de fato, a estrutura institucional criada para a participação e os programas voltados para esta população:

eu acho que foi no período do Lula, a partir de 2003, acho que teve uma grande evolução. A criação do Programa Brasil Sem Homofobia em 2004, foi um marco. Porque até 2004, as políticas LGBT eram centralizadas na Saúde, então fosse o que fosse, queria dinheiro pra fazer uma Parada, tinha que mandar projeto pra Saúde, o Ministério da Saúde (Entrevista com Gustavo Bernardes, 2016).

O programa BSH emerge como ponto de ruptura com as respostas delimitadas ao Ministério da Saúde, marcando a abertura da nova fase na relação com o Estado. É necessário destacar que o BSH foi elaborado com a participação ativa das lideranças LGBTs, ganhando ampla repercussão. A visibilidade que o programa obteve foi grande, e um dos fatores a qual se deve foi o papel dos quadros do movimento LGBT em sua elaboração. A participação, portanto, legitimou o programa e foi diretamente associada a tal visibilidade.

Para além desta dimensão, ou como parte dela, também teve peso importante a relação direta com a figura dos presidentes da república. Toni Reis, assim como a maioria das

organizações que constituem o movimento LGBT brasileiro, atribui grande relevância à participação e ao discurso do então presidente Lula na abertura da 1ª Conferência Nacional LGBT em 2008. Inclusive, no episódio da entrevista, o entrevistado menciona o fato de ter feito a revisão do discurso do presidente que, segundo ele, teria sido abandonado na hora da fala e dado lugar ao seu tradicional improvisado. Este fato foi apresentado como mostra do reconhecimento e da interlocução do movimento com o governante.

A interpretação da presença de Lula na Conferência também é reforçada pela ex-Ministra Maria do Rosário:

No período Lula, o próprio presidente assumia, assumiu uma agenda, e a presença dele na Conferência teve um grande significado. Então aquilo foi um símbolo político que abriu uma nova relação, que a comunidade LGBT, com toda razão, não aceita voltar atrás depois. No entanto, a presidenta Dilma, apesar dela se posicionar pelo Estado laico, ela sofre pressões e ela não vai à Conferência LGBT. Ela não foi à Conferência LGBT. E aquilo foi um símbolo negativo. Uma comparação negativa (Entrevista com Maria do Rosário, 2016).

Nesta passagem deve-se destacar o argumento de que “aquilo foi um símbolo político que abriu uma nova relação” do governo com a comunidade LGBT. Isso corrobora a leitura elaborada pelos principais atores do movimento e, em certa medida, está presente em suas publicações tal como analisado no Guia de Advocacy. Assim, pode-se dizer que um discurso comum foi sendo construído entre lideranças do movimento e atores governamentais sobre esta nova relação. O traço marcante deste discurso é a visibilidade, que está intrinsecamente associada à participação.

Mesmo que a ex-ministra pontue como negativa a ausência da presidenta Dilma na 2ª Conferência Nacional LGBT, isso em nada enfraquece o argumento. O fato é atribuído à pressão exercida pelos adversários do movimento, a bancada fundamentalista, e não por deliberação do governo. Ao mesmo tempo, em outra entrevista, quando mencionada a 3ª Conferência, que foi realizada conjuntamente com outros segmentos (Direitos da Criança e do Adolescente, Direitos da Pessoa Idosa, Direitos da Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos), é dito como mostra de reconhecimento que “a presidenta [do CNCD/LGBT] Roselaine estava no palco com a presidenta Dilma” (Entrevista com Gustavo Bernardes, 2016).

O fato de se “estar no palco”, portanto, é considerado conquista de visibilidade e símbolo de mudança na relação com a comunidade LGBT. Além disso, dividir o palco ou contar com a presença direta dos presidentes nas Conferências Nacionais LGBT representa emprestar a credibilidade política do Estado e do governo ao movimento. Estes elementos, por mais simbólicos⁷⁴ que sejam, apoiam-se na estrutura criada por estes governos e, assim, apontam para a ideia de “compromisso” entre o movimento e o governo.

A visibilidade também se expressa em outro elemento, presente nas falas dos atores governamentais, referente ao âmbito internacional:

A questão do Ministério das Relações Exteriores foi fundamental, que o Brasil passou a ser referência mundial no tema LGBT, defendendo na ONU, no Conselho de Direitos Humanos da ONU uma... como que se diz... uma resolução a favor da população LGBT, dizendo que orientação sexual e identidade de gênero era direitos humanos, apesar de não ter passado, isso ficou, marcou o Brasil... (Entrevista com Gustavo Bernardes, 2016).

Este ponto também é reivindicado pela então Ministra dos Direitos Humanos, a deputada federal Maria do Rosário (PT-RS), que menciona um caso de disputa no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas com o Vaticano, referente a questão do ensino confessional proposto por este. Chama a atenção que a ex-ministra fala da atuação da SDH na arena internacional em defesa dos direitos dos LGBTs como algo que ocorreu para além dos debates com o movimento: “tem coisas então que o movimento não vê. (risos) Mas que a gente estava tocando” (entrevista com Maria do Rosário, 2016).

Assim, a visibilidade é entendida como a mais significativa conquista do movimento LGBT durante o período analisado. Ela representa o reconhecimento, o ser ouvido, o transitar pelas instituições políticas e o adentrar os espaços de participação. Nesse sentido, é necessário afirmar que a voz do subalterno ganha legitimidade e reconhecimento *no* e por meio *do* Estado. A partir da ocupação dos espaços participativos criados, o discurso produzido passa a compreender que a ruptura com a condição subalterna ocorre pela inserção e legitimação nos espaços institucionais formais.

Estes elementos, combinados com o simbolismo da relação direta com os presidentes, com o “estar no palco” ou ver a bandeira do arco-íris sendo segurada pelo líder da nação, são

⁷⁴ A dimensão simbólica fica evidente quando da abertura da 1ª Conferência Nacional LGBT, no momento em que o presidente Lula aparece segurando a bandeira do arco-íris juntamente com o presidente da ABGLT Toni Reis. A imagem está presente nos materiais da ABGLT aqui analisados e circulou nas redes de informação nacionais e internacionais.

interpretados como marcadores da virada na relação da comunidade LGBT com o Estado. Mas a mudança na relação só pode ser entendida pela iniciativa do governo, como agente decisivo na criação dos espaços de participação. E é esta mediação que estabelece o compromisso entre movimento e governo, na forma de adesão ou consenso ativo das lideranças LGBT.

8.1.2 Críticas e ponderações

Visibilidade por meio da participação é a base para o discurso geral acerca da relação do movimento LGBT com o Estado e o governo. No marco de uma avaliação positiva em termos de reconhecimento, existem pontos negativos e críticas. Porém, também neste terreno, há um elemento comum que organiza as diferentes avaliações. Como já apontado no Guia, o papel desempenhado pelo fundamentalismo religioso é o critério interpretativo para estas leituras.

O que se percebe para o governo Lula chegar ao governo, conseguir chegar, a gente sabe que coalizões foram feitas com outros partidos, e um dos partidos que estava na coalizão é o PSC, então tem uma influência grande nestas limitações que são criadas, desta bancada evangélica que a cada eleição vai aumentando, o que não se pode negar é a influência que eles vão ganhando. E com estas crises econômicas que foram acontecendo e principalmente políticas, as concessões que são feitas para estas pessoas permanecerem na coalizão são limitadoras para as questões que eles não querem que estejam fazendo parte do governo (Entrevista com Juliana Souza, 2016).

O papel do segmento religioso baliza a avaliação da entrevistada. Ponderações acerca de retrocessos e limitações do governo são vistos como decorrência da força da bancada evangélica. Assim, este grupo, identificado como “adversário”, torna-se o responsável pelos aspectos falhos do governo.

Dos pontos críticos da gestão governamental ao longo do período, a educação é vista como o campo de atuação mais problemático. Também aí o critério interpretativo é o papel dos setores religiosos.

a discussão no Plano Nacional de Educação sobre um eixo sobre gênero e diversidade sexual, por mais que não tenham sido aprovadas, mas foram as pessoas da sociedade civil, do governo, dos educadores, que sentaram e juntos levantaram e debateram a importância deste tema, se os parlamentares

por causa de toda a construção conservadora e principalmente por causa da bancada evangélica tiraram isso, isso reflete infelizmente nosso processo de eleição, já que não estamos conseguindo ocupar ainda este espaço (entrevista com Juliana Souza, 2016).

Este fragmento é bastante importante, pois mostra que, apesar da retirada dos pontos referentes a gênero e diversidade sexual do PNE (2014), sua avaliação é relativizada e a construção em si do Plano é vista como positiva e importante. Ocorre, então, a separação entre o momento de sua elaboração, marcada pelo diálogo entre governo, educadores e a sociedade civil, ou seja, instância de participação e reconhecimento; e o momento da aprovação, onde o acúmulo obtido no momento anterior perde-se em consequência da ação da bancada religiosa. Ao fim, isso é aceito como parte dos problemas da comunidade LGBT em incidir no processo eleitoral.

O caso mais emblemático dos problemas que os entrevistados constatarem é o do Kit Escola Sem Homofobia. Toni Reis reconheceu este como o principal ponto negativo ao longo do período. Na mesma direção foram as demais entrevistas:

a gente teve avanços mas teve retrocessos, no sentido daquelas polêmicas contra o material didático, então houve um avanço, as próprias conferências que surgiram no decorrer destes anos, só que eu acho que poderíamos ter avançado mais. Houve este recuo do governo quando este se sentiu ameaçado por determinadas pautas, que eram estas pautas religiosas, dos fundamentalistas, quando eles começaram de alguma forma pressionar em determinadas ações que eram a nosso favor (Entrevista com Marina Reidel, 2016).

depois teve aquele problema com o kit, que se chamava Kit Gay, o mal falado, né? (Entrevista com Gustavo Bernardes, 2016).

O governo, certamente da presidenta Dilma, deve assumir autocriticamente o fato de não ter conseguido trabalhar no âmbito da educação as questões de direitos LGBT e por também não trabalhar com as questões de gênero [...] Quando ele [o Kit] é retirado, deixa de ser implementado ou de ser implantado na educação, eu vejo uma movimentação extremamente danosa, porque aquele, o primeiro movimento de intervenção na educação, que deságua agora quando a gente da elaboração do Plano Nacional de Educação, na retirada de toda a diversidade. Então ali é a origem desse poder absurdo dos setores fundamentalistas que retiraram toda diversidade de gênero, de orientação sexual, toda dimensão de direitos humanos do PNE (Entrevista com Maria do Rosário, 2016).

Chama atenção o fato de que o episódio do Kit é percebido como ponto de inflexão na relação entre governo e movimento LGBT. Ainda que no marco de “avanços”, o elemento determinante na avaliação é o papel da bancada religiosa.

O discurso sobre o papel do governo com relação aos interesses da população LGBT, portanto, parece obedecer a uma determinada lógica. A participação, o diálogo e o reconhecimento são tomados como positivos e importantes, quando não distintivos em relação a outros governos. Contudo, isso é dissociado dos direitos e das políticas públicas efetivas, onde pouco ou “nada” foi obtido, conforme será apontado. Constrói-se, então, uma narrativa na qual o momento da efetivação de direitos e políticas públicas, uma vez separado do momento da participação e interlocução, é analisado sob o efeito da atuação conservadora e religiosa. Já o momento da elaboração das políticas é analisado sob o ângulo da participação, interlocução e, portanto, da visibilidade, sendo creditado à iniciativa do governo.

Ao fim, e como avaliação crítica mais enfática, é apontado por alguns entrevistados o balanço acerca da ausência de direitos civis efetivos, particularmente da criminalização da homofobia expressa pelo PLC 122/06.

Ela [Dilma] poderia ter pautado muito mais questões, principalmente nos últimos dois anos, se era o compromisso com o movimento LGBT. Todo mundo aplaudiu, achou maravilhoso ela ter assinado um decreto do nome social para as pessoas que trabalham no governo federal, desculpa né, mas nós queremos muito mais do que um nome social, foi o que eu disse e as pessoas me olharam atravessado, nós queremos nome civil reconhecido, as pessoas ainda estão brigando por nome social, nós queremos nome civil reconhecido, então se ela tivesse assinado um decreto dizendo que agora tu poderia entrar em qualquer lugar e mudar de nome sem ter que passar por um processo, aí sim teria sido um avanço, anos que temos brigado por isso. A própria criminalização da homofobia, se ela tivesse assinado um decreto que fosse entendeu (Entrevista com Marina Reidel, 2016).

A citação menciona a 3ª Conferência Nacional LGBT, conferência conjunta com outras, na qual a Presidenta Dilma assinou o decreto referido. É possível perceber que há um balanço geral do período onde direitos efetivos não foram conquistados. Sobre isso, talvez a fala mais enfática seja da deputada Manuela D'Ávila (PCdoB-RS):

E o que eu posso dizer sobre a população LGBT, nada. Nós não temos lei de criminalização da homofobia, nós não temos inclusão nas escolas, nós não temos casamento, nós não temos nada. Vitória concreta, nome social foi

agora, nome social foi agora, como assim? (Entrevista com Manuela D'Ávila, 2016).

Embora a questão da elaboração das leis remeta diretamente ao legislativo, a entrevistada faz uma avaliação na qual a responsabilidade pela ausência de marcos legais para a garantia dos direitos civis de LGBTs recai sobre o executivo. Quando indagada sobre as pressões exercidas pelo CNCD/LGBT e pelas organizações do movimento sobre o legislativo ela afirma que:

o problema é que na tradição brasileira, o legislativo na prática, com o grau de tensão interna que se estabeleceu no fim do mandato Lula, tinha pouca capacidade de realizar, então eu acho que eles não tiveram força suficiente para transformar estas pautas em pautas do executivo, e este é o erro, porque no Brasil quem legisla é o executivo, na prática quem tem poder de fazer as coisas acontecerem com velocidade é o executivo, e o que fez o governo Lula pela comunidade LGBT, na prática?

D: O que ele fez?

M: Nada, entendeu? De resultado de lei, casamento vem da onde? (Entrevista com Manuela D'Ávila, 2016)

O balanço feito pela deputada é bastante enfático em afirmar que a população LGBT não conquistou efetivamente “nada”, mas deve ser destacado que “no Brasil quem legisla é o executivo”. Assim, segundo a entrevistada, faltou ao movimento e ao Conselho força para “transformar essas pautas em pautas do executivo”.

Uma vez que estas pautas foram organizadas e estruturadas a partir das Conferências Nacionais LGBT, e contaram com a ação e cobrança do CNCD/LGBT junto ao poder público em suas diferentes esferas, há outra avaliação interessante sobre a relação das pautas do movimento e os poderes do Estado:

O Poder Legislativo enxerga as Conferências como uma... um concorrente. Ou seja, o Poder Legislativo não legitima as Conferências, o Poder Judiciário a mesma coisa. O Poder Judiciário, acho que não vê nem como concorrente, ignora. O único Poder que reconhece, mesmo assim com problemas, as Conferências é o Poder Executivo, mas o Poder Executivo tem um problema de introjetar ou introduzir no seu ordenamento, na sua institucionalidade, o que é tirado das Conferências. As demandas da Conferência de 2011 não foram incorporadas por decreto. Qual a legitimidade das deliberações da Conferência... (Entrevista com Gustavo Bernardes, 2016).

Independente das avaliações convergirem ou não sobre a relação dos distintos poderes com as pautas definidas junto ao movimento LGBT, o fato é que políticas efetivas e de maior alcance foram irrisórias. O que fica presente nas entrevistas é um balanço centrado na participação e na decorrente visibilidade, materializados em programas, projetos e eventos participativos. Os pontos considerados problemáticos inserem-se nesta totalidade como parte menor, determinada pelo papel do “adversário”, identificado com o segmento religioso.

8.2 ESTRUTURA DE PARTICIPAÇÃO: FUNÇÕES HEGEMÔNICAS

A estrutura institucional criada pelo governo para dar conta da participação do movimento LGBT é decisiva nesta análise. Este é o ponto de mediação central da relação entre sociedade civil e sociedade política. Representa a forma concreta em que se realiza a noção de Estado Ampliado no que tange a hegemonia exercida sobre o movimento LGBT. É também o modo objetivo pelo qual este último insere-se nas relações de poder mais amplas sem romper com sua condição de grupo subalterno.

Embora o foco esteja nos mecanismos participativos propriamente ditos, o CNCD/LGBT e as Conferências Nacionais LGBT, não se pode ignorar a estrutura maior a qual se vinculam, a Coordenação na Promoção de Direitos LGBT e a Secretaria de Direitos Humanos, primeiramente vinculada à Presidência da República e depois tornada Ministério. Além disso, essa estrutura se ramifica para estados e municípios na figura dos Centros de Referência e mesmo de projetos realizados em parceria entre Estado e ONGs do movimento. Embora essa ramificação possa ser caracterizada como capilaridade política, aos moldes de Foucault, ela está conectada e organizada em torno do ponto central da estrutura, a SDH.

A percepção dos entrevistados sobre essa estrutura participativa é decisiva, pois permite compreender os efeitos políticos e ideológicos sobre o grupo subalterno. A avaliação mais emblemática sobre seu papel aponta exatamente para o elemento que se busca analisar:

até a existência do Conselho, eu acho que existia uma influência mais focada em alguns grupos, entidades ou personalidades. A existência do Conselho possibilitou construir-se uma dinâmica voltada a uma mobilização organizada, e onde as diferentes representações do movimento LGBT puderam ter um padrão de relacionamento com o Governo mais equânime, [...] E o Conselho, ele criou uma dinâmica de exigir que todas e todos pudessem ser considerados como agentes políticos (Entrevista com Maria do Rosário, 2016).

Deve-se destacar o papel do Conselho como fator de organização e mobilização, determinando e disciplinando um “padrão de relacionamento com o Governo”. Para facilitar a compreensão desta passagem importa dizer que o movimento LGBT brasileiro não é homogêneo. Existem diversas entidades, nacionais e locais, que organizam e disputam entre si a representação da comunidade. Além disso, há o problema da fragmentação de identidades tomadas como fixas, nos moldes do que problematizou Butler (2013). Alguns grupos e/ou redes buscam organizar e representar toda a comunidade enquanto que outros se

circunscrevem a segmentos identitários mais específicos (lésbicas, travestis e transexuais etc.). Os conflitos e disputas geralmente ocorrem na busca por recursos materiais e simbólicos resultantes tanto da participação nas estruturas analisadas quanto na realização de projetos, convênios e parcerias com o poder público ou entidades privadas para atender demandas específicas da população LGBT. Uma vez que a participação está organizada em função de tais identidades, o papel do Estado ao convocar o movimento para os espaços participativos termina por reforçar o caráter fixo das identidades e as contradições que daí derivam.

Tais conflitos, que já existiam antes, ganharam importância maior quando o presidente Lula assumiu o governo. A composição das vagas no CNCD/LGBT gerou frequentes tensões entre os representantes da sociedade civil. A ação da Coordenação LGBT da SDH e da presidência do Conselho buscou arbitrar e equalizar os atritos em seu interior e incidir na composição e na representação⁷⁵ do órgão.

Isso por um lado foi muito negativo, foi uma situação que eu vivi durante vários períodos de uma tensão permanente, uma preocupação que eu cedesse, que eu... não deixasse que as coisas seguissem daquela forma mais transparentes, mais republicanas, mas, por outro lado, me aproximou de outras entidades, que estavam à margem, a Liga Brasileira de Lésbicas, as redes de travestis e transexuais, a Rede Trans, a Antra, a ArtGay foi criada durante esse processo. Tinham várias pessoas desgostosas com a postura da ABGLT e as pessoas acabaram formando a ArtGay. Então teve acumulado, toda essa tensão no momento que eu estive na Secretaria, mas, ao mesmo tempo, teve o lado bom, positivo que foi que o movimento cresceu, acho que assim, está mais diversificado e representativo. [...] essa ação pra que a gente tivesse mais igualdade na relação com as entidades, isso possibilitou que essas entidades crescessem e florescessem, e trouxessem essa diversidade do movimento que viesse à tona de forma organizativa (Entrevista com Gustavo Bernardes, 2016).

A citação mostra o papel que a Coordenadoria LGBT da SDH cumpriu junto ao Conselho. Mas mais do que isso, aponta para um tipo de relação, entre o Conselho e a estrutura maior em que ele se insere, na qual a Coordenadoria deve zelar pela transparência e o republicanismo do espaço. Do mesmo modo, sua atuação junto ao Conselho é vista como benéfica não só para este, mas para o próprio movimento LGBT, uma vez que isso permitiu que as entidades representativas “crescessem e florescessem”. O discurso sugere um papel próximo ao de tutela, no qual a Coordenadoria deve equilibrar e regular o CNCD/LGBT.

⁷⁵ O ponto mais problemático, identificado em várias entrevistas, foi o fato de a ABGLT possuir inicialmente direito a três vagas no Conselho, sendo que ao longo do tempo e por meio de crises e disputas a entidade ficou com direito a apenas uma vaga. A Associação Nacional de Travestis e Transexuais – Antra – iniciou com representação em duas cadeiras e no mesmo processo ficou reduzida uma.

Neste marco, o Conselho é tratado como espaço de organização e articulação para o próprio movimento:

Hoje eles têm um espaço pra eles dialogarem entre eles, a reunião do Conselho permite que eles façam articulações entre eles. Porque eles reúnem diversas frentes, eles podem se organizar pra ações em conjunto, a gente sempre estimulou isso pra que eles articulassem ações deles, que eles tivessem momentos para se articular juntos, pra dialogar, pra se organizar. Então a gente sempre estimulou isso, inclusive essa articulação. E acho que o Conselho permite isso, permite que esse diálogo aconteça, e com o Governo também *né*, permite o diálogo com o Governo, permite que eles façam articulações com o Governo (Entrevista com Gustavo Bernardes, 2016).

O Conselho, então, é encarado como espaço organizador do movimento, sob os estímulos da gestão. Assim, um espaço institucional passa a ser fomentado como instância para as diferentes entidades do movimento LGBT e da sociedade civil articularem-se, contudo, sob certa tutela da Coordenadoria, que zela pelo seu funcionamento e equilíbrio.

As conferências, por sua vez, também desempenharam papel central nesta relação. As entrevistas apontam para as diferentes funções desempenhadas por estes espaços: “a Conferência, ela estruturou a pauta, por isso ela foi importante. Ela fez o desdobramento do PNH e estruturou a pauta” (Entrevista com Maria do Rosário, 2016).

Uma fala emblemática deve ser analisada:

Eu acho que elas são fundamentais, elas estruturam [...] e quando tu cria a conferência, por exemplo, tu impõe uma agenda de mobilização ao movimento, só que aquele movimento que já tem uma tradição maior de organização, de atuação, de construção de unidade nas suas pautas, ele tem um resultado maior do que aquele que não tem uma tradição de construção, organização e unidade nas suas bandeiras. Eu digo isso também de olho, a minha impressão é que os movimentos que foram estimulados a se organizar pelas conferências, pelos processos de organização criados pelo Lula, eles têm resultados diferentes na participação de políticas públicas a partir dos resultados da sua capacidade de organização prévia (Entrevista com Manuela D’Ávila, 2016).

O centro da avaliação da deputada Manuela D’Ávila reforça a fala da ex-ministra, de que as conferências estruturam o movimento e suas pautas. Além disso, a entrevistada menciona que o governo Lula desempenhou um papel ativo na relação com os movimentos sociais. Estes foram estimulados a se organizar a partir das conferências, uma vez que

“quando tu cria a conferência, por exemplo, tu impõe uma agenda de mobilização ao movimento”. O argumento permite concluir que as políticas participativas definiram as pautas de mobilização do movimento, servindo de fator estruturador e estímulo externo à sua organização e ação. Isso permite afirmar que o governo, por meio desta estrutura participativa, consegue incidir sobre a atuação do grupo subalterno, desde suas elaborações políticas em termos de pautas, demandas e bandeiras, até sua ação prática, a participação efetiva e a mobilização. Nessa relação o poder revela seu caráter produtivo.

Outro aspecto interessante é que essa estrutura participativa é compreendida como ponto de expansão para os estados. O orçamento que a Coordenadoria e o Conselho contaram, segundo Bernardes, esteve na ordem de 2 milhões de reais por ano em média. Contudo, em diversos momentos se recorreu às emendas parlamentares para ampliar os recursos, sendo que, segundo o entrevistado:

No último ano, de 2013 pra 2014, nós fizemos, quando eu estava presidente do Conselho, um mutirão de conselheiros no Congresso Nacional, durante o período da discussão do orçamento. E nós passamos de gabinete a gabinete pedindo dinheiro, nós conseguimos, além dos dois milhões que a gente já tinha no nosso orçamento, nós conseguimos mais dois milhões e quinhentos mil de emendas. Não quer dizer que essas emendas foram liberadas, eu não sei, porque saí em 2014 (Entrevista com Gustavo Bernardes, 2016).

O uso destes recursos foi feito “Majoritariamente financiando projetos de Centros de Referência, ou de formação de Educação em Direitos Humanos, coisas, projetos desse nível.” (Entrevista com Gustavo Bernardes, 2016). Vale destacar que, de acordo com Maria do Rosário, foram criados Centros de Referência em todas as capitais, com exceção do estado de Santa Catarina, onde se optou pela criação na cidade de Chapecó, junto a Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS –, em função de um dramático caso de homofobia ocorrido na cidade. Ainda assim, de acordo com a ex-ministra, a ação desta estrutura “não pode ser destacada por recursos orçamentários, mas pela capacidade de articulação política sim.”.

Estas informações, portanto, sugerem que parte importante da atuação da Coordenação LGBT da SDH e também do CNCD/LGBT, incluindo aí o uso majoritário de recursos, foi feita em função da expansão da estrutura de atendimento as demandas da comunidade LGBT, por meio dos Centros de Referência, e de projetos de formação.

Este dado é importante se considerado o fato de que tais estruturas incorporam quadros e lideranças do movimento em sua administração, bem como os projetos. Tal como

ressaltou Juliana Souza, eles geram ciclos de atividade junto aos grupos institucionalizados, movimentando as organizações⁷⁶. Assim, isso sugere que a atividade e os recursos oriundos do topo da estrutura em Brasília, ao fim, produzem uma dinâmica na qual grupos e organizações vão sendo mobilizados desde o Estado e ativistas e intelectuais do movimento vão sendo assimilados neste processo pelas estruturas criadas. Produz-se, portanto, uma rede de aparelhos articulada desde a coordenação LGBT da SDH que movimenta organizações e lideranças e atua particularmente na formação, ou seja, na dimensão ideológica⁷⁷.

8.2.1 Função de contenção de conflitos

Os espaços de participação não estiveram isentos de conflitos e contradições. Uma vez que, para além da visibilidade e da participação como fim em si mesma, muito pouco foi efetivamente realizado, isso gerou atritos entre representantes do movimento e do governo. O caso mais emblemático, como apontado por todos os entrevistados, foi o do Kit Escola Sem Homofobia, embora os problemas não tenham se resumido a este episódio. Diante disso, uma das preocupações desta análise é a de compreender como tais atritos foram processados no interior destes espaços, de modo a precisar sua função.

Dada a natureza desta estrutura, enquanto instituições criadas pelo governo, e sua composição, com representantes do governo e representantes da sociedade civil, os espaços de participação atuaram como esferas de contenção de conflitos. Assim, quando não conseguiram gerar diretamente o compromisso entre movimento e governo, cumpriram a função de neutralização de atritos e manutenção do consenso.

⁷⁶Em resposta à solicitação feita junto Serviço de Informação ao Cidadão – SIC – sobre recursos da SDH destinados à ABGLT e ao Grupo Dignidade antes da criação do CNCD/LGBT foram repassados os seguintes dados reproduzidos na íntegra: “Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - ABGLT Convênio nº 48/ ano 2006? - Cidadania GLBT e Vitimização Homofóbica? Paradas do Orgulho GLBT de Natal, Porto Alegre e Manaus 2006? - R\$ 131.420,00 Resposta: Convênio nº 069/ano 2006 - ?II Congresso da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros - ABGLT? - R\$ 159.789,00 Convênio nº 194/ano 2006- SEDH/PR - ?Reunião de Planejamento Estratégico de nova Diretoria da ABGLT? ? R\$ 74.400,00 Grupo Dignidade - Pela Cidadania de Gays, Lésbicas e Trans Convênio no 071 ano/2005 - Centro de Referência de Defesa dos Direitos Humanos de GLBT - R\$ 99.300,00. Protocolo e-SIC 00083.000241/2016-51”.

⁷⁷Certamente a atuação destes Centros de Referência vai muito além disso, uma vez que contam com profissionais de diversas áreas para prestar atendimento jurídico, psicológico e assistencial a vítimas de infrações dos direitos humanos. Contudo, também atuam neste sentido de formação. Mas o centro das ações formativas fica a cargo dos projetos.

a gente tentava, quando o conflito se instalava, já chegar na reunião do Conselho com alguma solução. A gente conversava com o conselheiro, representante daquele Ministério onde estava o conflito, e já procurando uma alternativa ou uma solução pra gente não chegar no Conselho com uma situação incontornável, que saísse alguma moção de repúdio ao governo. A gente enquanto Governo tinha que fazer isso. Então a gente tentava já chegar na reunião do Conselho com uma solução, se nós não conseguíssemos uma solução, nós tentávamos empurrar a pauta pra próxima reunião (Entrevista com Gustavo Bernardes, 2016).

Desta passagem deve-se destacar a centralidade dos papéis dos representantes do Conselho quando se diz que “a gente enquanto governo tinha que fazer isso”. Então, iniciativas para evitar uma “moção de repúdio ao governo”⁷⁸ contemplavam desde conversas anteriores, para se chegar à reunião com soluções já definidas, até “empurrar a pauta pra próxima reunião”.

O episódio do Kit Escola Sem Homofobia, que é apontado como o momento de maior atrito com o governo, e marca o ponto de mudança na dinâmica da relação que vinha sendo construída, é significativo para se compreender o papel desta estrutura.

Nós da Secretaria ficamos numa situação bem complicada, porque nós tínhamos uma boa relação com o movimento, nós tínhamos diálogo com o movimento, e ao mesmo tempo, a gente não tinha espaço do Governo pra ampliar os direitos, pra guiar o que já havia sido feito. Foi mais ou menos como um “cala-te boca”, nós ficamos um tempo sem até retomar as ações, ao mesmo tempo sendo pressionado por dentro do Governo, e por fora, eu sentia pelo menos assim (Entrevista com Gustavo Bernardes, 2016).

O momento da crise colocou os atores da gestão numa posição bastante contraditória. Tendo diálogo com o movimento, mas sem espaço junto ao governo para ampliar direitos, tal como apontado, a declaração da presidenta Dilma⁷⁹ serviu como “cala-te boca”. A partir disso os tensionamentos se aprofundaram e a estrutura de participação teve de atuar como contenção de conflitos:

Então, teve problema na AIDS, com as questões, as campanhas, tudo começou a estourar. E a gente apagando incêndio, tentando achar uma brecha para que a coisa acontecesse, sempre tentando não prejudicar a

⁷⁸A Moção Nº 03 de 09 de julho de 2011 do CNCD/LGBT, publicada alguns dias após o anúncio do recolhimento dos Kits do projeto Escola sem Homofobia, limita-se a reafirmar seu apoio ao projeto. Cf. <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt/mocoes/mocao_003>, Acesso em: 04, set 2015.

⁷⁹Em declaração pública a presidenta afirmou que não era papel do governo fazer propaganda de “opção” sexual, fato que produziu ampla repercussão negativa junto à população LGBT.

política, que a gente não tivesse um... eu acho que a história vai provar, ou se já não está provando, que nunca se deveria ter dialogado com aquele povo (Entrevista com Gustavo Bernardes, 2016).

Após o episódio com o kit, o entrevistado menciona uma sequência de outros eventos que marcam os chamados “recuos” do governo Dilma. O problema da AIDS e das campanhas refere-se a uma campanha de prevenção realizada no carnaval do ano de 2012, na qual uma peça publicitária voltada ao público gay jovem foi retirada por determinação do então ministro da saúde Alexandre Padilha, gerando novas crises com o movimento. Mas o que merece ser destacado é que diante dos problemas gerados a gestão atuou “apagando incêndio”, ou seja, contendo crises de modo a garantir a coesão junto ao governo. A contradição fica mais explícita quando é dito que se buscavam brechas para que “a coisa acontecesse”, ou seja, para que se avançasse nas políticas para LGBTs por um lado, mas “sempre tentando não prejudicar a política” por outro lado. A “política” em questão foi a de diálogo com os fundamentalistas religiosos, “aquele povo”. E na sequência da entrevista é mencionado o fato de que o veto de Dilma ao Kit ocorreu em função da ameaça feita pela bancada evangélica de votar a favor da instalação de CPI contra o então Ministro Chefe da Casa Civil Antônio Palocci.

Diante deste fato, que expôs a contradição entre movimento e governo como resultado do “diálogo” com a bancada evangélica, a estrutura de participação revelou uma de suas características principais, reforçada em outra fala do entrevistado: “nesse caso a gente foi pego de surpresa, não sei se deu tempo pra gente reagir, acho que a gente teve tempo pra amenizar.” Deste modo, pode-se afirmar que uma das funções desta estrutura, ao amenizar insatisfações e conter conflitos foi a de organizar o consenso.

8.2.2 O poder efetivo do Conselho

Um ponto elucidativo sobre o Conselho diz respeito ao seu poder efetivo. Embora seja sabido que o órgão praticamente não possui poder, fato que é apontado e criticado pelos conselheiros representantes da sociedade civil, é o modo como essa ausência de poder é tratada que merece ser analisado. Particularmente diante dos conflitos surgidos, entre conselheiros do movimento e governo, em função da morosidade das políticas públicas para LGBTs, é ressaltada a importância e necessidade do governo.

Bom, a gente tentava ser o mais sincero possível, dizer “olha, assim, a gente tem dificuldade, existe uma homofobia institucional, a gente tentou, tá aqui, olha só, fizemos isso aqui e aqui, mas parou ali”. Às vezes parava num outro Ministério, às vezes parava ali mesmo, então a gente tentava ser o mais transparente possível no Conselho. Procurávamos outra alternativa, outro caminho, mas às vezes se tu não tem um Governo que tenha a disponibilidade para o diálogo, pra construir junto, o Conselho vai ficar a ver navios, o Conselho não vai ter poder (Entrevista com Gustavo Bernardes, 2016).

Sem a disposição de diálogo por parte do governo o Conselho fica “a ver navios”. Essa fala sugere que a atuação e mesmo existência do Conselho só ganha sentido em função da disposição do governo. Isso fica mais bem destacado na seguinte passagem:

DA: E tu acha que houve essa disponibilidade?

GB: Por enquanto, o Conselho tem o poder político, de denunciar, mas internamente, na gestão o Conselho não tem incidência.

DA: Não tem?

GB: Não. Na gestão não tem. O Conselho fazer as coisas acontecerem? Impossível. Se a gestão não quiser, não tiver boa vontade, não sai. (Entrevista com Gustavo Bernardes, 2016).

A passagem é enfática ao dizer que o poder do Conselho está em denunciar, mas não em “fazer as coisas acontecerem”. Assim, “se a gestão não quiser, não tiver boa vontade, não sai”. Embora o Conselho não tenha a função de implementar políticas, mas de auxiliar em sua elaboração e exercer controle social, a relação que se estabelece com o governo é de dependência de sua “boa vontade”. Isso reforça a avaliação de que a inserção dos representantes da população LGBT, como grupo subalterno, ocorre reproduzindo a subalternidade.

8.3 O MOVIMENTO NOS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO

A avaliação acerca da participação do movimento nestes espaços é positiva para todos os entrevistados. Contudo, o que chama a atenção são certos elementos que se associam ao significado da participação em si. Coincidindo com a visão de mundo apresentada pelo Guia de Advocacy e também com alguns fatores analisados antes, percebe-se uma dada concepção adjacente à participação institucional.

é neste espaços que também fazem as conversas, porque foi na conferência Estadual de LGBT que tive contato com o Toni, porque também era uma militância muito eu mesma, eu tinha uma militância anterior ao movimento LGBT institucional que era pela internet [...] Até porque existe esta consciência de que participar institucionalmente contribui para a criação de políticas públicas, a instituição dá uma certa autoridade que o movimento independente não tem (Entrevista com Juliana Souza, 2016).

Referindo-se as conferências a entrevistada afirma que sua militância “institucional” se inicia ali, o que evidencia a função de organização e articulação do espaço. Além disso, é dito também que a participação institucional atribui certa “autoridade”, inclusive contribuindo para a criação de políticas públicas, que o “movimento independente não tem”. Essa fala é significativa por estabelecer uma relação entre autoridade e efetividade (na criação de políticas públicas), institucionalização (possuir CNPJ) e participação em espaços institucionalizados. A visão de mundo que subjaz a tal relação, inclusive em consonância com o Guia de Advocacy, é a de que aquela forma específica de relação com a sociedade política é mais efetiva. O elemento “autoridade” também é importante, pois significa que o reconhecimento da militância LGBT obtido por meio da institucionalidade, reforça o papel de visibilidade atribuído a estes espaços.

Na mesma direção, a fala de outra entrevistada menciona que “em alguns espaços o movimento conseguiu marcar território”, ou como já mencionado, foi importante “o governo trazer o movimento para dentro destes espaços” (Entrevista com Marina Reidel, 2016). A fala de Manuela D’Ávila, por sua vez, afirma que a participação nestes espaços cumpriu a função de “aglutinação e já de resistência”. Já Roselaine Dias afirma que: “no que tange a avaliação desse espaço, o Conselho é fundamental, sem ele a gente não teria um diálogo direto com o Governo, nem tão pouco as cobranças para o Governo.”.

Assim, observa-se que a participação do movimento LGBT e da sociedade civil em tais espaços cumpriu o papel de conceder autoridade, marcar território, garantir o diálogo, aglutinar e resistir. Ou seja, trata-se da visibilidade, da legitimação da pauta e das organizações, da sua organização e articulação. Todos estes elementos são apresentados ao longo dos discursos como consequência da inserção do movimento nesta nova arena política. E mesmo as pressões e reveses oriundos dos setores religiosos devem ser compreendidos como parte da atuação no interior da sociedade política.

Dos elementos considerados problemáticos chama a atenção o problema da legitimidade “técnica” para a participação. Juliana menciona as dificuldades dos representantes em serem reconhecidos como pertencentes aos espaços (particularmente aos outros Conselhos onde a ABGLT possui vagas, como educação, segurança pública etc.), uma vez que estes representantes precisam apresentar-se como “tendo propriedade para fazer aquele debate”. A entrevistada menciona o fato de que “o Toni precisa sempre mencionar que possui mestrado para justificar sua participação em um Conselho de educação”.

Algo muito semelhante é afirmado por Marina Reidel, tratando da atuação do CNCD/LGBT: “Tu pautava as questões, chegava lá na frente, “PUM”, caía, muitas vezes os próprios políticos, deputados, senadores, alegam que nós não tínhamos competência para criar resoluções”⁸⁰.

Toni Reis também mencionou o fato de que os militantes não conheciam as instituições “por dentro”, suas regras e procedimentos, questões orçamentárias e administrativas. Pontuou, por exemplo, a necessidade de se fazer formações sobre orçamento, a elaboração da LOA e do PPA etc.

Estes pontos todos remetem, por um lado, aos problemas identificados pelos entrevistados como oriundos de preconceito que permeia as instituições políticas e seus atores. Por outro lado, são entendidos como decorrentes do não conhecimento das competências necessárias para esta atuação, ponto diversas vezes reforçado pelo Guia de Advocacy. Contudo, as falas parecem preocupar-se não com a dimensão política do problema, mas com sua dimensão técnica, referente aos procedimentos, regras e questões administrativas. Isso desloca o problema para os representantes do movimento, reduzindo a responsabilidade dos atores que são parte da sociedade política. Ao mesmo tempo, sugere que o critério para legitimação da voz dos subalternos é mais técnico do que político.

⁸⁰Neste ponto a competência também é referente ao conflito de poder estabelecido entre o Legislativo e o CNCD/LGBT.

8.3.1 Função de amortecimento

A articulação entre governo, Conselho e conferências é um ponto particular que merece maior detalhamento. A relação de poder descrita anteriormente mostrou que sem a “boa vontade” do governo o Conselho é impotente. Do mesmo modo, os representantes do governo e os gestores buscaram ter uma atuação no sentido de “amenizar” crises e “apagar incêndios”. Dado o fato de que pouco se avançou em termos de políticas efetivas, a não ser a visibilidade e a participação em si mesma, isso implica em potenciais contradições e crises com o movimento LGBT que está do lado de fora do Conselho. As Conferências Nacionais LGBT (incluindo-se aqui as etapas regionais), até mesmo pela função de organização e aglutinação do ativismo, cumpriram o papel de reunir os setores militantes dos quais os representantes que atuam nas estruturas de participação são porta-vozes (não somente os conselheiros que representam o movimento, mas também alguns gestores que, embora ocupem cargos e funções de governo, são ou foram quadros do movimento LGBT). Isso significa que, na relação entre CNCD/LGBT e Conferências LGBT, tais contradições podem expressar-se mais nitidamente. Assim, percebe-se que o Conselho Nacional LGBT situa-se entre o governo e o movimento, ocupando uma posição estratégica para a função de amortecimento de conflitos entre sociedade civil e sociedade política.

A função do Conselho é controle social, ou seja, trazer/cobrar as demandas para que o governo federal cumpra com o seu papel, da mesma forma aqui no estado nós tivemos o Conselho estadual que tem este objetivo. Só que acaba o Conselho nacional sendo um pouco aliado deste governo, para tentar resolver questões que não eram da competência. Por exemplo, a conferência nacional LGBT, quem deveria dar todo o aporte a estrutura deveria ser o governo, só quem fez todas as questões foi o Conselho Nacional, nós que abraçamos a conferência, senão a conferência não sairia, nós que estávamos cobrando o tempo inteiro, entendeu? (Entrevista com Marina Reidel, 2016).

O exemplo mencionado, da organização da Conferência Nacional LGBT, evidencia certa “delegação de função” do governo para o Conselho. De acordo com o que é dito, os conselheiros passam a ser identificados pelos participantes da conferência como os responsáveis pelo processo, o que gerou problemas particulares conforme afirma a entrevistada:

Eu acho que isso não era a função do Conselho, o Conselho, deveria contribuir, ajudar, mas não assumir, tanto é que todos os problemas que

aconteciam na conferência eles recorriam a nós conselheiros, e por outro lado não tinham recursos financeiros para fazer estas demandas (Entrevista com Marina Reidel, 2016).

Assim, identificado como o responsável, mas ao mesmo tempo sem os recursos financeiros para atender as demandas, o Conselho passou a capitalizar o desgaste dos problemas da ação do governo junto ao movimento LGBT. Isso se manifestou ainda nos momentos preparatórios da conferência, em suas etapas estaduais, onde as limitações de recursos e de pessoal repercutiram na própria organização dos eventos e os problemas recaíram sobre os conselheiros:

Tiveram problemas em todos os estados, de conselheiro ficar mal visto, teve um conselheiro que recebeu moção de repúdio, porque ele simplesmente falou o que estava no regimento nacional e entrou no embate com algumas pessoas, então isso é complicado também, você acaba assumindo coisas que deveriam ser da gestão, a gestão deveria acompanhar um pouco mais (Entrevista com Marina Reidel, 2016).

Cabe destacar que a gestão, neste caso, é a Coordenação LGBT da SDH, que é composta por três pessoas. Outra fala elucidativa sobre a relação entre governo, Conselho e conferências é a seguinte:

A partir destas conferências a gente viu muita coisa, o Conselho é mal visto pelo movimento, muito mal visto. Em alguns espaços como chapa branca do governo [...] Então em alguns espaços questionam: ah, mas o Conselho não faz nada, mas você também acaba ficando impotente diante de determinadas coisas, porque quando você leva a pauta para determinados lugares e vê que não tem avanço, aí você recua, aí você vai para o embate? E como? Então é conflituoso isso, claro que tu acaba saindo de lá impotente, às vezes, porque você vê que não aconteceu nada (Entrevista com Marina Reidel, 2016).

Fica evidenciado na fala que o Conselho é “muito mal visto” pelo movimento. Por um lado, identificado como responsável, ele é cobrado pelo ativismo, fato que se manifestou nas atividades preparatórias da conferência. Por outro lado, tais cobranças remetem a responsabilidades pelas quais o Conselho não tem como responder. Isso gera uma carga de conflitos e desgastes que recaem sobre o Conselho. Estando “impotente” diante das cobranças do movimento, ele passa a ser identificado como “chapa branca do governo”.

A função de esfera de contenção de conflitos exercida pelo Conselho ganha outro sentido quando este é confrontado com o movimento LGBT. Para além de amenizar críticas ao governo por parte dos representantes da sociedade civil, o Conselho termina por atuar como depositário das insatisfações e críticas do movimento por ações e demandas que seriam de responsabilidade do governo. Isso permite afirmar que, na relação entre governo e movimento LGBT, o CNCD/LGBT atua de forma a canalizar para si e amortecer choques, desviando as crises do governo numa relação bastante funcional a este.

Mas se alguns conselheiros acabam sentindo tal pressão, seria conveniente questionar sobre sua atuação dentro do Conselho, remetendo as críticas e cobranças para a esfera e tencionando por respostas. Nesse sentido, as falas da entrevistada também são significativas: “Sim, tu leva para o Conselho, mas daí tu é vista como pessoa não grata, eu já tive vários embates dentro do Conselho”. Se canalizar tais insatisfações produziu estes embates, as críticas mais diretas endereçadas ao Governo Federal geraram fortes reações contrárias dentro do espaço:

E se tu falar qualquer coisa a nível de Governo Federal criticando, caía o mundo, tinham pessoas ali que eram defensoras do governo, tudo bem, você pode ter a sua ideologia, o seu partido, mas você está dentro de um Conselho que também é um órgão de controle social e ele precisa dizer onde o governo está errado, doa a quem doer, então quando eu disse que o governo Dilma para nós não foi um governo favorável... Bom, tinha gente que queria a minha cabeça lá dentro, isso era muito forte. “Mas como que a companheira...”, em primeiro lugar eu não sou tua companheira, sou conselheira! “Como que a companheira vem falar mal do governo?” Não estou falando mal do governo, estou falando mal da política do governo que não está favorecendo os LGBTs em nenhum momento! Antes de todo o “fuzuê”, o que é este Conselho na verdade, continua visto como as pessoas dizem lá fora, chapa branca do governo federal, e eu não compactuo. Eu estou aqui como representante do movimento social, como movimento, e estou aqui para dizer onde é que está errado, onde o governo não está atuando. Ai nossa, caíam de pau em cima de mim. Ai as trans falavam “não, mas a Marina não quis dizer”, e eu dizia “não, eu disse sim”. Eu falei sim, que o governo não fez nada pela população LGBT durante muito tempo, no início até fez mais, mas agora não está fazendo nada, enquanto as bichas continuam morrendo sem nada na rua sem emprego e sem nada. Ai o povo caía de pau em cima de mim, você não podia bater de frente com algumas coisas (Entrevista com Marina Reidel, 2016).

Embora extensa, a citação é enfática e precisa em alguns pontos. O principal é a contradição entre a função de controle social do Conselho e a atuação de alguns representantes de inviabilizar ou neutralizar críticas. Chama a atenção o fato de a entrevistada

destacar sua condição de “representante” em oposição à “companheira”, e reforçar seu papel de “representante do movimento social” para poder fazer suas críticas. A necessidade de reafirmar este papel remete aos conflitos de função gerados pela composição do Conselho, com representantes governamentais e da sociedade civil. Isso, por sua vez, também expressa o papel contraditório do espaço diante do próprio movimento LGBT, ora de representação, ora de “chapa branca do governo”. De todo modo, talvez o mais importante seja a função descrita, uma vez que essas tensões entre conselheiros, geradas pelas demandas e insatisfações colhidas nas conferências, esgotam-se essencialmente dentro do próprio Conselho.

8.4 O CONFLITO DE PAPÉIS

De todos os aspectos analisados até o momento, o que segue é certamente o mais importante. O padrão de relação do movimento LGBT com o Estado a partir dos mecanismos de participação e dos arranjos que o cercam, produz como resultado um nítido problema acerca da posição ocupada por intelectuais oriundos do movimento LGBT. Em alguns momentos, como os de crises e conflitos ocorridos no interior do CNCD/LGBT, alguns recursos particulares são utilizados como forma de neutralização. Assim, geram-se determinados efeitos que se constituem nas bases para o consenso ativo e a adesão das organizações do movimento ao governo.

Numa expressão emblemática, Toni Reis menciona as “confusões” que podem surgir entre os militantes que são “.org” e os que são “.gov”⁸¹. Isso decorre de uma prática realizada pelo governo de posicionar lideranças dos movimentos sociais em postos e funções da gestão.

Agora a relação com o governo é meio complicada, pois o movimento LGBT passa por um problema que eu também identifico no movimento sindical que ao assumir um governo popular e ter este diálogo com os movimentos sociais, algumas pessoas, que eram consideradas como expoentes dentro do movimento social, acabam sendo captadas pelo governo (Entrevista com Juliana Souza, 2016).

A entrevistada, inclusive, faz uma listagem de alguns nomes de lideranças que passaram a atuar em secretarias e outras instâncias. É interessante observar que ela atribui essa prática ao “governo popular” e isso decorre em função deste “ter este diálogo com os movimentos sociais”. Isso sugere uma característica própria deste governo e associada às práticas de diálogo como algo naturalizado. Mais adiante há uma avaliação dos efeitos disso sobre o movimento:

alguns quadros acabam sendo captados, isso que também desmobiliza o movimento, pois eram pessoas de referência, que tinham destaque no movimento e uma atuação muito forte, claro que por isso são chamadas, por esta atuação que são captadas pelo governo. Isso de certa forma da uma desmobilizada, pois estas pessoas estão no governo, a gente quer bater, mas eram companheiros de luta, entra nestas questões (Entrevista com Juliana Souza, 2016).

⁸¹ A referência são as extensões de e-mails, nas quais “.org” se refere às organizações da sociedade civil e “.gov”, ao governo.

Pode-se perceber que o critério para as pessoas serem “captadas” é terem “destaque” e “atuação forte”. Esse critério é apresentado como fator que legitima sua passagem de “.org” para “.gov”. Contudo, merece referência o problema de isso gerar desmobilização e encerrar a contradição, central para a compreensão deste processo, de o movimento ter que “bater” nas pessoas que são identificadas como os “companheiros de luta”. A ambiguidade de papéis, portanto, produz constrangimentos que dificultam a crítica ao governo.

A assimilação de intelectuais do movimento pelo governo a partir dos aparelhos estatais, entretanto, encontra justificativa na própria leitura dos entrevistados:

Não dá para negar que existe a facilidade de colocar certas pautas, pois as pessoas estão internamente lá e existem secretarias estratégicas e estas poucas secretarias que são criadas no âmbito dos direitos humanos, então existem facilidades, claro, mas existem outros problemas por causa desta diferença de instância realmente, quando um é movimento social e o outro governo, até lembro que houve este debate aqui, por que quando um se manifestava o outro falava não seja governista, então você acaba assumindo uma postura, que muitas vezes não é a que você quer, mas que você tem a obrigação por conta do cargo que você tem, claro nós gostaríamos que as pessoas assumissem os espaços no governo e abrissem as portas para o movimento e até criar mecanismos para o movimento participar mais efetivamente. E até criar formas de sustentação do movimento, viabilizar que estas pessoas estejam lá. Por que quem está lá já passou pelas dificuldades de estar dentro do movimento (Entrevista com Juliana Souza, 2016).

A fala expressa algumas contradições. Como justificativa para a mudança de papel é mencionado o fato de se obter mais facilidade em colocar as pautas do movimento, em se ter pessoas próximas e conhecedoras dos problemas da população LGBT em postos estratégicos, e mesmo em se criar formas de sustentação para o movimento (ponto que será abordado logo à frente). Contudo, pela origem, orgânica ao movimento, e pela proximidade e legitimidade junto a este, a entrevistada identifica os conflitos gerados pela ambiguidade de papéis.

De modo mais explícito, a fala de Toni Reis aponta na mesma direção, porém sem identificar nesta ambiguidade algo necessariamente problemático:

O governo puxou os quadros do movimento pra trabalhar lá. E isso é muito importante, pois ele pegou os melhores militantes, os quadros mesmo. Eles não tinham a menor noção de quem a gente é, de como trabalhar com a gente, e hoje eles colocaram lideranças lá que conhecem o movimento e nossas bandeiras. Não só nos órgãos federais, mas também nos estaduais e municipais. E isso resolve outro problema pra gente que é o de recursos mesmo. Por que o pessoal vai trabalhar no governo e recebe salário e a gente

não tem condições de pagar funcionários pra ficar militando no movimento. Então eles atuam no governo e continuam militando no movimento e isso facilita as coisas. Claro que tem o problema de você ser “.gov” e “.org”. Porque aí pode misturar as coisas. Mas eu não vejo tanto problema assim. Tem um monte de gente que é da ABGLT e trabalha no governo. Inclusive isso nos ajuda muito porque assim a gente tem gente lá dentro e sabe quem procurar, abre caminho, passa a conhecer as pessoas certas pra procurar. (Entrevista com Toni Reis, 2016).

Essa passagem expressa com maior precisão o mesmo conteúdo da anterior. São identificadas certas vantagens quando lideranças passam a “trabalhar lá” no governo. Conhecer o movimento e suas “bandeiras” é algo apresentado como vantajoso para o governo, que antes desconhecia os problemas da população LGBT. Mas também é vantajoso para o próprio movimento, que passa a ter “gente lá dentro e sabe quem procurar”. A citação expressa nitidamente a ideia de que tais pessoas podem cumprir função de articular o contato entre sociedade civil e sociedade política.

Há ainda outro ponto que deve ser explorado. A maior parte dos entrevistados em algum momento mencionou o fato de o movimento LGBT não dispor de recursos financeiros. A citação acima identifica este processo de assimilação de lideranças como algo positivo, pois: “resolve outro problema que é o de recurso mesmo”. Toni menciona que isso possibilita que os militantes possam atuar em “tempo integral” quando recebem salários do governo. O mesmo é dito por Juliana quando fala que isso ajuda a “criar formas de sustentação do movimento”. Assim, o movimento passa a ver no Estado uma fonte de financiamento para suas atividades e para seus quadros, ainda que estes passem a pertencer à esfera do “.gov”.

Essa ideia está associada ao próprio entendimento que se tem sobre os movimentos sociais no país. Juliana menciona o fato de a militância LGBT ser de “baixa renda” e não ter condições de contribuir financeiramente com suas organizações. E Gustavo Bernardes, mencionando o problema das diárias e passagens pagas pelo governo aos conselheiros, afirma que: “isso é o reflexo do país em que vivem essas pessoas. Movimento social é muito dependente do Estado”.

Vale observar que a questão é tratada como dado natural, tornando-se senso comum e sendo reproduzida por atores que ocupam diferentes posições. É produzida assim a legitimação desta assimilação de lideranças pelo governo.

eu acho que não tem nenhum tipo militante do PT que vá para o Governo, que não tenha uma passagem pelo movimento social, é muito difícil. Todos

têm uma passagem pelo movimento social, qualquer movimento, de alguma forma milita, a não ser que seja um burocrata de carreira assim, esses realmente até difícil, mas ali na Secretaria de Direitos Humanos, tinha muita gente do movimento trabalhando ali. Tinha relação com o movimento, que estava... porque, quem conhece os Direitos Humanos, é porque está na rua, está no movimento (Entrevista com Gustavo Bernardes, 2016).

Para além desta compreensão, chama muito a atenção o fato de a justificativa para as lideranças passarem a “trabalhar lá” no governo ser praticamente idêntica as já mencionadas:

Eu acho que facilitava, porque assim, tu sabe, tu consegue te colocar no lugar do outro, sabe das dificuldades que o movimento enfrenta, e acho que das muitas coisas que conseguimos facilitar lá e resolver, foi em razão da gente conseguir se colocar no lugar (Entrevista com Gustavo Bernardes, 2016).

A capacidade de “se colocar no lugar do outro” é tratada no sentido de conhecer os problemas do movimento, suas pautas e suas “bandeiras”. Do mesmo modo, o entrevistado atribui parte da solução para a crise gerada pelo episódio do Kit Escola Sem Homofobia ao fato de que muitos gestores no governo eram oriundos do movimento LGBT.

Pode-se perceber, então, que um mesmo discurso se faz presente entre diversos atores e perpassa diferentes instâncias, dando coerência às falas e fornecendo justificativas mais ou menos homogêneas para determinadas práticas. O que Gramsci identifica como “transformismo” é assimilado como fato legítimo e natural nos discursos dos entrevistados.

8.4.1 Transformismo no Conselho

O problema do transformismo pode ser mais bem desenvolvido com base em alguns fatores específicos. As entrevistas forneceram elementos que permitem avançar nesta análise buscando identificar problemas oriundos da relação, particularmente associados à questão financeira.

Ainda sobre as dificuldades de financiamento do movimento e os projetos realizados em parceria e convênio com o governo, Juliana Souza menciona que “é possível perceber que este movimento acaba ficando atrelado ao governo, principalmente às políticas públicas criadas para a saúde LGBT”.

O problema do “atrelamento” apontado pela entrevistada manifestou-se com mais força nos conflitos ocorridos no interior do CNCD/LGBT. Foi mencionado anteriormente que este espaço terminou por cumprir função de amortecimento entre atritos do movimento com o governo e esfera de contenção de conflitos, particularmente entre conselheiros representantes da sociedade civil, do poder governamental e também com a gestão⁸². Para cumprir tais funções, entretanto, deve-se considerar a relação com os recursos disponíveis no Conselho.

Quando outra entrevistada menciona que o Conselho foi alvo de acusações de ser “chapa branca”, ou ainda que levar as insatisfações e críticas do movimento para aquele espaço a tornava “pessoa não grata”, ou mesmo dos problemas gerados por fazer críticas à política do governo para a população LGBT, é possível perceber mais nitidamente seu papel e observar o que está sendo tratado agora. Ainda mencionando estas acusações, foi falado que: “outras pessoas dizem que é composto por pessoas que só querem ter aquilo como emprego, a partir das diárias que tu recebe e tem gente que realmente vive disso, que a gente sabe que vive...” (Entrevista com Marina Reidel, 2016). Avançando na mesma entrevista, e detalhando um pouco mais a questão, a entrevistada afirma que:

Estes dias eu brinquei com a menina da ANTRA, por um lado foi bom que teve o Impeachment que tem gente desesperada que não tem o que fazer, porque antes vivia com as diárias do governo e agora caiu tudo, o próprio Leandro Medeiros⁸³ é uma pessoa que só vivia de diária, tem pessoas que acham que aquilo é um emprego, o Fernando⁸⁴ me disse um dia, “Marina existem pessoas que acham que aquilo é um emprego”. E era mesmo [...] (Entrevista com Marina Reidel, 2016).

Esta citação é importante por apontar nitidamente o problema, já mencionado em outro estudo similar (MACHADO, 2013), do posto de representação como emprego. Quando é mencionado o caso do *impeachment* da presidenta Dilma, é interessante observar que para a entrevistada isso irá gerar um grande problema para alguns militantes que atuam no governo, pois “tem gente desesperada que não tem o que fazer”. Isso sugere que a constituição desta estrutura, marcada pela assimilação de quadros e lideranças do movimento para cargos da

⁸²Há também um conjunto de conflitos entre os próprios conselheiros da sociedade civil, expressando disputas por legitimidade, representação e acima de tudo por vagas no Conselho.

⁸³ Usamos, aqui, o nome Leandro Medeiros, que não é o verdadeiro nome da pessoa citada, para proteger seu anonimato, mas chamou-nos a atenção que seu nome fora citado, pelos mesmos motivos, em outras entrevistas, representando um caso já conhecido pelos principais atores do movimento e dos espaços de participação estudados.

⁸⁴ Outro conselheiro que não estava mais atuando quando das entrevistas.

gestão pública, enquanto momentos de um mesmo processo, tende a deixar tais pessoas dependentes da continuidade ou não do governo.

Contudo, o elemento mais importante é a influência disso sobre o processo decisório e a participação mesma. Na sequência da entrevista o diálogo que segue é elucidativo:

D: E isso influenciava no que as pessoas defendiam lá dentro?

M: Nos seus interesses, né, e para manter esta maneira de...

D: Mas é o que, diária, passagem?

M: Isso, mas tem gente que vive disso, que não tem outro salário e acaba acontecendo isso.

O conteúdo desta fala não é exclusivo desta entrevista. Discutindo sobre a questão da representação e da relação dos conselheiros com suas bases ou organizações pelas quais ocupam a vaga no Conselho, a fala do ex-presidente do órgão e ex-coordenador da Coordenadoria LGBT da SDH deve ser destacada:

Então, continuando a questão do Conselho, a outra questão do Conselho, é a dificuldade da base de cobrar posições dos seus conselheiros. [...] Eu acho que tem muita gente lá se autorrepresentando. Não sei agora porque estou afastado, mas na minha época era assim. As pessoas se autorrepresentavam, não todos, acho que até a ABGLT tinha discussão antes de ir, pra preservar a ABGLT, a Arte Gay também, a LBL também. São redes que tem uma base mais atuante, mas isso depende também muito do conselheiro que vai, e às vezes tem conselheiro que nem quer saber, então tem muita gente preocupada só com a diária (Entrevista com Gustavo Bernardes, 2016).

Indagado sobre se os conselheiros recebiam algum tipo de pagamento por atuarem no Conselho, o entrevistado afirma que não, somente diárias e passagens. Entretanto, ele pondera: “Passagem e diária. Mas isso aí era uma guerra por diária e passagem”.

O mesmo problema é ainda aprofundado em outra entrevista, com João⁸⁵. O entrevistado menciona que diversas viagens foram realizadas em função das atividades do CNCD/LGBT e da Coordenação LGBT da SDH, não só para o interior do Brasil, mas também para outros países (Cuba, Suíça, Bélgica, Suécia e Espanha), e aponta sua relação com os conflitos e decisões internas:

⁸⁵ João é um nome fictício criado para preservar o anonimato de uma das pessoas entrevistadas que solicitou não ser exposta em virtude de possíveis atritos e desgastes decorrentes das informações fornecidas.

J: Sim, cada viagem era disputadíssima, porque tem muita gente que precisa do dinheiro. Muitas das disputas se resolviam com diária e passagem.

DA: É mesmo?

J: Sim.

DA: Mas que tipo de disputa, por que se já estavam definidas as vagas...?

J: Ah, quem vai no Conselho no Amazonas, entendeu? Quem vai representar o Conselho em Genebra...

DA: Sim, não é as reuniões do Conselho, da atuação pra fora.

J: Até do próprio Estado às vezes. Até no próprio Estado usa isso, “olha então tu falou que preciso do teu voto aqui”, existia muitos casos que era acordado assim, “tu vota aqui, que a gente te envia tua passagem pra Genebra”. Entendeu?

DA: Entendi. E aí se negociava as pautas, as anotações.

J: É, exatamente. É um problema *né*, porque são pessoas assim de nível social que ganham por mês quinhentos reais, seiscentos, oitocentos reais.

DA: Eu sei.

J: Aí o Governo paga isso num dia, por diária. Então uma passagem pra Genebra com diária em euro (Entrevista com João, 2016).

Este trecho da entrevista parece ser o mais importante para este ponto da análise. Além de mencionar a influência dos recursos referentes a diárias e passagens, corroborando o que fora apontado em outras entrevistas, ele menciona explicitamente o uso de tais recursos em troca de votos. Pode-se observar, portanto, que no interior do Conselho “existia muitos casos que era acordado assim”.

A partir disso, o problema das funções exercidas pelo Conselho, como esfera de contenção de conflitos e ponto de amortecimento entre atritos da comunidade LGBT com o governo, pode ser mais bem compreendido. A fala é precisa em destacar que polêmicas de difícil votação foram resolvidas com base em negociação de viagens, “porque tem muita gente que precisa do dinheiro”. Em se tratando do fato de que a fonte do recurso é o próprio Estado, e o espaço no Estado fora criado pelo governo, o peso deste no processo de deliberação torna-se diferenciado. Essa diferença, materializada nos recursos inerentes ao funcionamento e atividades do Conselho, que não raro produziram “uma guerra por diárias e passagens”, deve ser compreendida como fator de organização do consenso ativo dentro do Conselho, reforçando, portanto, a função de aparelho de hegemonia.

Também chama a atenção o fato de, novamente, vir à tona o perfil socioeconômico de lideranças e representantes do movimento LGBT, porém agora com um detalhe importante, o contraponto com as discrepantes condições de atuação no Estado. Se de um lado tem-se o movimento com suas dificuldades financeiras, como apontado por outras entrevistas, e sua militância que no geral não possui uma renda alta, de outro lado, “o governo paga isso num dia por diária”. Merece destaque o detalhe de que “uma passagem pra Genebra com diária em

euro”. É importante dizer que os procedimentos referentes a diárias e passagens custeados pelo Estado são padronizados, incluindo os valores despendidos, e são fiscalizados mediante comprovação, prestação de contas, e todo o processo é publicizado. Não se trata, portanto, de uso indevido do erário público. O que merece ser analisado, como dito, é a discrepância entre as condições de atuação próprias do movimento LGBT e dos movimentos sociais em geral, e as condições de atuação próprias da e na institucionalidade estatal.

Assim, a participação nestes espaços fornece o reconhecimento e a visibilidade para o movimento e suas pautas. Mas também fornece, para quadros e lideranças que ocupam diretamente tais espaços, recursos materiais e simbólicos inerentes a tal estrutura. Não só os ritos, formalidades e simbolismos dos eventos e solenidades de Estado, como parte das atividades realizadas junto à população LGBT (Conferências, audiências, seminários, reuniões com Ministros, com secretários, com Presidentes da República, com juízes e parlamentares etc.), mas também certa “logística” necessária para garantir tais atividades (viagens, diárias, hospedagem em hotéis, transporte – em alguns casos oficial – etc.).

Pode-se perceber um conjunto de elementos que servem de base, material e simbólica, para o transformismo, fornecendo condições para a obtenção de equilíbrios de compromisso entre representantes do movimento e governo. Com base nisso o consenso pode ser articulado.

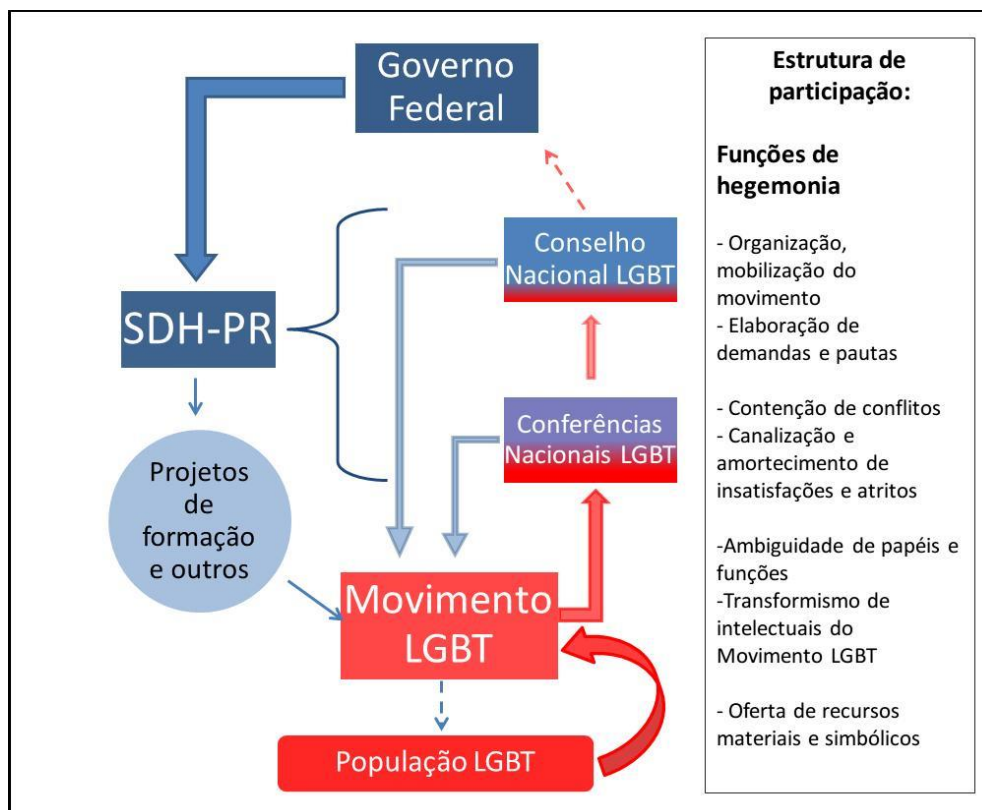
A TÍTULO DE CONCLUSÃO

O problema da relação que o movimento LGBT estabeleceu com o governo sob a mediação do Estado está atravessado por pontos de poder objetivos e subjetivos como evidenciado. A síntese disso parece ser bem resumida no seguinte fragmento, que remete a questão para uma dimensão política mais geral:

É, isso é o reflexo do país que vivem essas pessoas. Movimento social é muito dependente do Estado, muito dependente [...] Sim, isso é muito, existe muito isso, é bem..., como é que tu faz controle social se tu depende do Estado? (Entrevista com Gustavo Bernardes, 2016).

A partir de uma miríade de pequenos pontos particulares, todos interconectados, chega-se então a contradição geral da atuação na estrutura participativa criada pelo governo, que é a relação de dependência do movimento para com o Estado. Essa relação materializa-se sob formas de dependência diretas e indiretas dos quadros e lideranças que representam a comunidade LGBT. Isso é viabilizado pelas funções hegemônicas cumpridas pela estrutura participativa conforme a figura apresentado no Quadro 3.

Sobre as formas diretas, é importante destacar que isso é efeito da estrutura participativa criada para auxiliar na elaboração de políticas públicas para esta população, bem como para acompanhar sua implementação e exercer o controle social. Intelectuais orgânicos do movimento são assimilados pelo grupo hegemônico a partir de arranjos institucionais criados dentro do Estado. Com a finalidade de garantir a representação e a participação da comunidade LGBT na resolução de seus problemas, essa estrutura termina por colocar aos intelectuais do movimento a função de organizar o consenso e a adesão da comunidade junto ao governo, ao mesmo tempo em que formata e padroniza a relação do movimento com o governo e o Estado. Atritos, insatisfações e críticas são canalizados e contidos nestes espaços, inclusive por meio de práticas como as descritas acima.

QUADRO 3 – Estrutura de participação e funções hegemônicas

Fonte: Elaboração própria, 2016.

Sobre as formas indiretas, deve-se dizer que elas ocorrem por meio dos projetos, convênios e parcerias estabelecidos entre Estado e ONGs do movimento. A atuação a partir destes processos gera ciclos de atividade que dão vida interna aos grupos. Se isto já ocorria antes do período analisado, principalmente em função de políticas ligadas à área da saúde, agora ganha nova força e novo conteúdo a partir da incorporação do eixo de ação nos direitos humanos. Este eixo, é importante destacar, conecta-se ao processo anterior e articula-se com o governo desde a estrutura criada, que gravita a SDH, como aparelho que articula as capilaridades que se estendem ao longo da sociedade civil. Ao mesmo tempo é uma das marcas da atuação do governo para os segmentos subalternos, tal como expresso na citação do discurso de posse do Presidente Lula no Guia de Advocacy. Contudo, o elemento distintivo é a produção e difusão de uma visão de mundo que organiza e legitima a participação do movimento em tais espaços.

Embora as respostas às demandas de LGBTs tenham tido falhas, algumas com forte repercussão negativa, os problemas mais visíveis são explicados com base na força e atuação

da bancada religiosa no poder legislativo. O fato a ser destacado é que tais falhas inserem-se no marco da conquista maior, que é a visibilidade. Esta, por sua vez, só pode ser compreendida através da participação.

A política participativa implementada pelo governo, entretanto, é caracterizada pela função de definição de pautas e mobilização do movimento. Os espaços participativos são tomados como função de articulação e organização dos grupos que representam os LGBTs. Resta destacar, ainda, que a ambiguidade de papéis gerada pelo transformismo produz constrangimentos a possíveis críticas que o movimento venha a fazer aos representantes do governo que são oriundos da militância LGBT.

O processo de constituição da população LGBT enquanto sujeito político “para si” sofre a interferência ativa do governo por meio do alargamento da sociedade política. O movimento passa a compreender que sua construção, atuação e legitimação ocorrem no e por meio do Estado. Dado que os espaços institucionais participativos são creditados aos governos em questão, as funções exercidas por esta estrutura terminam por viabilizar a hegemonia do governo sobre o movimento. Portanto, a inserção deste sujeito subalterno na esfera da sociedade política implica, ainda que de modo diferente de outros momentos, na reprodução de sua condição subalterna.

CAPÍTULO IX - A INSTITUCIONALIDADE E SEUS EFEITOS SOBRE O MOVIMENTO LGBT

9.1 ANÁLISE QUANTITATIVA

A última parte da análise empírica abrange as organizações do movimento que compõem a base da ABGLT espalhadas pelo país. Uma vez investigado o aspecto ideológico da relação do sujeito subalterno com a sociedade política e a percepção dos atores chave que ocupam os espaços participativos, agora se busca compreender os efeitos do processo sobre a camada de lideranças e quadros que compõem a organização e o movimento em âmbito nacional.

A parte de análise empírica que segue é de natureza quantitativa. No ano de 2014 ocorreu o V Congresso Nacional da ABGLT, realizado entre os dias 22 a 25 de maio de 2014 na cidade de Niterói, no Rio de Janeiro. A realização do congresso não estava prevista quando do planejamento da tese. A partir da oportunidade surgida tomou-se a iniciativa de fazer uma pesquisa quantitativa com os participantes do evento, uma vez que não havia certeza de um novo congresso do tipo durante o período de realização deste estudo. Do ponto de vista metodológico, seria mais eficaz e seguro realizar esta pesquisa após a pesquisa qualitativa. Isso permitiria a elaboração de um instrumento de coleta de dados mais preciso e adequado à população estudada, captando de modo mais nítido a variabilidade das características dos militantes do movimento LGBT de interesse para esta tese. Contudo, dado o fato de a população que compõe o movimento estar dispersa pelo país, este pareceu ser o momento ideal para encontrar lideranças e representantes das diversas entidades afiliadas reunidos num mesmo espaço. Com base nisso tomou-se a decisão de aproveitar o evento para ir a campo e fazer a coleta de dados.

Como a própria exposição que segue mostrará, foi possível identificar um interessante resultado descritivo, além de um conjunto de relações significativas entre as variáveis, apontando padrões e regularidades que estão em diálogo com as preocupações desta tese. Isso sugere que, mesmo com um número relativamente reduzido de casos e em circunstâncias imprevistas de tempo, o material coletado forneceu subsídios importantes para este estudo.

Estiveram no evento 250 pessoas de todo o país representando as organizações afiliadas a ABGLT. A coleta de dados foi feita com os presentes na plenária final do congresso, onde se realizaram as votações dos encaminhamentos acumulados nos debates que

ocorreram nos dias anteriores. O universo da pesquisa compreendeu militantes que participaram diretamente de debates e decisões referentes à entidade, constituindo não uma amostra representativa da população de militantes da ABGLT, mas antes um senso dos participantes da instância máxima de deliberação da entidade. Considerando o caráter do evento, pode-se afirmar, também, que ele aglutinou quadros, lideranças e representações dos grupos dirigentes das entidades afiliadas por todo o país. Isso faz desta pesquisa uma amostra representativa dos intelectuais do movimento LGBT, ou seja, da camada de seus elementos mais dinâmicos e, portanto, daqueles que tendem a determinar a direção do movimento e da ABGLT. Nesse sentido, os resultados obtidos permitem compreender diretamente o tipo de relação que sua militância possui com o Estado e o Governo Federal.

O instrumento de coleta de dados foi um questionário contendo 38 questões que compõem um total de 136 variáveis de análise, e encontra-se em ANEXO. As variáveis foram selecionadas a partir de questões idênticas as da onda mundial de pesquisa realizada pelo *World Values Survey*, do ano de 2005, e pela pesquisa sobre Homofobia no Brasil, realizada pela Fundação Perseu Abramo em parceria com Fundação Rosa Luxemburgo, no ano de 2008, além de algumas questões de elaboração do próprio autor. Os questionários foram de tipo autoaplicados. Com isso se constituiu um banco de dados com 116 casos, compreendendo todos os presentes na plenária final realizada no último dia do evento⁸⁶. O software utilizado para tabulação e análise de dados foi o SPSS.

A análise realizada a partir desses dados está organizada em diferentes partes. A primeira é uma exposição do perfil sócio demográfico dos entrevistados, de modo a oferecer uma descrição do público participante do evento. A segunda problematiza as relações entre diferentes variáveis do banco de dados, analisadas teoricamente e utilizando técnicas de análise estatísticas tais como cruzamentos de variáveis, análise de correlação e significância e redução de dimensão em fatores. A partir disso, o tratamento dos dados avança com a criação de índices e escalas que permitirão sintetizar informações na forma de dimensões analíticas, como participação, institucionalização, avaliação e horizonte de ação do movimento. Ao fim, a conclusão apresenta a interpretação mais ampla dos resultados obtidos. É importante salientar que o tamanho relativamente reduzido da quantidade de casos não permitiu o uso de técnicas ainda mais sofisticadas, impondo certa limitação às análises do estudo.

⁸⁶ A diferença entre o número de participantes (250 pessoas) e o número de entrevistados (116 pessoas) deve-se ao fato de que na plenária final estavam presentes os delegados com direito a voto. Como no dia seguinte ocorreria atividade de manifestação na cidade do Rio de Janeiro, os observadores e participantes sem direito a voto foram para a capital já no dia anterior.

9.2 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

No ano de 2014 a ABGLT atingiu a marca de 300 organizações afiliadas. A distribuição geográfica dos entrevistados contou a presença de pessoas oriundas de 18 estados da federação mais o Distrito Federal⁸⁷, abarcando as cinco regiões do país. Isso permite afirmar que o evento teve representação nacional.

A descrição do perfil sócio demográfico dos entrevistados apoiou-se em algumas variáveis chave para pesquisas sociais quantitativas⁸⁸ além de uma em particular, que diz respeito a auto definição de identidade de gênero e orientação sexual da população analisada. De acordo com a Tabela 1 observa-se uma distribuição de 13,8% de lésbicas, 65,5% de gays, 4,3% de bissexuais, 6% de travestis, 6,9 % de transexuais e 0,9% de heterossexuais. Chama a atenção a forte presença de gays em detrimento dos demais segmentos da militância.

TABELA 1 - Orientação sexual e identidade de gênero

Como você se define? %	
Lésbica	13,8
Gay	65,5
Bissexual	4,3
Travesti	6
Transexual	6,9
Heterossexual	0,9
NR	2,6
Total	100

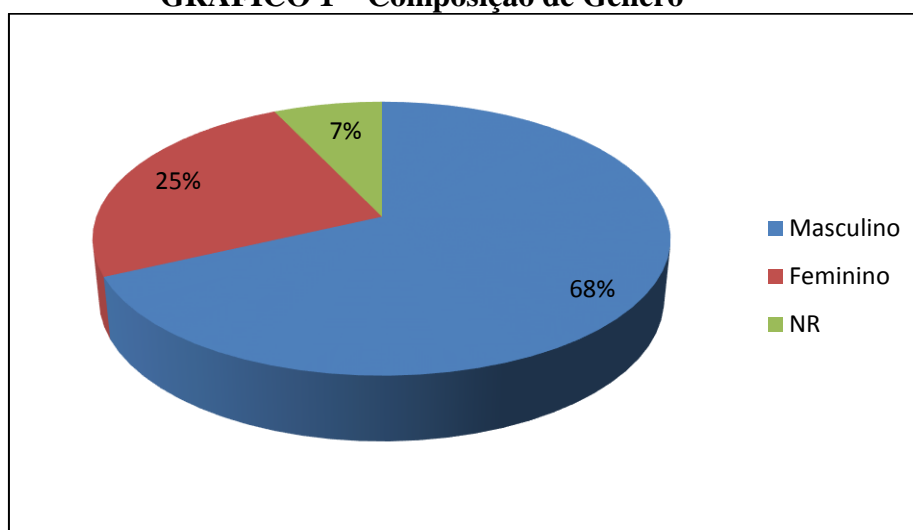
N=116

Fonte: Elaboração própria, 2016.

A composição de gênero dos entrevistados está fortemente marcada por uma maioria masculina, tal como mostra o Gráfico 1.

⁸⁷ São eles: Amazonas, Amapá, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rondônia, Roraima, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo.

⁸⁸Idade, renda e escolaridade.

GRÁFICO 1 – Composição de Gênero

N=116

Fonte: Elaboração própria, 2016.

Sobre a distribuição etária, a média de idade dos participantes é de 32,2 anos, sendo que a moda é de 25 anos, a idade mínima é 16 e a máxima é 77 anos de idade.

Já sobre a situação financeira dos entrevistados 85,3% afirmaram exercer atividade remunerada enquanto que 14,7% não. O valor mínimo da renda encontra-se em R\$400,00 e o máximo em R\$13.000,00, sendo que a média de renda ficou em R\$2.508,39.

Na variável escolaridade a distribuição aponta para uma maioria com ensino superior completo e incompleto, conforme a Tabela 2.

TABELA 2 - Escolaridade

Qual a sua escolaridade? %	
Fundamental Incompleto	1,7
Fundamental Completo	1,7
Médio Incompleto	5,2
Médio Completo	16,4
Superior Incompleto	35,3
Superior Completo	39,7
Total	100

N=116

Fonte: Elaboração própria, 2016.

Na questão 17 foi perguntado se “Você se identifica com algum partido político?”, para a qual as respostas foram de 56% afirmando que Sim e 43,1% afirmando que Não, com 0,9% de casos de Não Sabe ou Não Respondeu. Aos que responderam que se identificam foi perguntado qual partido, em variável aberta, e as respostas são as que seguem na Tabela 3:

TABELA 3 - Identificação partidária

	%
Consulta Popular	4,3
PCdoB	4,3
PSB	1,7
PSDB	1,7
PSOL	4,3
PT	31,0
PV	1,7
Não possui identificação partidária (NSA)	41,4
Não Sabe, Não Respondeu	3,5

N=116

Fonte: Elaboração própria, 2016.

*Os partidos que não atingiram 1% foram PCO, PDT, PR, PRP, PSTU, PSOL/PSTU.

Sobre a identificação partidária a tabela apresentada acima está construída a partir do total das entrevistas, isso significa que os casos onde a questão Não Se Aplica (NSA) estão contabilizados, de modo que os percentuais de resposta de identificação com algum partido político são a partir do todo dos respondentes.

Das respostas o que se percebe é a predominância do PT como referência política, seguido do PCdoB e a corrente política Consulta Popular, que se constitui em um grupamento político impulsionado por movimentos sociais como o MST, estando articulada com o PT. Nesse sentido, é visível a forte presença do campo político que estava no Governo Federal à época.

Pode-se observar que o perfil médio dos entrevistados é relativamente jovem, gay masculino, com escolaridade alta, renda média pouco superior a três salários mínimos e com identificação política dividida entre os que não estão identificados com nenhum partido político e os que estão situados no campo de esquerda dos partidos e organizações da base governista.

9.3 ANÁLISE ESTATÍSTICA

O questionário utilizado conta com baterias de questões sobre diferentes temas que foram agrupadas em alguns eixos para se compreender a relação do movimento com o governo e o Estado. A análise estatística feita considerou três eixos centrais.

O primeiro refere-se à participação política. Foram incluídas questões relativas a formas de participação próprias ao movimento LGBT, além de questões tradicionalmente utilizadas em estudos de cultura política⁸⁹. Também foi incluído neste eixo o contato e proximidade com programas e políticas de governo para a população LGBT, tais como o programa Brasil Sem Homofobia, as Conferências Nacionais LGBT e outros programas ou políticas institucionais como Centros de Referência e Coordenadorias LGBT.

O segundo refere-se à avaliação acerca de avanços ou conquistas de interesse da população LGBT em políticas sociais, visibilidade, leis e direitos e a avaliação do Governo Federal. O escopo de tempo da avaliação foi de 10 anos, o que abrange o ano de lançamento do programa Brasil Sem Homofobia (2004) até o ano de realização da pesquisa (2014).

O terceiro é relativo ao horizonte de ação do movimento, envolvendo questões referentes ao tipo de relação que deve ter com o Governo Federal, com quais aliados deve buscar apoio e quais ações políticas deve realizar.

Os aspectos considerados são os que polarizam internamente estes três eixos. Eles referem-se a uma relação de maior diálogo e parceria com o Estado e o governo num pólo; e maior atrito, firmeza nas exigências e tensionamento no outro pólo, expressando-se em formas de participação mais conflitivas (não convencionais), busca de apoio junto aos movimentos sociais, e avaliações menos positivas de avanços e do próprio Governo Federal.

Os eixos em questão foram a base para se agrupar as variáveis de acordo com as diferentes dimensões que os compõem. Isso foi feito a partir de testes de correlação e análise

⁸⁹ A bateria de questões foi retirada do questionário do WVS da onda de pesquisas de 2005, que tomava questões de participação convencional e não convencional, para as quais foram agregadas a participação em movimento estudantil, movimento LGBT, ONG e Eventos LGBT ligados ao Estado (Conferências, Coordenadorias, Centros de Referência etc.).

fatorial⁹⁰, o que permitiu a posterior criação de índices⁹¹ para mensurar estas dimensões buscando dar ênfase aos aspectos que polarizam internamente os eixos.

Nesse sentido, a exposição que segue detalha como foi realizada a construção dos indicadores empíricos para análise quantitativa da relação do movimento LGBT com o Estado e o governo. Tais indicadores contribuem para a elaboração de modelos de análise e estudos posteriores. Em síntese, a elaboração destes indicadores toma os eixos citados, que se desdobram em distintas dimensões para as quais foram criados os índices, conforme segue.

9.3.1 Eixo 1 – Participação

O eixo referente à participação agrupou nove variáveis e originou três índices que expressam diferentes dimensões ligadas ao tema. A construção destes índices seguiu duas etapas. A primeira corresponde à realização de análise fatorial⁹² que agrupou as variáveis sobre participação em dois fatores: 1 – Participação Institucional LGBT, e 2 – Participação Social Conflitiva. A segunda incorporou variáveis sobre a proximidade com programas e políticas de governo para a população LGBT. Por meio de análise de correlação, percebeu-se que as questões relativas a esta dimensão associavam-se ao Fator 1 – Participação Institucional LGBT, com valores de correlação em média de 0,600 ou mais. Assim, uma nova análise fatorial⁹³ foi realizada agregando as variáveis daquela dimensão às variáveis que compuseram o Fator 1. Isso permitiu incorporar a este fator a variável referente ao contato e participação nas Conferências Nacionais LGBT de 2008 e 2011. Além disso, o procedimento possibilitou a extração do Fator 3 - Proximidade com Programas e Políticas de Governo. Com base nestes fatores foram criados os índices referentes às três dimensões participativas. O Quadro 3 – Índices de Participação – mostra o procedimento descrito acima.

⁹⁰ Como critério padrão utilizado, as variáveis ordinais foram recategorizadas de modo a tornarem-se intervalares. Todas as variáveis com valores de comunalidade abaixo de 0,515 foram excluídas da análise, e o processo foi refeito. O método de rotação utilizado foi o Varimax. Todas as variáveis com valores abaixo de 0,600 na matriz rotacionada foram excluídas, e nova análise foi realizada. Todas as variáveis que tiveram valor acima de 0,600 em um fator e acima de 0,500 em outro fator foram excluídas, e o procedimento foi repetido. A referência para os pontos de corte foi Figueiredo Filho e Silva Junior (2010).

⁹¹ O procedimento utilizado tomou como base o método utilizado por Welzel (2009).

⁹² O teste de Kaiser Meyer Olkin – KMO – resultou em 0,677, com Significância – sig. – de 0,000 e a Variância total explicada em dois componentes foi de 66,314%.

⁹³ KMO: 0,726, Sig.: 0,000, Total de variância explicada: 67,038%.

QUADRO 4 - Índices de participação

Questão/Variáveis	Fatores	Índices
q14) Falando agora sobre participação, você costuma participar de reuniões ou atividades de: ⁹⁴		
- Eventos LGBT ligados ao Estado (conferências, coordenadorias, centros de referência etc.)	Fator 1 – Participação institucional LGBT	Índice de Participação Institucional
- Movimento LGBT		
- ONGs		
q33) Você teve notícias das Conferências Nacionais LGBT de 2008 e 2011? ⁹⁵		
- Movimento estudantil, grêmio, DA ou DCE	Fator 2 – Participação social conflitiva	Índice de Participação Conflitiva
- Ocupações		
- Greves		
q32) Você conhece o programa Brasil Sem Homofobia? ⁹⁶	Fator 3 – Proximidade com programas e políticas de governo	Índice de Proximidade com Políticas de Governo
q34) Você conhece alguma instituição ou programa do Estado voltado para o público LGBT em âmbito municipal, estadual ou nacional (coordenadoria, centro de referência e atendimento etc.)? ⁹⁷		

Fonte: Elaboração própria, 2016.

Os índices possuem valores distribuídos de 0 a 1, onde o aumento da participação é representado por valores próximos a 1 e o 0 corresponde a não participação. Dado que as variáveis eram de tipo ordinal foi necessário convertê-las para escalar ou intervalar. Sua criação foi feita por meio de média aritmética das variáveis agrupadas nos fatores. O resultado chama a atenção por agrupar as variáveis, com correlação e significância estatísticas suficientes, dentro de certa lógica teórica, conforme segue:

– **Índice de Participação Institucional.** Este índice corresponde à atuação dos entrevistados no movimento LGBT institucionalizado, incluindo-se aí eventos participativos organizados pelo Estado, como as Conferências. Ao agrupar variáveis que apontam para participação em organizações próprias do movimento juntamente com a participação em

⁹⁴As alternativas de resposta são: 1-Sim, frequentemente; 2-Sim, raramente; 3-Não participo.

⁹⁵As alternativas de resposta são: 1-Conheço e participei (em nível local, estadual ou nacional); 2-Conheço, mas não participei; 3-Ouvi falar; e 4-Não conheço.

⁹⁶As alternativas de resposta são: 1-Conheço; 2-Já ouvi falar; e 3-Não conheço.

⁹⁷As alternativas de resposta são: 1-Conheço e tive contato; 2-Conheço, mas nunca tive contato; 3-Ouvi falar; e 4-Não conheço.

eventos institucionais, o índice reforça uma das características analisadas anteriormente, de que a organização mesma do movimento LGBT sofre forte influência da iniciativa governamental mediada por espaços participativos estatais.

– **Índice de Participação Conflitiva.** Este indicador corresponde à atuação em atividades que se caracterizam por certa conflitualidade, o que marca uma relação com a sociedade política diferente da anterior, pautada pelo atrito que, como afirma o Guia de Advocacy analisado anteriormente, não corresponde ao tipo de relação que se deve buscar.

– **Índice de Proximidade com Políticas de Governo.** Este indicador, por sua vez, aproxima variáveis que apontam para o contato e a proximidade com programas e políticas institucionais de governo para a população LGBT. Chama a atenção que a criação dos Centros de Referência foi prevista pelo programa Brasil Sem Homofobia, o que dá um forte sentido teórico para esta associação estatística.

9.3.2 Eixo 2 – Avaliação

O eixo referente à avaliação foi trabalhado em dois momentos distintos. Uma primeira análise fatorial foi realizada buscando-se níveis mais altos de correlação. Com as variáveis que foram excluídas do processo foi realizada uma nova fatorial, que forneceu níveis suficientes de correlação. O resultado da análise fatorial⁹⁸ permitiu a extração de dois fatores, que originaram dois índices: o Índice Avaliativo de Interlocução com o Governo e o Índice Avaliativo de Políticas Sociais.

No segundo momento outra análise fatorial foi realizada com novas variáveis de avaliação. O resultado desta fatorial⁹⁹ produziu mais dois fatores que originaram outros dois índices de avaliação: o Índice Avaliativo de Governo e Direitos e o Índice Avaliativo de Respeito e Visibilidade. O procedimento realizado está resumido no Quadro 4 – Índices de Avaliação, conforme segue:

⁹⁸ KMO: 0,654, Sig.: 0,000; Total da variância explicada: 69,374%.

⁹⁹ KMO: 0,583, Sig.: 0,000, total de variância explica: 67,236%

QUADRO 5 - Índices de avaliação

Questão/Variáveis	Índices
q28) Você acha que nos últimos 10 anos os LGBTs conseguiram avanços em: ¹⁰⁰	
- Organização do movimento LGBT	Índice Avaliativo de Interlocução com o Governo
- Diálogo com o governo	
- Segurança e proteção policial	Índice Avaliativo de Políticas Sociais
- Política de saúde	
- Política de educação	
q31) Avaliação do governo na defesa dos interesses dos LGBTs ¹⁰¹	Índice Avaliativo de Governo e Direitos
- Leis e direitos	
- Respeito na sociedade	Índice Avaliativo de Respeito e Visibilidade
- Visibilidade na mídia	

Fonte: Elaboração do autor, 2016.

É importante destacar que a questão 28 compreende a avaliação do período que vai do lançamento do BSH até a realização do V Congresso da ABGLT, abarcando quase todo o período dos governos analisados. O Eixo de Avaliação foi dividido em quatro índices, cuja elaboração seguiu os mesmos critérios dos anteriores, média aritmética com valores entre 0 e 1. São eles:

– **Índice Avaliativo de Interlocução com o Governo.** Este indicador sugere uma associação na percepção dos entrevistados entre possíveis avanços na organização do movimento e no diálogo com o governo. Isso remete a uma avaliação em termos certa eficácia política do movimento, em capacidade de tornar-se interlocutor do governo.

– **Índice Avaliativo de Políticas Sociais.** Este índice aponta para a avaliação que os entrevistados fazem de avanços ou não nas políticas de segurança, saúde e educação. Sua associação, portanto, permite abarcar três áreas típicas sob o rótulo de políticas sociais.

– **Índice Avaliativo de Governo e Direitos.** Este indicador ganha destaque pela associação que mostra entre a avaliação de conquistas legais e o papel do governo, justamente um ponto que determinou o balanço avaliativo que foi feito do período e do governo na dimensão qualitativa da análise. Assim, na medida em que uma variável tem sua variabilidade associada à outra, isso sugere que o governo é associado a conquistas em termos de direitos legalmente reconhecidos.

¹⁰⁰ As alternativas de resposta são: 1-Muito; 2-Um pouco; e 3-Nenhum.

¹⁰¹ “Sobre o papel do governo federal na defesa dos interesses dos LGBTs você acha que:” 1-O governo fez muitas coisas; 2-O governo fez o que pode; 3-O governo poderia ter feito muito mais; e 4-O governo não fez nada.

– **Índice Avaliativo de Respeito e Visibilidade.** Este índice remete a uma dimensão mais difusa de avanços para a população LGBT. É interessante observar que a visibilidade na mídia se associa ao respeito na sociedade sugerindo, do ponto de vista analítico e teórico, e não só estatístico, uma implicação entre ambas. Ao mesmo tempo, esse é um dos aspectos mais valorizados pelos entrevistados no capítulo anterior, bem como um dos objetivos estratégicos do movimento LGBT desde sua constituição.

9.3.3 Eixo 3 – Horizonte de ação do movimento LGBT

O eixo relativo ao horizonte de ação do movimento LGBT incorporou variáveis referentes às perspectivas de ação e desafios postos para o movimento. Por meio de análise fatorial¹⁰², as variáveis selecionadas formaram quatro fatores a partir dos quais foram elaborados quatro índices conforme mostra o Quadro 5 – Índices de Horizonte de Ação, conforme segue:

QUADRO 6 - Índices de horizonte de ação (HA) do movimento LGBT

Questão/Variáveis ¹⁰³	Índices
q37) Sobre o movimento LGBT organizado e suas possibilidades de ação, você concorda que se deva:	
- Buscar apoio com os sindicatos dos trabalhadores	Índice HA de Apoio dos Movimentos Sociais
- Buscar apoio com o movimento estudantil	
- Buscar apoio com movimento negro e feminista	
- Buscar apoio com os empresários	Índice HA de apoio do Setor privado
- Buscar apoio com donos de serviços LGBTs (bares, baladas, saunas, turismo etc.)	
q36) Sobre a relação do movimento LGBT organizado com o governo federal, você concorda ou discorda das seguintes afirmações:	
- O movimento deve ser mais exigente e firme com o governo	Índice HA de Tensionamento com o Governo
- Buscar ações mais firmes como protestos e passeatas	
- O movimento deve buscar diálogo e ter paciência	Índice HA de Parceria com o Governo
- O movimento deve buscar parceria, apoio e financiamento do governo para agir	

Fonte: Elaboração do autor, 2016.

O procedimento para a criação dos índices foi o mesmo aplicado aos anteriores. É interessante observar que as variáveis agrupadas nestes fatores correspondem a dimensões distintas da perspectiva de ação posta para a militância. Além disso, novamente o tratamento

¹⁰² KMO: 0,661, Sig.: 0,000, total de variância explicada: 76,017%.

¹⁰³ Para todas as variáveis deste quadro, as alternativas de resposta são: 1-Concordo totalmente; 2-Concordo em parte; 3-Discordo em parte; e 4-Discordo totalmente.

estatístico apontou uma relação que expressa forte significado teórico e analítico, conforme mostrado abaixo:

– **Índice HA de Apoio dos Movimento Sociais.** Este indicador aponta para uma dimensão do horizonte de ação do movimento LGBT mais identificada com os atores da sociedade civil. Neste sentido, pode-se dizer que este fator trata de movimentos sociais em geral como campo político no qual o movimento LGBT pode se situar. Isso reflete também uma concepção de ação e apoio mais distanciada da sociedade política.

– **Índice HA de Apoio do Setor Privado.** Este índice agrupou tanto o empresariado em geral quanto os setores associados ao *pinkmarket*, que possui relação com a militância LGBT principalmente a partir dos anos 1990 no Brasil. Este fator remete a uma dimensão do horizonte de ação do movimento que incorpora a iniciativa privada como parceira e financiadora de ações como as paradas do orgulho LGBT e das ONGs. Isso implica numa concepção de atuação menos pautada pelo conflito e a combatividade de um lado, e pela influência de uma lógica de consumo como forma de integração social e reconhecimento, de outro lado.

– **Índice HA de Tensionamento com o Governo.** O indicador revela uma associação entre firmeza e exigência na relação com o Governo Federal e ações de natureza mais contestatória e conflitiva como passeatas e protestos. Isso sugere uma dimensão do horizonte de ação do movimento pautada por maior combatividade e autonomia com relação ao Estado e ao governo, incluindo aí a possibilidade de atritos com este.

– **Índice HA de Parceria com o Governo.** Este índice sugere uma dimensão na qual o governo e o Estado são vistos como possíveis aliados para a ação prática. A relação que se deve estabelecer é a do diálogo e da paciência. Esta dimensão remete a uma concepção de ação na qual o movimento deve estar mais integrado à sociedade política, evitando atritos ou quaisquer ações que possam comprometer o diálogo e a parceria.

9.3.4 Descrição e análise dos Índices

Os índices produzidos a partir da fusão das variáveis apontadas anteriormente agora podem ser mais bem trabalhados. A vantagem de se proceder deste modo é a capacidade de condensar informação preservando sua confiabilidade. No Quadro 6 – Descrição dos Índices, é possível observar os valores da média e da mediana de cada um deles. Para facilitar sua interpretação e também para possibilitar o cruzamento entre estes índices, então variáveis de tipo intervalar, os indicadores foram transformados em variáveis de tipo ordinal. O procedimento foi a divisão da variável em três terços, de 0 até 0,33, deste ponto até 0,66 e deste até 1,0. Os valores de cada faixa foram agrupados e as faixas foram categorizadas como “baixo”, “médio” e “alto” respectivamente. Após isso foi feita uma frequência para cada nova variável referente à recategorização dos índices e o resultado também foi exposto no Quadro 6 conforme segue.

QUADRO 7 - Descrição dos Índices

	Tendência central		Frequência de valores categorizados %		
	Média	Mediana	Alto	Médio	Baixo
Índice de Participação Institucional	0,81	0,92	75,2	19,0	5,7
Índice de Participação Conflitiva	0,38	0,33	19,7	23,9	56,3
Índice de Proximidade com Políticas de Governo	0,83	1,00	76,1	17,4	6,4
Índice Avaliativo Interlocação com o Governo	0,79	0,75	70,0	30,0	-
Índice Avaliativo de Políticas Sociais	0,46	0,50	14,9	66,2	18,9
Índice Avaliativo de Governo e Direitos	0,51	0,42	7,2	88,3	4,5
Índice Avaliativo de Respeito e Visibilidade	0,65	0,50	47,7	47,7	4,5
Índice HA de Apoio dos Movimentos Sociais	0,88	1,00	83,5	13,8	2,8
Índice HA de Apoio do Setor Privado	0,71	0,83	51,4	32,4	16,2
Índice HA de Tensionamento com o Governo	0,92	1,00	88,2	10,9	0,9
Índice HA de Parceria com o Governo	0,70	0,67	46,3	45,4	8,3

Fonte: Elaboração própria, 2016.

É possível observar que os Índices de Participação Institucional e Proximidade com Políticas de Governo possuem médias elevadas (0,81 e 0,83 respectivamente) e sua frequência

nas categorias criadas concentra três quartos (75,2% e 76,1 respectivamente) na primeira, podendo-se afirmar que existe uma alta participação institucional e alta proximidade ou contato com programas e políticas do governo. Já o Índice de Participação Conflitiva possui uma distribuição invertida. A média é de 0,38 e mais da metade dos entrevistados estão concentrados na terceira faixa (56,3%), que corresponde a uma baixa participação social conflitiva.

O eixo avaliativo também não apresenta forte uniformidade entre suas dimensões. O Índice Avaliativo de Interlocução com o Governo possui média de 0,79, e as frequências são de 70% “alto” e 30% “médio” sem pontuar valores em “baixo”. Isso sugere uma avaliação bastante positiva nesta dimensão, o que corrobora a análise qualitativa feita anteriormente em que há forte progresso, no período de 2004 a 2014, na organização e no diálogo com o governo tomados isoladamente. Este resultado também se expressa na avaliação da dimensão de Respeito e Visibilidade. Com valores um pouco menores, a média ficou em 0,65, já a distribuição das frequências deslocou-se um pouco mais ao centro, 47,7% “alto” e 47,7% “médio”, com uma frequência para a categoria “baixo” pouco significativa, 4,5%. Estes valores, juntamente com os da dimensão anterior, reforçam a percepção da militância de que os LGBTs e suas organizações tiveram ganhos de visibilidade e reconhecimento, inclusive por parte do governo, que os reconhece como interlocutores.

As outras duas dimensões do Eixo Avaliativo, que expressam a avaliação de ganhos mais substantivos em termos de políticas sociais, leis e direitos e as associam a avaliação do papel do governo neste período, destoam das dimensões anteriores. Tanto o Índice Avaliativo de Políticas Sociais quanto o Índice Avaliativo de Governo e Direitos estão fortemente concentrados em torno do centro, com médias de 0,46 e 0,51 respectivamente. Também as frequências expressam essa tendência, com 66,% e 88,3% de “médio”, e uma distribuição relativamente parelha dos valores restantes para as categorias de “alto” e “baixo”. Isso permite afirmar que em termos de ganhos mais efetivos a avaliação dos entrevistados muda de direção, esvaziando a categoria “alto” e migrando para ponto médio, refletindo-se na leitura que fazem do próprio governo. É preciso destacar que esses dados também correspondem ao que fora analisado nas entrevistas em profundidade, reforçando a separação entre ganhos de visibilidade reconhecimento das conquistas efetivas.

O eixo de análise acerca do Horizonte de Ação do Movimento LGBT também mostra alguns desequilíbrios entre suas dimensões. Ainda que as médias sejam todas relativamente altas conforme mostra o Quadro 6, é na distribuição das frequências que se percebem as

diferenças. Os Índices de Horizonte de Ação de Apoio aos Movimentos Sociais e Tensionamento com o Governo possuem uma distribuição de frequências muito parecida, com 83,5% e 88,2% de valores altos. Isso sugere certa insatisfação com o governo por um lado, e a valorização dos demais movimentos sociais como potenciais aliados de outro. Os Índices de Apoio do Setor Privado e Parceria com o Governo, por sua vez, mostram nítida diferença dos anteriores. As frequências para valores em “alto” são de 51,4% e 46,3% respectivamente. Se nos valores altos o diálogo e a parceria com o governo têm menos adesão que o apoio do setor privado, nos valores “médio” isso é contrabalançado, com 32,4% e 45,4% respectivamente. As frequências para valores “baixo”, que indicam a não concordância com a busca de apoio no setor privado ou a busca de maior diálogo e parceria com o Governo Federal, ficaram em 16,2% e 8,3. A distância entre ambas permite dizer que a rejeição ao setor privado como aliado é o dobro da rejeição ao governo como parceiro.

Em certa medida, esta diferença nas dimensões que constituem o Horizonte de Ação possui bastante sentido. Ainda que as distribuições não sejam simétricas entre os índices, as tendências que expressam mostram que a busca maior de apoio entre movimentos sociais se reflete na busca menor de apoio junto ao setor privado, ainda que isso não seja algo linear. Do mesmo modo a busca de uma relação de maior exigência, firmeza e tensão com o governo corresponde a certa queda na busca por diálogo e parceria com este.

Para compreender melhor a relação entre estas dimensões, expressas pelos índices elaborados, foi feita uma tabela de correlações sistematizada no Quadro 7 – Correlações dos Índices. Todos os índices foram analisados simultaneamente, e para cada um foi calculado o R de Pearson e seu grau de significância com relação a todos os outros¹⁰⁴. Além de apontar a relação estatística entre os índices, mostrando a força explicativa de um sobre o outro, estes valores também servem para a construção dos Índices Agregados, que foram construídos com base nos índices anteriores. As células grifadas correspondem a faixas cujos valores são maiores que 0,400, depois faixas com valores entre 0,300 e 0,400 e, por fim, faixas com valores que estão entre 0,250¹⁰⁵ e 0,300. Isso foi feito para facilitar a leitura do quadro, mapeando as correlações significativas mais altas.

¹⁰⁴ Para cada índice na linha horizontal, há duas linhas de valores correspondentes. A superior é o R de Pearson e a inferior o valor de significância.

¹⁰⁵ Salvo uma exceção que ficou ligeiramente abaixo deste valor, 0,244.

QUADRO 8 - Correlações dos Índices

Índices	Participação Institucional	Participação Conflitiva	Proximidade com Políticas de Governo	Avaliativo de Interlocação com o Governo	Avaliativo de Políticas Sociais	Avaliativo de Governo e Direitos	Avaliativo de Respeito e Visibilidade	HA de Apoio dos Movimento Sociais	HA de Apoio do Setor Privado	HA de Tensionamento com o Governo	HA de Parceria com o Governo
Participação Institucional	1	,158	,429**	,208*	,195*	-,063	-,045	,031	,104	,326*	-,148
		,122	,000	,036	,049	,530	,652	,756	,293	,001	,135
Participação Conflitiva	,158	1	,140	-,058	-,229*	-,099	-,291**	,081	-,259**	,207*	-,353**
	,122		,164	,563	,020	,319	,003	,419	,008	,036	,000
Proximidade com Políticas de Governo	,429**	,140	1	,033	-,038	-,121	-,019	,180	,112	,244*	-,012
	,000	,164		,738	,701	,220	,845	,063	,249	,011	,901
Avaliativo de Interlocação com o Governo	,208*	-,058	,033	1	,323**	,314**	,352**	,167	,007	,173	,127
	,036	,563	,738		,001	,001	,000	,087	,944	,077	,199
Avaliativo de Políticas Sociais	,195*	-,229*	-,038	,323**	1	,313**	,441**	,013	,035	-,107	,070
	,049	,020	,701	,001		,001	,000	,891	,718	,273	,476
Avaliativo de Governo e Direitos	-,063	-,099	-,121	,314**	,313**	1	,260**	,100	,180	-,193*	,277**
	,530	,319	,220	,001	,001		,006	,303	,062	,046	,004
Avaliativo de Respeito e Visibilidade	-,045	-,291**	-,019	,352**	,441**	,260**	1	,052	,225*	-,171	,114
	,652	,003	,845	,000	,000	,006		,595	,019	,077	,245
HA de Apoio dos Movimento Sociais	,031	,081	,180	,167	,013	,100	,052	1	,138	,302*	,099
	,756	,419	,063	,087	,891	,303	,595		,150	,001	,309
HA de Apoio do Setor Privado	,104	-,259**	,112	,007	,035	,180	,225*	,138	1	,106	,216*
	,293	,008	,249	,944	,718	,062	,019	,150		,268	,025
HA de Tensionamento com o Governo	,326**	,207*	,244*	,173	-,107	-,193*	-,171	,302**	,106	1	-,017
	,001	,036	,011	,077	,273	,046	,077	,001	,268		,864
HA de Parceria com o Governo	-,148	-,353**	-,012	,127	,070	,277**	,114	,099	,216*	-,017	1
	,135	,000	,901	,199	,476	,004	,245	,309	,025	,864	

** A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

* A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

Fonte: Elaboração própria, 2016.

É interessante observar que as correlações de maior valor mostram associação entre o Índice de Participação Institucional e o de Proximidade com Políticas de Governo (0,429). Este valor, portanto, sugere que a participação no movimento LGBT institucionalizado está correlacionada com o maior contato e proximidade com espaços de participação, programas e políticas institucionais que marcam a gestão do Governo Federal para esta população. Se uma variável explica 43% de outra, isso abarca quase metade de lideranças e representantes das organizações que compõem a ABGLT e que tiveram poder de voto em sua instância máxima, o Congresso, incidindo assim sobre o rumo da entidade. É possível então afirmar, como havia sido sugerido antes, que as políticas participativas e programas propostos pelo governo atuam como fator de organização, articulação e mobilização do movimento LGBT. Também chama a atenção que estes dois índices não tiveram correlação com a outra dimensão da participação, expressa no Índice de Participação Conflitiva. Assim, a atuação institucional e a aproximação com os espaços, programas e políticas governamentais excluem uma atuação de caráter mais

contestatória e conflitiva, tal como propõe Guia de Advocacy. Este dado, ainda, sugere a eficácia daquele material em estruturar o padrão de relação do movimento com o Estado.

De outro lado, os dois indicadores analisados também possuem correlação com o Índice de HA de Tensionamento com o Governo (0,326 e 0,244). Ainda que com força explicativa um pouco menor, tais valores indicam que a perspectiva de ações de maior exigência e firmeza com relação ao governo vincula-se à atuação em espaços institucionalizados por meio de organizações também institucionalizadas, canalizando para si aquela perspectiva. Lembrando que isso exclui formas de participação de tipo conflitiva, exigência e firmeza, então, enquadram-se numa lógica de ação que não envolve atritos.

O Eixo Avaliativo também aponta correlações interessantes entre suas dimensões. O Índice de Avaliação de Políticas Sociais possui forte correlação com o Índice de Avaliação de Respeito e Visibilidade (0,441), a mais alta correlação encontrada no Quadro 7. Todos os demais índices apontam correlações superiores a 0,300, salvo o Índice Avaliativo de Governo e Direitos e o Índice Avaliativo de Respeito e Visibilidade, com valor de 0,260. Estes valores permitem afirmar que as diferentes dimensões avaliativas se complementam, estando associadas entre si de modo a compor um eixo global de avaliação.

O Eixo sobre o Horizonte de Ação do Movimento, por sua vez, traz duas correlações interessantes. Os Índices de HA de Apoio aos Movimentos Sociais e de Tensionamento com o Governo possuem correlação de 0,302, a mais alta entre as dimensões do eixo. Tal como sugerido antes, estes dois indicadores juntos apontam para uma concepção de ação que toma como campo principal a sociedade civil, ao mesmo tempo em que aponta para mais firmeza junto à sociedade política. Os outros dois índices não apresentaram correlação entre si ou com aqueles dois primeiros.

Também chama a atenção algumas correlações que se estabeleceram entre dimensões de eixos diferentes. O Índice de Participação Conflitiva mostrou correlacionar-se negativamente com o Índice Avaliativo de Respeito e Visibilidade (-0,291). Isso significa que a variação de um índice implica na variação inversa de outro em quase 30% dos casos, em que a atuação mais conflitiva decorre da avaliação de menos respeito e visibilidade e vice-versa. Com relação ao Índice HA de Apoio do Setor Privado, a correlação também foi negativa (-0,259), o que significa uma variação inversa. Assim, para 26% dos entrevistados, mais participação conflitiva implica em menos busca de apoio no setor privado. Para mais de um quarto das lideranças que compõem a ABGLT e suas afiliadas uma dinâmica contestatória e conflitiva exclui de antemão o setor privado como aliado político, o que demonstra muito

sentido, uma vez que este ator compõe uma perspectiva integracionista do movimento. Por fim, a correlação mais forte e igualmente negativa para esta variável ocorreu com o Índice HA de Parceria com o Governo, -0,353. Isso significa que para mais de um terço dos entrevistados mais participação conflitiva implica em menos diálogo e parceria com o Governo Federal e vice-versa, o que sugere um comportamento político no qual a parceria, o apoio, o diálogo e o financiamento do governo afastam uma atuação combativa e contestatória para uma parcela importante do movimento LGBT. Este dado reforça o que a correlação positiva entre participação institucional e maior exigência e firmeza com o governo haviam sugerido antes, de que o tensionamento e a exigência junto ao governo são canalizados para espaços institucionais, que determinam o campo de ação excluindo de seu interior a lógica de ação conflitiva.

9.3.5 Índices agregados

Com base neste quadro de correlações e na análise feita acima procedeu-se a criação dos índices agregados. O objetivo foi simplificar as dimensões condensando informações sob o critério de haver correlação entre os índices baseados naqueles três eixos. Embora estes tenham sido criados como expressões diferentes de mesmos eixos, a análise do Quadro 7 mostra que em alguns casos não é produtivo unificar todos os índices de um mesmo eixo em um índice agregado próprio ao eixo em questão.

O procedimento estatístico utilizado para a criação dos índices agregados foi o de fusão dos indicadores de cada eixo por média aritmética numa escala de 0 até 1. Os critérios foram a observância de correlação e significado teórico, tal como discutido anteriormente. O resumo das etapas envolvidas na criação destes novos índices encontra-se nos quadros abaixo.

O Índice de Atuação Institucional originou-se da fusão do Índice de Participação Institucional e do Índice de Proximidade com Políticas de Governo, tal como mostra a Quadro 8.

QUADRO 9 - Índice de Atuação Institucional

Índices dos Eixos	Índices Agregados
Índice de Participação Institucional	Índice de Atuação Institucional
Índice de Proximidade com Políticas de Governo	

Fonte: Elaboração do autor, 2016.

O Índice Avaliativo Geral (Quadro 9) foi criado a partir da fusão do Índice Avaliativo de Políticas Sociais, do Índice Avaliativo de Governo e Direitos e do Índice Avaliativo de Respeito e Visibilidade. O Índice Avaliativo Interlocação com o Governo foi excluído, pois diz respeito a uma dimensão mais ligada ao próprio movimento, enquanto que os demais remetem a avaliação direta do Governo Federal, das políticas sociais de Estado, da dimensão de direitos legais e da repercussão destes aspectos no âmbito social mais amplo, como a sensação de respeito e visibilidade.

QUADRO 10 - Índice Avaliativo Geral

Índices dos Eixos	Índices Agregados
Índice Avaliativo de Políticas Sociais	Índice Avaliativo Geral
Índice Avaliativo de Direitos Legais e Governo	
Índice Avaliativo de Respeito e Visibilidade	

Fonte: Elaboração do autor, 2016.

O Índice de Autonomia do Movimento agrupou dimensões que sugerem uma relação de maior firmeza com o Estado, aproximação dos movimentos sociais da sociedade civil e atuação conflitiva, expressos na fusão do Índice HA de Tensionamento com o Governo, do Índice HA de Apoio dos Movimentos Sociais e do Índice de Participação Conflitiva, conforme a Quadro 10. Este indicador sugere uma atuação autônoma com relação ao Estado e ao governo, incorporando métodos de ação não subordinados à lógica da sociedade política e busca de apoio com outros atores da sociedade civil.

QUADRO 11 - Índice de Autonomia do Movimento

Índices dos Eixos	Índices Agregados
Índice HA de Tensionamento com o Governo	Índice de Autonomia do Movimento
Índice HA de Apoio dos Movimentos Sociais	
Índice de Participação Social Conflitiva	

Fonte: Elaboração do autor, 2016.

Também foi criado um novo indicador, a partir do Índice de Participação Conflitiva, cujos valores foram invertidos em função de sua correlação negativa com o Índice HA de Parceria com o Governo. Com base nisso pode-se criar o Índice de Conflito/Parceria com o Governo (Quadro 11), que expressa a relação polarizada entre diálogo e parceria *versus* conflito na ação.

QUADRO 12 - Índice de Conflito/Parceria com o Governo

Índices dos Eixos	Índices Agregados
Índice de Participação Conflitiva (valores invertidos)	Índice de Conflito/Parceria com o Governo
Índice HA de Parceria com o Governo	

Fonte: Elaboração do autor, 2016.

Por fim, foi criado o Índice de Autonomia Parcial do Movimento (Quadro 12). Este indicador reproduz o Índice de Autonomia do Movimento excluindo de sua construção o Índice de Participação Conflitiva. Tal procedimento foi adotado em virtude das correlações observadas no quadro anterior, no qual a dimensão da Participação Conflitiva não estabeleceu correlação com as dimensões que compuseram o Índice de Atuação Institucional. Com isso o indicador retrata uma perspectiva de ação marcada por maior tensionamento e exigência junto ao Governo Federal sem, contudo, adotar métodos de ação conflitivos. Assim, pode-se

proceder análises que isolam aquela dimensão mantendo as demais na construção deste índice.

QUADRO 13 - Índice Autonomia Parcial do Movimento

Índices dos Eixos	Índices Agregados
Índice HA de Tensionamento com o Governo	Índice de Autonomia Parcial do Movimento
Índice HA de Apoio dos Movimentos Sociais	

Fonte: Elaboração do autor, 2016.

Os cinco novos indicadores tem suas médias e medianas expressas no Quadro 13. Também se fez uma categorização de seus valores a partir de sua divisão em três partes simétricas, tal como feito com os índices anteriores.

QUADRO 14 - Descrição dos Índices Agregados

	Tendência central		Frequência de valores categorizados %		
	Média	Mediana	Alto	Médio	Baixo
Índice de Atuação Institucional	0,82	0,90	78,22	19,80	1,98
Índice Avaliativo Geral	0,54	0,50	19,05	73,33	7,62
Índice de Autonomia do Movimento	0,73	0,72	71,26	27,59	1,15
Índice de Conflito/Parceria com o Governo	0,66	0,67	47,47	38,38	14,14
Índice de Autonomia Parcial do Movimento	0,90	0,94	89,91	10,09	-

Fonte: Elaboração própria, 2016.

Com estes dados é possível afirmar que os quadros e lideranças do movimento LGBT presentes do V Congresso da ABGLT possuem altos valores no Índice de Atuação Institucional (78,22%). Isso implica em forte presença em espaços participativos e alto contato com programas e políticas institucionais criados pelo governo. No que tange a Avaliação Geral o perfil aponta para a predominância de valores em “médio” (73,33%), sugerindo certa cautela na leitura de conquistas para a população LGBT.

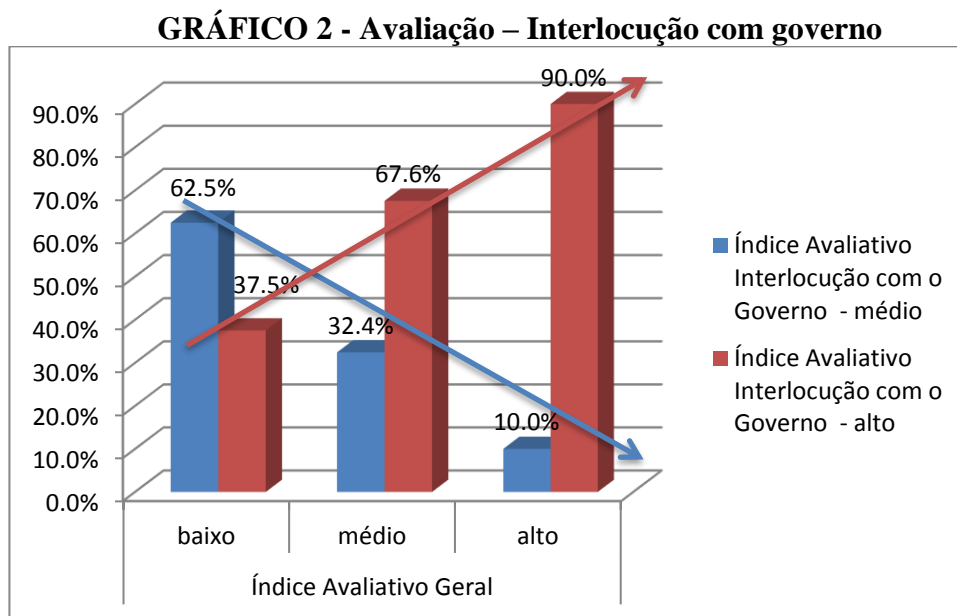
O próximo indicador, Índice de Autonomia do Movimento, mostra um perfil voltado para a busca de apoio de atores da sociedade civil e uma relação de maior tensionamento e exigência junto ao Estado e ao governo. Contudo, a dimensão da participação conflitiva tem relativa incidência, uma vez que foi retirada do índice, a categoria “alto” sofre visível aumento de valor e a categoria “baixo” cai para zero, tal como mostram as frequências do Índice de Autonomia Parcial do Movimento. A relação entre estes dois índices, portanto, sugere certa dissociação entre exigência e firmeza junto ao governo, de um lado, e atuação conflitiva, de outro, o que pode ser explicado pela determinação do campo de ação pela lógica institucional, que é refratária ao conflito direto.

Por fim, o Índice de Conflito/Parceria com o Governo expressa melhor a interpretação acima, ao estabelecer um *continuum* entre participação conflitiva, representado pelos valores próximos a zero ou “baixo”, e busca por diálogo, apoio financeiro e parceria com o governo, expresso pelos valores “alto” ou próximos a 1. Assim, sua distribuição mostra que pouco menos da metade dos entrevistados pontuam em valores “alto” (47,47%), ao passo que os valores “baixo” sobem quando comparados com os dois índices anteriores (14,14%).

Para sintetizar as relações que se pretende explicar foi feito um conjunto de cruzamentos a partir dos índices com valores categorizados, utilizando-se tanto dos referentes aos três eixos analisados quanto dos índices agregados. Também foi realizado o teste de Qui Quadrado para testar a significância da associação e selecionar quais cruzamentos poderiam ser analisados. Ao fim, e com base nestas informações, foram construídos alguns gráficos para melhor visualizar os resultados. Os gráficos distribuem as frequências das categorias “baixo”, “médio” e “alto” de uma variável de acordo com a sua ocorrência nas categorias “baixo”, “médio” e “alto” de outra variável permitindo sua leitura cruzada. Para facilitar a compreensão foram inseridas algumas linhas que expressam a tendência da distribuição dos valores. Tais linhas, contudo, não foram traçadas com base em cálculo de linhas de ajuste, sendo arbitrárias e meramente ilustrativas.

No Gráfico 2 é possível observar que a distribuição das frequências “média” e “alta” do Índice Avaliativo de Interlocação com o Governo evoluem de maneira inversa conforme se distribuem entre as frequências “baixa”, “média” e “alta” do Índice Avaliativo Geral. Isso significa que, conforme a avaliação geral que os entrevistados fazem avança de níveis mais baixos para mais altos, a avaliação da interlocação com o governo também avança. Sua distribuição diminui na categoria “média” e aumenta progressivamente na “alta”

acompanhando a evolução da avaliação geral tal como mostram as duas linhas traçadas para ilustrar as tendências.

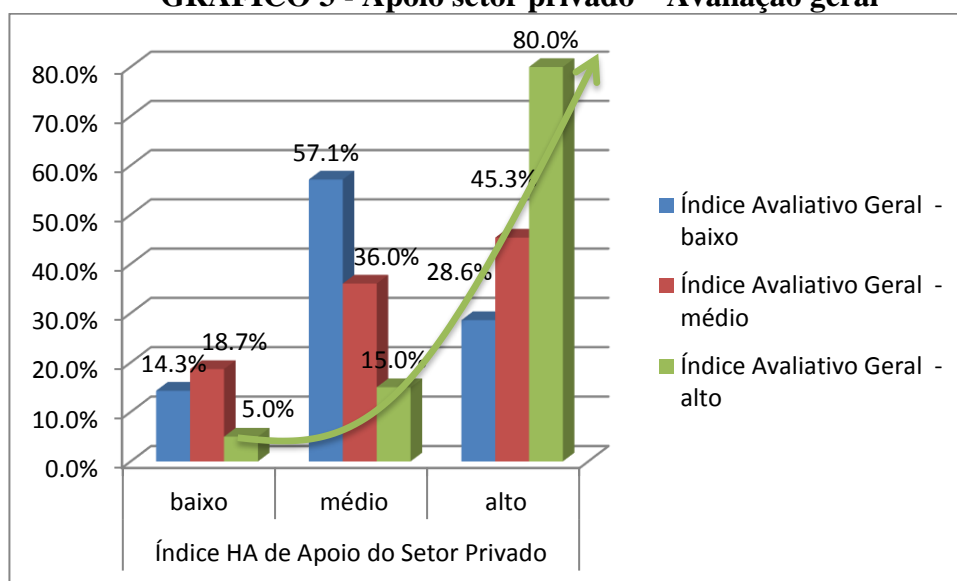


Fonte: Elaboração própria, 2016.

Qui Quadrado: 0,019

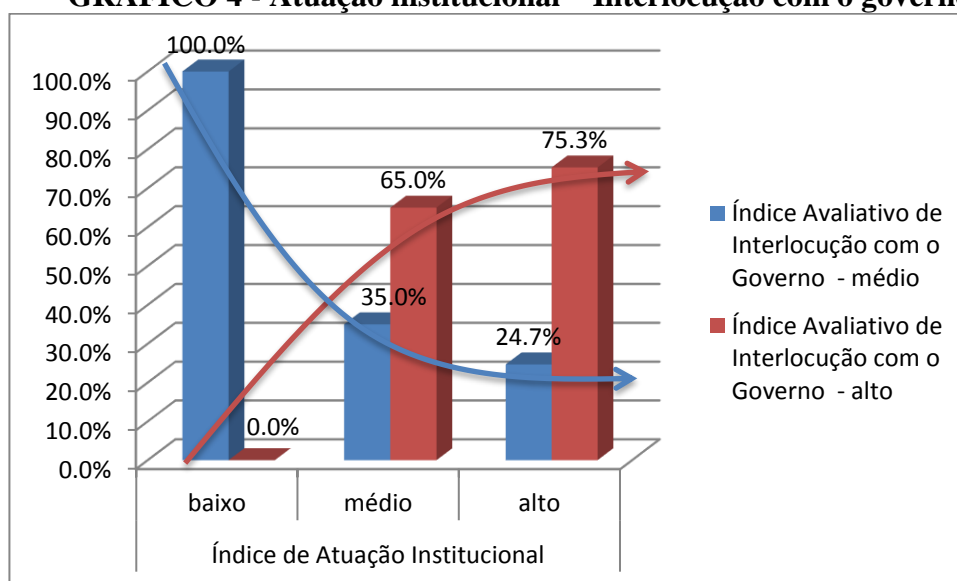
Este gráfico, portanto, mostra que quanto mais positiva a avaliação geral, mais positiva a avaliação acerca de avanços em organização do próprio movimento e de sua interlocução com o governo.

O Gráfico 3 traz a distribuição cruzada das frequências das categorias entre o Índice HA de Apoio do Setor Privado e o Índice Avaliativo Geral. O que chama a atenção é que conforme a busca de apoio junto ao setor privado avança para níveis mais altos a avaliação geral também tende a acompanhar. As frequências da avaliação “média” e “alta” sobem, enquanto que a avaliação “baixa” ou negativa concentra-se no ponto médio do apoio ao setor privado e decai quando aquele avança para “alta”. Pode-se concluir, desse modo, que a tendência a buscar apoio no setor privado vem acompanhada de uma tendência a se fazer uma avaliação mais positiva de ganhos para o movimento LGBT nas dimensões que compõem o Índice Avaliativo Geral.

GRÁFICO 3 - Apoio setor privado – Avaliação geral

Fonte: Elaboração própria, 2016.
Qui Quadrado: 0,045

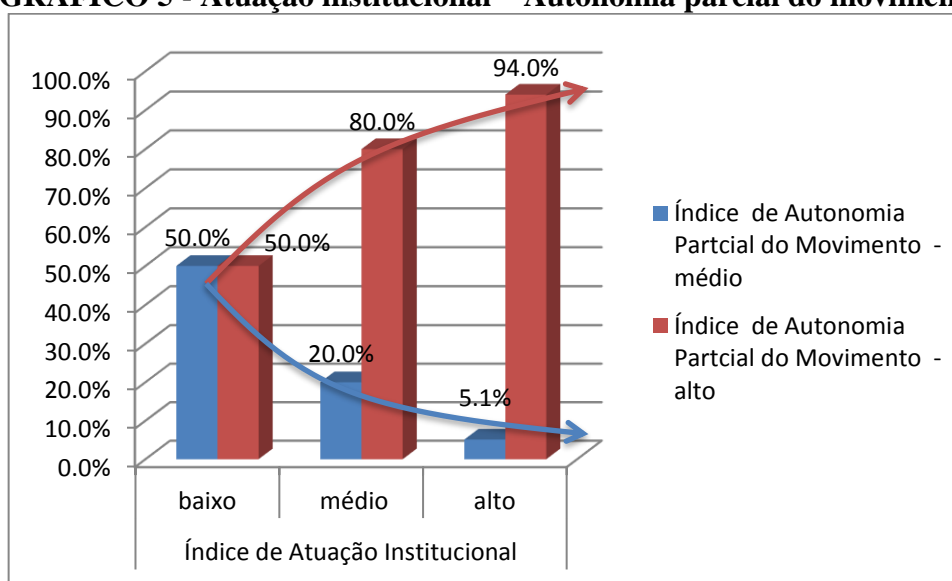
Ao analisar a institucionalização do movimento LGBT e a inserção em espaços participativos e atuação junto a programas e políticas institucionais também se pode constatar uma relação bastante ilustrativa deste processo com a relação à sociedade política. O Gráfico 4 mostra que na medida em que Atuação Institucional se acentua a avaliação de sua Interlocução com o Governo também se eleva. Embora o Índice Avaliativo de Interlocução com o Governo não tenha pontuado na categoria “baixo”, pode-se observar que as frequências de “médio” e “alto” se invertem conforme vão se distribuindo ao longo das frequências do Índice de Atuação Institucional. O que as linhas traçadas expressam é que a avaliação média daquele índice diminui conforme aumenta a avaliação alta acompanhando a tendência neste último índice. Ou seja, quanto mais o movimento LGBT se institucionaliza e adentra espaços e programas institucionais mais tende a fazer uma avaliação positiva de sua própria organização e de sua interlocução com o Governo Federal.

GRÁFICO 4 - Atuação institucional – Interlocução com o governo

Fonte: Elaboração própria, 2016.
Qui Quadrado: 0,050

O Gráfico 5 mostra uma tendência semelhante na distribuição das frequências correspondentes ao Índice de Autonomia Parcial do Movimento. Ainda que não haja pontuação na categoria “baixo”, a distribuição da frequência da categoria “alto” aumenta conforme a Atuação Institucional aumenta, enquanto que a frequência da categoria “médio” retrocede em favor primeira.

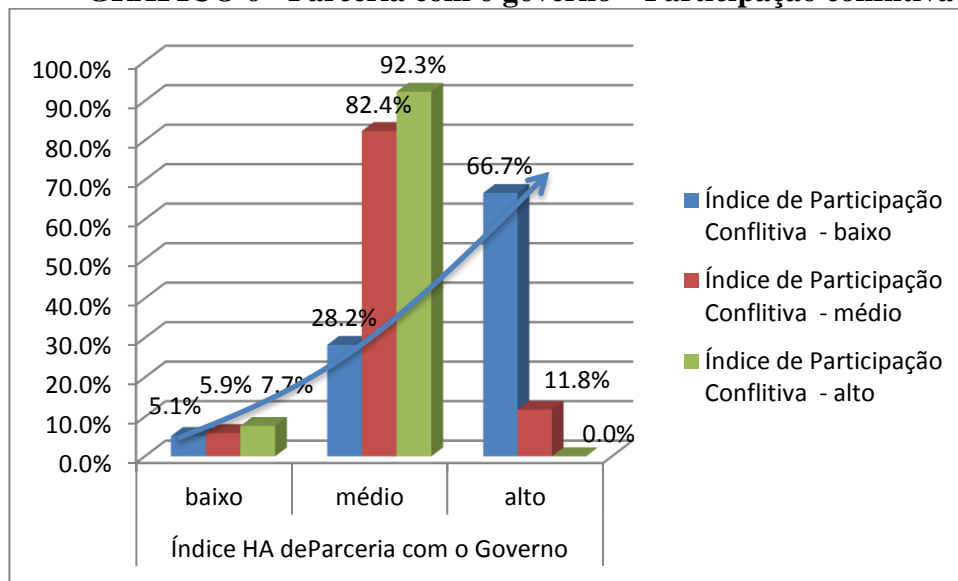
Estes resultados, portanto, permitem constatar uma tendência de que as exigências e mesmo posturas de firmeza e tensão com o governo são canalizadas para a participação institucionalizada, mediada por espaços participativos, políticas e programas criados pelo governo. Embora a variável dependente expresse firmeza e tensão bem como mais exigência, este índice excluiu a dimensão referente à participação conflitiva. É importante destacar este detalhe uma vez que todos os testes estatísticos realizados não mostraram correlação nem significância, ou seja, a canalização de exigências e tensões para a institucionalidade implica na exclusão de formas de ação conflitivas. Isso é relevante para este estudo, pois reforça o argumento de que a inserção do movimento nos quadros da sociedade política tende a delimitar e estruturar seu campo ou horizonte de atuação a partir da lógica daquela.

GRÁFICO 5 - Atuação institucional – Autonomia parcial do movimento

Fonte: Elaboração própria, 2016.

Qui Quadrado: 0,014

O Gráfico 6 mostra outra relação interessante. Embora os valores do Índice de Participação Conflitiva para as categorias “médio” e “alto” concentrem sua distribuição majoritariamente na categoria “médio” do Índice HA de Parceria com o Governo, é a distribuição das frequências da categoria “baixo” que se destaca. De acordo com o Quadro 7 (Correlações dos Índices) a correlação entre os dois índices foi de -0,353, ou seja, correlação negativa. Isso significa uma variação inversa. Assim, a variação da categoria “baixo”, conforme ilustra a linha azul que foi traçada, mostra que quando a participação conflitiva baixa concentra maior frequência a dimensão da busca por parceria, diálogo e apoio do governo é maior. Ou seja, maior busca por parceria com o governo implica em menor participação conflitiva. Isso sugere dimensões relativamente excludentes.

GRÁFICO 6 - Parceria com o governo – Participação conflitiva

Fonte: Elaboração própria, 2016.
 Qui Quadrado: 0,000

A TÍTULO DE CONCLUSÃO

A análise quantitativa evidencia padrões e relações que reforçam as conclusões da parte qualitativa deste estudo. A relação do movimento LGBT com o Governo Federal mediada por políticas, programas e principalmente espaços de caráter participativo reforçam a hegemonia do governo sobre o movimento. Isso se constata na relação entre dimensões relativas à participação, avaliação e ao horizonte de ação do movimento. A análise não apontou uma incidência linear destas dimensões entre si. Ao contrário, e na mesma direção das entrevistas em profundidade, constataram-se contradições que ficaram explicitadas quando parte das dimensões analisadas foram isoladas na construção dos índices.

Desse modo, a camada de intelectuais das organizações que compõem a ABGLT possui forte relação com os espaços, políticas e programas institucionais do Governo Federal. Isso permite dizer que a política participativa do governo foi bem sucedida ao integrar o movimento junto a estes espaços.

Do mesmo modo, esta dimensão mostrou ter relação com a avaliação que o movimento faz de sua própria organização e dos avanços no diálogo com o governo e também com as dimensões avaliativas. Isso evidencia o efeito da institucionalização mediada pelas políticas governamentais.

A análise permitiu perceber que existem insatisfações no interior do movimento com respeito a algumas dimensões avaliativas, particularmente aquelas referentes a ganhos mais efetivos para a população LGBT. Ainda que a percepção em termos de visibilidade e respeito seja bastante positiva, isso não determinou completamente a avaliação do governo, que ficou mediada pela ausência de ganhos efetivos. Desse modo, o movimento passa a adotar uma perspectiva de maior exigência e firmeza com relação ao governo.

A análise mais sofisticada dos dados permitiu perceber que insatisfação e perspectiva de tensão são canalizadas para a participação institucionalizada. Por um lado, isso reforça a eficácia dos espaços e políticas participativos como alternativa para o atendimento das demandas da população LGBT. Ao mesmo tempo, abre maior espaço para a perspectiva do diálogo e da parceria com o governo e mesmo com o setor privado. Por outro lado, e este é o diferencial neste processo, esta alternativa exclui a dimensão conflitiva da ação. Isso sugere que existe certa semelhança entre governo e setor privado na relação com o movimento LGBT, o que possibilitaria introduzir o recorte de classe social e seus efeitos em análises futuras.

Os dados permitem concluir que o processo de institucionalização do movimento LGBT a partir da política de participação implementada pelo Governo Federal tende a incidir no campo das práticas do movimento, organizando e estruturando o seu horizonte de ação de modo a afastar o conflito e subordinar e disciplinar suas práticas às regras e procedimentos próprios da sociedade política. Inclusive isso incide na definição dos atores que podem se tornar possíveis aliados do movimento. A própria dimensão avaliativa tende a sofrer influência do aspecto institucional, associando-se ao diálogo e a parceria com o governo. Do mesmo modo, esta perspectiva de ação exclui o conflito.

Também foi constatada certa tendência de aproximação com atores da sociedade civil, ainda que contraditória com a busca de apoio junto ao setor privado. Mesmo neste caso, em que tal tendência se associa a busca de exigência e firmeza junto ao governo, a dimensão conflitiva também foi excluída. Essa contradição reforça a eficácia da institucionalização como fator que determina a lógica e organização e ação do movimento.

Os resultados mostraram relevante coerência com a visão de mundo apresentada pelo Guia de Advocacy. Isso sugere a eficácia daquele material em sintetizar, sistematizar e difundir tal visão de mundo junto ao movimento, organizando suas práticas e oferecendo um padrão de relação com o Estado e o governo. Ainda que este padrão não seja linearmente incorporado, uma vez que o equilíbrio desta relação exige certas contrapartidas que o movimento não obteve, isso não foi suficiente para romper a relação, mantendo o consenso ativo ou passivo do movimento junto ao governo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gênero e sexualidade, como partes constitutivas da totalidade social, configuram-se como efeitos de relações sociais organizadas e estruturadas a partir de um emaranhado de mecanismos políticos e culturais. Regulando condutas, ações e modos de ser e pensar, estes mecanismos materializam uma dada visão de mundo, tornada senso comum, que emerge sob a aparência de autonomia e naturalidade no terreno cultural. Ao determinar e especificar padrões de normalidade e anormalidade, do que é desejável e indesejável, ela termina por definir um tipo de sexualidade hegemônico, que adota a heterossexualidade reprodutiva como modelo normativo. Conectando-se com demandas de reprodução das relações sociais mais amplas e, por conseguinte, com instituições, dispositivos políticos e discursos, este modelo produz a sujeição dos indivíduos a determinadas identidades no interior de hierarquias em nada contingentes.

A partir da materialidade dos meios com que os ideais normativos de gênero e sexualidade ganham vida por sobre sujeitos sujeitados, englobando diferentes formas de coerção, disciplina e punição, a subalternidade concretiza-se sob o efeito de poderes objetivos e subjetivos. Organizados sob o Estado Ampliado ou Integral, tais poderes, antes de serem tomados em si e por si, estão organicamente articulados na totalidade social.

O confronto com os poderes que materializam a sujeição permitiu a emergência de um grupo social identificado, que passou a organizar-se e produzir uma visão de mundo própria. O processo de “vir a ser” da população sexualmente subalterna enquanto massa “para si” define o movimento LGBT como sujeito político. Mas sua luta contra a subalternidade teve de responder a problemas objetivos determinados historicamente, o que significou enfrentar contradições e dilemas específicos ao longo de sua trajetória.

No Brasil isso se expressou na luta contra a ditadura militar, nas tensões com a esquerda daquela época, nos debates entre desafios imediatos postos aos homossexuais e questões mais amplas que tocavam a classe trabalhadora. O incipiente movimento também teve de responder à epidemia de HIV/AIDS. Lutar por políticas de saúde e encontrar formas organizativas que respondessem à necessidade de diálogo com a esfera estatal e, particularmente, o Ministério da Saúde. Sob certa reorganização da relação entre sociedade e Estado, determinada pelo neoliberalismo, a forma organizativa das ONGs passou a prevalecer, definindo novos modos de relacionar-se com o poder público e também com o setor privado.

Mantendo sempre a estratégia da visibilidade, o grupo subalterno foi progressivamente obtendo voz, mobilizando contingentes cada vez maiores de pessoas e ampliando sua capacidade de incidir na vida pública. O ponto mais alto deste processo coincide com a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A emergência do novo governo marcou a ampliação significativa da sociedade política, a partir de espaços institucionais criados para a participação da sociedade civil. O movimento LGBT, então, foi chamado a atuar em uma nova arena, ainda que sua proximidade com o Estado viesse sendo estreitada há cerca de uma década.

A estrutura criada pelo governo organizou-se em torno da SDH, ramificando-se sob distintas formas até estados e municípios e angariando a colaboração ativa das entidades e lideranças LGBTs. A partir disso, a participação política, concentrada principalmente no CNCD/LGBT e nas Conferências Nacionais LGBT, aprofundou a institucionalização do movimento.

Sob o ponto de vista ideológico, a incorporação do conceito de Advocacy preparou o terreno para a atuação nos espaços institucionais criados. Os projetos e materiais decorrentes destes projetos cumpriram função de sistematizar e difundir uma visão de mundo tornada senso comum entre militantes e lideranças. Sua característica essencial está na concepção de ação não conflitiva. A base para tal concepção decorre do fato de este componente ideológico pensar o movimento LGBT, suas pautas, demandas e perspectivas de ação como função da racionalidade estatal e da busca de legitimidade e reconhecimento a partir de critérios externos ao grupo subalterno e pertinentes aos atores políticos hegemônicos. Ao mesmo tempo, a filosofia adjacente à noção de Advocacy forneceu uma matriz de valor e significado que permite interpretar a nova realidade aberta pela posse do presidente Lula. A definição de aliados e adversários, de táticas e estratégias e do horizonte de ação e de possibilidades postas ao movimento, dentre outros elementos vinculados a sua práxis, podem ser pensados a partir daquela matriz, cujo caráter normativo implícito permite classificar as escolhas como racionais ou irracionais desde uma lógica exterior ao próprio movimento.

Os espaços participativos criados pelo governo, por sua vez, cumpriram função de aparelhos de hegemonia. Além de reforçar o componente ideológico que o movimento incorporou, atuaram no sentido de produzir e organizar o consenso ativo dos intelectuais do movimento LGBT. Uma vez que a hegemonia é caracterizada por uma relação de consenso e não de coerção, certos elementos foram demandados para sua realização.

A visibilidade constituiu-se no traço distintivo da participação. Sendo um dos objetivos mais caros ao grupo subalterno, ela foi identificada com a elevação do movimento à condição de interlocutor de Estado e governo, à realização de atividades, projetos e programas com a colaboração e parceria direta entre lideranças LGBTs e poder público. A própria ritualística e simbolismos que acompanharam a ação participativa no Estado também estão associadas à visibilidade. Uma vez que muito pouco foi obtido em termos de conquistas legais e políticas públicas efetivas, a participação tende a tornar-se um fim em si mesma, o que não diminui seu efeito objetivo e subjetivo como elemento de visibilidade, consolidando-a como fator de equilíbrio de compromisso entre movimento e governo.

Os dados trabalhados neste estudo mostram que o consenso não foi homogêneo, tampouco linear. Diversas crises atravessaram a relação do movimento LGBT com o bloco no poder. Contudo, a função hegemônica da estrutura participativa revelou-se exatamente nestes momentos. Por um lado, tais espaços funcionaram como mecanismos de aglutinação e organização da militância, estruturando pautas e demandas e articulando a agenda do movimento. Por outro lado, e na medida em que algumas expectativas foram frustradas, tais aparelhos canalizaram para dentro de si críticas e insatisfações do ativismo. Desta maneira, atritos e conflitos potenciais foram amortecidos pela estrutura participativa, sendo geralmente contidos e neutralizados em seu interior. Sob a conquista maior da visibilidade por meio da participação as contradições e crises foram diretamente associadas ao chamado fundamentalismo religioso, que cumpriu o papel de capitalizar para si as causas dos problemas mais graves na relação do movimento com o governo.

Mas para além destas características, esta estrutura também viabilizou o transformismo. A partir da assimilação de quadros e lideranças do movimento LGBT para postos e cargos na gestão governamental, a relação do grupo subalterno com o Estado e o governo estreitou-se sobremaneira, produzindo pontos de contato orgânicos e tornando ambíguo o papel de muitos dos intelectuais do movimento. Interpretado como maior reconhecimento, interlocução e visibilidade, este trânsito de atores sobre fronteiras cada vez mais borradas entre sociedade civil e sociedade política reforçou as funções hegemônicas do aparelho institucional participativo.

Como condição para a realização do transformismo, um conjunto de recursos materiais e simbólicos foi mobilizado de modo crescente ao longo do processo, sendo requisito para a adesão ativa dos intelectuais do movimento. Projetos realizados com financiamento público, eventos, parcerias e, particularmente, o modo de funcionamento próprio dos órgãos

participativos, forneceram condições objetivas e subjetivas para angariar a colaboração de representantes LGBTs junto ao governo, principalmente em momentos de crise deste com o movimento. Um dos efeitos mais emblemáticos deste processo é a reprodução da sua dependência do Estado, implicando em constrangimentos a críticas endereçadas ao governo. Isso é consequência direta da identificação deste com a estrutura participativa criada que, por sua vez, é percebida como meio e resultado *do* e para *o* aumento da visibilidade. Assim, o compromisso entre movimento e governo é reforçado.

Sob o aspecto da constituição do movimento LGBT como massa ou sujeito “para si”, o traço mais marcante do modo como a participação ocorre é o fato de o movimento tomar o Estado como *locus* de organização e ação. Sua inserção na sociedade política, sob a forma específica em que ocorreu, portanto, não é a resultante da superação da condição de subalterno, mas antes, é condição para a reprodução mesma da subalternidade. Esta reprodução, por certo, não coloca LGBTs em situação idêntica a que estavam submetidos outrora, contudo, significa sua sujeição a formas de atuação que previamente excluem ou secundarizam as especificidades constitutivas da própria condição de grupo subalterno, aquelas que engendram antagonismos e conflitos. A naturalização de modos de agir e de estar na arena estatal que, de antemão, implicam na recusa daquelas particularidades que expressam e desvelam a subordinação, torna-se requisito para sua participação. Como efeito, a integração a estes espaços ocorre de modo a reduzir ao mínimo possível potenciais desequilíbrios nos arranjos políticos postos, sem maior perturbação das relações de poder dadas.

O processo de institucionalização do movimento LGBT, ainda, estendeu seus efeitos para além da camada de intelectuais que passou a transitar organicamente na sociedade política. Os efeitos ideológicos e práticos do processo repercutiram na militância mais ampla da ABGLT. Os dados quantitativos analisados confirmam tais efeitos ao demonstrar a existência de determinadas relações e tendências no interior do movimento.

Onde a atuação institucional é mais forte ou mais consolidada predomina a lógica de parceria e diálogo com o governo. Mesmo as insatisfações e a vontade de maior firmeza na relação com o poder público são canalizadas para o espaço institucional. Ainda que coexista certa tendência à busca por apoios em outros atores da sociedade civil, em todos os casos o que predomina é a exclusão do conflito como modo de ação. Isso revela a força da lógica e da racionalidade próprias do *modus operandi* da sociedade política em estender-se para a sociedade civil, reforçando o poder explicativo do conceito de Estado Ampliado. Ao mesmo tempo, comprova a eficácia da estrutura participativa como aparelho de hegemonia, que

determina e disciplina o padrão de relacionamento do movimento LGBT com a esfera estatal e o governo.

Os dados também evidenciaram que a atuação institucional do movimento incide sobre seu horizonte de ação. Assim, o campo de possibilidades e de práticas, incluindo não só métodos de ação, mas também o arco de possíveis aliados políticos é, em boa medida, efeito do processo de institucionalização. Em todos os casos, o conflito permanece tendencialmente afastado.

A análise do conjunto dos dados recolhidos revelou significativa coerência entre a dimensão ideológica subjacente ao movimento, a atuação nos espaços participativos, incluindo certa homogeneidade nos discursos dos entrevistados, e as relações e tendências constatadas nas entrevistas com os participantes do V Congresso Nacional da ABGLT. Este fato é de grande importância, pois demonstra que o fenômeno dos efeitos da participação pode ser apreendido em seus diferentes aspectos. Ao mesmo tempo, permite afirmar que a relação entre movimento LGBT e governo, sob a mediação da estrutura participativa criada, viabilizou a hegemonia do bloco governante sobre o sujeito subalterno ao longo do período analisado. O consenso ativo de seus intelectuais e o consenso passivo do movimento foram organizados por meio da participação, cujas instituições em que se concretizou cumpriram função de aparelhos de hegemonia e mecanismos para a realização do transformismo. Não se trata do Estado atuando no sentido de desorganizar diretamente a “turba”, mas sim de organizar os subalternos, desde sua visão de mundo até suas perspectivas de ação, sob um modo particular e não contraditório com o governo e o conjunto da sociedade política.

Por fim, e como conexão com a problemática mais ampla da sexualidade hegemônica, é necessário apontar para algumas características da relação analisada. A mobilização da comunidade LGBT para a participação ocorre por meio de identidades previamente fixadas pelo governo. Tanto a definição de delegados para as Conferências quanto dos representantes para o Conselho Nacional LGBT resultam de uma política de identidades segmentadas. Além do reforço da ideia de essências identitárias, que está na base da participação, essa forma de arregimentar representações implica em maior fragmentação do movimento e deste com outros grupos subalternos. Uma vez que a oferta de recursos tanto materiais quanto simbólicos resultantes do processo participativo é relativamente escassa, e que as demandas de grupos e organizações da sociedade civil é muito grande, isso tende a fomentar a competitividade e mesmo os conflitos entre os segmentos que atuam em nome dos

subalternos. A “pequena política” encontra, assim, terreno fértil para se desenvolver e consolidar, o que reforça a atuação dos grupos na dimensão econômico-corporativa.

Como desdobramento disso, a crítica cultural mais ampla, ou ainda a crítica dos costumes, é afastada do horizonte de ação do movimento LGBT. O questionamento, teórico e prático, do ordenamento cultural e ideológico que estabelece a matriz de sexualidade hegemônica responsável pela subordinação mesma de LGBTs, torna-se impensável e irracional ante a racionalidade engendrada por esta forma de participação. A atuação institucional, portanto, tende a afastar o que se denomina de movimentos *queer*. Isso reforça a cisão entre as mudanças imediatamente possíveis e as transformações mais profundas nas relações sociais e culturais, o que favorece certos antagonismos que já começam a dar sinais de desenvolvimento entre militantes orgânicos do movimento e segmentos do ativismo oriundos do meio acadêmico e/ou *queer*. Em todos os casos, a ideia mesma de emancipação do subalterno apresenta-se como algo cada vez mais distante.

O momento final da realização desta tese foi marcado pela profunda crise política que conduziu ao *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. No período de realização das entrevistas em profundidade o vice-presidente Michel Temer passava ao cargo de presidente interino. Quando da análise dos dados empíricos o Congresso Nacional aprovou a derrubada do governo eleito em 2014. Tais fatos repercutiram diretamente sobre o processo aqui analisado.

A estrutura criada em torno da SDH ficou paralisada e parece estar sendo desmontada. A ABGLT assumiu a posição de não dialogar diretamente com o atual governo, uma vez que não reconhece sua legitimidade. Uma certa crise instaurou-se no interior da organização, uma vez que o ex-dirigente da entidade posicionou-se publicamente pelo diálogo com o atual presidente. A política de ajuste fiscal que está sendo implementada em ritmo acelerado aponta para a redução de gastos sociais, nos quais se incluem verbas referentes aos projetos que o movimento LGBT realiza em parceria com o Estado. Apesar de um forte discurso classificar como “golpista” o movimento que conduziu Michel Temer à presidência, os atores da sociedade civil, como movimentos sociais organizados, sindicatos e o movimento LGBT, parecem demonstrar uma tímida capacidade de resposta por enquanto.

Uma vez que esta crise é demasiado recente e ainda não teve seu desfecho plenamente concluído, por uma questão de cautela optou-se por não inserir os poucos elementos que têm surgido após o *impeachment* como objetos de análise neste trabalho. Embora os recentes desdobramentos relacionem-se diretamente com o problema aqui analisado, é certo que

nenhuma consideração mais séria encontra subsídios suficientes na realidade neste momento. Ainda assim, e sem abster-se de uma tomada de posição, considera-se importante afirmar que o rumo que o país está tomando é motivo de apreensão, particularmente para aqueles que estão engajados na defesa dos direitos de LGBTs e demais segmentos subalternizados na sociedade. A atual maioria no Congresso Nacional possui forte composição ideológica de cunho religioso, moralista e conservador, fator que possibilita potenciais retrocessos para a agenda de movimentos sociais progressistas, particularmente os que constituem as chamadas “minorias”. Embora o cenário seja nebuloso, considera-se necessário reafirmar a adesão e o apoio a todos os segmentos da sociedade civil que defendem os direitos historicamente negados a mulheres, negros, trabalhadores e LGBTs.

A realização desta tese evidenciou alguns aspectos adjacentes ao problema que necessitam de maior aprofundamento, fornecendo elementos para uma agenda de pesquisa sobre o tema. Entre eles pode-se destacar o papel do *pink Market*, ou seja, do setor privado que atua diretamente junto à comunidade LGBT. Além de ser um ator político presente a partir da década de 1990, este segmento é parte do arco de possíveis aliados considerados pelo movimento. Isso traz um conjunto de questões e desafios teóricos e analíticos. A inserção do recorte de classe social nas análises e sua intersecção com o problema das formas de reprodução da subalternidade. As contradições que perpassam a relação entre movimento e mercado, incluindo os limites da *cidadania de consumo* e o problema das identidades políticas que aí residem.

Outro aspecto relevante refere-se às articulações internacionais que o movimento LGBT tem promovido, particularmente a busca por tratados, acordos e convenções ligadas aos direitos humanos. Nesse sentido, avanços muito incipientes têm sido observados junto às Nações Unidas. Também faz parte deste tema o problema das legislações nacionais favoráveis e contrárias aos direitos dos sexualmente dissidentes. Isso ganha relevo não só com a observância do crescente número de países que tem reconhecido a união civil homoafetiva por exemplo, mas também diante do número ainda maior de países que possuem leis marcadamente LGBTfóbicas, incluindo casos em que a punição prevista é a pena de morte.

Como último ponto sugerido para tal agenda de pesquisa e com certo destaque para o momento atual que o país atravessa, ganha relevo o papel desempenhado pelos segmentos religiosos contrários aos direitos de LGBTs. Dada sua crescente força, tanto em número de fiéis quanto em representação política no Estado, o conflito entre movimento LGBT e os

chamados fundamentalismos religiosos tende a se tornar um problema de certa urgência política e acadêmica.

REFERÊNCIAS

ABERS, R.; BÜLOW, M. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? In: **Sociologias**, ano 13, n. 28, 2011.

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Revista Outubro**, n. 23, 1º sem., p. 33-58, 2015. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/consideracoes-sobre-genero-reabrindo-o-debate-sobre-patriarcado-eou-capitalismo>. Acessado em 20/7/2015.

AVRITZER, Leonardo. Conferências Nacionais: Ampliando e Redefinindo os Padrões de Participação Social no Brasil. **Texto para discussão 1739**. Rio de Janeiro: Ipea, 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/estudos-do-ipea/conferencias2>. Acessado em 20/9/2015.

BIANCHI, Álvaro. **O laboratório de Gramsci**: filosofia, história e política. São Paulo: Alameda, 2008.

_____. Estratégia do contratempo: notas para uma pesquisa sobre o conceito gramsciano de hegemonia. **Cadernos CEMARX**. N. 4, 2007^a, p. 9-39.

_____. Gramsci além de Maquiavel e Croce: Estado e sociedade civil nos “Quaderni del carcere”. **Utopia y Praxis Latinoamericana**. Maracaibo, vol. 12, n. 36, p. 35-55, março 2007b. Disponível em: http://www.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1315-52162007000100003&lng=es&nrm=iso. Acessado em 18/10/2016.

BOITO Jr., Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

BORGES, Augusto Cesar. AIDS muda hábito sexual em SP e alavanca masturbação e filme pornô. **Banco de dados da Folha de São Paulo**. São Paulo, 1º/10/2014. Disponível em: <http://f5.folha.uol.com.br/saiunonp/2014/10/1524834-aids-muda-habito-sexual-em-sp-e-alavanca-masturbacao-e-filme-porno.shtml>. Acessado em 25/2/2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem homofobia**: programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual. Brasília, 2008.

_____. **Ministério da Saúde**. Atualmente, ainda há a distinção entre grupo de risco e grupo de não risco? Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/links-de-interesse/286-aids/9048-atualmente-ainda-ha-a-distincao-entre-grupo-de-risco-e-grupo-de-nao-risco>. Acessado em 10/7/2016.

_____. SEDH/PR. Convênio 106/2006. **Portal da Transparência**. Protocolo e-SIC 00083.000241/2016-51. Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/convenios/DetalhaConvenio.asp?TipoConsulta=5&CodConvenio=573226&pagina=1#>. Acessado em 23/7/2016.

- BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- _____. Regulaciones de género. **Revista de Estudios de Género**. Guadalajara: La ventana, n. 23, p. 7-35, 2006.
- _____. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (org). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 3 ed., Belo Horizonte: Autêntica Editora, p. 151-172, 2013b.
- _____. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 11, p. 11-42, 1998.
- _____. El marxismo y lo meramente cultural. **El Rodaballo**. Buenos Aires, ano 5, n. 9, p. 109-121, verão de 1999. Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwiot8fk4ejJAhWBjJAKHeenC2IQFggfMAA&url=http%3A%2F%2Fnewleftreview.es%2Farticle%2Fdownload_pdf%3Flanguage%3Des%26id%3D1939&usg=AFQjCNHkq92WEia8zi_NPsJRxyfTJCbvQ&bvm=bv.110151844,d.Y2I. Acessado em 20/7/2015.
- BUTTIGIEG, Joseph A. Subalterno, subalterni. LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dizionario Gramsciano, 1926-1937**. Roma: Carocci Editore, p. 826-830, 2009.
- CARRARA, Sérgio. Políticas e Direitos Sexuais no Brasil Contemporâneo. **Bagoas: revista de estudos gays**. Natal, vol. 1, n. 1, EDUFRN, 2007.
- COLLING, Leandro. A igualdade não faz meu gênero – em defesa das políticas das diferenças para o respeito à diversidade sexual e de gênero no Brasil. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**. São Carlos, vol. 3, n. 2, jul/dez, p. 405-427, 2013.
- _____. Políticas para um Brasil além de Stonewall. In: COLLING, Leandro (org.). **Stonewall 40 + o que no Brasil?** Salvador: EdUFBA, 2011.
- COSTA, Gustavo Gomes da. Mobilizações homossexuais e Estado no Brasil: São Paulo (1978-2004). **Revista brasileira de ciências sociais**. Vol. 22, n. 63, 2007.
- COUTINHO, Carlos Nelson. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (orgs.). **Hegemonia às avessas**. São Paulo: Boitempo, p. 29-43, 2010.
- COWAN, Benjamin. Homossexualidade, ideologia e Subversão no Regime Militar. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan. (orgs.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EdUFSCAR, p. 27-52, 2014.
- DIAS, Edmundo Fernandes. Hegemonia: racionalidade que se faz história. In: DIAS, Edmundo Fernandes *et al.* **O outro Gramsci**. São Paulo: Xamã, p. 9-80, 1996.

FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins. De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro. **Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana**. N. 3, p. 54-81, 2009.

_____. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro. **Bagoas: Revista de estudos gays**. Natal, n. 4, p. 131-158, 2009.

FERNANDEZ, Osvando. Igualdade na diversidade: a luta pelo reconhecimento dos direitos dos homossexuais no Brasil. **Revista Espaço Acadêmico**. Maringá, n. 123, p. 17-26, agosto de 2011.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson Brito; SILVA JUNIOR, José Alexandre da. Visão além do alcance: uma introdução à análise fatorial. **Opinião Pública**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 160-185, 2010.

FONSECA, C.; NASCIMENTO, L.; MACHADO, F. Dilemas Contemporâneos dos Movimentos Sociais GLBT. In: MAYORGA, C; PRADO, M. (Orgs.). **Psicologia Social: Articulando Saberes e Fazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 1 ed., vol. 1, p. 197-222, 2007.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.

_____. Como se exerce o poder? In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005.

FRANÇA, Isadora Lins. Cada macaco no seu galho? Poder, identidade e segmentação de mercado no movimento homossexual. **Rev. bras. Ci. Soc.** São Paulo, vol. 21, n. 60, p. 104-115, fevereiro de 2006. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092006000100006&lng=en&nrm=iso. Acessado em 20/10/2016.

FRASER, Nancy. Heterossexismo, no reconocimiento y capitalismo: una respuesta a Judith Butler. **El Rodaballo**. Buenos Aires, ano 6, n. 10, p. 123-124, verão de 2000. Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0ahUKEwi xxe_O3JAhWJfZAKHVfBC68QFggkMAE&url=http%3A%2F%2Fnewleftreview.es%2Farticle%2Fdownload_pdf%3Flanguage%3Des%26id%3D1953&usg=AFQjCNGCfNqX4oO9RS HBH0RceN-SFho04g&bvm=bv.110151844,d.Y2I. Acessado em 22/7/2015.

GAY LIBERATION FRONT. **Come Out**. New York, vol. 1, nº 1, novembro de 1969. Disponível em <http://paganpressbooks.com/jpl/CO-COVER.HTM>. Acessado em: 28/6/2016.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Civas no Brasil Contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Vol 6, 1999-2002.

_____. **Quaderni del carcere**: edizione critica dell'Istituto Gramsci. A cura di Valentino Gerratana, Turim: Giulio Einaudi, vol. 4, 2001.

GREEN, James N. **Além do Carnaval**. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

GRUPO DIGNIDADE. Acervo documental: Lampião da Esquina. Curitiba, ano 2, n. 14/7/1979. Disponível em: <http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina>. Acessado em 20/5/2015.

_____. Guia de Advocay no Legislativo para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT). Teoria e Ações Práticas nos Níveis Municipal, Estadual e Federal. Curitiba: Grupo Dignidade, convênio 106/2006, SEDH, 2007.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, jun. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702014000100005&lng=en&nrm=iso. Acessado em 22/7/2015.

HIRSCH, Joachim. Observações teóricas sobre o Estado burguês e sua crise. In: POULANTZAS, Nicos (org.). **O Estado em crise**. Rio de Janeiro: Edições Graal, p. 85-112, 1977. Estado? Reflexiones acerca de la teoria del estado capitalista. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, n. 24, junho, pp. 165-175, 2005.

INTERNACIONAL LESBIAN AND GAY ASSOCIATION. Homofobia de Estado. **Relatório**, 2013. Disponível em: http://old.ilga.org/Statehomophobia/ILGA_

_____. [¿Qué significa Homofobia_do_Estado_2012.pdf](#). Acessado em 21/9/2013.

IRIGARAY, Luce. A questão do outro. **Labrys, estudos feministas**. N. 1-2, julho/dezembro, 2002. Disponível em: http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys1_2/irigaray1.html. Acessado em 15/4/2014.

IPEA. O Conselho Nacional de combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais na Visão de seus Conselheiros. **Relatório de Pesquisa**. Projeto Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros. Brasília, 2012.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos – CEBRAP** [online]. São Paulo, n. 86, março, p. 93-103, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002010000100005&script=sci_arttext. Acessado em 22/7/2015.

LIGUORI, Guido. Estado e Sociedade Civil de Marx a Gramsci. **Novos Rumos**. Marília, ano 21, n. 46, 2006.

LIMA LOPES, José Reinaldo de. Da Dissidência à Diferença: Direitos dos homossexuais no Brasil da ditadura à democracia. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan. (orgs.). **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCAR, p. 273-300, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 3ª ed., p. 7-34, 2013.

LÓPEZ PENEDO, Susana. **El laberinto queer: la identidad em tiempos de neoliberalismo**. Madri, Egales, 2008.

MACHADO, Frederico Viana. **Do estatal à política**: uma análise psicopolítica das relações entre o Estado e os movimentos de juventudes e LGBT no Brasil (2003-2010). 370 folhas. Tese (doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte, 2013.

MACHADO, Roberto. **Ciência e saber**: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **A crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010a.

_____. **Manuscritos Econômico Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010b.

_____. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010c.

MEDICI, Rita. Gramsci e o Estado: para uma releitura do problema. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 29, novembro, p. 31-43, 2007.

MELLO, Luiz; AVELAR, Bruno Rezende de; MAROJA, Daniela. Por onde andam as Políticas Públicas para a População LGBT no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**. Vol. 27, n. 2, maio/agosto, 2012.

_____; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniela. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil. In: **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 39, julho/dezembro, 2012.

_____; (et al.) Questões LGBT em debate: sobre desafios e conquistas. **Sociedade e Cultura**. Goiânia, vol. 15, n. 1, p. 151-161, 2012.

MISKOLCI, Richard. A teoria *queer* e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**. Porto Alegre: Universidade federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, ano 11, n. 21, 2007.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. **Estudos Feministas**. Florianópolis, n. 16(2), maio/agosto, p. 305-332, 2008.

OKITA, Hiro. **Homossexualidade: da opressão à libertação**. São Paulo: Sundermann, 2ª ed., 2015.

OLIVEIRA, Francisco de. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (orgs.). **Hegemonia às avessas**. São Paulo: Boitempo, p. 21-28, 2010.

POGREBINSCHI, Thamy. Foucault, para além do poder disciplinar e do biopoder. **Lua Nova**, n. 63, 2004.

_____. Conferências Nacionais e Políticas Públicas Para Grupos Minoritários. **Texto para discussão 1741**. Ipea, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/estudos-do-ipea/conferencias2>. Acessado em 20/9/2015.

_____; SANTOS, F. Participação como representação: o impacto das conferências nacionais de políticas públicas no Congresso Nacional. **Dados – Revista de Ciências Sociais**. Vol. 54, n. 3, 2011.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

PRÁ, Jussara Reis. Políticas Públicas, feminismos e Cidadania de Gênero. Paper, IX Encontro da ABCP, 2014.

_____. Cidadania e capital social de gênero na América latina. In: BAQUERO, Marcello (org.). **Capital social, desenvolvimento sustentável e democracia na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

_____. Cidadania de gênero, capital social, empoderamento e políticas públicas no Brasil. In: BAQUERO, M. (org.). **Reinventando a sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social**. Porto Alegre: UFRGS; Brasília, DF: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 2001.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. Muito além do arco-íris. A constituição de identidades coletivas entre a sociedade civil e o Estado. **Annual Review of Critical Psychology**. N. 11, 2014.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva Publicações S. A., 5ª ed., 2008.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria, GROSSI, Mirian Pillar (orgs.). **Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

RAMOS, Silvia; CARRARA, Sérgio. A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas. **Physis**. Rio de Janeiro, vol. 16, n. 2, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312006000200004&lng=en&nrm=iso. Acessado em 19/10/2016.

RENNÓ, Lucio; CABELLO, Andrea. As bases do Lulismo: A volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 25, n. 4, p. 30-61, 2010.

RODRIGUES, Jorge Caê. Um Lampião Iluminando Esquinas Escuras da Ditadura. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan. (orgs.). **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCAR, pp. 83-124, 2014.

RUBIN, Gayle. El tráfico de mujeres: notas sobre la “economía política” del sexo. **Nueva Antropología**. México, vol. VIII, n. 30, p. 95-145, 1986.

_____. Pensando o sexo: notas para uma teoria radical das políticas da sexualidade. 1984 (original em inglês). Versão traduzida. Disponível em: <http://www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/pdf/gaylerubin.pdf>. Acessado em 25/2/2014.

SCHWARZ, Roberto. **Cultura e Política**. São Paulo: Paz e Terra, 3ª ed., 2009.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, n. 2, julho/dezembro, p. 71-99, 1995.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS (SDH). **Moção nº 3**. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt/mocoes/mocao_003. Acessado em 4/9/2015.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia no armário. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 28, p. 19-54, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 23ª ed., 2007.

SIMIONATTO, Ivete. Classes subalternas, luta de classes e hegemonia: uma abordagem gramsciana. **Rev. Katál**. Florianópolis, vol. 12, n. 1, janeiro/junho, p. 41-49, 2009.

SINGER, André. Raízes ideológicas do Lulismo. **Novos estudos**. N° 85, p. 83-101, 2009.

SOUZA, Clóvis *et al.* Ampliação da Participação na Gestão Pública: um estudo sobre Conferências Nacionais realizadas entre 2003 e 2011. **Relatório de Pesquisa**. Ipea, 2013.

Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/estudos-do-ipea/conferencias2>. Acessado em 20/9/2015.

SOUZA, Fabio Feltrin de; BENETTI, Fernando José. Os Estudos *queer* no Brasil: um balanço. In: ALVES, Douglas Santos (org.). **Gênero e diversidade sexual: teoria, política e educação em perspectiva**. Tubarão: Ed. Copiart; Chapecó: UFFS, p. 115-136, 2006.

SOUZA da SILVEIRA, Maria Lidia. Algumas notas sobre a temática da subjetividade no âmbito do marxismo. **Revisa Outubro**. Nº 7, 2002. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-7-Artigo-08.pdf>. Acessado em 10/1/2016.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VALE de ALMEIDA, Miguel. Ser mas não ser, eis a questão. O problema persistente do essencialismo estratégico. **Working Paper**. CRIA 1, Lisboa. 2009.

VEJA. Especial: Morrendo aos poucos a cada dia. **Veja**. São Paulo, 10/08/88. Disponível em: <https://acervo.veja.abril.com.br/index.html#/edition/33506?page=66§ion=1>. Acessado em: 25/2/2016.

TEIXEIRA, Ana C. T.; SOUZA, Clóvis H. L.; LIMA, Paula P. F. Arquitetura da Participação no Brasil: Uma Leitura Das Representações Políticas em Espaços Participativos Nacionais. **Texto para discussão 1735**. Ipea, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/estudos-do-ipea/conferencias2>. Acessado em 20/9/2015.

WELZEL, Christian. How Selfish Are Self-Expression Values? A Civicness Test. **Journal of Cross-Cultural Psychology**. XX(X), pp. 1-23, 2009.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2003.

ZUCHIWSCH, José. Diversidade sexual: da universalidade dos direitos à fragmentação dos movimentos sociais LGBT no Brasil. **Composição**. MS, n. 10, ano 6, 2012.

ANEXO

Pesquisa sobre o perfil político do movimento LGBT Brasileiro Responsável: Douglas Santos Alves (douglas.alves@uffs.edu.br)

- 1- Como você se define?
- 1- () Lésbica
2- () Gay -----
3- () Bissexual | Qual gênero você se identifica?
4- () Travesti | Gênero: () Masc.
5- () Transexual | () Fem.
6- () Heterossexual-----
- 2- Qual sua idade? _____
- 3- Qual a cidade e o estado que você vive?

- 4- Qual o seu estado civil?
- 1- () Solteiro
2- () Casado
3- () Divorciado
4- () Viúvo
5- () União estável
6- () Outro, qual? _____
- 5- Qual é o seu grau de escolaridade?
- 1- () Não frequentou a escola
2- () Ensino fundamental incompleto
3- () Ensino fundamental completo
4- () Ensino médio incompleto
- 5- () Ensino médio completo
6- () Ensino superior incompleto
7- () Ensino superior completo
- 6- Você exerce alguma atividade remunerada?
- 1- () Sim, Qual? _____
2- () Não
- 7- Qual a sua renda média (em valores inteiros)?

- 8- Você pertence a algum movimento, grupo ou organização LGBT?
- 1- () Sim, qual _____
2- () Não
- 9- Você faz parte de algum sindicato ou entidade estudantil?
- 1- () Sim, qual _____
2- () Não
- 10- Falando agora sobre confiança, você diria que pode confiar na maioria das pessoas ou precisa ser muito cuidadoso com elas? (*assinale uma resposta*)
- 1- () A maioria das pessoas são de confiança.
2- () É preciso ser muito cuidadoso.
- 11- Você acha que a maioria das pessoas tentaria levar vantagem sobre você se tivessem uma chance ou tentariam ser justas? Numa escala de 1 a 10 qual a sua opinião?

As pessoas tentariam levar vantagem sobre você					As pessoas tentariam ser justas				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

- 12- Você poderia me dizer se confia totalmente, em parte, pouco ou não confia nas pessoas dos grupos abaixo. (*leia e assinale uma resposta para cada item*)

	<i>Confia totalmente</i>	<i>Confia em parte</i>	<i>Confia pouco</i>	<i>Não confia</i>
a- Pessoas em geral				
b- Sua família				
c- Seus vizinhos				
d- Pessoas que você conhece pessoalmente				
e- Pessoas de outras religiões				
f- Pessoas LGBT em geral				
g- Militantes do movimento LGBT				
h- Militantes dos movimentos sindical, estudantil, popular.				

17- Você se identifica com algum partido político,

- 1- () Sim, qual? _____
2- () Não

18- No momento de escolha do voto, você dá preferência pela pessoa do candidato ou por seu partido político?

- 1- () Pessoa
2- () Partido

19- Você é adepto de alguma religião?

- 1- () Sim, qual? _____
2- () Não

20- Independente de participar de eventos religiosos, você se considera: *(leia e assinale uma resposta)*

- 1- () Uma pessoa religiosa
2- () Uma pessoa que não é religiosa
3- () Uma pessoa que não acredita em Deus

21- Em que medida você concorda ou discorda das afirmações seguintes? *(leia e assinale uma resposta para cada item)*

	<i>Concordo totalmente</i>	<i>Concordo</i>	<i>Não concordo nem discordo</i>	<i>Discordo</i>	<i>Discordo totalmente</i>
a- Políticos que não creem em Deus não servem para trabalhar no serviço público.					
b- Líderes religiosos não deveriam influenciar o voto das pessoas nas eleições.					
c- Seria melhor para o Brasil se mais pessoas muito religiosas estivessem no serviço público.					
d- Líderes religiosos não deveriam influenciar as decisões do governo.					

22- Em que medida os direitos humanos são respeitados no Brasil hoje em dia? *(assinale uma resposta)*

- 1- () Há bastante respeito pelos direitos humanos.
2- () Há uma quantidade razoável de respeito.
3- () Não há muito respeito.
4- () Não há respeito algum.

23- Na sua opinião, no Brasil existe preconceito contra:

	Muito	Um pouco	Não existe
Lésbicas			
Gays			
Bissexuais			
Travestis			
Transexuais			

Agora falaremos sobre homofobia e o movimento LGBT.

24- Você se sente ou já se sentiu discriminado por sua orientação sexual ou identidade de gênero?

- 1- () Sempre
2- () Quase sempre
3- () Poucas vezes
4- () Nunca me senti discriminado

25- Você já passou por algumas das seguintes situações de discriminação devido a sua orientação sexual ou identidade de gênero?

	Sim muitas vezes	Sim uma ou duas vezes	Nunca
a- Agressão física			
b- Agressão verbal, moral ou psicológica			
c- Humilhação no local de trabalho ou estudo			
d- Demissão			
e- Barrado em seleção ou entrevista de emprego			
f- Violência sexual			

26- Alguma vez você já sofreu discriminação por causa de sua orientação sexual ou identidade de gênero por parte de?

	Sim muitas vezes	Sim uma ou duas vezes	nunca
a- Pessoas religiosas			
b- Policiais na rua			
c- Chefias no trabalho			
d- Policiais na delegacia			
e- Repartições públicas			
f- Hospitais e postos de saúde			
g- Professores na escola ou universidade			
h- Ao comprar ou alugar uma casa			
i- Nos sindicatos ou entidades estudantis			
j- Pelos vizinhos			
k- No comércio, lojas e shoppings			
l- Por familiares			
m- Por amigos			

27- Na sua opinião, a situação dos LGBTs nos últimos 10 anos:

- 1- () Melhorou
- 2- () Está igual
- 3- () Piorou

28- Você acha que nos últimos 10 anos os LGBTs conseguiram avanços em:

	muito	Um pouco	nenhum
a- Organização do movimento LGBT			
b- Diálogo com o governo			
c- Leis e direitos			
d- Respeito na sociedade			
e- Segurança e proteção policial			
f- Políticas de saúde			
g- Políticas de educação			
h- Visibilidade na mídia			
i- Trabalho e emprego			

29- Sobre a discriminação e a homofobia você concorda ou discorda das seguintes afirmações:

	Concordo plenamente	Concordo em parte	Discordo
a- É obrigação do governo combater a discriminação			
b- É um problema individual dos LGBTs combater a discriminação			
c- É um problema dos grupos do movimento LGBT combater a discriminação			
d- É um problema de todos, independente de ser ou não LGBT			

30- Qual área deveria ser a prioridade do governo para combater a homofobia e a discriminação?(assinale somente uma)

- 1- () Educação
- 2- () Justiça/ direitos
- 3- () Segurança
- 4- () Trabalho e emprego
- 5- () Cultura
- 6- () Saúde
- 7- () Mídia

8- () Outra, qual? _____

31- Sobre o papel do governo federal na defesa dos interesses dos LGBTs você acha que:

- 1- () O governo fez muitas coisas
- 2- () O governo faz o que pode
- 3- () O governo poderia ter feito muito mais
- 4- () O governo não fez nada

32- Você conhece o programa Brasil Sem Homofobia?

- 1- () Conheço
2- () Já ouvi falar
3- () Não conheço

- 1- () Conheço e já tive contato
2- () Conheço mas nunca tive contato
3- () Ouvi falar
4- () Não conheço
Qual? _____

33- Você teve notícias das Conferências Nacionais LGBT de 2008 e 2011?

- 1- () Conheço e participei (em nível local, estadual ou nacional)
2- () Conheço mas não participei
3- () Ouvi falar
4- () Não conheço

34- Você conhece alguma instituição ou programa do Estado voltado para o público LGBT em âmbito municipal, estadual ou nacional (coordenadoria, centro de referência e atendimento etc.)?

35- Você acredita que para a situação dos LGBT melhorar será mais importante o papel de quem?

- 1- () Do governo
2- () Do movimento LGBT organizado
3- () Das Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais individualmente
4- () Não sei ao certo

36- Sobre a relação do movimento LGBT organizado com o governo federal, você concorda ou discorda das seguintes afirmações:

	Concordo totalmente	Concordo em parte	Discordo em parte	Discordo totalmente
a- O movimento deve buscar diálogo e ter paciência				
b- O movimento deve buscar parceria, apoio e financiamento do governo para agir				
c- O movimento deve ser mais exigente e firme com o governo				
d- O movimento deve se afastar do governo				

37- Sobre o movimento LGBT organizado e suas possibilidades de ação, você concorda que se deva:

	Concordo totalmente	Concordo em parte	Discordo em parte	Discordo totalmente
a- Buscar mais visibilidade com paradas animadas e divertidas				
b- Buscar ações mais firmes como protestos e passeatas				
c- Buscar apoio com os empresários				
d- Buscar apoio com donos de serviços LGBTs (bares, baladas, saunas, turismo etc.)				
e- Buscar apoio com os sindicatos dos trabalhadores				
f- Buscar apoio com o movimento estudantil				
g- Buscar apoio com o movimento negro e feminista				
h- Buscar apoio com partidos políticos que defendem os LGBTs				
i- O movimento LGBT não deve buscar estes aliados				

38- Por fim uma última pergunta. Você acredita que as suas ações podem interferir na situação dos LGBT?

- 1- () sim 2- () talvez 3- () não

Muito obrigado pela sua colaboração.

